



UFRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA -
PPGG**



KÁTIA ROCHA ALMEIDA

**O PODER LOCAL NO FEDERALISMO BRASILEIRO: os processos de
emancipação dos municípios Luís Eduardo Magalhães e Barra do Mendes
(Bahia)**

Rio de Janeiro - RJ
Junho de 2021

KÁTIA ROCHA ALMEIDA

O PODER LOCAL NO FEDERALISMO BRASILEIRO: os processos de emancipação dos municípios Luís Eduardo Magalhães e Barra do Mendes (Bahia)

Tese submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Geografia pelo programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ); área de concentração: Organização e Gestão do Território.

Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Orientador: Claudio Antônio Gonçalves Egler.

Rio de Janeiro - RJ
Junho de 2021

KÁTIA ROCHA ALMEIDA
(Bolsista CAPES)

O PODER LOCAL NO FEDERALISMO BRASILEIRO: os processos de emancipação dos municípios Luis Eduardo Magalhães e Barra do Mendes (Bahia)

Tese submetida, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Geografia, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ); área de concentração: Organização e Gestão do Território.

TESE APROVADA EM 29/06/2021.



Prof. Dr. Claudio Antônio Gonçalves Egler (orientador)
Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas UNICAMP (1993), e Pós-doutor pela Universidad de Buenos Aires, UBA (Argentina, 1998-1999). Instituição: UFRJ.



Prof. Dr. Paulo Pereira Gusmão
Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). Instituição: UFRJ.



Prof. Dra. Iná Elias de Castro
Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro-IUPERJ e Pós-doutora pela Université Paris Descartes, PARIS 5 (França, 1990-1991). Instituição: UFRJ.



Prof. Dr. Ruy Moreira
Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo-USP (1994) e Doutor Honoris Causa pela Universidade Estadual do Ceará-UECE (2006). Instituição: UFF



Prof. Dr. Renato Leone Leda
Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003). Instituição: UNEB

AA447p ALMEIDA, KÁTIA ROCHA
O PODER LOCAL NO FEDERALISMO BRASILEIRO: os
processos de emancipação dos municípios Luis Eduardo
Magalhães e Barra do Mendes (Bahia) / KÁTIA ROCHA
ALMEIDA. -- Rio de Janeiro, 2021.
344 f.

Orientador: Claudio Antônio Gonçalves Egler Egler.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, 2021.

1. PODER LOCAL. 2. EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL. 3.
DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA. 4.
AGENTES POLÍTICOS. 5. ESCALAS ESPAÇO-TEMPORAIS. I.
Egler, Claudio Antônio Gonçalves Egler, orient. II.
Titulo.

DEDICATÓRIA

O aprendizado durante os anos de doutorado foi para muito além do conhecimento científico. Nesse tempo fiz lindas amizades, tive um filho: Kauê, e espero em meu ventre outro bebê. Compartilhei alegrias e tristezas. Muito mais alegrias do que tristezas. No início de tudo vi minha mãe lutar contra um câncer (Mieloma Múltiplo), depois de já ter tido dois outros tipos: de pele e de colo de útero; por isso, só dei início ao curso de doutoramento no segundo semestre de 2015. O primeiro semestre daquele ano foi de intensas seções de quimioterapia. Depois vieram outros desafios, como os tratamentos e o transplante de medula óssea, mas vencemos todos eles. No primeiro ano do doutorado dei um jeito de voltar 11 vezes rapidinho à minha terra Natal, Poções, sudoeste da Bahia, principalmente para acompanhar minha mãe em consultas e exames; e a ela eu dedico, primeiramente, essa tese. Sua filha será doutora! De um total de quatro irmãos, eu sou a única, até o momento, a ter entrado na universidade, pública, e ter concluído um curso de ensino superior e pós-graduações; mas digo isso com profunda admiração pela profissão de minhas irmãs e irmão (costureiras, vendedores(as) e babás. Também dedico essa conquista ao meu pai, lavrador, feirante e pedreiro, que mesmo após a separação de minha mãe, que nos criou sozinha, inclusive no que diz respeito a recursos financeiros, desde que eu tinha apenas 11 anos, de algum modo sempre esteve presente. Não posso deixar de dizer do quanto admiro a história de minha mãe, que teve que nos deixar em Poções-BA para ir trabalhar em São Paulo, em Fábrica de Costura. Minha irmã mais velha, Cleide, “segurou as pontas”. Ela sempre foi muito boa em ser mãe, mesmo quando ainda não tinha gerado um filho. Minha irmã mais nova, Cleuma, também teve seu bebê agora: Théo, que é além de sobrinho, meu afilhado. Meu marido Ademir teve uma paciência fantástica e sempre me apoiou nessa caminhada; a ele e a meus dois filhos: Kauê e o bebê que estou esperando, quero também dedicar essa tese. Ao mesmo tempo que tive períodos que praticamente parei de escrever, por conta da maternidade, foram também eles, juntamente com meus gatinhos, em especial Pequenuche, que me deram força quando achei que iria pirar. Daí veio a pandemia, que mexeu com meu psicológico já fragilizado. Muitas vezes pensei que não conseguiria, e me frustrava muito quando se passavam dias, semanas e até meses sem avançar. Mas eis que chegamos ao fim dessa trajetória. Outras virão, e o mais importante é não estarmos sozinhos, pois a família e os amigos serão nosso alicerce, nosso porto seguro e a certeza de que vale a pena.

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento é a essa força universal, a que muitos dão o nome de Deus, e que me ampara nos momentos de dificuldades. Algo para além do tempo, espaço e matéria. A energia que é também espiritualidade. Também quero agradecer a minha mãe, Maria de Lourdes Almeida, lavradora, feirante e costureira, que mesmo com pouca instrução sempre incentivou seus filhos a estudarem. Quero agradecer também a meu pai e a meu irmão e irmãs, que contando somente por parte de pai somam 10; além dos demais familiares, e alguém que não é humano, mas que esteve presente comigo em todo tempo, na escrita da tese: Pequenuche, um gatinho entre os 10 que tenho. Agradeço a minha primeira professora Alda, sempre que a vejo ela diz que sabia que eu chegaria longe, e fala do orgulho que sente de mim. Sempre estudei em escola pública, e ela me incentivou desde os anos iniciais. Também sou muito grata a meu querido orientador na graduação, o Professor Doutor Renato Leone Léda, membro também dessa banca. Foi a partir de seus ensinamentos que almejei voar mais alto. A Universidade Estadual da Bahia teve um papel fundamental na minha trajetória acadêmica, para muito além da graduação em Licenciatura Plena em Geografia e da Especialização em Análise do Espaço Geográfico. De lá trago amizades duradouras, como a de Elaine Azevedo, grande estudiosa do Espaço Geográfico. Foi a partir daí que criei asas para primeiro me aventurar na Universidade Federal da Bahia, e contei com a orientação do Dr. Cristóvão de Cássio da Trindade Brito. Alí cresci enquanto profissional e pessoa, e fiz grandes amigos-irmãos: Deórgia e Adriano. A eles minha eterna gratidão por estarem sempre presentes ainda que distantes fisicamente. De lá me lancei para a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Quanta audácia de minha parte, mas foi, e quase não acreditei quando vi meu nome na lista de aprovados. Foi a partir de uma carta de aceite do Professor Doutor Cláudio Antônio Gonçalves Egler, que passei a sonhar com mais força. Obrigada professor, pela paciência, pelo espírito solidário, por não desistir de mim e por ser tão compreensivo nas horas mais difíceis. Tudo isso faz muita diferença quando somos tão pressionados por nós mesmos, acreditando que não somos capazes, ou que esse não seja nosso lugar. Ao chegar no rio fui recebida por minha tia Nadir, sua filha Adriana, genro Marcos e suas netinhas: Camila e Gabi. Sem esse apoio, com estadia garantida por quase um ano, nem sei como seria. Obrigada! Vivenciei o Rio de Janeiro para muito além dos muros da universidade, conheci muitos cantos e pessoas, amizades que levarei para o resto da vida. Assim agradeço a meus conterrâneos nordestinos, pois temos um grupo até hoje para nos apoiarmos. Edulorena (Eduardo e Lorena, agora com uma terceira pessoa: Miguel). David, quanto conhecimento e humildade em uma só pessoa! Geislam, e Rafael, este graduado também na UESB. Por fim, quero falar e agradecer o meu porto seguro no Rio, a pessoa sem a qual tudo seria extremamente mais difícil: Sérgio Borges, meu grande amigo-irmão, companheiro de AP e de doutorado, vindo como eu, das bandas de Salvador, da UFBA. Aliás, o nosso AP era o *point* dos encontros calorosos. Ali encontrei o meu lugar. Nossa outra companheira de AP, Daniela, e nossa amiga Margarete, foram incríveis durante todo tempo. Minha família de

sangue estava longe, mas sentia o aconchego e o amor dentro daquele lar. Lá recebemos também minha família: minha, minha irmã Cleide, meu sobrinho João Vítor, meu marido Ademir, e meus sogros Maria e Alcebíades. Além de amigos e amigas inseparáveis como Suerlange, minha irmã escolhida em Poções, também Cris e Luciana. Outras amizades foram sendo construídas na universidade, como Rachel e Daniel. Quero dizer que amo todos vocês, e que sou muito grata por todos os momentos vividos. Todo esse apoio foi imprescindível para a mulher que chegava do Nordeste, e tinha receio de como seria recebida. Senti-me acolhida pela UFRJ, mesmo antes de começar os estudos, pois o corpo docente possibilitou que eu fizesse o trancamento ainda no primeiro semestre por conta dos problemas de saúde de minha mãe. Parecia naquele momento um abraço apertado, um sopro de esperança no futuro e a crença na solidariedade humana. Esse gesto foi muito nobre. Agradeço a todos(as) os(as) professores(as) Doutores(as): Roberto Lobato Corrêa, não só professor, mas também um “co-orientador” no início da pesquisa; Iná Elias de Castro e seus ensinamentos, além de ter se disponibilizado a participar da banca de defesa da tese; Professor Paulo Pereira Gusmão por fazer parte da banca de defesa e por me receber no laboratório/sala juntamente com o professor Egler. O local para estudo foi fundamental para que eu desenvolvesse a pesquisa naquele momento. Também o professor Marcelo Lopes de Souza pelas aulas incríveis; a professora Ana Maria Lima Daou pelas aulas inspiradoras, que foram imprescindíveis para a forma como desenvolvemos o trabalho de campo, e também por ter participado da banca de qualificação do projeto. Além das aulas dos(as) professores(as) doutores(as): Olga Maria Schild Becker e Scott William Hoefle. Os estudos avançados em docência foram com o professor Frederic Jean Marie Monie. Seus ensinamentos eu trouxe para minha vida profissional, no CEJA, em Bom Jesus da Serra, no qual também agradeço a todos(as) pelo apoio. Para além da UFRJ, tive aulas maravilhosas com o professor Ruy Moreira na UFF, e Américo Óscar Guichard Freire na FGV, sendo ambos participantes da banca de qualificação, e também agora na defesa da tese. Aquele como titular, e este como suplente. Não poderia deixar de agradecer profundamente às pessoas que me acolheram no trabalho de campo. Meu saudosíssimo amigo Altemar Cardoso, colega de graduação, que me recebeu de braços abertos em sua casa em Luís Eduardo Magalhães. Você foi incrível, disponibilizou veículo para minhas entrevistas, me levou a vários lugares para conhecer não só a cidade, mas todo o município; e contribuiu de forma decisiva para que eu conseguisse concluir os trabalhos. Agradeço ainda aos grandes historiadores locais do município de Barreiras: Ignez Pitta Almeida e seu filho Gilmar Almeida Souza. Além dos historiadores de Brotas de Macaúbas Antônio Carlos de Almeida Matos; e de Barra do Mendes: Eduardo Mendonça e Liandro Manoel de Souza, que prefere ser chamado de Liandro Antiques. Quero aqui fazer um agradecimento especial a esse ser iluminado, que é a história viva de Barra do Mendes, por ter tanto conhecimento e respeitar e amar tanto a sua terra e as pessoas que ali vivem; e por ter a disposição de socializar sua sabedoria. Minha admiração e gratidão. Por fim, digo que muitas pessoas e lugares eu conheci, muitos conhecimentos adquiri, muitas coisas vivenciei; e agradeço a cada um, que foram ou não citados aqui, por fazer parte da minha história.

RESUMO

Este trabalho de tese busca analisar os processos de emancipação de dois municípios baianos em diferentes contextos históricos e espaciais: Barra do Mendes em 1917, com extinção em 1920 e restauração em 1958; e Luís Eduardo Magalhães, no ano 2000. O trabalho traz uma contribuição a partir da análise de diferentes agentes políticos nas mais variadas escalas espaço-temporais do federalismo brasileiro, a partir de contextos históricos e institucionais distintos desde a escala local até a nacional, considerando as relações de poder inerentes a esses processos. Neste sentido, a metodologia utilizada se deu a partir de dados secundários com documentos históricos e informações de órgãos governamentais e historiadores locais; e, também, de pesquisa no campo, com observações e entrevistas realizadas com agentes que participaram da criação de Luís Eduardo Magalhães, por ser mais recente; ou que conhecem a história local e participaram ou ainda participam da gestão atual no município Barra do Mendes. Com base em informações históricas foi possível observar que em ambos os processos houve uma articulação entre os agentes das mais variadas escalas espaciais, e que os chefes políticos locais, coronéis de ontem, e na atualidade ainda com práticas de cunho coronelista, tiveram papel decisivo nos resultados da criação de ambos os municípios. Casos emblemáticos como a atuação do Senador Antônio Carlos Magalhães, falecido em 2001, em ambos os processos, e de forma decisiva no município Luís Eduardo Magalhães, que recebe o nome de seu filho, falecido em 1998; bem como da família política Oliveira, com os agentes Jusmari e Oziel Oliveira, também em Luís Eduardo Magalhães.

ABSTRAT

This thesis work seeks to analyze the emancipation processes of two municipalities in Bahia in different historical and spatial contexts: Barra do Mendes in 1917, with extinction in 1920 and restoration in 1958; and Luís Eduardo Magalhães in the year 2000. The work brings a contribution from the analysis of different political agents in the most varied space-time scales of Brazilian federalism, from different historical and institutional contexts from the local to the national scale, considering the power relations inherent to these processes. In this sense, the methodology used was based on secondary data with historical documents and information from government agencies and local historians; and also of research in the field, with observations and interviews with agents who participated in the creation of the municipality, in the case of Luís Eduardo Magalhães, as it is more recent; or who know the local history and have participated or are still participating in the current management in the municipality of Barra do Mendes. Based on historical information, it was possible to observe that in both processes there was an articulation between the agents of the most varied spatial scales, and that the local political chiefs, colonels of yesterday, and today still with coronelista practices, had a decisive role in the results of the creation of both municipalities. Emblematic cases such as the performance of Senator Antônio Carlos Magalhães, who died in 2001, in both cases, and decisively in the municipality Luís Eduardo Magalhães, which is named after his son, who died in 1998; as well as the Oliveira political family, with agents Jusmari and Oziel Oliveira, also in Luís Eduardo Magalhães.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Desmembramento dos municípios de Barra do Mendes (1958) e Luís Eduardo Magalhães (2000), na Bahia.....	26
Figura 02 – Regiões geoeconômicas da Bahia (2019).....	29
Figura 03 – Territórios de Identidade da Bahia (2018).....	30
Figura 04 – Recorte de análise Interestadual do campo, 2017.....	41
Figura 05 – Criação de municípios na Bahia: períodos de maior ou menor centralização.....	81
Figura 06 – Municípios criados na Bahia entre os anos de 1952 e 2012.....	82
Figura 07 – Localidades do Oeste baiano que buscam se emancipar.....	85
Figura 08 - Emancipação do município Luís Eduardo Magalhães –BA, em 2000.....	117
Figura 09 – Rio Grande na cidade de Barreiras-BA, 2017.....	124
Figura 10 – Projeto de criação do estado do (Rio) São Francisco, 2003.....	127
Figura 11 – Praça do Jardim Paraíso, em Luís Eduardo Magalhães (BA), 2017.....	129
Figura 12 – Centro de Tradições Gaúchas (CTD), Luís Eduardo Magalhães, 2020.....	131
Figura 13 – Centro de Pesquisa e Tecnologia do Oeste da Bahia, Luís Eduardo Magalhães (BA), 2017.....	141
Figura 14 – Organograma da evolução territorial do Oeste Baiano a partir da vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande (atual Barra).....	143
Figura 15 – Oeste Baiano a partir da vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande (atual Barra).....	145
Figura 16 – Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), Barreiras-BA, 2017.....	159
Figura 17 – BA 459, Anel da Soja, Luís Eduardo Magalhães, 2017.....	162
Figura 18 – Parque Municipal da Vida, Luís Eduardo Magalhães-BA, 2017....	173
Figura 19 – Limite entre os municípios Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, 2017.....	176

Figura 20 – Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães, 2017.....	179
Figura 21 – Câmara de Vereadores de Luís Eduardo Magalhães, 2017.....	179
Figura 22 – Faculdade Arnaldo Horácio Ferreira em Luís Eduardo Magalhães, 2017.....	180
Figura 23 – Corretora de grãos: Agrodim, Empresa de comercialização e exportação de café LTDA: Grão do Cerrado, SATIS, e silos para armazenamento de grãos, 2017.....	181
Figura 24 – BR 202, próximo ao local onde ocorre o Bahia Farm Show, Luís Eduardo Magalhães – BA, 2017.....	182
Figura 25 – Planta Pavilhão Coberto B – Bahia Farm Show 2020.....	183
Figura 26 – Evolução da malha urbana de Luís Eduardo Magalhães – BA, de 1995 – 2020.....	190
Figura 27 – Evolução da malha urbana de Luís Eduardo Magalhães – BA (1995-2020).....	191
Figura 28 - Bairro Santa Cruz, Luís Eduardo Magalhães – BA, 2017.....	192
Figura 29 - Residencial Solar dos Buritis, próximo ao loteamento Jardim das Oliveiras, Luís Eduardo Magalhães – BA, 2017.....	193
Figura 30 - Condomínio Pedra do Sonho, no bairro Jardim Paraíso, Luís Eduardo Magalhães (BA), 2017.....	194
Figura 31 – Coronel Militão Coelho (1859-1919).....	199
Figura 32 – Coronel Horácio de Matos (1882-1931).....	199
Figura 33 – Restauração do município de Barra do Mendes em 1958.....	208
Figura 34 – Dona Maria Romana Farias Leite.....	213
Figura 35 – Dinâmica territorial da Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima e Macaúbas (1745 – 1891).....	218
Figura 36 – Dinâmica territorial da Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima e Macaúbas (1917– 1989).....	219
Figura 37 – Organograma da origem do município Barra do Mendes (BA) a partir da evolução territorial da Vila de Santo Antônio da Jacobina, com ênfase na Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima (Atual Paratinga).....	220
Figura 38 – Localidades do município de Barra do Mendes, 2019.....	230

Figura 39 – “Restauradores” ¹ do município de Barra do Mendes em 1958.....	233
Figura 40 – Dona Laurinda Olímpia Sodré, baluarte do processo de restauração do município de Barra no Mendes em 1958.....	234
Figura 41 – Intendente (1917-1920), e prefeitos de Barra do Mendes (1959-2006).....	238
Figura 42 – Áreas de litígios intermunicipal entre Barra do Mendes e Brotas de Macaúbas, 2017.....	252
Figura 43 – Barra do Mendes: localidades, sistema viário, hidrografia, topografia, pontos de referência e limites, 2015.....	259
Figura 44 – Áreas de litígios e ou conflitos no município de Barra do Mendes em 1917 e 2017.....	261
Figura 45 – Feira livre do município de Barra do Mendes, 2017.....	264
Figura 46 – Feira livre na parte interna e externa do Barracão do Feirão Municipal de Barra do Mendes, 2017.....	265
Figura 47 – Evolução do perímetro urbano de Barra do Mendes, 2012 - 2020.....	267
Figura 48 - Loteamento em área nobre da cidade de Luís Eduardo Magalhães, 2017.....	285
Figura 49 - Rádio Cidade, em Luís Eduardo Magalhães (BA),2017.....	286

¹ Consideram-se restauradores, e não emancipadores, porque a emancipação do município ocorreu em 1917, com extinção em 1920; e posteriormente, o que houve foi o restabelecimento / restauração do município em 1958, com instalação em 1959.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Descrição do campo.....	40
QUADRO 02 - Entrevistas no Campo.....	48
QUADRO 03 - Evolução territorial do Oeste Baiano a partir da vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande (atual Barra).....	144
QUADRO 04 - Receitas e despesas do município de Barra do Mendes, 2019.....	268

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Número de municípios brasileiros nos Censos Demográficos (1950–2010).....	76
Tabela 02 – Estado da Bahia: evolução da população dos municípios emancipados após 1988.....	83
Tabela 03 – Naturalizados brasileiros e Estrangeiros, por grupos de anos em que fixaram residência no país (2000 – 2010).....	144
Tabela 04 - Número de estabelecimentos agropecuários por tamanho no Brasil, Microrregião de Barreiras e município Luís Eduardo Magalhães (BA), 2017...	149
Tabela 05 - Municípios brasileiros com maior taxa de crescimento populacional entre os anos 2010 e 2019.....	184
Tabela 06 - Municípios brasileiros com maior taxa de crescimento populacional entre os anos 2000 e 2019.....	187
Tabela 07 – Evolução populacional (total, urbana e rural) do município Barra do Mendes (1960 – 2020).....	265
Tabela 08 – Evolução populacional (total, urbana e rural) do município Barra do Mendes (1970 – 2010).....	266

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM – Antônio Carlos Magalhães

AIBA - Associação de Agricultores de Irrigantes da Bahia

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRASAGRO - Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial

CAMPO (Companhia de Promoção Agrícola)

CAPPA – Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual

CAR - Ação Regional da Bahia

CECLAB - Fundação Centro de Planejamento da Bahia

CEI - Centro de Estatísticas e Informações

CENPES - Centro de Projetos e Estudos

CGU - Controladoria Geral da União

CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CPE - Fundação Centro de Pesquisas e Estudos

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPTO - Centro de Pesquisa e Tecnologia do Oeste da Bahia

CTG - Centro de Tradições Gaúchas

DASP - Departamento de Administração do Serviço Público

DEE - Departamento Estadual de Estatística

DEM - Democratas

DGE - Departamento de Geografia e Estatística

EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

Funrural – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

GRN - Relatório da Gerente de Recursos Naturais

IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

IGC-SP – Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo

IGHB - Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social

IPHAN - Instituto do Patrimônio Artístico Nacional

IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

ISS - Imposto Sobre Serviços

JADECO - Companhia Nipo-brasileira de Desenvolvimento Agrícola

JICA - Japan International Cooperation Agency

MADA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MCCE - Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDC - Partido Democrata Cristão

PDS - Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL - Partido da Frente Liberal

PIB – Produto Interno Bruto

PL - Partido liberal

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNCD - Parque Nacional da Chapada Diamantina

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PPB - Partido Progressista Brasileiro

PPR - Partido progressista Reformador

PRODASEN - Centro de Processamento de Dados do Senado

PRODECER II - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

PRONA - Partido da Reedificação da Ordem Nacional

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEPLAN – Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

SEPLANTEC - Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do estado da Bahia

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

TCM - Tribunal de Contas dos Municípios

TRE-BA - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

UDN - União Democrática Nacional

VTN - Valor da Terra Nua

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
1.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	32
1.2.1. O trabalho de campo.....	36
2. AS ESCALAS DO PODER: MUNICÍPIO, REGIÃO E NAÇÃO	50
2.1. O FEDERALISMO E A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DO PODER POLÍTICO NO BRASIL.....	51
2.1.1. Relação sociedade e Estado no Brasil: mudança sem alterar as estruturas	52
2.1.2. O federalismo no Brasil	57
2.1.3. A descentralização política e administrativa no Brasil.....	61
2.2. O MUNICÍPIO NO BRASIL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, CONTEXTOS INSTITUCIONAIS E CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES	66
2.2.1. O município enquanto sistema e subsistema político	67
2.2.2. O município nas constituições brasileiras	69
2.2.3. A criação de municípios no Brasil e os municípios inconstitucionais.....	75
2.2.4. Criação de municípios na Bahia	80
2.3. O PESO POLÍTICO DO TERRITÓRIO E DA REGIÃO (NOS PROCESSOS DE EMANCIPAÇÃO): NORDESTE E OS SERTÕES BAIANOS	86
2.3.1. O poder, o território e o município	87
2.3.2. Região Nordeste: “coronelismo” entre o passado e o presente.....	94
2.3.3. Os vários Sertões da Bahia	102
3. EMANCIPAÇÃO, AUTONOMIA E CULTURA POLÍTICA: MOTIVAÇÕES E CONTEXTOS	110
3.1. MOTIVAÇÕES E CONTEXTO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL DAS EMANCIPAÇÕES	110
3.2. PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	116
3.2.1. A formação do Oeste Baiano.....	123
3.2.2. Motivações para a emancipação do município Luís Eduardo Magalhães a partir do avanço da fronteira agrícola	150
3.2.3. Relação entre as Lideranças locais de Luís Eduardo Magalhães e o governo estadual da Bahia	164
3.2.4. Divisão territorial entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães	173
3.2.5. Mudanças para a localidade.....	177
3.3. PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO MUNICÍPIO BARRA DO MENDES E OS AGENTES POLÍTICOS DE DIVERSAS ESCALAS.....	196
3.3.1. A relação entre o coronelismo e a evolução territorial de Barra do Mendes... ..	209
3.3.2. Motivações para a criação do município em 1917 e restauração em 1958	228

3.3.3. Relação histórica e atual entre as lideranças locais do município de Barra do Mendes e o governo estadual da Bahia e parlamentares estaduais e federais	239
3.3.4. O conflito que perdura no tempo entre Barra do Mendes e Brotas de Macaúbas e outros litígios intermunicipais.....	249
3.3.5. As mudanças para a localidade	262
3.4. A CULTURA POLÍTICA NOS PROCESSOS DE EMANCIPAÇÃO DE BARRA DO MENDES E LUÍS EDUARDO MAGALHÃES.....	269
3.4.1. Cultura política: conceituações e formas de abordagem	276
3.4.2. Cultura política e emancipação municipal de Luís Eduardo Magalhães.....	280
3.4.3. Cultura política e emancipação municipal de Barra do Mendes	287
4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	291
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	302
5.1. REFERÊNCIAS DIGITAIS / DOCUMENTAIS.....	315
5.2. CAMPO / ENTREVITAS:.....	321
APÊNDICE	323
APÊNDICE A – Entrevista com os agentes locais, regionais e nacionais dos processos de emancipação dos municípios pesquisados.....	323
ANEXOS – TRABALHO DE/NO CAMPO	325
Anexo A - Recorte de análise Intermunicipal do campo – 1ª etapa	326
Anexo B - Recorte de análise Intermunicipal do campo – 2ª etapa.....	327
Anexo C - Recorte de análise Intermunicipal do campo – 3ª etapa.....	328
Anexo D – Projeto de criação do município de Mimoso do Oeste	329
Anexo E – Lei nº 7.619 de 30 de março de 2000, que cria o município de Luís Eduardo Magalhães, desmembrado de Barreiras.	330
Anexo F – Limites intermunicipais do município Luís Eduardo Magalhães	331
Anexo G – Lei nº 1203, de 21 de julho de 1917, que eleva à categoria de vila e município a povoação e Barra do Mendes, desmembrada de Brotas de macaúbas.	332
Anexo H – Lei nº 1388, de 24 de maio de 1920, que extingue o município de Barra do Mendes, anexando o seu território ao município de Brotas de Macaúbas.....	333
Anexo I – Jornal A TARDE, de 28 de maio de 1920, nº 2.785 - Relaciona a extinção do município de Barra do Mendes à nomeação do Coronel Horário de matos ao cargo de delegado regional ao município de Dr. Seabra, antigo Campestre.....	333
Anexo J – Limites intermunicipais de acordo a Lei nº 1.034 de 14 de agosto de 1958, que restabelece/restaura o município de Barra do Mendes, desmembrado do de Brotas de Macaúbas.	334
Anexo K – Morte de Horácio de Matos – Jorna A TARDE, de 16 de maio de 1931	336
Anexo L – Informações para o processo Nº 3205/87, parecer nº 17/87 sobre os limites Prefeitura de Barra do Mendes e Ibipeba - CEI.....	338

ANEXO M – Limites intermunicipais do município Barra do Mendes – Processo nº
SEPLANTEC – 3205/87 – Parecer: PEA-H-99/1988..... 339

1. INTRODUÇÃO

A presente tese analisa os processos de emancipação de dois municípios² no contexto do federalismo brasileiro: Luís Eduardo Magalhães, no ano 2000, e Barra do Mendes, em 1917, extinto em 1920 e restaurado em 1958; ambos no Sertão baiano³. A partir desses processos, buscou-se compreender a relação entre municípios, região e nação, no federalismo brasileiro, com maior ênfase no período das emancipações supracitadas.

A tese a ser analisada é a seguinte: a cultura política do coronelismo continua a permear os processos de emancipação municipal, a partir da relação entre agentes das três esferas de governo; federal, estadual e municipal, com a continuidade de práticas à margem das leis, em um sistema de troca de favores para a manutenção do poder de indivíduos e de grupos, caracterizados aqui como famílias políticas.

Para elucidar a hipótese ora posta, buscou-se conceituar e analisar termos como: “cultura política”, “coronelismo”, “família política” e “Sertão”. Tais conceitos foram articulados e operacionalizados na tese e problematizados com os achados obtidos durante a pesquisa no campo.

Pesquisa essa que possibilitou entrevistar 32 participantes, entre eles: deputados estaduais (que no período das entrevistas faziam parte da Comissão Especial de Divisão Territorial e emancipação) e 1 senador, prefeitos e ex-prefeitos, lideranças locais, responsáveis por setores de limites municipais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para que houvesse uma compreensão da dinâmica espaço-temporal foi realizada a pesquisa nos dois municípios supracitados, havendo assim a possibilidade de analisar duas realidades que se conectam, mas que guardam especificidades espaciais, sendo um na região semiárida da Bahia, com vegetação da caatinga e com um histórico da presença de coronéis, tendo no ciclo econômico do ouro o seu período

² Chamamos de emancipação de município e não de distrito – já que é o distrito que se emancipa – por entender que esse é um processo sempre em construção, com vista também à autonomia do novo ente federado.

³ O município Luís Eduardo Magalhães e o município de origem: Barreiras, estão localizados no território de Identidade: Bacia do Rio Grande, e considerando as regiões econômicas, no Oeste Baiano. O município Barra do Mendes está localizado no território de identidade Irecê e na regiões econômicas de mesmo nome. O município o qual foi desmembrado: Brotas de Macaúbas, está localizado no território de identidade: Velho Chico, na região econômica da Chapada Diamantina (BAHIA, 2015a e 2015b).

áureo, qual seja, Barra do Mendes; e outro no cerrado baiano, em uma área que ganhou notoriedade a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, com os estudos da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e a correção da acidez do solo de Cerrado para o plantio, em especial, da soja, para a exportação.

O Oeste baiano também guarda um histórico de lutas e injustiças envolvendo o acesso à terra, além da presença de coronéis no vale do Rio São Francisco e de grilagens na região, principalmente, no período mais recente. Importante destacar que ambas as áreas são consideradas como sertão, uma construção histórica, econômica, social e cultural, a partir do modo de vida e das contradições do uso e apropriação do território.

Os dois municípios estudados nesse trabalho estiveram sob a liderança política de Antônio Carlos Magalhães (ACM). Na ocasião da restauração do município de Barra do Mendes, em 1958, processo que começou bem anteriormente, ACM exerceu o cargo de deputado estadual entre 1954 e 1957 pela União Democrática Nacional (UDN).

Antes de vencido o mandato, ACM foi eleito deputado federal, pelo mesmo partido, assumindo o cargo em 1958, mesmo ano da restauração de Barra do Mendes, ou segunda emancipação. ACM foi eleito em 1994 para o cargo de senador, com início em 1995. Na ocasião da emancipação do município Luís Eduardo Magalhães, ACM era presidente do Senado Federal (biênio 1999/2001).

A partir das colocações supracitadas, justifica-se aqui o recorte espacial no sentido de que ambos os municípios, ainda que com processos de emancipação em contextos diferenciados, apresentaram práticas que podemos caracterizar enquanto permeadas por um sistema de troca de favores, típicas do que foi denominado por Leal (1949/2012) como coronelismo, constituindo-se ainda a mesma família política, liderada por Antônio Carlos Magalhães.

O recorte temporal é o Federalismo brasileiro, mas a ênfase recai sobre os contextos institucionais e históricos em que foram criados ou restaurados os novos municípios, ou seja, a República Velha, com a emancipação de Barra do Mendes em 1917, e seu retorno à condição de distrito em 1920, período que compreendido pela Constituição Federal de 1991; a Constituição Federal de 1946, com a restauração de Barra do Mendes em 1958; e o período democrático pós ditadura militar, com a

emancipação do município Luís Eduardo Magalhães no ano 2000, na qual ainda se encontra em vigor a Constituição Cidadã de 1988.

Nesse sentido, coloca-se de início a evolução político-administrativa do Brasil, que tem uma intrínseca relação com os interesses políticos, econômicos e sociais de grupos locais e da relação destes com outros agentes políticos (regionais e nacionais). Nos estudos sobre a criação de novas unidades subnacionais é preciso considerar ainda os contextos institucionais de maiores possibilidades ou limitações para o aumento dessas unidades, bem como dos limites da autonomia municipal no federalismo brasileiro.

As discussões que se tecem sobre a emancipação de unidades subnacionais, especificamente sobre os municípios, estão mais ligadas à questão fiscal, em que a multiplicação dessas unidades representaria um aumento nas despesas públicas por necessitar de todo aparato administrativo institucional para o desenvolvimento das atividades e o exercício do poder político local. Isso significa que a transformação do distrito em município não necessariamente acarretaria uma melhoria na vida dos munícipes, já que grupos políticos locais e, também, parte do setor privado, acabam se beneficiando de forma diferenciada com esses processos.

Não se trata, pois, este trabalho, da análise dos ganhos ou perdas resultantes da criação de municípios, no sentido de apresentar os dados pós emancipação e os possíveis benefícios para a população; ou de apontar problemas com relação ao déficit fiscal por conta da existência de novos municípios. Trata-se, pois, de uma análise dos processos, bem como dos agentes e grupos sociais, políticos e econômicos locais, regionais e nacionais, e seus interesses nas emancipações; e de estabelecer relação com contextos sócio-espaciais⁴ e históricos nesses processos.

Ainda assim, foi possível fazer correlações, no sentido de entender se a emancipação de municípios leva a uma distribuição mais equitativa dos serviços públicos e também da renda, não somente com relação ao território que compreende o novo município como um todo, mas de distribuição interna, no que concerne à desigualdade social, com vista ao que Harvey (1980) chama de justiça distributiva territorial.

⁴ Para Souza (2013) há uma diferença entre os termos socioespacial e sócio-espacial; sendo este concernente ao espaço e às relações sociais de forma simultânea, e aquele referente apenas ao espaço social. Optou-se, portanto, nessa pesquisa, ao uso do termo sócio-espacial; visto que se adequa melhor à análise a partir das diferentes

No século XX, o processo de divisão político-administrativa acelerou, ocasionando a formação de várias unidades subnacionais, somente na segunda metade do século XX foram criados 3.618 municípios. Estes por sua vez, alcançaram, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, uma relativa autonomia política, jamais conquistada em outros contextos, mas ainda carregada de muitas limitações financeiras e administrativas.

Todas essas modificações dos limites político-administrativos, bem como da distribuição de responsabilidades entre os entes federativos, levaram a uma reorganização sócio-espacial, no sentido de que é construído todo um aparato das três esferas de governo para que o município funcione enquanto tal. Lembrando que em cada contexto histórico esse aparato foi diferenciado.

A análise do poder local no sistema federativo do Brasil, bem como a relação entre a nação, a região e o município, trouxe uma melhor elucidação das intencionalidades da criação de municípios. A Câmara Municipal sempre desempenhou um papel fundamental na organização do espaço, desde o período colonial até o momento atual, e os agentes políticos locais, desde os chamados “homens bons” até os vereadores, prefeitos e secretários atuais mantêm relações de poder hierárquicas, com o patrimonialismo e posicionamentos diferenciados no que concerne a determinados grupos sociais, e uma relação de certa reciprocidade com as demais esferas de poder, mas ainda com várias limitações, tanto financeira, quanto administrativa.

Mas para além de compreender os processos de emancipação, é preciso analisar o papel dos municípios no Brasil. Antes, é preciso admitir que se habita o município. Essa parece uma afirmação óbvia, mas que possibilita iniciar nossa compreensão sobre a estrutura de poder no federalismo, a partir da arrecadação e distribuição de recursos entre os municípios, estados e união. Essa distribuição de recursos, bem como a atribuição de responsabilidades, foi diferenciada em cada contexto histórico, variando desde o período colonial até os dias atuais, se expressando nas Constituições (do Império e republicanas).

Essa afirmação também nos leva a refletir sobre o local, ou o município como o espaço da representação imediata, de maior proximidade entre governantes e governados, também como o espaço da convivência, com características próprias, mas passível de compreensão somente a partir de uma visão mais global. Busca-se assim analisar a interação política entre o poder central, o regional e o local e os

resultados dessa interação, com ênfase no contexto histórico e institucional da criação dos municípios estudados.

Os interesses na criação de vilas e cidades, e posteriormente, de municípios, foi se transformando. Na República temos uma nova configuração espacial, passando os municípios, em um dado momento, a abarcar todo o território nacional. A criação dessas unidades subnacionais se deu em contextos históricos e espaciais em que havia certo dinamismo econômico, considerando aqui também os auges dos ciclos econômicos.

Na República, principalmente a partir da segunda metade do século passado, quando poderia ser uma alternativa à estagnação econômica de um dado distrito, buscando na criação do município uma possibilidade de avançar economicamente, ou mesmo de melhorar a oferta de serviços públicos.

Essa relação com o dinamismo ou estagnação econômica nos leva a refletir também sobre a escolha dos espaços, em que há uma diferenciação sócio-espacial a partir de investimentos públicos e privados em determinadas áreas por conta de atrativos ou fatores locacionais já existentes, ocorrendo assim um “desenvolvimento geográfico desigual”⁵, que reflete diretamente nas condições materiais concretas dos municípios. Nesse sentido, pode-se explicar os processos emancipatórios de municípios como distante de uma lógica de distribuição mais equitativa do acesso aos equipamentos urbanos e de renda.

Compreende-se assim, que o município não é um ente isolado, estando vinculado à determinada região, que por sua vez pode ser definida a partir da integração territorial, considerando-se o Estado e o Federalismo brasileiro. Muitos estudos já foram realizados sobre a região Nordeste e a forma como a estiagem é utilizada para favorecer grupos e classes sociais, tendo como consequência o aumento da desigualdade para aqueles que estão à margem das benesses trazidas pela articulação entre as elites políticas⁶.

Foram analisadas as emancipações de dois municípios: Barra do Mendes, localizado na região de Irecê, nas proximidades da Chapada Diamantina⁷, e Luís Eduardo Magalhães, localizado no Oeste Baiano (Figura 01); ambos considerados

⁵ Ver Harvey (2006).

⁶ Ver Castro (1992).

⁷ Mais especificamente, na região econômica de Irecê (BAHIA, 2015a), ou território de identidade de Irecê (BAHIA, 2015b).

como integrantes do sertão baiano. A escolha dos municípios supracitados se deu pelo fato de terem características que de um lado os aproximam, e de outro os diferenciam.

Com relação ao contexto histórico da emancipação, o município de Barra do Mendes teve um longo período de conflitos até a sua criação, envolvendo um político local chamado Horácio de Matos, com forte influência na Chapada Diamantina, inclusive na Chapada Velha de Brotas de Macaúbas, atual Brotas de Macaúbas, de onde foi desmembrado o município de Barra do Mendes. Os conflitos culminaram com a criação deste ente municipal em 1917, que foi posteriormente rebaixado a distrito; e em 1958, quando esse foi finalmente implantado (BAHIA, 1958).

O município de Luís Eduardo Magalhães foi criado no ano 2000 (BAHIA, 2000), tendo como principal motivação o rápido crescimento econômico pelo avanço da fronteira agrícola modernizada, impulsionada, principalmente, por imigrantes vindos do sul do Brasil, a partir do início da década de 1980. Os municípios objeto do presente estudo passaram por processos diferentes, quando foram criadas condições distintas para a emancipação, sob práticas políticas também diferentes.

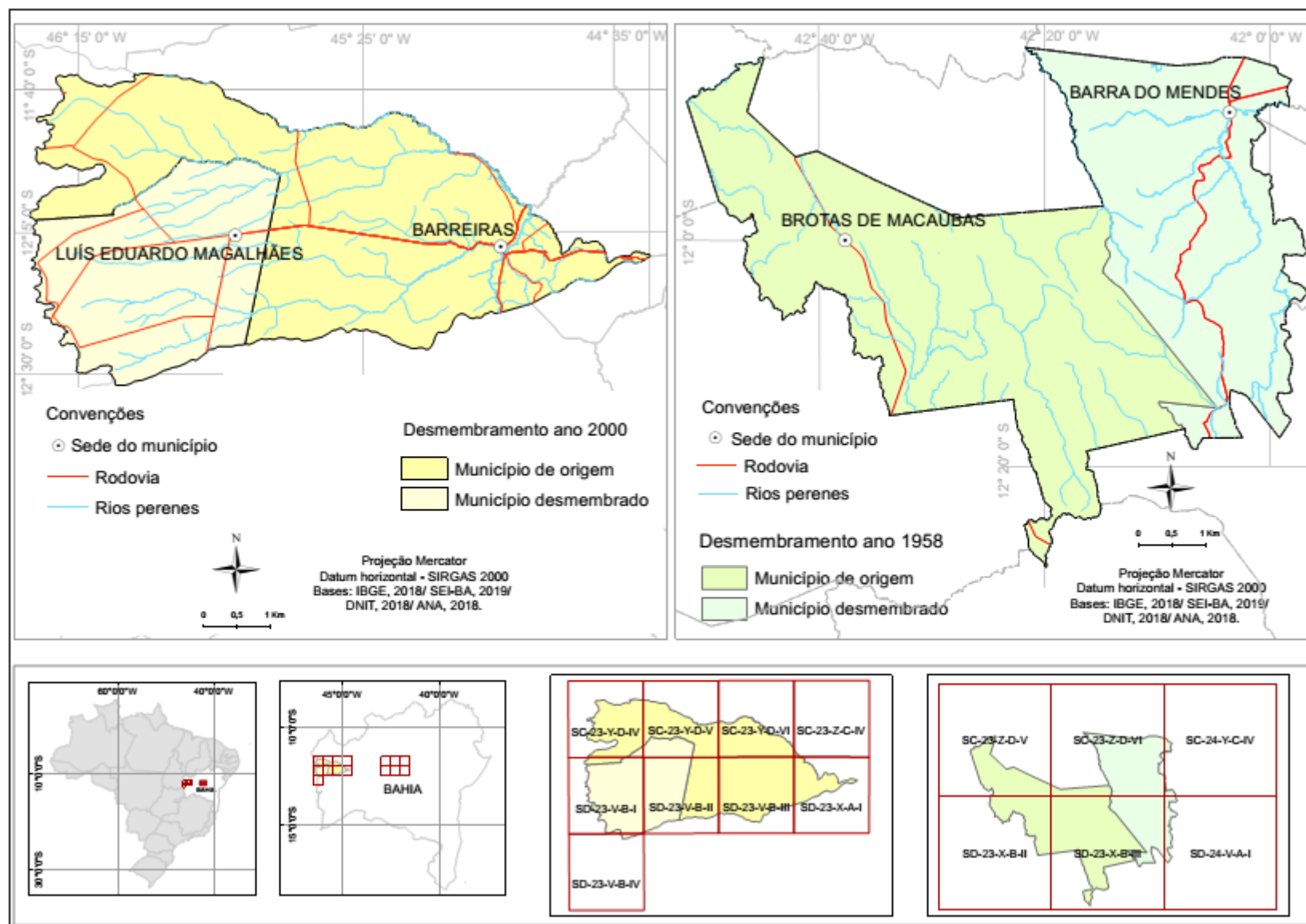


Figura 01 - Desmembramento dos municípios de Barra do Mendes (1958) e Luís Eduardo Magalhães (2000), na Bahia.
 Fonte: Organizado por Kátia R. Almeida, com base em IBGE (2015)

Várias são as motivações para que sejam criados municípios, como, econômicas por estagnação, com vista à melhoria dos dados econômicos a partir da emancipação; por dinamismo, como justificativa do poder do novo ente municipal de garantir sua própria sobrevivência econômica; administrativas, para que se alcance um maior convencimento da população e sua mobilização para a luta pela emancipação, e as questões políticas, em que há um esforço do líder político local nos melhoramentos para construir e/ou conservar sua posição de liderança (NORONHA, 1997).

Esse esforço se inicia no próprio processo de emancipação; sua força é evidenciada nas urnas e tem relação, também, com a ligação que o mesmo possui com lideranças regionais e nacionais, como deputados estaduais e federais, senadores, governadores, entre outros.

No processo de emancipação, o distrito de Barra do Mendes se apresentava como um mundo agrário arcaico e estagnado, havia assim o que Noronha (1997) chama de fator econômico por estagnação, com fortes argumentos de motivação administrativa, a partir da busca pela ampliação e melhoria dos serviços públicos.

Já o distrito de Mimoso do Oeste (atual município de Luís Eduardo Magalhães), que se desmembrou de Barreiras, se apresentava a partir de um mundo agrário arcaico, mas que havia se modernizado com a chegada dos gaúchos, sendo a motivação econômica por dinamismo.

Contudo, Luís Eduardo Magalhães e Barra do Mendes possuem várias características em comum, como o papel das lideranças políticas locais, da estrutura fundiária, da grande propriedade, do “coronelismo” ou mandonismo local, de um poder arcaico que não é do mundo moderno industrial, mas do mundo agrário tradicional.

Com relação à dinâmica populacional, Barra do Mendes tinha uma população de 13.610 habitantes no ano 2000 (IBGE, 2020), e de 13.987 em 2010, e população estimada de 13.865 habitantes em 2019, ou seja, não apresentou grandes alterações ao longo de 20 anos, e manifesta tendência de redução.

Enquanto Luís Eduardo Magalhães tinha 60.105 habitantes em 2010 e com uma estimativa populacional de 87.519 habitantes em 2019 (IBGE, 2010 e 2019a/c). Em 1991, quando ainda era distrito, contava com 6.600 habitantes. Em 01.08.2000 Luís Eduardo Magalhães tinha 18.757 habitantes (IBGE, 2000). Logo, em 19 anos esse número cresceu 4,7 vezes. Em 1960, dois anos depois da emancipação de Barra

do Mendes, este município contava com 9.025 habitantes (BRASIL, 1960), apresentando um crescimento de apenas 38% em mais de meio século.

As superfícies territoriais dos municípios também apresentam diferença significativa. Enquanto Barra do Mendes possui uma área de 1.586,629 km² (IBGE, 2019a), com uma densidade demográfica de 8,74 hab./km²; Luís Eduardo Magalhães possui uma área de 3.940,537 km² (IBGE, 2019b), e 22,21 hab./km².

Assim, compreende-se que são dois municípios do sertão baiano, mas em Territórios de Identidade e Regiões econômicas diferentes, apresentando aspectos físicos particularizados, bem como um processo histórico que os definem, com características sociais, econômicas e espaciais distintas.

As regiões econômicas são o resultado de uma forma de regionalização da Bahia, criada no início da década de 1990, com base na Lei ^o 6.349, de 17 de dezembro de 1991, definindo 15 regiões no estado da Bahia (Figura 02), e instituindo o Plano Plurianual de 1992-1995.

Segundo a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, os territórios de Identidade são o resultado de uma forma de regionalização que parte do reconhecimento da existência de 27 territórios, que consideram as especificidades de cada uma dessas áreas, o que inclui aspectos históricos, sociais, culturais e de identidade (SEPLAN, 2018). Segundo Serpa (2015), essa forma de regionalização se norteia nos procedimentos adotados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a regionalização dos territórios rurais, que se deu a partir de 2003.

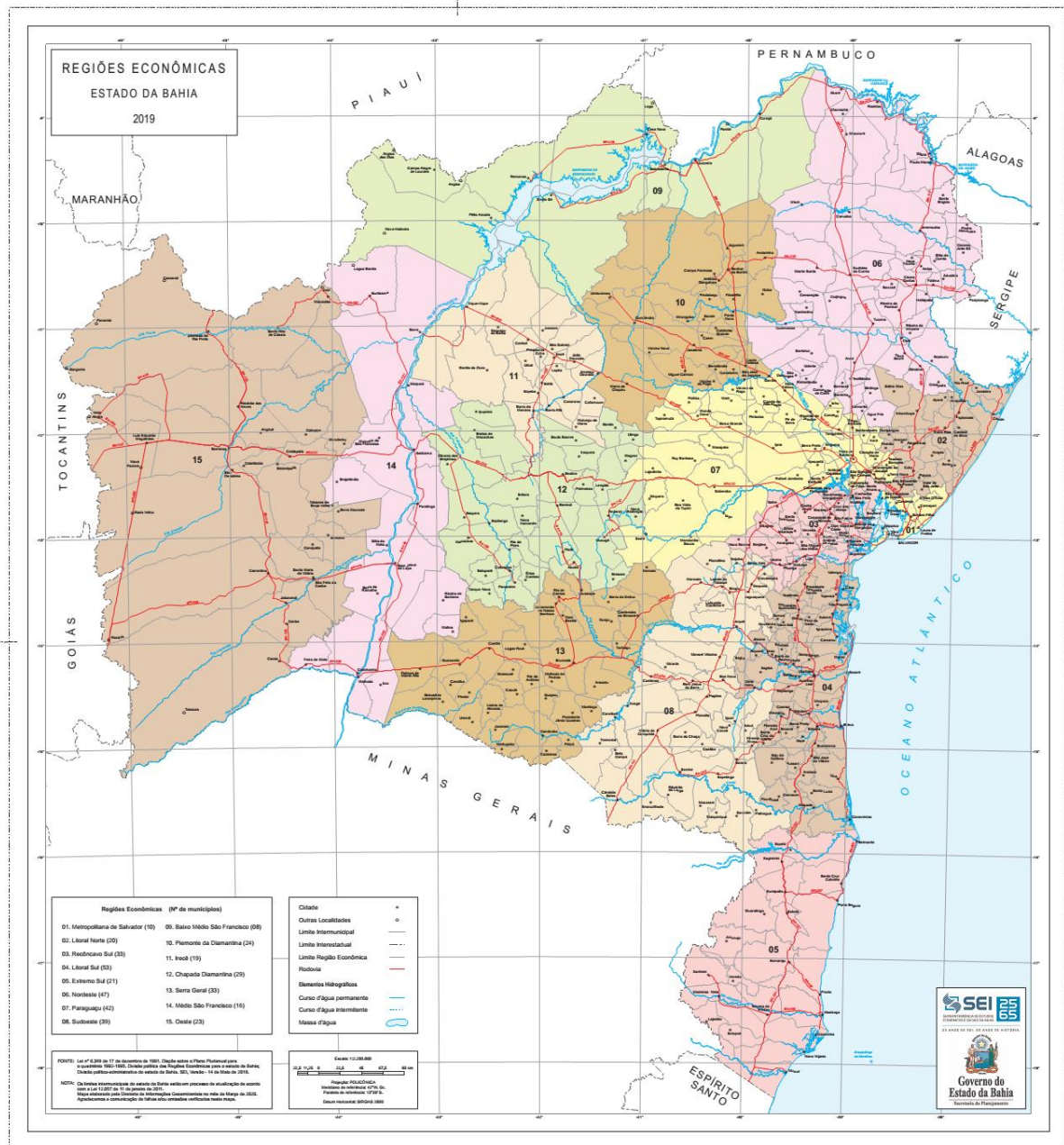


Figura 02 – Regiões geoeconômicas da Bahia (2019).

Fonte: SEPLAN / SEI, 2021a.

Os territórios de identidade foram instituídos a partir de 2007, substituindo as regionalizações anteriores. No mesmo ano os territórios passaram a fazer parte do Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual (CAPPA), e articulou-se com a maioria dos colegiados territoriais, que contam com a participação de representantes do poder público e da sociedade civil (SERPA, 2015). Outras secretarias foram inseridas no processo, resultando na produção de um mapa (Figura 03).

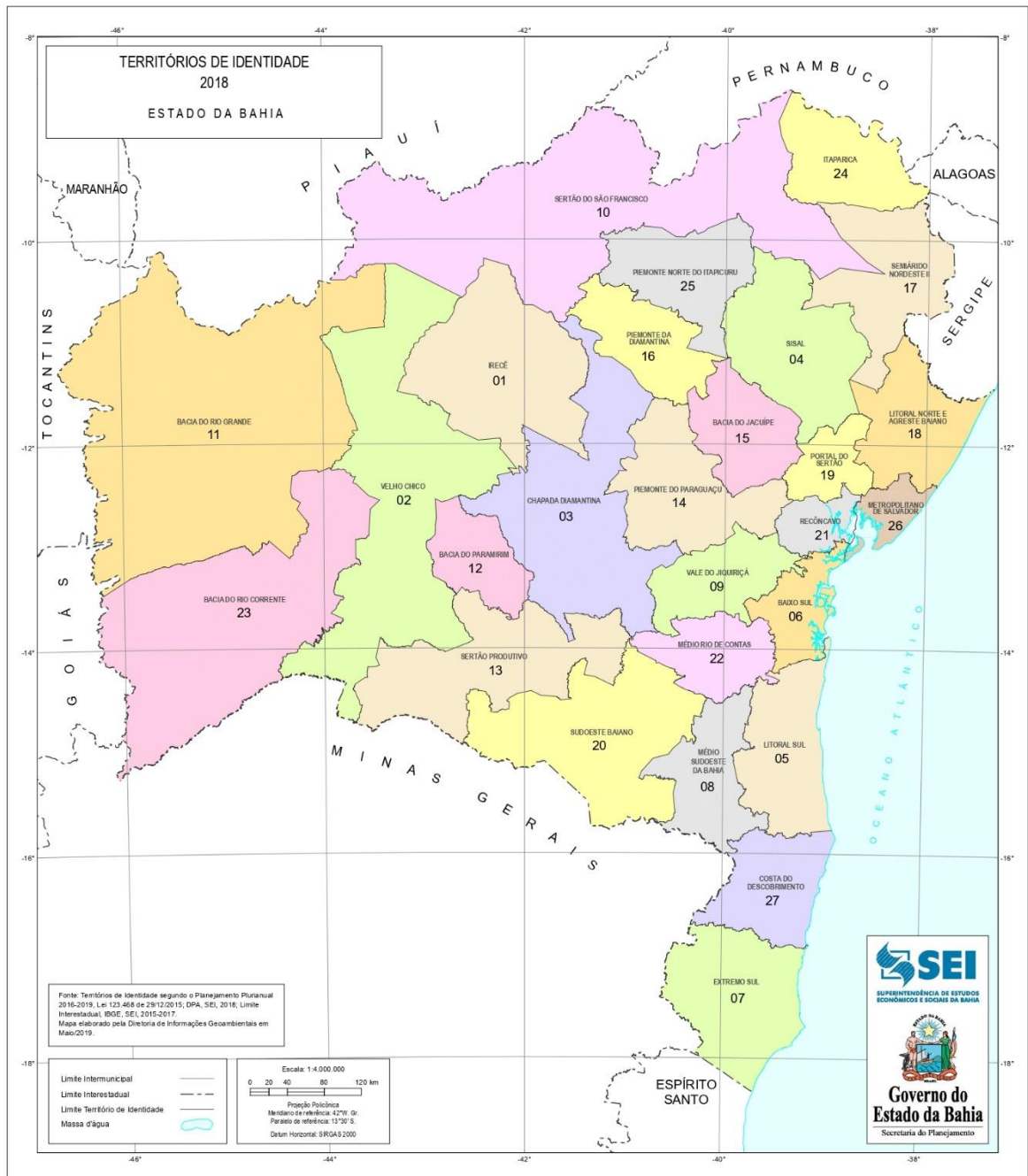


Figura 03 – Territórios de Identidade da Bahia (2018).

Fonte: SEPLAN / SEI, 2021b.

As motivações para o reconhecimento desses territórios a partir de uma identidade construída ao longo do tempo, é que essa forma de regionalização seja um instrumento que oriente políticas públicas na busca pela promoção da equidade e do desenvolvimento social em toda a Bahia. A SEI disponibiliza vários indicadores socioeconômicos dos territórios de identidade, possibilitando o uso dessas

informações para a promoção de políticas a partir das especificidades e anseios dos municípios pertencentes.

É preciso, porém, pensar na maneira como essa forma de regionalização foi instituída e na própria nomenclatura utilizada. O conceito território, sendo considerado na Ciência Geográfica para muito além de uma área física delimitada, e estando vinculado às relações de poder inerentes a um determinado espaço, está ainda longe de ser visto dessa forma no estabelecimento dos territórios de identidade.

A questão da identidade também precisa ser repensada, pois o sentimento de pertencimento nem sempre está vinculado à divisão a partir dessa regionalização. Observa-se uma tentativa das instituições estatais de mudança no formato da regionalização, de forma muito específica no estado da Bahia, considerando vários aspectos como: sociais, econômicos, culturais, históricos; mas instituída de forma muito verticalizada, sem considerar de fato os diversos agentes dos municípios mais fragilizados social e economicamente.

Ao buscar descentralizar, considerando-se a alta concentração das atividades econômicas e o volume de recursos públicos investidos na capital do estado, Salvador, formaram-se novas áreas concentradas, em que o volume de recursos é direcionado para os municípios que já polarizavam as atividades econômicas e políticas públicas em diversas áreas, principalmente, saúde e educação, com policlínicas regionais e universidades. Essa desconcentração concentrada não alcança os efeitos que se propunha de melhorias efetivas para os municípios pertencentes aos territórios de identidade.

Considerando-se as duas formas de regionalização, tanto as Regiões econômicas, quanto os territórios de identidade, o município Barra do Mendes encontra-se na região/território de Irecê. O município Luís Eduardo Magalhães integra a região Oeste e o território da Bacia do Rio Grande, já que nessa regionalização o Oeste Baiano é dividido em duas regiões, considerando as bacias dos seus rios.

Esses municípios tiveram distintas formas de integração à economia baiana, nordestina e brasileira, com a mineração no século XVIII em Barra do Mendes, e uma atual busca pela implementação do turismo; e o avanço da agricultura mecanizada em Luís Eduardo Magalhães a partir do início da década de 1980, com a soja como principal produto. Ambas, porém, com forte apelo rural e práticas tradicionais de relação de poder.

Com base no exposto até aqui, como hipótese de trabalho aponta-se a seguinte: considerando o papel do poder local no federalismo brasileiro, bem como a relação entre municípios, região e nação, em que medida os distintos agentes políticos, sociais e econômicos locais e em suas interações com outros agentes impulsionaram os processos de emancipação dos municípios: Barra do Mendes, em 1958, e em Luís Eduardo Magalhães, em 2000?

Para responder essa questão central, se buscou fazer uma revisão bibliográfica que elucidasse a problemática aqui apontada, no sentido de compreender as relações de poder que se tecem no espaço, considerando a categoria “território”, bem como as mudanças e permanências das relações arcaicas de poder, principalmente, o chefe político local e as práticas patrimonialistas e a estrutura fundiária no Brasil e nos municípios estudados.

Considerou-se ainda que há intrínsecas relações de poder entre os agentes locais, regionais e nacionais, o que motivou a busca pela compreensão da relação entre o município, a região e a União, a partir das ações dos diversos agentes nos processos de emancipação dos municípios estudados.

Também, para compreender os processos de emancipação a partir das relações que se estabelecem entre os diferentes agentes e instâncias de poder, foi observada na pesquisa a relação tempo e espaço, ou Geografia e História e demais ciências sociais e humanas; o trabalho de campo; e a escala geográfica de análise.

1.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A relação entre a teoria e a prática, bem como os procedimentos desenvolvidos para se chegar a determinadas considerações a respeito da tese aqui defendida, são importantes para que o leitor compreenda as condições socioculturais em que foi desenvolvida a pesquisa, conhecendo assim seus limites e seu alcance. Pelo fato de se tratar de duas realidades distintas, mas que guardam semelhanças entre si, com municípios que se emanciparam em contextos históricos e institucionais diferenciados, considera-se a relação tempo e espaço como fundamental para a compreensão desses processos. Neste sentido, Corrêa (2011) faz uma crítica aos geógrafos de modo geral, sendo o tempo negligenciado em seus estudos. Faz assim um tributo a Maurício de Abreu, pela importância que o autor deu ao passado na Geografia.

Para Corrêa (2019, p. 286), “Tempo – Movimento – Processo implica em Produção, enquanto Espaço – Pausa – Forma, por sua vez, implica em Organização. Produção e organização são os dois lados da mesma moeda”, podendo ser o espaço e o tempo inseparáveis conceitualmente, mas analiticamente podem ser separados.

Há uma discussão sobre as análises a partir dos processos ou acontecimentos históricos, que envolve a duração e a forma como se dão esses estudos. Braudel (1958/1990) ao trabalhar com a dialética da longa duração e o tempo lento, faz uma crítica à história tradicional da narração precipitada do tempo breve do acontecimento. Propõe então o estudo do passado em amplas seções, com períodos como, por exemplo, de dezenas de anos.

A sua análise crítica sobre o acontecimento, que direciona, principalmente, à ciência política, diz respeito ao estudo de um tempo breve, que dura apenas um momento, e não busca explicar de forma aprofundada. Também vê de forma negativa o uso maciço de documentos, pois esses não explicam tudo sobre determinado tema. Sua crítica à economia se dá pelo fato dessa ciência trabalhar com os “ciclos”, e mesmo ao considerar que as crises são estruturais, não se aprofundam no tempo, limitando-se apenas a partir de 1929. Já a história trabalha com as estruturas ao tratar dos problemas de longa duração.

Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer. Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. Mas todas elas constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites (envolventes, no sentido matemático) dos quais o homem e as suas experiências não se podem emancipar (BRAUDEL, 1958/1990, p. 14).

Mas o estudo da longa duração não é exclusivo da história, estando todas as ciências do homem interligadas; assim, “a totalidade da história pode, em todo caso, ser resposta como a partir de uma infraestrutura em relação a estas camadas de história lenta”, em que todos os níveis e fragmentações podem ser compreendidos a partir dessa profundidade (BRAUDEL, 1958/1990, p. 17). O autor acredita que o estudo do tempo presente não busca compreender a totalidade da história, não conseguindo entender o real, com uma análise apenas da sucessão de fatos e acontecimentos. Martins (2015) ao tratar do método regressivo-progressivo a partir de

um olhar de Henry Lefebvre⁸, também faz uma crítica às análises feitas a partir de etapas e sucessões.

Na questão metodológica aqui proposta, algo bastante inerente ao assunto, são as mudanças e permanências de comportamentos e relações de poder hierárquicas e desiguais nos processos de criação de vilas, cidades e municípios, e a reciprocidade informal entre as instâncias de poder, com a troca de favores. Cezar (2012) aponta para a relação entre passado e presente visto a partir de uma permanência, ou de um passado que insiste em ser presente.

A compreensão do passado para entender o presente, ou a análise do presente para se compreender as ações do passado, oferece possibilidades de entendimento de como se tecem as relações de poder hierárquicas e desiguais entre os agentes sociais concretos que impulsionam, a partir de seus interesses, os processos de criação de municípios, buscando alcançar ou se manter/perpetuar no poder político-institucional, ou mesmo obter vantagens econômicas a partir do município e suas instituições.

Ao mesmo tempo, considera-se que ocorrem certas mudanças, já que a sociedade é dinâmica. E essas mudanças se dão de forma diferenciada no tempo e no espaço; sendo as diferenças geográficas bem mais do que legados histórico-geográficos, pois “elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e sociológicos que ocorrem no momento presente” (HARVEY, 2006, p. 111). Há assim uma intrínseca relação entre o modo de produção e a Geografia e a História, pois “o domínio dos espaços e tempos é um elemento crucial na busca do lucro (HARVEY, 1989/2011, p. 207).

Pereira (2012) busca analisar a história do tempo presente como um campo científico da História, em que se apresentam diversas questões a serem debatidas: o risco de pretender o historiador ser o juiz com relação aos fatos históricos; outra questão é o período histórico que seria a partir de balizas móveis, no sentido de buscar um marco inicial, tendo relação com rupturas, ser o tempo em que vivemos, ou época em que as testemunhas ainda estão vivas.

Buscar analisar a ação dos agentes políticos espaciais nos processos de

⁸ O método regressivo-progressivo teria: um momento descritivo; depois um momento analítico-regressivo, a partir de uma interdisciplinaridade; posteriormente, a dialética histórico-genético de Lefebvre, buscando compreender as contradições sociais históricas (MARTINS, 2015).

emancipações é considerar também o fato histórico, tanto com relação a um tempo mais longínquo, como com relação a um passado recente, e mesmo a comparação entre ambos. A definição de uma data se dá apenas para identificar marcos, mas compreende-se que se trata de um processo, muitas vezes inacabado, em que se pese a autonomia do ente federativo, e os interesses de grupos, que envolvem questões políticas, econômicas e sociais.

A questão que se coloca então é se analisamos o tempo presente, ou os períodos longos; se buscamos compreender a história em sua totalidade ou os acontecimentos; se consideramos as permanências ou as mudanças. Não é possível tratar essa problemática de forma simplória. Há uma complexidade que envolve a Geografia e sua relação com a história. Lacoste (1989) ao analisar a obra de Braudel, diz que é evidente tratar-se de uma Geografia histórica, sendo este autor um grande historiador e também geógrafo, na busca pela compreensão do mundo mediterrâneo no século XVI e do conjunto do mundo nos séculos XVI a XVIII, a partir da consideração dos tempos longos, suas permanências e repartições. Mas Lacoste tem uma visão diferente da Geografia. Assim, coloca que:

[...] é justamente essa concepção de geografia que eu denunciei e que combato e que, ao contrário, é uma geografia da ação, do movimento, uma geografia das relações de força e daquilo que se arrisca nas lutas territoriais – enfim, uma Geopolítica, que me esforço em promover com a revista Hérodote (LACOSTE, 1989, p. 176).

As mudanças acontecem de forma lenta, e isso ocorre também com os processos de emancipação. Para Coutinho (1979), as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma “via prussiana”, ou seja, através da conciliação entre as frações das classes dominantes, de medidas aplicadas “de cima para baixo”, com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional.

Essas transformações “pelo alto” tiveram como causa e efeito principais, as permanentes tentativas de marginalizar as massas populares, não só da vida social em geral, mas, sobretudo, do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais, ou seja, “construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia do sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação

popular” (COUTINHO, 1979, p. 46)⁹.

Se considerarmos os diferentes contextos das emancipações aqui referidas, uma que se arrastou ao longo da primeira metade do século XX, com início em 1917 e concretizando-se em 1958 (Barra do Mendes), e outra na passagem do século XX para o XXI (Luís Eduardo Magalhães), pouco se verifica de mudança entre os dois processos. Embora tenhamos o avanço da urbanização e dos meios de transporte e de telecomunicações, há ainda uma forte presença de formas arcaicas de relação de poder, com uma relação entre os governos e os donos de terras, num sistema de troca, em que a garantia de favores prestados se dá de forma mútua.

Desse modo, a mais marcante continuação do passado, ou o passado no presente, é a manutenção da estrutura fundiária no Brasil. Assim, temos um “passado que não passa”, como pode ser analisado na obra de Leal (1949/2012), ao se comparar com o tempo presente, em que se observa que muita coisa não mudou desde a sua publicação, ainda que se considere a mecanização e o forte êxodo rural.

Essa afirmação, porém, não se trata de uma conformação, mas de compreender esses processos a partir do político, com uma análise que se estabelece no bojo das relações capitalistas do modo de produção, e que encontra suas especificidades no Brasil, e mais ainda no Nordeste e no sertão baiano, em que as mudanças ocorrem sem que sejam alteradas as estruturas, ou seja, com uma estrutura fundiária e de poder que comportam os privilégios de grupos e de classes, baseado na reciprocidade entre os agentes das mais variadas escalas, bem como das diversas instâncias de poder.

1.2.1. O trabalho de campo

O trabalho de campo foi realizado para uma melhor elucidação das questões ora apresentadas; muito utilizado nas pesquisas em Geografia e que tem acompanhado o desenvolvimento do pensamento geográfico desde antes de sua sistematização enquanto ciência. Porém, tem sido pouco evidenciado no que diz respeito à forma como é realizado, no sentido de que os geógrafos não têm mostrado em seus trabalhos o desenvolvimento do campo, o que impossibilita inclusive um

⁹ É importante lembrar, porém, que este texto foi escrito em 1979, período da ditadura militar, e que se trata de organismos da democracia direta. Talvez tivéssemos mais elementos no texto se já existissem os mecanismos institucionalizados de participação popular, criados a partir da Constituição Federal de 1988.

conhecimento da experiência dos pares, para que os mesmos “erros” não venham a ser novamente cometidos¹⁰.

Fala-se da importância do campo para a Geografia, mas pouco se questiona a sua relação com o objeto de estudo a ser pesquisado, a sua real necessidade diante dos mais variados temas de pesquisa e a sua especificidade na mesma. Desde os primórdios da geografia o trabalho de campo tem sido fundamental, mas ao mesmo tempo traz também uma forte carga empirista.

Assim, nos primórdios, o trabalho de campo que era parte fundamental do método, aos poucos vai se transformando no próprio método, isto é, de parte do método, torna-se o método, fruto do predomínio de uma concepção empirista que despreza a teoria e atribui à descrição da realidade a condição de critério de verdade (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p. 53).

Por ter sua sistematização como base os postulados do positivismo sob a influência das ideias de Augusto Comte, a aceitação de um único método capaz de dar conta da realidade, e dualidades que até hoje não foram superadas, muitas vezes o trabalho de campo é visto como desnecessário, entendendo-o como descritivo e separado da teoria, com uma supervalorização desta, ou o uso de dados e informações em um estudo fortemente descritivo.

O fantasma do empirismo que ronda a produção do conhecimento geográfico leva muitas vezes o pesquisador a reflexões teóricas elaboradas, mas sem a fundamentação empírica necessária à demonstração e à validação dos conceitos, que aparecem não raro descolados da realidade. Ou então se tem o oposto: bons bancos de dados e técnicas elaboradas de representação da realidade, sem a reflexão teórica necessária e fundamental à compreensão e análise crítica do conteúdo empírico pesquisado. Essa separação não existe e é um construto artificial, teoria e trabalho de campo são dois lados da mesma moeda (SERPA, 2006, p. 10).

Portanto, considera-se que para a pesquisa em questão, o trabalho de campo tenha sido de extrema importância, para revelar o perfil dos agentes das emancipações, sendo estes: locais, regionais e nacionais; as relações entre os mesmos, seus interesses, intencionalidades e ações efetivas; tudo isso a partir da observação, análise de arquivos públicos e entrevistas semiestruturadas, buscando assim compreender a partir da categoria ‘território’, as relações de poder inerentes a esses processos, com base nos diferentes contextos sócio-espaciais e históricos.

¹⁰ Pires do Rio (2011, p. 50) faz uma crítica aos trabalhos de dissertação e tese em que não são apresentados os respectivos trabalhos de campo, bem “como, porquê e quando” essa prática é realizada.

Os procedimentos metodológicos utilizados pela Geografia não são exclusivos dessa ciência. Assim, foi preciso certo cuidado no uso dessas ferramentas, como a observação, a caderneta de campo e a fotografia, a aplicação de questionários e entrevistas, entre outros procedimentos. Um ponto levantado por Fry (2011) são as entrevistas gravadas, importantes, mas que não revelam a vida e as relações sociais como elas realmente são; colocando a importância das observações, sem o receio de serem consideradas não-científicas, ou pouco objetivas, se comparadas às entrevistas formais. É nesse sentido que se buscou a partir do entrevistado, analisar se seria produtivo fazer a entrevista gravada, ou se seriam apenas anotados os pontos relevantes do entrevistado.

O uso da caderneta de campo, além de “observar e escutar as pessoas, e não as interrogar para preservar suas iniciativas de classificação e o domínio sobre suas palavras” (WEBER, 2009, p. 27). Outra crítica é sobre a pesquisa por questionário, tanto no sentido de que muitas vezes o pesquisado responde aquilo que acredita agradar ao pesquisador, quanto com relação à formulação das perguntas, onde existe muitas vezes um distanciamento social e linguístico.

Para além do fato de que, ao longo de uma pesquisa por questionário, o pesquisado procure agradar o pesquisador, inventando respostas que, em seu entender, deverão satisfazê-lo, pode ser que a formulação da questão não tenha qualquer sentido para o questionado ou antes que não tenha outro sentido senão a confrontação entre dois universos sócio-linguísticos hierarquizados. Estas dificuldades são ainda mais evidentes quando a distância social entre o pesquisador e pesquisado é maior (WEBER, 2009, p. 29).

Dessa forma, optou-se por não se fazer questionários, visto que em outras duas experiências de pesquisas em municípios emancipados, realizadas no mestrado, as respostas se repetiam para afirmar que a emancipação trouxe benefícios. Como essa pesquisa foca no processo e não nos resultados, não trabalhamos com as perguntas de questionários.

Segundo Pires do Rio (2011) poucos textos que tratam da questão do campo em Geografia se debruçam sobre a relação sujeito-objeto, com exceção do texto de Suertegaray (2002), que coloca que entre os diferentes temas identificados nessa literatura, encontra-se a palavra “campear”, que significa “procurar”, entendendo assim a pesquisa como uma busca.

Ao buscar compreender os trabalhos de campo na Geografia, Serpa (2006) defende que há uma especificidade dessa ciência, sendo que esta possibilita um recorte, análise e conceituação espacial, bem como a busca pela superação das ambiguidades e dicotomias. Coloca-se ainda a necessidade de não separação entre a metodologia e a teoria, e entre a operacionalização e os conceitos utilizados. As proposições aqui elaboradas, a partir dos procedimentos metodológicos, se dá pela intencionalidade de alcançar os objetivos propostos, bem como das teorias e conceitos debatidos ao longo do texto desta tese.

A partir da abordagem sobre o campo na Geografia, é que se coloca aqui a necessidade ou não da pesquisa NO campo. A pesquisa DE campo não é necessariamente ir ao terreno, podendo ser realizado na biblioteca ou em arquivos, com a análise de revistas, jornais e documentos históricos; usando a internet, sensoriamento remoto; dados estatísticos no próprio gabinete, entre outros. A pesquisa no “terreno” depende de diversos fatores: a distância do lugar em que se dá a pesquisa, o tamanho do recorte espacial pretendido; a disponibilidade de tempo do pesquisador e a disponibilidade de recursos financeiros.

Na pesquisa ora posta, foi possível realizar tanto a pesquisa DE campo, quanto a pesquisa NO campo. Os dados “secundários” (no sentido de que não foram produzidos pela autora), foram pesquisados nos diversos arquivos públicos, bibliotecas e institutos, bem como jornais, prefeituras e arquivos pessoais, com o acesso a arquivos de domínio público ou particular não disponibilizados na internet, como: leis, atas, notícias e documentos históricos diversos. No quadro 01 encontra-se a relação das cidades visitadas, os locais de acesso aos arquivos e o período em que foi realizada a pesquisa.

QUADRO 01 – DESCRIÇÃO DO CAMPO

Município	Período	Local do acesso aos arquivos
Rio de Janeiro	junho de 2016 a março de 2017	Arquivo Nacional e as bibliotecas: Parque Estadual e Nacional; bibliotecas da Fundação Getúlio Vargas, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.*
Salvador	18/04 a 24/04/2017	CAB: Assembleia Legislativa da Bahia (Biblioteca e Comissão Especial de Divisão Territorial e emancipação); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI); Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), Arquivo Público do Estado da Bahia e bibliotecas.
Barreiras	25/04 a 26/04/2017	Prefeitura e Câmara de vereadores, residências de historiadores e advogados conhecedores da história da localidade, jornais locais, Associação de Agricultores de Irrigantes da Bahia (AIBA).
Luís Eduardo Magalhães	27/04 a 29/04/2017	Câmara de Vereadores e Prefeitura.
Barra do Mendes	30/04 a 02/05/2017	Escritório/residência de historiadores que contam a história local, agricultores, ex-prefeitos e Prefeito atual.
Irecê	03/05/2019	Residência do primeiro Prefeito de Barra do Mendes.
Brotas de Macaúbas	04/05 a 05/05/2017	Residência do atual Prefeito; escritório/residência de historiadores que relatam a história local.
Retorno a Luís Eduardo Magalhães	06/05 a 08/05/2017	Rádio Cidade, Cachoeira Acaba Vidas, observação de vários bairros da cidade, escritório particular do Secretário de Planejamento; Prefeitura.
Brasília	09/05/2017	Câmara de Deputados e Senado Federal.
Retorno a LEM	10/05/2017	Prefeitura
Retorno a Barreiras	10/05/2017	
Retorno ao Rio de Janeiro	11/05/2017	

Fonte: Elaborado por K. R. Almeida, 2017.

* Também foi visitado o Palácio do Itamaraty, mas não foi possível obter nenhum dado ou informação, pois estava em manutenção. No site também nada foi encontrado.

Na figura de 04, e nos anexos de A a C, pode ser observado o percurso realizado a partir de recortes intermunicipais e interestadual. A pesquisa teve início no Rio de Janeiro, com a busca de dados e informações em vários órgãos, citados no quadro 01, com continuidade em arquivos públicos, e órgãos governamentais em Salvador, inclusive com entrevistas. Após Salvador, o próximo destino foi Barreiras. Esse trajeto é mostrado na figura 04.

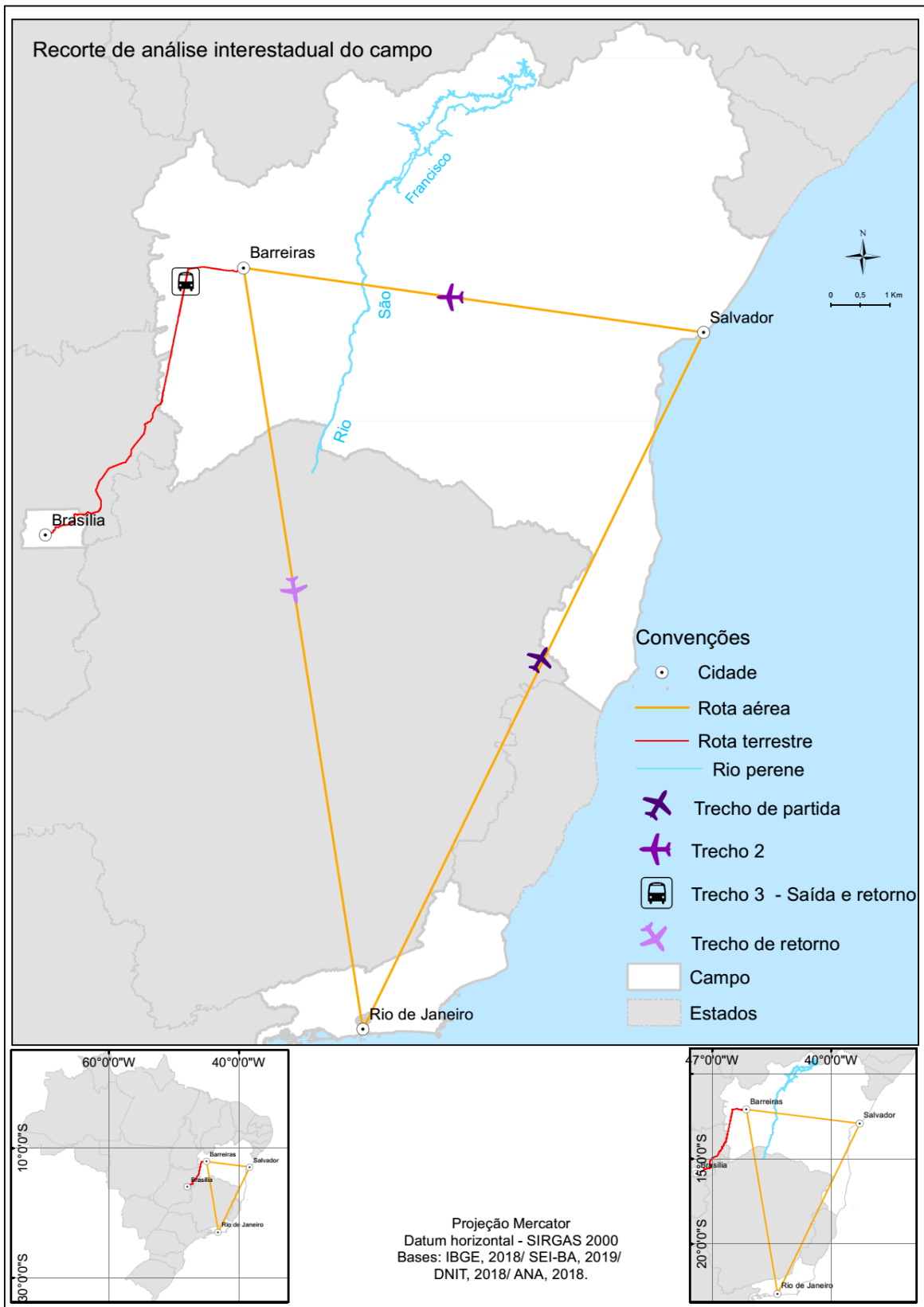


Figura 04 – Recorte de análise Interestadual do campo, 2017.
 Fonte: Fonte: Organizado por Kátia R. Almeida, com base no trabalho de campo, 2017.

A partir de Barreiras foi dada continuidade aos trabalhos no município Luís Eduardo Magalhães e depois em Barra do Mendes e Irecê, com busca de dados secundários e também entrevistas semi-estruturadas nos quatro municípios (Anexo A). A visita a Irecê não foi planejada, mas enquanto eu estava em Barra do Mendes eu obtive a informação de que o primeiro prefeito do município, Aurelino Alves Barreto, e a primeira-dama, Hildete Alves Barreto, residiam no município de Irecê. Assim, eu me desloquei para Irecê com o objetivo de conduzir entrevistas com o ex-prefeito e ex-primeira-dama de Barra do Mendes. As entrevistas ocorreram com êxito.

Do município de Irecê, seguiu-se para Brotas de Macaúbas, cujo território foi desmembrado para a criação de Barra do Mendes pela primeira vez em 1917, e, posteriormente, em 1958, com a restauração do município com pequena parcela do território do município Gentil do Ouro. Posteriormente retorna-se a Barreiras (Anexo B). De Barreiras, seguiu-se para Brasília com o objetivo de conduzir entrevistas com agentes políticos nacionais; com retorno posterior ao município Luís Eduardo Magalhães, para realizar entrevista com a Senhora (Sra.) Jusmari Terezinha de Souza Oliveira, que mesmo após várias tentativas, ainda não havia sido possível entrevistá-la (Anexo C).

Buscando responder algumas questões, tais como: quais os agentes favoráveis e contrários à emancipação municipal e o porquê de certos posicionamentos? Quais as negociações feitas entre os dois grupos ou no interior de cada grupo, principalmente, do grupo vencedor, significando a divisão dos cargos e de poderes no novo município? Quais os embates e as heranças dos velhos coronéis da Chapada e da região de Irecê ou do antigo sertão do Além São Francisco na criação dos municípios? Como as elites políticas de Salvador interferiram nesse processo? Quais as motivações políticas, sociais e econômicas? Qual o peso da questão regional, e, mais especificamente, dos sertões baianos? Qual o papel do município no federalismo brasileiro? Qual o contexto institucional dos processos de emancipação? Em que medida o novo município passa a ter uma justiça territorial distributiva a partir do exercício do poder político?

Tudo isso foi feito a partir da observação, buscando fugir dos riscos de banalização do trabalho no campo, com o uso de imagens e paisagens sem qualquer conexão com o desenvolvimento da pesquisa (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006); a partir também de entrevistas semiestruturadas com políticos a favor e contra a

criação dos municípios pesquisados, pessoas de antigos partidos, sindicatos dos trabalhadores rurais, buscando entender o porquê e quais as estratégias usadas.

Conforme já mencionado, a pesquisa em campo ocorreu nos municípios de: Rio de Janeiro, Salvador, além de Barreiras e Brotas de Macaúbas (municípios de origem), Luís Eduardo Magalhães e Barra do Mendes (municípios criados) e Irecê, onde buscou-se ter acesso a atas, leis, decretos e nomeações, e documentação genérica relacionadas aos processos emancipatórios.

Com relação à busca de arquivos, Bacellar (2005, p. 51) alerta para o mau uso dos arquivos, e de como é preciso tomar algumas precauções ao utilizar essa ferramenta nas pesquisas¹¹, pois “o iniciar de uma pesquisa exige a localização de fontes. De modo geral, é preciso verificar, ao se propor um tema qualquer, quais conjuntos documentais poderiam ser investigados em busca de dados”.

No que diz respeito à entrevista, é preciso estar atento ao que se quer investigar e à linguagem utilizada. Ao tratar da história oral, François (1996/2006) argumenta que ela é mais que uma técnica do tempo presente, pois pode evidenciar períodos traumáticos da história, como a Alemanha nazista. Joutard (1996/2006) traz a diferença no trato das entrevistas entre os estudos políticos e os antropológicos. Estes, desenvolvidos posteriormente, investigam de forma mais aprofundada, inclusive, entrevistando testemunhas que não somente os atores principais, o que foi também incorporado à história oral política, com vista a complementar com outros documentos¹².

Na escolha daqueles que seriam entrevistados na presente pesquisa, alguns nomes foram levando a outros. As tentativas de marcação delas começaram cerca de dois meses que antecederam à viagem para o campo. Mesmo já marcadas, algumas foram bem difíceis de ser realizadas, principalmente a entrevista da principal articuladora do processo de emancipação de Luís Eduardo Magalhães: Jusmari Terezinha de Souza Oliveira. As tentativas de marcação ou de remarcação das entrevistas e de busca de material ocorreram a partir de mensagens de E-mail,

¹¹ No uso de arquivos o pesquisador precisa estar atento a alguns pontos: as normas de transcrição e edição de documentos manuscritos, conhecendo ainda o significado das palavras e das expressões; referência do mesmo, bem como uma contextualização, buscando observar ainda que não há neutralidade nesses arquivos (BACELLAR, 2005).

¹² A história oral é também chamada por alguns de: arquivo oral ou fontes orais (JOUTARD, 1996/2006).

ligações, aplicativo de mensagens – Whatsapp, além das idas presencialmente ao local de trabalho, e por vezes, residências.

Joutard (1996/2006) coloca que é preciso avançar no uso da história oral, para que esta não seja marginalizada, mas também que não haja uma banalização em seu uso. Já Tourtier-Bonazzi (1996/2006), considera três questões para o uso do testemunho oral a partir das entrevistas: selecionar bem os testemunhos, criando uma relação de confiança entre o entrevistado e o entrevistador; o lugar da entrevista, que pode ser realizada na casa ou trabalho do entrevistado; e o roteiro de entrevistas, que pode ser dirigida, não-dirigida ou semidirigida (estruturada, não-estruturada ou semiestruturada), sendo esta última o meio termo entre o monólogo da testemunha em uma entrevista não-dirigida, e um interrogatório direto com a entrevista dirigida. Nesse sentido, é necessário estar atenta ainda às formas de transcrição de depoimentos gravados, em que os historiadores argumentam que deve haver seleção de palavras, enquanto os arquivistas defendem a transcrição na íntegra.

Na presente pesquisa, optou-se por fazer a transcrição na íntegra das entrevistas, com exceção de algumas passagens confusas e que não muito acrescentariam ao trabalho de tese. O uso dessas transcrições foi feito através de citações diretas e indiretas, com vistas a uma melhor compreensão do conteúdo e das análises elaboradas a partir da correlação entre as teorias, documentações, dados e informações não produzidas pela autora; e a produção de informações levantadas no campo.

O trabalho de campo, e mais especificamente as entrevistas, se fizeram importantes para confrontar os diferentes argumentos, contradições e interesses que envolvem esses processos. No caso do município de Barra do Mendes, mesmo tendo se emancipado no ano de 1958 foi possível encontrar pessoas que fizeram parte do processo naquele período; além de um excelente e volumoso arquivo pessoal do Senhor (Sr.) Liandro Sousa, mais conhecido como Liandro Antiques, com atas, jornais, revistas, entre outros documentos da história de Barra do Mendes.

Esses arquivos não compõem uma verdade dos fatos, mas em conjunto com outras fontes de investigação foram fortes instrumentos de análise dos processos de emancipação desse município, na medida em que os discursos e práticas dos agentes políticos vão sendo evidenciados.

Assim é que se fez uma análise dos discursos, buscando compreendê-los a partir do contexto em que eles foram escritos, bem como as construções ideológicas

que se fazem presentes no texto, e também na oralidade a partir das entrevistas. Novamente espaço e tempo são as bases para a análise de um determinado discurso, a partir do enunciador. Buscou-se assim articular o texto com a história e a sociedade.

Ao analisarmos o discurso, estaremos inevitavelmente diante da questão de como ele se relaciona com a situação que o criou. A análise vai procurar colocar em relação o campo da língua (suscetível de ser estudada pela Linguística) e o campo da sociedade (apreendida pela história e pela ideologia) (GREGOLIN, 1995, p. 17).

Compreendendo que não há neutralidade nos trabalhos científicos, e menos ainda nos discursos, estes se apresentam a partir de uma carga simbólica, em que se unem linguagens e sujeitos, a partir também de suas histórias e do meio em que vivem. Os discursos estão também ligados à memória a partir de ideologias, daquilo que é escrito ou dito, ou daquilo que se omite, que também se constitui sentidos. Constrói-se assim, um dispositivo de interpretação (ORLANDI, 2009).

Orlandi (2009) propõe uma teoria materialista do discurso, em que se possam considerar sujeitos e sentidos a partir da ideologia; e coloca que para a análise do discurso não se trata apenas da transmissão de informações, havendo um processo de significação do sujeito, de sua argumentação e da forma como ele constrói a realidade. Assim, “um dos pontos fortes da Análise de Discurso é ressignificar a noção de ideologia a partir da consideração da linguagem” (ORLANDI, 2009, p. 45).

Agora partimos para a questão da escala. Para Castro (1995/2012, p. 123) “a escala é, na realidade, a medida que confere visibilidade ao fenômeno. Ela não define, portanto, o nível de análise, nem pode ser confundida com ele, estas são noções independentes conceitual e empiricamente”. Assim, não há hierarquia entre os diferentes recortes territoriais mais ou menos válidos nos trabalhos de campo e pesquisa em Geografia; sendo a análise a partir desses recortes que define a pesquisa.

A escolha dos municípios aqui estudados tem, porém, uma lógica na medida em que se busca elucidar as relações entre os agentes políticos locais, regionais e nacionais, com vista à criação de novas unidades subnacionais, em contextos institucionais específicos. A escala foi pensada a partir dos diferentes níveis de governo, considerando o local ou município, não como algo isolado; mas como um subsistema integrado a um sistema maior.

Esse subsistema tende a buscar alternativas para o desenvolvimento, no sentido de garantir uma organização social que atenda às necessidades da população; mas o que tem acontecido a partir de uma competitividade entre os lugares, é a busca pelo crescimento econômico, que nem sempre está atrelado ao desenvolvimento social.

Ao considerar o desenvolvimento local, Silveira (2008) argumenta que não se trata de uma questão de escala, mas de natureza, a partir de um desenvolvimento que não leve em consideração somente o crescimento econômico, que não seja excludente e concentrador, com uma ativa participação social, o que levaria a um aprofundamento da democracia, com o protagonismo de diversos agentes, não somente institucionais, proporcionando mudanças na cultura política. O clientelismo, o corporativismo institucional e a violência são apontados por Silveira (*op. cit*) como obstáculos para uma cultura política emancipadora e participativa.

Ao basear-se nos ativos locais e em mecanismos inovadores de cultura política, planejamento e gestão, que combinam aprofundamento da democracia de base e articulação em rede (os dois elementos-chave da questão da governança), as experiências de desenvolvimento local indicam, ao mesmo tempo, novos referenciais para as políticas públicas e possibilidades práticas alternativas para o modelo de desenvolvimento até então dominante (SILVEIRA, 2008, p. 64).

Ao analisar o poder local no federalismo brasileiro, considera-se que estão presentes múltiplas escalas e agentes na defesa de interesses de grupos, sendo apresentado discursos espaciais, com base no desenvolvimento local e/ou regional. A partir dessa perspectiva é que se buscou analisar os discursos pró e contra as emancipações, a partir das entrevistas e documentações.

Foi então realizada uma pesquisa com base em dados estatísticos, considerando as diversas instituições, como: a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), entre outros. Em campo foram desenvolvidas atividades como: observação, busca de arquivos públicos e entrevistas semiestruturadas. As atas e demais arquivos, bem como as entrevistas foram considerados a partir da análise do discurso.

São cerca 23 horas de gravações distribuídas em 32 entrevistas; 7 entrevistas realizadas em Salvador: 5 entrevistas e uma reunião com os deputados da Comissão Especial de Divisão Territorial e Emancipação; 1 entrevista com uma técnica da

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; 1 com um jornalista de Salvador, conhecedor da história do coronelismo no antigo Fundão de Brotas e, de forma mais específica, sobre a vida e morte do coronel Horácio de Matos; 6 entrevistas no município de Barreiras, sendo 1 pedagoga e pesquisadora da história da formação do Oeste baiano, em especial sobre Barreiras e o processo de emancipação municipal de Luís Eduardo Magalhães, desmembrado de Barreiras; 1 advogado, que fez sua monografia sobre esse processo; 1 vereador desse município; 2 jornalistas responsáveis pelo blog do Itapoan e o Jornal Nova Fronteira; e 1 engenheiro agrônomo da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA); 5 entrevistas em Luís Eduardo Magalhães, sendo: o Procurador Geral do município, uma vereadora do município; o secretário de planejamento, o Prefeito e a atual Secretária de Desenvolvimento Urbano da Bahia, e principal articuladora do processo de emancipação do município Luís Eduardo Magalhães (Quadro 02).

QUADRO 02: Entrevistas no Campo

Nº da entrevista / data	Local da entrevista	Entrevistada(o)	Ocupação
Nº 1. (19/04/2017)	Salvador (Assembleia Legislativa da Bahia - ALBA)	Bira Coroa	Deputado estadual (Presid. da Com. Especial de Divisão Territorial e Emancipação)
Nº 2. (19/04/2017)	Salvador (ALBA)		Deputado estadual*
Nº 3. (19/04/2017)	Salvador (ALBA)		Deputado estadual*
Nº 4. (19/04/2017)	Salvador (ALBA)		Deputado estadual*
Nº 5. (19/04/2017)	Salvador (ALBA)		Técnico do IBGE
Nº 6. (20/04/2017)	Salvador (SEI)	Rita Luquini	Técnica do setor de limites da
Nº 7. (24/04/2017)	Salvador (IGHB)	Valber Carvalho	Jornalista
Nº 8. (25/04/2017)	Barreiras (Residência)	Ignez Pitta Almeida	Pedagoga/pesquisadora local.
Nº 9. (25/04/2017)	Barreiras (Residência)	Gilmar Almeida Souza	Advogado / pesquisador local
Nº 10.(26/04/2017)	Barreiras (Câmara de Vereadores)	Antônio Carlos de Almeida Matos	Vereador e funcionário público federal.
Nº 11.(26/04/2017)	Barreiras (Jornal)	Itapuan de Vasconcelos Leitão da Cunha	Jornalista e colunista.
Nº 12.(26/04/2017)	Barreiras (ALBA)	Luís Stahlke	Engenheiro Agrônomo
Nº 13.(26/04/2017)	Barreiras (Jornal Nova Fronteira)	Eduardo Vencato Lena	Jornalista.
Nº 14.(27/04/2017)	Luís Eduardo Magalhães	Cleidenei Roseli Bosa	Vereadora e agricultora.
Nº 15.(27/04/2017)	Luís Eduardo Magalhães	Teófilo Jerônimo penno da Silva	Procurador Geral do município.
Nº 16.(30/04/2017)	Barra do Mendes	Liandro Manoel Sousa	Historiador / pesquisador da história local
Nº 17.(01/05/2017)	Barra do Mendes	Wesio Rodrigues Pimentel	Agricultor e técnico em radiologia.
Nº 18.(01/05/2017)	Barra do Mendes	Eduardo Teixeira Mendonça	Historiador, cinegrafista, poeta e adm. no hospital local.
Nº 19.(02/05/2017)	Barra do Mendes	Miguel Pimentel Filho	Agricultor.
Nº 20.(02/05/2017)	Barra do Mendes	José Carlos Sodrê dos Santos	Prefeito de 1997 a 2004.
Nº 21.(02/05/2017)	Barra do Mendes	Maria da Glória Soares Dourados	Pedagoga e Ex-coordenadora na CAR.
Nº 22.(02/05/2017)	Barra do Mendes	Valdomiro Figueiredo Bastos	Prefeito de 1982 a 1988.
Nº 23.(02/05/2017)	Barra do Mendes	Armênio Sodrê Nunes	Prefeito atual pelo segundo mandato consecutivo.
Nº 24.(02/05/2017)	Barra do Mendes	Manoel Gabriel dos Santos	Prefeito de 1992 a 1996.**
Nº 25.(03/05/2017)	Irecê	Hildete Miranda Lima Barreto	Ex-professora e delegada escolar.***
Nº 26.(03/05/2017)	Irecê	Aurelino Alves Barreto	Prefeito de 1959 a 1962.
Nº 27.(04/05/2017)	Brotas de Macaúbas	Litecílio Nunes de Oliveira	Ex-engenheiro na CAR, professor e microempresário.
Nº 28.(04/05/2017)	Brotas de Macaúbas	Wanderley Rosa Matos	Ex-chefe do escritório regional do IBAMA, e pesquisador voluntário da história local.
Nº 29.(08/05/2017)	Luís Eduardo Magalhães	Jacob Lauck	Secretário Mun. de Planej., fazendeiro e proprietário de imobiliárias e hotéis.
Nº 30.(08/05/2017)	Luís Eduardo Magalhães	Oziel Oliveira	Prefeito atual.
Nº 31.(09/05/2017)	Brasília	João Capiberibe	Senador
Nº 32.(10/05/2017)	Luís Eduardo Magalhães	Jusmari Terezinha de Souza Oliveira	Secretária de Desenvolvimento Urbano da Bahia.****

Fonte: K. R. Almeida, trabalho de campo, 2017.

* Integrantes da Comissão Especial de Divisão Territorial e Emancipação em 2017.

** Fundador da Associação dos Prefeitos da Região.

*** Primeira-dama no primeiro mandato de prefeito (após a emancipação em 1958).

**** Atualmente é Deputada estadual e principal articuladora da emancipação de LEM.

No município Barra do Mendes foram 9 entrevistas, sendo 2 historiadores e profundos conhecedores da história do município; 2 agricultores, sendo um deles um antigo oficial de justiça da localidade; 3 ex-prefeitos, que atuaram de 1982 a 1988, de 1992 a 1996 e de 1997 a 2004; 1 pedagoga e ex-coordenadora do projeto de desenvolvimento da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia (CAR), que vivenciou o processo de criação do município em 1958; o agrônomo e atual prefeito do município, já no segundo mandato consecutivo, que também já foi vereador e secretário de Agricultura do município.

Foram realizadas 2 entrevistas em Irecê, com 2 antigos moradores de Barra do Mendes: 1 ex-delegada escolar (coordenadora) no período da emancipação deste município e primeira-dama na primeira gestão deste município; e o primeiro prefeito de Barra do Mendes, atuando entre os anos 1959 e 1962. Também foram feitas 2 entrevistas no município Brotas de Macaúbas, que deu origem a Barra do Mendes, quais sejam: 1 ex-funcionário da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), também professor e pequeno empresário no escritório da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia (CAR); e 1 pesquisador voluntário da história local (Quadro 02).

Em Brasília foi entrevistado o Senador João Capiberibe, personagem e personalidade política com uma longa trajetória no poder público, já tendo sido Prefeito de Macapá e Governador do estado do Amapá; o que possibilita uma visão abrangente das relações entre os agentes políticos das três esferas de governo aqui abordadas; bem como uma atuação na promulgação das propostas de leis de criação, fusão e incorporação de unidades municipais, sendo contrário à criação de novos municípios (Quadro 02).

A partir das entrevistas foi possível estabelecer uma relação entre a teoria e a prática, buscando outras informações a partir do que foi descrito na oralidade. A análise do discurso foi importante para compreender o papel dos agentes na emancipação, bem como os argumentos favoráveis e contrários a criação dos referidos municípios.

2. AS ESCALAS DO PODER: MUNICÍPIO, REGIÃO E NAÇÃO

A análise da emancipação municipal passa pelo entendimento das relações de poder que se tecem no espaço. As mais variadas escalas do poder político aqui apresentadas referem-se às esferas: local / municipal, regional / estadual, e federal.

Os agentes locais buscam uma articulação com as demais esferas, podendo ser citados aqui os deputados estaduais e governadores, e os deputados federais e senadores. Essas relações são baseadas na reciprocidade, em que os interesses de ambos os lados são levados em consideração para a tomada de decisões.

Essa articulação entre os agentes ocorre formalmente e de maneira informal, podendo até mesmo estar à revelia das leis. Coloca-se de início, que há ainda na atualidade um jogo político que perpassa práticas de cunho coronelista, considerando o coronelismo enquanto um sistema político que envolve uma relação de troca de favores entre o poder local e o regional/estadual, como coloca Leal (1949/2012).

Embora já tenha se passado setenta anos da publicação da obra de Vítor Nunes Leal, e o coronelismo já tenha sido considerado superado por muitos, acredita-se que as mudanças ocorridas durante esse período não foram suficientes para mudar as estruturas de poder estabelecidas a partir da relação entre os agentes políticos, sociais e econômicos.

Isso deve ao fato de que ainda há uma troca de favores na busca por objetivos relacionados ao poder político de indivíduos e grupos, alguns considerados aqui enquanto “famílias políticas”, ou seja, grupos já consolidados no cenário político, com notória participação de familiares em cargos e decisões governamentais. A população ainda se vê distante da tomada de decisões, incluindo-se a criação dos municípios.

Neste sentido, o presente capítulo se desdobra em três subcapítulos: o primeiro se dedica ao estudo do federalismo brasileiro, considerando o processo de descentralização política e administrativa do Brasil, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988; o segundo subcapítulo traz um estudo sobre os municípios no Brasil, considerando os contextos histórico e institucionais das constituições federais, desde a Constituição do Império em 1822; e, por fim, o terceiro subcapítulo, que busca compreender o peso político que tem o território e a região, considerando para isso as relações de poder que se tecem no Nordeste e nos sertões baianos, onde ocorreram as emancipações municipais aqui pesquisadas.

2.1. O FEDERALISMO E A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DO PODER POLÍTICO NO BRASIL

Os processos de emancipação de municípios ocorrem em determinados contextos históricos e institucionais, que trazem consigo relações sociais intrínsecas a cada contexto. Essas relações baseiam-se nas leis formais, mas muitas vezes fogem às regras e ultrapassam os limites da legalidade, objetivando a ascensão ou a manutenção do poder político, a partir da troca de favores entre os diversos agentes políticos, sociais e econômicos.

O sistema federativo e a descentralização política e administrativa do Brasil podem ser analisados à luz da sociedade e do Estado brasileiro, para que possamos compreender de forma mais ampla a maneira como se estrutura a relação entre o Estado e a sociedade, e como as mudanças ocorrem, muitas vezes sem que haja alterações nessas estruturas. Para além das regras e instituições formais, é preciso considerar as relações sociais e políticas que se tecem no espaço, tanto entre os indivíduos e grupos entre si, quanto entre o Estado / governo e sociedade e entre as esferas de governo e os agentes políticos.

A “cultura” de um povo é importante para entendermos seu comportamento diante de questões de interesse individual ou coletivo. Várias são as características da sociedade e do Estado brasileiro que os tornam únicos, desde a forma descentralizada com que se estabelecem relações entre as unidades de governo, tornando o município um ente federado, ainda que a autonomia financeira e administrativa de muitos desses novos entes seja relativa.

Até o que podemos chamar de “patrimonialismo burocrático brasileiro”, em que as antigas práticas patrimonialistas se juntam à nova burocracia, inclusive com formas institucionalizadas de “controle social”. O velho se une ao novo, mas com uma nova roupagem, com uma diluição em outro contexto, numa continuidade, não havendo rupturas. Há então uma espécie de “modernização conservadora” do Estado brasileiro, segundo Nunes (2003), uma superposição entre o moderno e o arcaico.

Neste sentido, o presente subcapítulo se desdobra em três partes: a primeira se dedica ao estudo do federalismo brasileiro, considerando a relação entre o Estado e a Sociedade, e as mudanças que ocorrem sem que haja alterações nas estruturas. A segunda parte analisa o federalismo e suas variações, comparando o federalismo nos Estados Unidos e no Brasil, e as especificidades deste. Por fim, a terceira parte

trata do processo de descentralização política e administrativa do Brasil, principalmente, a partir da Constituição Federal de 1988.

2.1.1. Relação sociedade e Estado no Brasil: mudança sem alterar as estruturas

A sociedade e o Estado no Brasil apresentam características peculiares, que lhes dão uma identidade própria, com aspectos patrimonialismos e clientelismos, que se perpetuam até os dias atuais. Desde a colonização, o Brasil tem como base uma estrutura patrimonialista de estamentos, ou seja, há uma parcela de indivíduos que se apropriam do Estado, utilizando em proveito próprio a máquina estatal, ao obter vantagens na ocupação de funções e cargos públicos (FAORO, 1958/2012). Assim, o clientelismo político se coloca como uma cultura enraizada na história do país, numa promíscua relação entre o público e o privado (MARTINS, 1999).

Há então um hibridismo entre o patrimonialismo e a burocracia (PINHO, 1998), numa dialética entre a mudança e a permanência (NOGUEIRA, 1998), em que as instituições modernas, com “práticas democratizadoras” na relação entre a sociedade e o Estado, mascaram práticas arcaicas de relações de poder, ainda muito vivas na sociedade e no Estado brasileiro. Ao analisar a transição democrática no Brasil, Freire (2014) aponta como questões recorrentes o sentido da mudança e o caráter da transição, ou seja, a forma como é conduzida, se é *pactuada* ou por *colapso*.¹³ No presente trabalho busca-se analisar a transição, mudanças e permanências a partir do coronelismo, o que pode evidenciar como são conduzidos os processos de emancipação.

Considerando o caráter pactuado dos processos políticos, entre os governantes executivos e legisladores, entre os níveis de governo, ou mesmo entre os partidos, vemos a política de alianças sem a qual não se consegue chegar ao poder e governar de forma eficaz. Assim, nenhum político na atualidade, segundo Martins (1999) terá acesso ao poder se não abrir exceções às práticas clientelistas.

Essas práticas não abrangem somente o Estado e suas instituições. Elas fazem parte do dia a dia do cidadão de modo geral, que busca o favorecimento

¹³ Freire (2014, p. 447) define transição pactuada como aquela que se dá “por cima, isto é, pelo governo em alguma espécie de acordo com grupos opositores” e a transição por colapso, aquela em que o “regime vem a ser derrubado pelas forças opositores, com maior ou menor envolvimento de setores populares”.

peçoal sem natureza “legal” ou contratual, quando deveria ter uma visão do coletivo, burlando leis e regras para garantir benefícios para além dos garantidos em lei, ou mesmo aqueles que constam na legislação, e que não seriam conseguidos na prática sem essas ações.

O personalismo impregnou e "enquadrou" muitas instituições. No Brasil, o universalismo de procedimentos está permanentemente sob tensão. Relações pessoais e hierárquicas são cruciais para tudo, desde obter um emprego até um pedido aprovado por um órgão público; desde encontrar uma empregada doméstica até fechar um contrato com o governo; desde licenciar o automóvel até obter assistência médica apropriada. Os brasileiros enaltecem o jeitinho (isto é, uma acomodação privada e pessoal de suas demandas) e a autoridade pessoal como mecanismos cotidianos para regular relações sociais e relações com instituições formais (NUNES, 2003, p. 32).

Ainda que sejam atitudes lamentáveis, as ações individuais ou de grupos da sociedade civil, não podem, porém, servir como forma de justificar os atos de corrupção e/ou mau uso do dinheiro público pelos governantes, visto que se trata de uma questão maior, que envolve a nação como um todo. Ainda assim, é preciso considerar que há uma relação mútua entre a cultura da sociedade brasileira e o híbrido institucional do Estado brasileiro. Martins (1999) argumenta que antes mesmo que o pobre pudesse votar e, portanto, vender o seu voto, os senhores de terras e de escravos já o faziam.

Mas buscando fugir das visões duais encontradas nos estudos sobre os brasileiros, Nunes (2003) propõe ir além da abordagem que trata da interação entre a tradição e a modernidade, e aponta as “quatro gramáticas” ou “padrões institucionalizados de relações, quais sejam: o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos.

O clientelismo está presente nas relações sociais e políticas secularmente no Brasil, no início relacionado a estudos de comunidades rurais, mas depois passa também a incorporar as relações urbanas, tendo existido em todas as fases por quais passaram a política brasileira, e também podendo ser encontrada em todos os espaços, inclusive aqueles de maior concentração econômica, além de ser usado como forma de consolidação partidária tanto dos partidos ideológicos quanto dos pragmáticos ou fisiológicos. Já as demais gramáticas surgem na década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas. A partir de então, as quatro gramáticas vão se combinar de maneira variada em cada momento ou governo (NUNES, 2003).

No início da década de 1930, os coronéis começam a perder força política; e é justamente por conta do declínio deste poder local, que as relações entre os agentes (coronéis) locais e os seus equivalentes a nível estadual, como os governadores, passaram a sustentar um sistema que abrange a troca de favores para o favorecimento pessoal de grupos.

Com base em Nunes (2003), o primeiro governo Vargas (1930 – 1945) fez uso das quatro gramáticas supracitadas, mas seguindo tendências contraditórias, pois o universalismo de procedimentos veio a partir da reforma do serviço público e da “meritocracia”, o insulamento burocrático foi posto em prática com as autarquias recém-criadas; e tanto o universalismo de procedimentos, quanto o insulamento burocrático tiveram o aparato ou supervisão do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP).

A partir de 1937 houve forte centralização e racionalização com a ditadura de Vargas, o que resultou na promulgação da Constituição Federal neste mesmo ano, e a extinção dos partidos. O clientelismo foi exercido a partir das demais esferas de governo, e as práticas corporativas pela criação de instituições relacionadas ao trabalho, e pela consolidação da legislação trabalhista, na busca por dirimir os conflitos sociais e de grupos e criar uma pretensa “solidariedade social”.

Na República de 1946 predominaram o clientelismo, o universalismo de procedimento e o corporativismo. No segundo governo de Getúlio Vargas e no governo de Juscelino Kubitschek prevaleceu o insulamento burocrático, mas com a consolidação das quatro gramáticas. O clientelismo teve força no governo João Goulart. No Governo militar é forte o insulamento burocrático, e de forma menos abrangente, o corporativismo. Segundo Nunes (2003), tanto o clientelismo (informal) quanto o corporativismo (formal) servem para esvaziar (enfraquecer) os movimentos sociais.

Essas gramáticas abrangem tanto as instituições formais, quanto os grupos sociais. Por fim, Nunes (2003) nota que há uma relação entre os períodos politicamente mais ou menos tensos no Brasil contemporâneo e o equilíbrio das gramáticas, pois nos governos em que uma ou duas gramáticas prevaleceram sobre as demais, como na ditadura de Vargas com o corporativismo e o insulamento burocrático, no governo de João Goulart com o clientelismo, e a ditadura militar com o insulamento burocrático, foram os períodos de maior tensão política. Ao considerar

essas gramáticas e a forma como são conduzidos os governos, uma questão central que se coloca é a autonomia ou relativa autonomia do Estado.

Corroborando com Souza, C. (2007), o Estado não reflete apenas as pressões de grupos de interesses, numa visão pluralista simplificada, nem se considera uma visão elitista, em que a elite política definiria todas as ações governamentais sem conflitos. Também não se considera uma verdade absoluta a de que o Estado serve apenas para defender os interesses da classe dominante nas visões funcionalistas e estruturalistas, mas a de que o Estado tem uma “autonomia relativa”¹⁴, pois mesmo atuando em um espaço definido, há interferências internas e externas que devem ser consideradas, e que direcionam as ações dos governantes e o desenho das políticas públicas. Essa autonomia se dá de diferentes formas no tempo e no espaço, não havendo um Estado com poder absoluto, nem mesmo um Estado sem nenhuma autonomia.

A “centralidade territorial” seria a pré-condição do poder autônomo do Estado mais importante. Segundo Mann (1992, p. 183), o Estado então difere, tanto social e espacialmente, quanto organizacionalmente dos grupos de maior poder na sociedade civil, pois “só o Estado é inerentemente centralizado em um território delimitado, sobre o qual ele tem um poder autoritário”, sendo protagonista, na figura das “elites estatais” e tendo vontade própria, mas lembrando que essa autonomia é relativa.

Mann (1992) aponta dois tipos de poder do Estado: o “poder despótico” e o “poder infraestrutural”, tendo o Estado autonomia nas duas formas de poder, o que “deriva de sua capacidade única em prover uma forma de organização centralizada territorialmente” (MANN, 1992, p. 164). O “poder despótico” é aquele em que a elite estatal não precisa negociar com os grupos da sociedade civil para tomar suas decisões, e o “poder infraestrutural” é a capacidade que o Estado tem de penetrar na sociedade e de implementar decisões políticas (não importa por quem sejam tomadas, no sentido de que há negociações) em seu território. Considera que nas democracias capitalistas os Estados são despoticamente fracos, mas infra estruturalmente fortes.

Todos os Estados infra estruturalmente poderosos, incluindo as democracias capitalistas, são fortes em relação aos indivíduos e aos grupos mais fracos da sociedade civil, mas os Estados democráticos capitalistas são fracos em relação aos grupos dominantes, ao menos em comparação com a maioria dos Estados históricos (MANN, 1992, p. 171).

¹⁴ Ver Mann (1992)

Ainda com relação às democracias capitalistas, é importante salientar que o Brasil, assim como os demais países de industrialização tardia, não vai necessariamente seguir os mesmos caminhos pelos quais passaram os países centrais, não se tratando a sua condição de “emergente” ou “em desenvolvimento” como uma fase intermediária até chegar ao tão sonhado desenvolvimento.

Seria problemático utilizar a história das sociedades capitalistas industriais como um paradigma para prever o futuro das sociedades capitalistas periféricas, não-industriais ou semidesenvolvidas, porque o centro percorreu estágios e patamares específicos a sua própria história [...] Além disso teria que existir uma condição final impossível: os países centrais deveriam estar ausentes do mundo atual porque sua simples existência não apenas altera o espaço no qual os países periféricos devem subsistir, mas também fixa parâmetros, incentivos e limites para esses países (NUNES, 2003, P. 24).

Assim, é preciso considerar não somente o fato da colonização e da industrialização tardia no Brasil, mas a formação do Estado e da sociedade brasileira, que tem um formato único, que mantém a continuidade de antigas instituições, mesmo incorporando outras novas, e que pode ser caracterizada segundo gramáticas, ou formas institucionalizadas de relação entre o Estado e a sociedade, como trazidas por Nunes (2003).

A compreensão do Estado brasileiro se faz necessária para entender o papel dos municípios e dos processos emancipatórios, pois embora haja especificidades locais, tanto as instituições formais, quanto as informais, evidenciam as relações entre os níveis de governo e entre o Estado e a sociedade brasileira, que envolve questões políticas, econômicas, sociais, culturais...

Ao voltarmos para o entendimento do Brasil e de suas mudanças sem que sejam alteradas as estruturas, vemos que a concentração fundiária não mudou, o que nos leva a acreditar que a acurada interpretação das mudanças a partir das emancipações, acompanha a mesma estrutura de distribuição da terra, tanto na cidade quanto no campo.

A escolha dos lugares, porém, a partir das condições desejáveis para a reprodução ampliada do capital, como nos cerrados brasileiros, cujo principal produto é a soja, evidencia novas formas de mudanças que mantêm velhas estruturas desiguais e extremamente concentradas no que diz respeito ao acesso à terra e a renda.

Assim é que se buscou considerar o tripé: terra, território e Estado, em que a terra é extremamente concentrada no Brasil, a partir também da própria regulação do Estado, o que nos leva a pensar em relações de poder e, portanto, na categoria território.

Essas relações se apresentam de forma ainda mais acentuada na região Nordeste, e no sertão baiano, onde evidenciam-se especificidades tanto com relação ao ambiente físico, quanto a questões sociais, econômicas, políticas e culturais, lembrando da grande diversidade nos mais variados aspectos dessa região.

A partir das considerações sobre o Estado e a sociedade no Brasil, busca-se analisar a importância do município no contexto brasileiro, sendo necessário compreender como se organiza política e administrativamente o Brasil, fazendo uma comparação com o federalismo nos Estados Unidos.

Além disso, buscou-se articular essa análise à da descentralização e sua relação com as emancipações municipais; as formas de cooperação entre os entes governamentais; bem como as competições entre esses entes federados, que levam à chamada “guerra fiscal”; e ainda os mecanismos institucionalizados de participação popular; e por fim, a busca pela autonomia municipal, principalmente, a partir da Constituição de 1988, a relação entre a falta de autonomia e o “coronelismo”, e a indefinição das políticas públicas e responsabilidades entre os níveis de governo.

2.1.2. O federalismo no Brasil

Existem três tipos de sistemas que influenciam ou mesmo determinam a forma como os entes governamentais se relacionam entre si: sistema unitário, confederado e federativo. Com base em Souza, C. (2010) e Oliveira, F. (1995), no sistema unitário há uma concentração do poder político e os governos regionais são criações legais das instituições centrais; na confederação os estados mantêm sua soberania e podem se desligar daquela unidade a qualquer momento, segundo sua conveniência; já na federação, a soberania pertence à União; os entes federados têm autonomia, mas ficam sujeitos às determinações da Constituição Federal e não podem se desligar da unidade que os mantém. Contudo, existem na prática alguns países com organização político-administrativa unitária mais descentralizada que certas federações.

As estruturas federais - arranjos institucionais internos - variam bastante. Há federações com apenas duas unidades territoriais e outras com até 80. Algumas federações são altamente centralizadas, concentrando todo o poder

nas mãos do governo federal, enquanto outras apresentam intenso grau de descentralização e conferem considerável autonomia às unidades constitutivas. Em algumas, verifica-se uma clara separação de poderes entre o governo central e os governos subnacionais, em outras existe ampla superposição desses poderes. Algumas têm sistema de governo parlamentarista, com a presença de um primeiro-ministro, ao passo que outras são presidencialistas e contam com instituições congressuais. Podem adotar um sistema de representação proporcional ou majoritário. Podem ter apenas dois, ou admitir a presença de diversos partidos políticos. Algumas são estáveis e harmônicas, mas também há federações instáveis e divididas (ANDERSON, 2009, p. 18).

O Sistema Federativo se originou no final do século XVIII nos Estados Unidos da América, tendo coexistido a federação no norte e a confederação no sul entre 1861 e 1865, durante a guerra civil, que teve como elemento fundamental para sua eclosão, a abolição da escravidão no sul dos EUA, com uma nítida divisão geográfica, com o norte industrial, com predomínio do trabalho assalariado e o sul agrário e predominantemente escravista; sendo que a guerra ocorreu não somente por questões econômicas, mas também pela busca do controle do poder central (IZECKSOHN, 2003).

Com relação ao Brasil, não há uma unanimidade de pensamento que indique a origem do federalismo, mas pode-se afirmar que a “República Federativa do Brasil” foi criada em 1889, e que o governo provisório obrigou as antigas províncias, transformadas em estados membros, a integrar a nova federação nos Art. 6º e 7º do Decreto n.º 1 de 1889 (SOUZA, A., 2010); e dois anos depois foi promulgada a nova Constituição Federal, em 1891; ou seja, em sua própria origem, o Estado Federal brasileiro se consolidou pela verticalização política, buscando seguir o modelo norte-americano, sem considerar suas características próprias.

Neste sentido é que se diz que a federação no Brasil nasceu antes do federalismo, ou mesmo que há federação sem federalismo no Brasil, pois, para Souza, C. (2010), a federação se trata de estruturas, instituições e técnicas que buscam dar conta da realidade, já o federalismo diz respeito a uma ideologia política, aos meios e às práticas federalistas.

Assim, se constitui o chamado “pacto federativo”, que segundo Martin (2005), pode ser considerado uma redundância, pois ambas as palavras podem ter o mesmo significado, expressando um contrato, uma aliança; e o fato de unir as duas palavras traz, ainda que de forma implícita, um acordo entre as elites, ou mesmo entre as esferas de governo; não se tratando, portanto, de uma aliança entre o governo e a

sociedade.

Ainda neste sentido “[...] podemos considerar que a própria expressão Pacto Federativo, tantas vezes repetida nos últimos anos, carrega consigo um indisfarçável ranço autoritário” (MARTIN, 2005, pg. 61). Considera então que deveriam ser usados os termos “pacto nacional” ou “federalismo”, por serem mais precisos, e estabelecer uma relação entre as classes, com o objetivo de fortalecer a nação.

Outro ponto é que diferentemente do Brasil, em que foram instituídas várias Constituições Federais expressando as diferentes fases e contextos brasileiros desde 1824, o federalismo dos Estados Unidos mantém os princípios básicos de sua criação, em que ainda está vigente a mesma Constituição há mais de 200 anos; estando em vigor desde 1787, e tendo incorporado ao texto constitucional somente 27 emendas que não afetaram os pontos fundamentais da sua organização e funcionamento (DALLARI, 1986; ANDERSON, 2009).

Para buscar entender a Constituição Federal de 1988, e o porquê de tantas emendas, Bresser-Pereira (2015) apresenta um estudo que aponta três dimensões do processo democrático no Brasil: a *polity* (parâmetros básicos do regime), a *politics* (regras do jogo político), e a *policy* (resultados do jogo em termos de políticas públicas), em que foi concluído que na referida constituição era apenas 30,5% *policy* e 69,5% *polity*¹⁵.

Busca assim desmistificar que a Constituição dos EUA, que é a mesma desde o século XVIII – com poucas emendas, e que praticamente não pode ser emendada, sendo mais interpretações do Supremo Tribunal Federal em cada caso – seja mais bem aplicada ou seja vista como um modelo, pois as sociedades são dinâmicas.

As federações vão assim, evoluindo ao longo do tempo, com grandes alterações constitucionais, como a criação de novas unidades constitutivas ou relevantes acontecimentos políticos, tanto internamente, quanto de fora do país. Segundo Anderson (2009, p. 25), “[...] nos últimos 20 anos, a transição para regimes verdadeiramente democráticos em países como Argentina, Brasil e México conferiu vida real aos respectivos arranjos federativos constitucionais”.

Atualmente é possível fazer outra análise a respeito do federalismo dos Estados Unidos e do Brasil, pois, diferentemente daquele, neste o município foi definido como ente federado na Constituição Federal de 1988. Além do Brasil, outras

¹⁵ Estudo feito por Cláudio Gonçalves Couto e Rogério Bastos Arantes (2006).

federações: Índia, México e África do Sul, também institucionalizaram as esferas de governo local, com a garantia de certa independência, porém, menor que as unidades constitutivas no nível de estado ou província. No caso brasileiro, os estados não podem intervir formalmente nas decisões municipais, para que seja garantida a sua autonomia (ANDERSON, 2009).

É preciso, porém, analisar com bastante cautela essa realidade peculiar ao Brasil, pois não basta distribuir responsabilidades e competências, mas também os recursos, e desconcentrar politicamente; devendo ser essa relação equilibrada e equivalente. Este é, segundo Dallari (1986), o ponto central da organização federativa.

Se não houver equilíbrio, pode ocorrer duas hipóteses: não se consegue atingir uma administração adequada, por causa da escassez de recursos, ou são solicitados recursos financeiros de outras fontes, criando-se aí uma dependência financeira com a União Federal e o respectivo estado componente da federação, e, conseqüentemente, uma dependência política, como explica Arretche (2001):

Um Estado somente pode ser considerado federativo se as relações entre os níveis de governos forem simultaneamente de coordenação e mútua dependência, princípios esses que devem estar presentes não apenas constitucionalmente, mas também no funcionamento efetivo das instituições políticas (ARRETCHÉ, 2001, p. 25).

Embora tenha ocorrido um número maior de criação de novos municípios em períodos considerados mais descentralizados no Brasil, não há uma relação direta entre federalismo e descentralização, e entre Estado unitário e centralização. Costa (1988) faz referência ao caso brasileiro, que durante a República Velha governou de forma descentralizada, mas o fez de maneira autoritária; e há Estados unitários descentralizados como Espanha e Portugal (SOUZA, C., 2010) e a França (RODRIGUES, 2013).

Assim, fazendo um estudo comparado sobre o processo de descentralização no governo unitário francês e no governo federal do Brasil, Rodrigues (2013) observou que o processo de descentralização não é prerrogativa somente de federações. Ambos os países aumentaram o número de estruturas de cooperação entre municípios e de instrumentos de participação da população, com a ampliação da capacidade de tomada de decisões na escala local.

2.1.3. A descentralização política e administrativa no Brasil

O processo de descentralização está em curso em vários países do mundo, principalmente, a partir da década de 1980, e apresenta muitas variações entre eles; e pode-se dizer que envolve questões econômicas, jurídicas, políticas, administrativas e sociais. Segundo Rodrigues (2014), esse processo segue dois princípios básicos no Ocidente: o fortalecimento das estruturas de gestão local, e a desregulamentação e privatização, seguindo um viés mais mercadológico.

Santos, A. (2010) e Fiori (1995) consideram que os mecanismos e processos relacionados ao federalismo e à descentralização estão imbricados no desenvolvimento e avanço do capitalismo. Também para Santos, A. (2010), a descentralização teria como causa o desenvolvimento do país como um todo no sistema capitalista, com vista ao aumento da concorrência entre os entes federados.

Nessas condições o esboço de descentralização vem atrelado a uma proposta subliminar de desenvolvimento local, sob a qual os municípios passam a fazer parte de numa corrida desenfreada na busca por atrair investimentos privados e públicos, utilizando para isso os incentivos fiscais, renunciando à grande parte da arrecadação, o que implica a diminuição de investimentos em programas e serviços sociais públicos.

Neste mesmo caminho, Fonseca (2011) aponta que o aumento da descentralização e do fortalecimento do município no Brasil está relacionado “[...] ao processo de reestruturação capitalista, às reformas do papel do Estado e ao aumento das demandas sociais por participação no nível das decisões locais” (FONSECA, 2011, p. 60). Segundo Egler e Mattos (2003, p. 429) “a descentralização resulta de um embate de forças por mais espaços de poder, na direção de um pacto que, explícita ou implicitamente estabeleça as relações e competências dos entes envolvidos”.

Na sua acepção mais ampla, o processo envolve a redistribuição de poder – e, portanto, de prerrogativas, recursos e responsabilidades – do governo para a sociedade civil, da União para os estados e municípios, e do Executivo para o Legislativo e o Judiciário (GOMES; DOWELL, 2000, p. 9).

Além das prerrogativas dos entes governamentais, a Constituição Federal de 1988 prevê também a possibilidade de cooperação entre os entes federados. Nesse sentido, cabe aqui ressaltar a importância dos consórcios intermunicipais, que podem ser definidos como uma associação de dois ou mais entes da federação para a

realização de objetivos de interesse comum.

Nesse sentido, já há no Brasil uma importante interação de cooperação entre municípios, estados e União Federal por meio de consórcios na área de saúde. Teixeira, Dowell & Bugarin (2003) analisam os consórcios intermunicipais de saúde a partir de dois modelos: um que considera a punição ao município que abandonar a parceria; e outro que, seguindo o preceito constitucional da assistência universal não estabelece essa punição, havendo neste último maior instabilidade. Essa seria mais uma forma de buscar a descentralização de fato, atingindo assim os benefícios dela.

Também, desde a Constituição Federal de 1988, além do poder público municipal, os setores populares organizados são considerados agentes legítimos do processo de descentralização. Mas é preciso analisar se o problema da centralização é apenas conjuntural ou é também e, principalmente, estrutural.

Costa (1988) acredita que o problema da centralização se encontra nas estruturas já “[...] cristalizadas, tanto ao nível de práticas políticas estatais [...], quanto ao nível das estruturas territoriais “geografizadas” ao longo do tempo, com poderes de “sobredeterminação” das políticas e gestões futuras” (COSTA, 1988, p. 111). Essa cristalização da centralização, ainda que haja uma institucionalização da descentralização e da participação popular, impede que sejam criados espaços verdadeiramente descentralizados, autônomos e uma relação horizontalizada entre as esferas de governo e entre o Estado e a sociedade.

Aqui, a centralização excessiva cortou os laços de comunicação com a base, tornando a cúpula incapaz de compreender as inquietudes sociais. Por sua vez, a cooptação de forças hegemônicas regionais suprimiu um escalão de negociações que permitiam a um tempo atender a certos interesses regionais e manter a região sob controle, resultando numa extensão da frente de conflitos. O governo não consegue mais controlar os movimentos e tenta cooptá-los ou institucionalizar o poder a nível local de modo a poder articulá-lo ou com ele negociar. Daí, também o interesse do Estado na região local (BECKER, 1986, p. 48).

Assim, Carvalho (2005) alerta para a mera formalização institucional da participação da sociedade civil organizada como exigência para o sucesso do processo de descentralização, uma vez que a realidade se distancia do discurso ideológico que atribui a esse processo o sinônimo de democracia. É preciso, dessa forma, atentar para a maneira como foi estabelecida a participação popular na tomada de decisões e na fiscalização das ações públicas governamentais, e como vem sendo vivenciada na prática após a promulgação da última Constituição Federal.

A ideia de efetivação de uma gestão autônoma e o resgate do poder local, para não parecer uma análise ingênua, devem extrapolar a noção de autonomia administrativa e estar atrelados à capacidade de interferência dos grupos sociais, seja por instâncias de representação (conselhos, sindicatos, organizações), seja pela conscientização do indivíduo de seu papel no interior da coletividade (cidadania). É importante a definição de formas de controle e de cooperação, pois corre-se o risco de institucionalizar práticas espontâneas para a solução de problemas imediatos, sem criar espaços participativos reais (GONZÁLES, 2005, p. 04).

Nesta direção, Carvalho (2005) coloca que os benefícios da descentralização para o município dependem pelo menos de quatro fatores: a sobrevivência econômica do município; o reforço da racionalidade da participação local, não apenas no sentido de fiscalizar a ação política, mas de participar ativamente na tomada de decisão; na organização administrativa com uma estrutura organizacional voltada para a descentralização e ordenação da gestão dos serviços públicos; e a reversão da irracionalidade e da inadequação dos projetos globalizantes de planejamento, ou seja, o planejamento das ações deve ser feito pelo próprio município. Mas a mudança nas ações das três esferas de governo esbarra ainda em práticas arcaicas de gestão.

Desse modo, é preciso considerar que a formação política do Brasil tem heranças contraditórias de práticas políticas patrimonialistas e assistencialistas e; além disso, há barreiras financeiras, administrativas e organizacionais históricas quando nos referimos aos municípios, principalmente, os pequenos e recém-criados, com forte dependência financeira, em que sobrevivem basicamente das transferências intergovernamentais dos estados e da União. O FPM foi criado em 1965, mas ao contrário do que possa parecer, os recursos municipais diminuíram nesse período, e somente no final da década 1970 é que houve um aumento paulatino desse fundo (TOMIO, 2005).

A dependência financeira dos municípios alimentava o mandonismo local, na medida em que “é, pois, a fraqueza financeira dos municípios um fator que contribui, relevantemente, para manter o “coronelismo”, na sua expressão governista (LEAL, 1949/2012), p. 65). Assim, havia, e ainda há preferência dos governadores pelos municípios governados por aliados; a busca de recursos pelos deputados estaduais atualmente também têm essa conotação, havendo dessa forma, a necessidade de conciliação. No contexto histórico e sócio-espacial analisado por Leal (1949/2012) era um privilégio apoiar o governo estadual. Hoje depende da aceitação desse governo por parte da população.

Além da questão da manutenção financeira, deve prevalecer no Estado Federal, pelo menos em seus princípios fundamentais, a desconcentração política e não somente a descentralização administrativa, pois esta pode também ocorrer no sistema unitário. Somente a institucionalização da autonomia municipal não resolve o problema, pois é preciso haver uma prática, em que os municípios se tornem realmente entes federados com capacidade de autogestão, não somente no que diz respeito à questão financeira, mas também à elaboração e implementação de projetos que considere a realidade local, com um caráter horizontalizado, e não da forma vertical como tem sido implementado até então.

Também, baseado em Leal (1949/2012), compreende-se que o problema não é a autonomia municipal, mas a falta da mesma, em que na ausência de uma autonomia legal, prevalecia uma extralegal, constituindo-se esta, a carta branca dada aos chefes políticos locais a partir do compromisso “coronelista”.

Opera-se, pois, uma curiosa inversão no exercício da autonomia local. Se garantida juridicamente contra as intromissões do poder estadual e assentada em sólida base financeira, a autonomia do município seria naturalmente exercida, no regime representativo, pela maioria do eleitorado, através de seus mandatários nomeados nas urnas. Mas com a autonomia legal cerceada por diversas formas, o exercício de uma autonomia extralegal fica dependendo inteiramente das concessões do governo estadual. Já não será um direito da maioria do eleitorado; será uma dívida do poder. E uma doação ou delegação dessa ordem beneficiará necessariamente aos amigos do situacionismo estadual, que por ventura estejam com a direção administrativa do município (LEAL, 1949/2012, p. 69).

A falta de autonomia dos municípios aumentava o poder das oligarquias locais e estaduais. E mesmo atualmente, muitas transferências são direcionadas a uma infraestrutura ou serviço determinado, não oferecendo possibilidade de práticas não globalizantes. Também podemos afirmar que o arranjo institucional federal se reflete na indefinição da implementação das políticas públicas.

Há dois modelos bastante distintos para a distribuição de poderes nas federações: o dual e o integrado. Muitos países apresentam elementos de ambos. O modelo dual costuma atribuir jurisdição distinta para cada ordem de governo, que, então, administra seus próprios programas e presta os respectivos serviços. No modelo integrado, muitas das competências são compartilhadas, cabendo geralmente às unidades constitutivas a administração de programas ou o cumprimento de legislação definidos em nível central (ANDERSON, 2009, p. 41).

Com relação à prática de responsabilidade dos agentes públicos com a coisa pública, Pinho e Sacramento (2009) concluíram que embora tenham sido alcançados

alguns avanços nos últimos 20 anos: a vigência da Constituição Federal de 1988, possibilitando maior descentralização entre as esferas de governo, e também entre o Estado e a sociedade; a institucionalização da participação popular com mecanismos de participação, a exemplo dos conselhos gestores e orçamentos participativos, além de plebiscitos; reformas no aparelho do Estado, buscando implementar a administração gerencial em substituição à administração burocrática; a organização autônoma da sociedade civil em determinados momentos, como no processo para a transição democrática, as eleições diretas e o impedimento do presidente Fernando Collor, além de órgãos como o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e a criação da Controladoria Geral da União (CGU).

Mesmo todos esses órgãos, e os possíveis constrangimentos daqueles que fogem às regras, constata-se que a promessa de uma administração pública mais eficiente e transparente ainda está em processo de construção, e que sua efetivação se dará de forma lenta.

Na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho (MARTINS, 1999, p. 30).

Considera-se ainda que há uma relação de compadrio também no interior dos municípios. Os escassos recursos esbarram ainda em uma condescendência fiscal, em que os impostos são “pagos” pelos vereadores em troca de votos nas eleições municipais, e também pelo apoio a candidatos a deputado estadual. Além disso, as administrações municipais se esbarram muitas vezes em quadros ineficientes, com um despreparo daqueles que foram indicados a partir dessa relação de compadrio.

Ainda na década de 1940, Leal (1949/2012) argumentava sobre os problemas dos municípios, citando como grandes responsáveis, o “filhotismo” e a utilização dos bens, serviços e recursos do governo municipal nas campanhas eleitorais. Tudo isso envolve a má gestão pública que perpassa as três esferas de governo no Brasil.

2.2. O MUNICÍPIO NO BRASIL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, CONTEXTOS INSTITUCIONAIS E CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES

A análise do papel dos municípios nas constituições federais brasileiras, considerando os momentos de maior e menor descentralização político-administrativa, é de fundamental importância para a compreensão dos processos de emancipação. Numa visão geográfica para essa análise, considera-se a territorialidade dos municípios a partir das relações de poder que se estabelecem entre os agentes políticos.

Os municípios brasileiros se apresentam como unidades de gestão local a partir de um conjunto de prerrogativas e responsabilidades. Nas diversas constituições, a territorialidade municipal vem sendo evidenciada por meio da chamada “autonomia local”, termo utilizado nas constituições brasileiras, e que pouca elucidação trazia sobre o papel dos municípios. O termo está relacionado à capacidade de gestão a partir de recursos humanos e financeiros, e de suas intencionalidades enquanto provedor de políticas públicas.

Considerando o contexto brasileiro, com três níveis de governo, é que se busca analisar as relações de poder não somente entre os Estados-nação, mas também entre as unidades político-administrativas, e em especial, entre os municípios e entre estes e as demais esferas de governo, buscando analisar o território para além de uma visão unidimensional, e com base nas ações dos agentes políticos, que impulsionam as tratativas que resultam em políticas públicas e no direcionamento dos recursos financeiros. Assim, para além da criação dos municípios, as relações de poder se evidenciam nos mais variados processos da vida municipal.

Neste sentido, buscando analisar o município nos contextos das constituições brasileiras, a partir das relações de poder que se tecem entre os entes da federação, este capítulo se divide em 4 partes. Na primeira busca-se analisar o município enquanto sistema e subsistema político; a segunda trata do município nas constituições brasileiras, desde a Constituição do Império, em 1824, até a Constituição Federal de 1988; e a terceira e a quarta parte buscam analisar respectivamente a evolução histórica da criação de novos municípios no Brasil e na Bahia a partir dos contextos institucionais.

2.2.1. O município enquanto sistema e subsistema político

Sob a ótica sistêmica em que o município pode ser visto enquanto uma unidade política autônoma, com prerrogativas e peculiaridades, também podemos considerá-lo enquanto parte de uma totalidade. Segundo Brasileiro (1973), ao mesmo tempo que o município possui uma organização formal, com limites territoriais delimitados, o que pode ser classificado como um subsistema dentro de sistemas maiores, que é o sistema político estadual e nacional; também pode ser visto como um sistema em si próprio, sendo os sistemas sociais sempre abertos, com a interação entre as partes e com o ambiente.

Brasileiro (1973) destaca os dois aspectos essenciais da vida municipal: os recursos financeiros (insumos), e os gastos (produtos), considerando as variações no comportamento desses dois elementos. Os insumos do sistema municipal são divididos em duas grandes categorias: demandas e apoio, apontando que as maiores demandas são na verdade da elite. Esta por sua vez detém riqueza, representada geralmente pela posse de terras; status por ser de “família tradicional”; e poder, por de certa forma controlar os votos e empregos públicos, um modelo que desde o período de publicação do livro já vinha desaparecendo por conta do avanço da urbanização e industrialização. As demandas são em geral, em maior número que os recursos disponíveis, além de poder ser também, conflitantes entre si. Há assim, uma seleção de demandas para que sejam alocados os recursos limitados da sociedade, processo que recebe o nome de conversão.

A distribuição dos recursos em partes iguais aos entes municipais, com exceção das capitais, teve segundo Brasileiro (1973), relação com o aumento do número dessas unidades entre os anos de 1950 e 1964, pois assim, os estados com maior número de municípios receberiam mais recursos, passando de 1.791 para 4.114 no Brasil, o que deu origem ao fenômeno chamado de “município-fantasma”, sem condição de autogoverno, como o caso de Cococi-CE, criado em 1958 e extinto em 1970. O município de 830 km² era o mesmo limite da fazenda do Sr. Eufrásio Alves Feitosa, e os cargos eram exercidos por seus parentes de até terceiro grau (BRASILEIRO, 1973).

Depois passou-se a utilizar o critério do número de habitantes para a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), buscando assim, não haver intervenção de fatores políticos e burocracia. Os entes municipais

deveriam cumprir as determinações legais para receber o fundo, sendo de competência do Tribunal de Contas da União o cálculo da parcela. Mas houve redução no final de 1968, diminuindo o orçamento, principalmente, dos pequenos municípios. A ideia era a de que os governos locais eram incapazes de uma gestão competente e de uma moralidade política.

Com relação aos processos de criação de municípios, estes ocorrem de forma diferenciada nos mais variados contextos sócio-espaciais e histórico-institucionais. Baltar, C e Baltar, R (2018) considerando o Brasil, e de forma mais específica o Paraná, colocam que de 1900 a 1980 a criação de municípios estava ligada à urbanização e à industrialização; e a partir disso, aos processos políticos.

O que se observa é que desde meados da década de 1980 houve um intenso crescimento do número de municípios, período de abertura política com o processo de redemocratização. A partir desse período as questões políticas são colocadas em uma maior evidência, embora antes já houvesse relações entre agentes políticos que levassem à formação de novos entes municipais.

Voltando à questão dos insumos e produtos, aqueles eram até a Constituição Federal de 1988, providos pelos outros sistemas políticos, podendo ser interrompido a qualquer momento. Muitos municípios perderam suas cotas (cerca de 300) porque não conseguiam atender às regulamentações, que eram bastante complexas e detalhistas.

Além de outras limitações, como o financiamento apenas de obras de interesse local, e muitos produtos de interesse apenas do município que são atualmente oferecidos por outras esferas, o que leva à dependência dos municípios. Assim, falta recursos humanos e financeiros para atender a todas as demandas. Além disso, há interesses diferenciados no atendimento às mesmas.

Com relação à transformação dos insumos de demandas em produtos, há no sistema político municipal duas categorias gerais de produtos: os serviços e as regulamentações. A seleção nas sociedades mais desenvolvidas segue critérios universais e de ordem técnica, ainda que haja pressões políticas; mas se considerarmos os governos locais no Brasil há uma intencionalidade de atender aos interesses da elite, e os empregos públicos são distribuídos como recompensas das lealdades políticas, gastando a maior parte do orçamento com pessoal, o que foi amenizado pela Lei Complementar 101/2000 – chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal, limitando a 50% o gasto com pessoal na esfera federal e 60% nas esferas

estadual e municipal; além de contratos vantajosos apenas para uma parte da população, e redução ou isenção de impostos (BRASIL, 2000).

Assim, a ocupação dos cargos muda com a mudança de gestão, podendo-se considerar aqui, segundo Brasileiro (1973) o *spoil system*, termo que significa sistema de destruição, se tratando de prática política nascida nos Estados Unidos entre 1820 e 1865, em que altos funcionários da administração pública dependem da mudança do governo, algo muito comum aqui no Brasil. Os governos distribuem a seus afiliados e simpatizantes as várias pastas institucionais, a posse de cargos públicos e posições de poder, o que serve como incentivo para trabalhar para o partido ou organização política e para garantir os interesses daqueles que investiram na campanha.

No jogo político, o município enquanto ente federado com certa autonomia, ainda que carregada de várias limitações, principalmente, relacionadas aos recursos humanos e financeiros, se mostra enquanto importante campo de análise para se compreender as relações de poder entre os agentes políticos no Brasil, a partir do federalismo e da descentralização político-administrativa.

2.2.2. O município nas constituições brasileiras

Falar da área que se encontra sob a jurisdição de um município, ente federado com circunscrição administrativa com relativa autonomia, exige a discussão sobre a origem e dinâmica dos municípios na realidade brasileira. No Brasil, mesmo no período colonial, muitos municípios surgiram espontaneamente, sem uma determinação de Portugal, “[...] em lugares em que era grande o número de latifúndios espalhados numa dada região, o governo ordena a criação de vilas com o fim de reunir os moradores dispersos” (FAORO, 1958/2012, p. 172). De qualquer modo, a população já nasce pelo comando do seu capitão-mor, e sob suas prescrições administrativas, evidenciando o mandonismo e o caráter extra-social dos governos locais.

O poder privado, cuja principal estrutura era o domínio rural monocultor e escravocrata, manifestava seu poder nas câmaras municipais, dominando-as, além de todo espaço territorial de sua jurisdição; e o rei se mostrava ou era impotente para deter o mandonismo dos potentados. Havia assim a proteção de grandes fazendas e ações para destruir as atividades dos pequenos proprietários rurais, além da proibição imposta pelo monopólio mercantil de Portugal do exercício de atividades industriais

(LEAL, 1949/2012). Além disso, o município no Brasil é indissociável da cidade, sendo esta “historicamente um misto de associação cidade-município-representação política” e até o início “do século XIX o que temos é ainda um par cidade-vila” com um número muito maior de vilas do que de cidades (MOREIRA, R., 2014, p. 135).

O Estado tem recorte externo – é um Estado colonial Português – e o poder interno está centrado nas fazendas, de lavoura e de gado, a cidade, a câmara e o próprio município sendo fruto direto desse emaranhado. Fazenda e município se complementam, mas a fazenda é um dado de absoluta precisão configurativa, ao passo que o município é deixado não por acaso num completo estado de imprecisão de função e limites (MOREIRA, R., 2014, p. 136).

A Câmara de Vereadores assumia importante papel na tomada de decisões, pois ainda não existia a figura do prefeito. Nas antigas Câmaras de Vereadores os seus membros eram escolhidos em processo eletivo, onde somente os “homens bons” – categoria social constituída geralmente por proprietários rurais ou pela nobreza – poderiam votar e serem votados. Esses vereadores assumiam o mando político local com o apoio da Metrópole que não condenava seus feitos e abusos, e ainda lhes conferiam vários benefícios.

Havia uma relativa autonomia local no período colonial, baseada no patrimonialismo e somente em questões administrativas relacionadas ao fisco, mas que foi perdendo força gradativamente a partir da segunda metade do século XVII, quando a metrópole passou a exercer maior fiscalização, principalmente, por conta da crise do Império português do oriente, que foi ocasionada por diversos fatores, dentre eles, a reanimação das rotas pelos turcos e árabes, a prática de monopólio, elevadas despesas da Coroa e desvios dos lucros obtidos com o comércio para despesas de luxo e compra de casas e terras, aumento do número de naufrágios e concorrência da França, Holanda e Inglaterra. Em contrapartida, a colônia apresentava um avanço das atividades agrícolas, além da descoberta de minas de ouro em Minas Gerais.

As novas medidas efetivas da metrópole com relação à colônia, resultam de um conjunto de fatores exógenos e endógenos. Em termos exógenos à colônia, destaca-se a crise do comércio oriental português que afetou profundamente a economia do Reino. Com isso, restou apenas a colônia brasileira para o desenvolvimento das atividades mercantis da metrópole. Quanto aos fatores endógenos, o destaque recai sobre o desenvolvimento econômico da colônia, sobretudo através da agricultura e, posteriormente, da extração de ouro (FONSECA, 2005, p. 89).

Com o aumento da fiscalização foi diminuindo o poder das Câmaras Municipais e da nobreza rural, e aumentando o poder dos governadores das províncias, que passaram aos poucos a exercer forte influência na estrutura de poder

colonial. Desde então, no Brasil, se deu um contínuo revezamento entre centralização e descentralização das decisões político-administrativas, no que diz respeito ao papel dos municípios na organização estatal, sendo institucionalizada com a Constituição do Império de 1824 (BRASIL, 1824) que estabelecia a descentralização para as províncias, mas deixava o município em terceiro plano e quase que completamente dependente das demais instâncias de poder (FONSECA, 2005).

Essa constituição trouxe certa esperança porque cada vila e cidade elegeriam uma câmara (BRASILEIRO, 1973), mas parte da população estava privada do direito de voto e de qualquer expressão política, como os escravos, mulheres e mendigos (VILLA, 2011). “Além disso, nem todos votavam em todas as eleições: a amplitude do voto era regulada pelo patrimônio de cada um, pois só os mais ricos votavam em todas as eleições (municipais, provinciais e nacionais)” (MARTINS, 1999, p. 27).

No período havia também uma notória interferência da Igreja nos assuntos legislativos, podendo ser constatado na Lei de 1º de outubro de 1828, que estabelecia a forma de eleição nas Câmaras, com nove membros nas cidades e sete nas vilas e um secretário, estabelecendo o Art. 4º que “[...] podem ser Vereadores, todos os que podem votar nas *assembléas parochiaes*, tendo *dous annos* de domicílio dentro do termo” (BRASIL, 1828). Aqueles com direito a voto dentro da paróquia, tem seu nome em uma lista afixada nas portas da igreja matriz ou filiais, como aponta o Art. 5º da mesma lei.

Outra medida importante para os municípios foi o Código Processual Penal de 29 de novembro de 1832, que passou para os municípios atribuições judiciárias e policiais; e o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que criou a Regência Una, no lugar da Regência Trina, estabelecida pela Constituição Federal de 1824. O Ato Adicional também concedeu amplos poderes às Assembleias Provinciais para legislarem em matérias militar, civil, política e econômica, numa tentativa de conciliar a centralização do poder nas mãos de apenas um regente com uma relativa descentralização, com base nos interesses locais.

Com relação à questão econômica, porém, os municípios enfrentavam enorme incapacidade financeira.

De outro lado, a incapacidade financeira das câmaras municipais, mal que a regência não cuidou de remediar, deixava-as inermes diante do poder econômico, concentrado, no interior, nas mãos dos fazendeiros e latifundiários. Não era em consequência, o municipalismo o fruto das reformas, senão o poder privado, fora dos quadros legais, que se eleva sobre as câmaras, reconhecido judiciariamente. A semente do caudilhismo,

jugulada há um século e meio, brota e proteja seu tronco viçoso sobre o interior, sem lei, sem ordem e sem rei (FAORO, 1958/2012, p. 353).

Com a República, a Constituição Federal de 1891 determinou a competência dos estados, isto é, as antigas províncias de delimitar a autonomia dos municípios e definir o peculiar interesse local, mas não estabeleceu qual seria esse peculiar interesse; assim, a suposta autonomia não foi efetivada na prática; podendo ser observado no único artigo desta Constituição que trata do município: “Art. 68 – Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse” (BRASIL, 1891).

Os estados apenas repetiram o que trazia a Constituição Federal; além da nomeação dos prefeitos por doze dos vinte governadores e da manipulação a partir de atas falsas e da “sujeição dos eleitos a reconhecimento pelo congresso” (BRASILEIRO, 1973, p. 7).

Havia nesse período uma desigual distribuição das rendas, com uma alta arrecadação da União, mas aplicando de forma pouca criteriosa esses recursos, se empenhando em auxiliar os Estados mais pela sua influência na política federal do que por necessidade (LEAL, 1949/2012). Já o estado tinha certa autonomia, podendo ser observado no Art. 6º, que institui que o Governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos estados, salvo para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro; para manter a forma republicana federativa; para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos estados, à requisição dos respectivos Governos; ou para assegurar a execução das leis e sentenças federais.

Essa competência das unidades federativas de intervir nos assuntos municipais foi reforçada pela Emenda Constitucional de 1926 (BRASIL, 1926), em que a autonomia dos municípios deveria ser incluída, mas “foi posta de lado, na discussão, para apressar o andamento da reforma, as propostas referentes propriamente à organização municipal” (LEAL, 1949/2012, p. 93).

No governo provisório de 1930 buscava-se desmontar a máquina política da República Velha, moralizando e dando eficiência à administração municipal. Assim, houve a dissolução das assembleias legislativas e foi instituído em cada município um prefeito nomeado, também foi criado o departamento das municipalidades. Os municípios teriam liberdade administrativa, mas pouca liberdade política (LEAL, 1949/2012).

A pressão levou a uma nova constituinte em 1934, que segundo Fonseca (2005), restringiu o poder dos estados, fortaleceu o poder da União Federal e definiu a autonomia municipal, como se evidencia no Art. 13, pela especificação de seu peculiar interesse: eleger Prefeitos e Vereadores da Câmara Municipal; decretar impostos e taxas; arrecadar e aplicar suas rendas; e organizar os serviços de sua competência; podendo haver nomeação de prefeito pelo governador do estado, e como indica o § 1º deste artigo, apenas no município da capital e nas estâncias hidrominerais (BRASIL, 1934a). Mas havia pouca autonomia financeira, pois mesmo com a divisão tripartida dos tributos arrecadados, enquanto a União arrecadava 63% e os estados 28%, aos municípios só restavam 9% do total dos impostos, o que não é diferente da atualidade.

Essa Constituição de cunho “descentralizadora” durou pouco tempo, pois entrou em vigor outra Constituição, em 1937, outorgada pelo presidente da república Getúlio Vargas, em um regime “autoritário”, suprimindo direitos civis e políticos, com base em argumentos obscuros de uma suposta infiltração comunista, o que teria ocasionado a desordem social, como podem ser observados no texto do preâmbulo da Constituição (BRASIL, 1937).

As receitas municipais foram reduzidas, embora mantivesse a eletividade das câmaras municipais; e foram mantidos os departamentos das municipalidades; além disso, a receita municipal continuou baixa, com somente 11,75% da arrecadação total do país (mas boa parte provinda de municípios das capitais, incluindo o Distrito Federal (LEAL, 1949/2012).

Na Constituição Federal de 1946 houve uma maior descentralização e autonomia política para os municípios. No Art. 28 é assegurada a eleição direta para prefeito, vice-prefeito e vereadores na maioria dos municípios, exceto nas capitais dos estados e onde houvesse estâncias hidrominerais naturais, que fossem beneficiadas pelo estado ou pela União Federal; ou por força de Lei Federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional em locais que fossem declarados bases ou portos militares que fossem importantes para a defesa externa do país.

Essa constituição acompanhou um contexto de intensas mudanças no Brasil, como a urbanização e a industrialização, a instituição do planejamento governamental, ao menos da União, a expansão da classe média e do proletariado. Mas mesmo com essas transformações, o processo eleitoral continuava sob o comando, em parte, das oligarquias latifundiárias (BRASILEIRO, 1973).

A autonomia municipal, também com base no Art. 28, seria assegurada por meio da administração própria do município, no que concerne ao seu peculiar interesse, especialmente, a decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e aplicação das suas rendas; e a organização dos serviços públicos locais (BRASIL, 1946).

E no Art. 30 já há um indicativo de cooperação entre as esferas municipal, estadual e federal, pela possibilidade de cobrança de taxas de contribuição de melhoria e outras rendas pelas três esferas de governo. Devido a várias modificações “em 1946, a terceira Constituinte Republicana pôs o problema do municipalismo entre suas primeiras cogitações, encarando, principalmente, o aspecto fundamental da receita” (LEAL, 1949/2012, p. 68).

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi criado em 1965, mas ao contrário do que possa parecer, os recursos municipais diminuíram nesse período, e somente no final da década 1970 é que houve um aumento paulatino desse fundo (TOMIO, 2005). A centralização política em torno da União Federal aumentou no período da ditadura militar, a partir de 1964, com uma descentralização estadual e municipal com muitas restrições, que culminou na Constituição Federal de 1967.

No Art. 16 desta Constituição é determinada a prestação de contas ao estado, e se refere à “autonomia” municipal as ações de decretar e arrecadar tributos, organizar os serviços públicos locais, e a eleição direta para Prefeitos, Vice-prefeitos e Vereadores; mas somente em municípios que não fossem considerados estâncias hidrominerais em Lei estadual e não representasse “ameaça” ao governo (BRASIL, 1967a).

Essas atribuições também podem ser verificadas na Emenda Constitucional nº 1 de 1967 (BRASIL, 1967b), em que foram estabelecidos os requisitos mínimos de população e renda para a criação de novos municípios. Nesta ocasião as finanças dos municípios foram bastante reduzidas, tornando-os muito dependentes das transferências constitucionais (FONSECA, 2005).

A “redemocratização” do país, com o fim da ditadura militar, a multiplicidade de diferentes tipos de organizações sociais, mas que trazia um elemento comum, que é a busca pela participação e descentralização, como as *Diretas já* e a pressão dos governos “subnacionais”, sendo a descentralização um consenso entre os políticos representantes da direita e da esquerda, culminou na Constituição Federal de 1988, que favoreceu a descentralização intergovernamental, e a institucionalização da

participação popular, e o conseqüente aumento da autonomia dos municípios, num patamar jamais alcançado, mas ainda com fortes limitações financeiras e administrativas.

Havia interesses distintos na descentralização política ocorrida a partir de 1988. Esta era sustentada por uma parte da esquerda política e de grupos empresariais nacionais, por acreditar no Estado como único provedor da garantia dos interesses sociais, mesmo à custa da institucionalização dos movimentos sociais; a outra parte da esquerda, parte da igreja católica e do poder municipal acreditava no fortalecimento dos movimentos sociais como forma de resistir à expansão do capital monopolista mesmo com o risco de cooptação desses movimentos; e também pelos grupos transnacionais e parte dos tecnocratas, que viam na descentralização uma solução para a continuidade da modernização tecnológica (BECKER, 1986).

Assim, a Constituição Federal de 1988 coloca o Brasil em uma situação peculiar no mundo, sendo a única federação estruturada em três níveis de governo autônomos, e essa autonomia é universalizada; sendo padrão em todos os municípios a estrutura administrativa e governamental, independentemente do tamanho de sua área, da população residente, de seus aspectos sociais e econômicos.

Evidencia-se assim uma visão simétrica sobre a heterogeneidade das instituições locais, onde se desenvolve o processo de descentralização no Brasil (FONSECA, 2005), apresentando-se a partir da verticalização e da dependência financeira e administrativa, principalmente, dos pequenos municípios, com pouca autonomia municipal.

2.2.3. A criação de municípios no Brasil e os municípios inconstitucionais

O processo de descentralização não está necessariamente atrelado à criação de novas unidades subnacionais; mas há uma tendência maior em haver processos emancipatórios em períodos mais democráticos e descentralizados politicamente e financeiramente, lembrando que a maior autonomia municipal também está ligada à maior dependência financeira e prerrogativas para a arrecadação e aplicação dos recursos com vista a atender às demandas a partir das especificidades locais.

Mesmo não havendo consenso entre os cientistas políticos e demais estudiosos desse assunto, de que a criação de municípios estaria ligada aos processos de descentralização do poder político, é preciso analisar que no período

considerado democrático e descentralizado, a partir de 1988, até a promulgação da Emenda Constitucional nº 15 pelo Congresso Nacional em 1996, foram criados cerca de 1/4 (1.327 municípios) do total dos municípios existentes no Brasil à época.

Havia em 1987, segundo dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), 4.180 municípios, e em 1997 esse número foi aumentado para 5.507 (ASSIS, 2006). Na Bahia foram criados 50 municípios desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, sendo 48 no ano de 1989 e mais 2 no ano 2000, incluindo o município aqui estudado: Luís Eduardo Magalhães. Na tabela 01 é possível analisar o avanço da criação de municípios no Brasil e na Bahia entre os anos de 1950 a 2010.

Tabela 01 – Número de municípios brasileiros nos Censos Demográficos (1950–2010)

	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	1889	2766	3952	3991	4491	5507	5565
Bahia	150	194	336	336	415	415	417

Fonte: Organizado por Kátia R. Almeida, com base em IBGE, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 e SEI, 2001.

Mesmo considerando a escala temporal com a periodicidade dos Censos Demográficos, que ocorrem a cada dez anos, pois os contextos institucionais em que são debatidas e promulgadas as leis e pareceres relacionados à criação, desmembramento, fusão e incorporação de novas unidades subnacionais, não obedecem a esses limites temporais; é possível fazer algumas correlações dos períodos em que houve maior ou menor número de municípios criados.

Entre os anos de 1950 e 1960, em que a Constituição vigente foi a de 1946, considerada mais descentralizada e com mais possibilidades de novas subunidades serem criadas, houve um acréscimo de 877 municípios. Também entre os anos 1980 e 2000, período de vigência da Constituição Federal de 1988 e antes da Emenda Constitucional nº 15 de 1996, com um aumento de 1516 novos municípios.

Segundo o Senador João Capiberibe, a intensa criação de novas unidades subnacionais acarretou um déficit nas contas públicas por conta do aumento da carga tributária, para cobrir despesas administrativas e de custeio das três esferas de governo; o que não trouxe benefício para a população de modo geral, mas apenas

para a manutenção da máquina pública. O senador é contrário à criação de municípios.

Houve uma indústria de criação de municípios que terminou onerando pesadamente o posto. Muitos desses municípios não se justificavam a criação. Era simplesmente um interesse local, de grupos, pequenos grupos políticos que queriam ter o seu próprio feudo. Aí em função disso se criaram muitos municípios (...). Em alguns casos é necessária a divisão, com a criação de novos municípios; mas são exceções eu diria, no Brasil (CAPIBERIBE, 2017).

A Constituição Federal de 1988 atribuiu a cada estado a responsabilidade de criar a legislação pertinente e, com base nela, proceder à emancipação municipal, se forem atendidos os requisitos da lei, subtendendo a não interferência do Governo Federal. O que pode ser verificado no parágrafo 4º do Art. 18:

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em Lei Complementar Estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas (BRASIL, 1988, p. 9).

Após 1996 continua o Estado brasileiro sendo considerado democrático e descentralizado, porém, os requisitos para a criação de municípios passaram a ser determinados pela Lei Complementar Federal nº 15 de 1996, que estabeleceu restrições para a criação de municípios com baixa capacidade econômico-financeira. Sua sustentação econômica própria deveria ser analisada por meio do estudo de viabilidade municipal, e deveria ser realizado um plebiscito popular.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei (BRASIL, 1996, p.1).

A discussão sobre a criação de municípios no Brasil tem entrado na pauta do Senado e da Câmara de Deputados, com o Projeto de Lei nº 98 de 2002 (BRASIL, 2002a), de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

Em 2003 o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a Lei 12.949, de 15 de setembro de 2000, do estado do Paraná, decretando a nulidade de todas as leis

de Criação de municípios, baseando a sua decisão na Emenda Constitucional nº 15/1996 (BRASIL, 2003). Porém, em 2007, o STF julgou procedente o pedido do estado do Mato Grosso, estabelecendo um prazo de dezoito meses para que o poder legislativo pudesse adotar os procedimentos necessários para a promulgação da referida Lei Complementar Federal (BRASIL, 2007a).

No parecer nº 1.052, de 2008 (BRASIL, 2008a), que é a redação final do substitutivo ao projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 (BRASIL, 2002a) constam dois requisitos essenciais para a criação de um município: primeiro, a quantidade de população — com no mínimo cinco mil habitantes — em que se observam as desigualdades regionais e se apontam quantidades diferenciadas para cada região; segundo, são considerados o número de eleitores com relação à população total, as características urbanas, incluindo a quantidade de edificações; e também as características ambientais e culturais, a arrecadação tributária própria e as receitas provenientes das esferas estaduais e federais e a estimativa das despesas com pessoal, custeio e investimentos, também as relações com os núcleos urbanos vizinhos e a preservação da continuidade territorial.

Não se trata de fazer uma defesa à criação de um município, mas com relação às exigências de edificações urbanas, considera-se o distrito que será emancipado. Se observarmos os municípios já existentes na Bahia veremos que 47,5%, ou seja, 198 municípios dos 417 existentes, têm uma população urbana menor que a rural (considerando todas as sedes de distritos, ou seja, de acordo à metodologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para contabilizar a população urbana. Com base na realidade dos municípios baianos, é possível afirmar que a emancipação tornar-se-á muito difícil, mesmo com a aprovação do projeto de lei supracitado.

Também em 2008 foi editada a Emenda Constitucional nº 57, de 18 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008b), numa tentativa de suprir a ausência da Lei Complementar Federal, exigida na Emenda Constitucional nº 15 de 1996, considerando ainda a Carta Magna de 1988. No texto foi incluído a convalidação de todos os atos de criação de municípios que foram publicados até o final de 2006, sem a necessidade de verificação dos requisitos constitucionais.

Art.96. Ficam convalidados os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios, cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006, atendidos os requisitos estabelecidos na legislação do respectivo Estado à época de sua criação. (BRASIL, 2008b)

A emenda tinha a intenção de resolver, principalmente, o problema dos municípios considerados inconstitucionais, e que por decisão do STF teriam uma sobrevida de apenas 24 meses até que fosse promulgada a Lei Complementar Federal pelo legislativo; mas a referida emenda, além de ignorar um requisito previsto na lei maior, que é a Constituição Federal vigente, tentando validar uma situação de inconstitucionalidade, visto que uma Emenda constitucional não pode transformar leis inconstitucionais em constitucionais (CARNEIRO, 2010); e também não resolveu o problema daqueles distritos que buscam se emancipar.

Em 2013 o projeto de Lei nº 98 de 2002 foi vetado pela Presidente Dilma (veto Nº 47 de 2013). Em 2014 a discussão voltou à tona com o Projeto de Lei do Senado Nº 104 de 2014 (BRASIL, 2014) e em 2015, com o Projeto de Lei Complementar do Senado Nº 199, de 2015 (BRASIL, 2015). Neste, constam os requisitos, como o contingente populacional: a população mínima para os municípios das regiões Sul e Sudeste seria de 20 mil habitantes, na região Nordeste 12 mil, e no Norte e Centro-Oeste seria de 6 mil habitantes.

A distância mínima da sede do distrito com relação à sede do município seria, pela redação original do Projeto de Lei nº 98 de 2002, seria de dez quilômetros. O que de fato precisou ser revisto, já que a dinâmica, tamanho, localização, economia, dentre outros fatores, são diferentes em cada município. A questão do plebiscito com a população de toda área envolvida no processo de desmembramento é outro ponto a ser analisado, pois envolve relações de poder entre as lideranças locais, e um interesse, geralmente, somente a área a ser emancipada, que conta com um contingente populacional e número de eleitores bem menor que a área de origem.

Não somente os projetos e leis são desfavoráveis à criação de novos municípios, pois muitos estudos se baseiam nos custos econômicos e no aumento da corrupção com o novo ente federado. Segundo Assis (2006) a “proliferação” da criação de municípios no período que vai da Constituição Federal de 1988 até a Emenda Constitucional nº 15, de 1996, foi uma das principais causas da dificuldade financeira dos municípios vivida atualmente, pois, embora “[...] desde a segunda metade da década de 60, os municípios, considerados em conjunto, vêm tendo acesso a mais recursos fiscais, tanto em termos absolutos quanto em relação ao PIB e às demais esferas de governo”¹⁶ (GOMES; DOWELL, 2000, p. 10), o FPM foi

¹⁶ Gomes; Dowell (2000) chamam de “Federalismo Municipal” o aumento dos recursos dos municípios frente aos estados e à União Federal entre 1960 e 1996. “[...] a receita disponível dos municípios, em

fracionado entre os municípios já existentes e aqueles que surgiam, permanecendo fixa a sua base.

Atualmente está vetado a criação de novos municípios. Mas desde 17 de dezembro de 2019 está pronto para entrar na pauta da comissão o projeto de Lei Complementar nº 195 de 2019, que dispõe sobre o procedimento para a fusão e incorporação de municípios. Sabemos que os agentes políticos locais não estão interessados que o município volte a ser distrito; mas para conseguir convencer os munícipes e as lideranças locais, a partir de uma ação espontânea dos mesmos, ver reduzir o número de municípios no Brasil, o texto prevê como estímulo, garantir por doze anos a soma dos dois municípios da transferência do FPM; e também a redução desse recurso para os municípios com menos de 5 mil habitantes (BRASIL, 2019).

Considera-se aqui que a criação de um município acarreta sim um aumento dos gastos com toda estrutura organizacional e administrativa, que deve ser considerada, e que beneficia de forma diferenciada seus munícipes, privilegiando grupos de interesse que se articulam entre o público e o privado. É preciso, porém, pensar na atenção digna às populações de distritos que ficam esquecidos pelo poder público municipal. Assim, com as condições, motivações e os distintos interesses dos agentes que impulsionam as emancipações, são criados os municípios e, a partir disso, surgem uma série de transformações, com dinâmicas sócio-espaciais e populacionais diferenciadas.

2.2.4. Criação de municípios na Bahia

A configuração espacial e dinâmica político-administrativa do Brasil evoluiu muito no sentido da emancipação de distritos, contando hoje com 5.565 municípios. Essa tendência foi ainda maior nas áreas próximas ao litoral. No estado da Bahia, por exemplo, aumentou muito o número de municípios, principalmente, nas áreas litorâneas mais densamente povoadas. Em 1827 a Bahia contava com 13 municípios e 28 vilas. Em 1889 eram 53 municípios e 45 vilas. Na continuação dessa retrospectiva, em 1940 existiam na Bahia 150 municípios, e esse número foi ampliado para os 417 municípios existentes atualmente (SEI, 2001).

relação à União, foi multiplicada por um fator próximo a três. No caso das receitas municipais, em relação às dos estados, o crescimento foi ainda maior” (GOMES E DOWELL 2000, p. 10).

Tomando como exemplo o estado da Bahia, é possível observar que há uma relação direta entre a descentralização política, institucionalizada com as Constituições Federais, ora mais, ora menos descentralizadoras e a criação de municípios. Até o ano de 1923 foram criados 37 municípios na Bahia.

No período que abrange a constituição de 1924, que vai até 1890 — dois anos depois da República — 72 municípios foram criados. No período da Constituição Federal de 1991 só foram criados 41 municípios. Na vigência da Constituição de 1937 apenas 1 distrito se emancipou.

Já no período que abrange a Constituição de 1946, um total de 186 novos entes federados – municípios – foram criados no Brasil. Porém, durante a Ditadura Militar nenhum município foi criado, e de 1985 a 1996 foram 78 municípios; e somente 2 depois desse período¹⁷ (Figura 05).

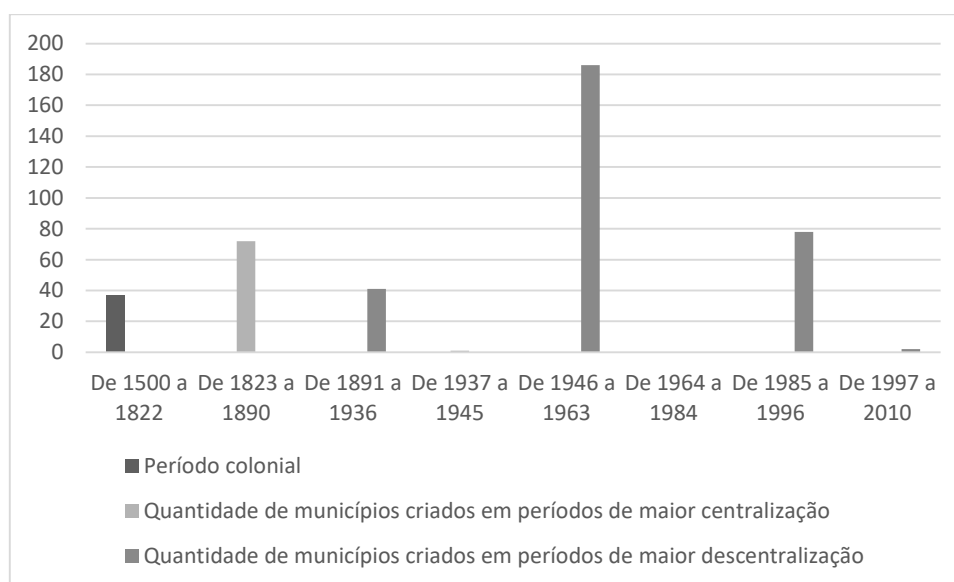


Figura 05 – Criação de municípios na Bahia: períodos de maior ou menor centralização

Fonte: Organizado por Kátia R. Almeida, com base em IBGE, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 e SEI, 2001.

É possível fazer uma análise mais aprofundada quando comparamos o período de 1952¹⁸ a 2012. Período que abrange as Constituições Federais de 1946, 1967 e 1988, e a Emenda Constitucional nº 15 de 1996 (Figura 06).

¹⁷ Consideraram-se as Constituições Federais e o Contexto político-administrativo do Brasil.

¹⁸ Mesmo tendo sido promulgada em 1946, os municípios só começaram a serem criados a partir de 1952, ano em que foram emancipados 10 distritos.

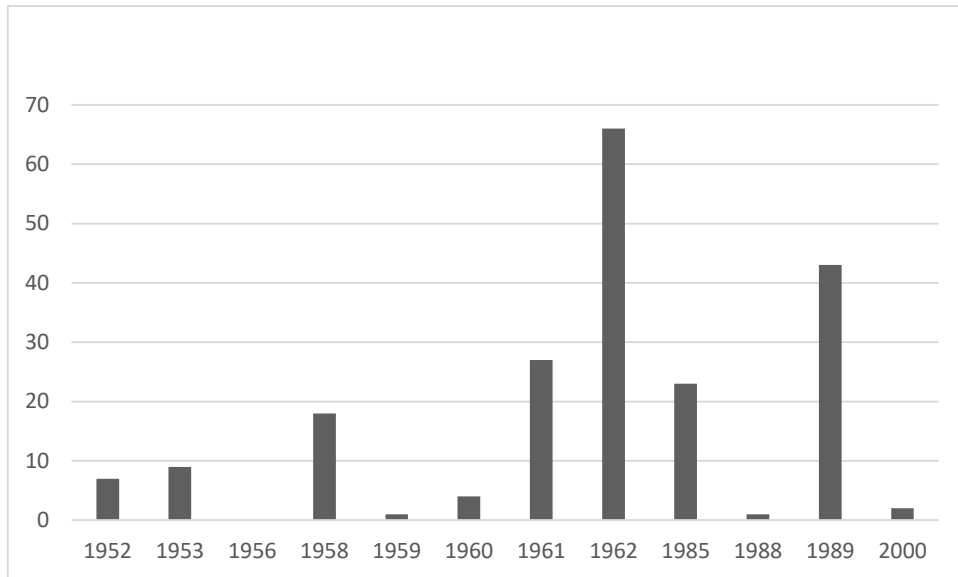


Figura 06 – Municípios criados na Bahia entre os anos de 1952 e 2012

Fonte: Organizado por Kátia R. Almeida, com base em Brasil, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 e Bahia, 2001.

Na Bahia foram criados 48 municípios em 1989, e mais 2 municípios em 2000, Luís Eduardo Magalhães e Barrocas (Tabela 02), mesmo num período de muitas restrições para a formação de novos municípios. Dentre os 48 municípios criados em 1989, 20 tiveram diminuição da população entre os anos 1991 e 2000.

Um total de 17 municípios tiveram redução no contingente populacional entre os anos 2000 e 2010, com destaque para o município de Caraíbas, cujo decréscimo da população foi de 40% entre 2000 e 2010. O conjunto desses municípios cresceu apenas 5,9%, enquanto a Bahia como todo, cresceu 7,28% entre 2000 a 2010. Lembrando que o município Luís Eduardo Magalhães, cresceu 220,44% no período.

Tabela 02 – Estado da Bahia: evolução da população dos municípios emancipados após 1988

Município	Taxa de crescimento da população total (%)				
	População absoluta 1991	População absoluta 2000	População Absoluta 2010	Varição população 1991-2000	Varição população 2000-2010
Ajustina	13.714	14.302	15.702	4,29	9,79
Andorinha	17.170	15.774	14.414	-8,13	-8,62
Apuarema	7.647	7.443	7.459	-2,67	0,21
Araças	8.940	11.003	11.561	23,08	5,07
Banzaê	11.489	11.156	11.814	-2,90	5,90
Barrocas					
Bom Jesus da Serra	10.226	10.502	10.113	2,70	-3,70
Bonito	11.085	12.902	14.834	16,39	14,97
Cabaceiras do Paraguaçu	14.523	15.547	17.327	7,05	11,45
Caetanos	10.655	13.076	13.639	22,72	4,31
Caraíbas	17.088	17.164	10.222	0,44	-40,45
Caturama	9.714	8.640	8.843	-11,06	2,35
Feira da Mata	6.343	6.235	6.184	-1,70	-0,82
Igrapiúna	12.695	14.960	13.343	17,84	-10,81
Itabela	20.848	25.746	28.390	23,49	10,27
Itaguaçu da Bahia	17.341	11.309	13.209	-34,78	16,80
Itatim	10.039	12.700	14.522	26,51	14,35
Iuiú	10.841	10.489	10.900	-3,25	3,92
Jucuruçu	16.012	12.377	10.290	-22,70	-16,86
Lagoa Real	10.978	12.765	13.934	16,28	9,16
Lajedo do Tabocal	6.476	8.100	8.305	25,08	2,53
Lúis Eduardo Magalhães		18757*	60.105		220,44
Madre de Deus	9.183	12.036	17.376	31,07	44,37
Matina	8.999	10.242	11.145	13,81	8,82
Mirante	8.189	13.666	10.507	66,88	-23,12
Mulungu do Morro	13.741	15.119	12.249	10,03	-18,98
Muquém de São Francisco	8.257	9.052	10.272	9,63	13,48
Nova Fátima	10.445	7.536	7.602	-27,85	0,88
Nova Ibiá	10.502	7.166	6.648	-31,77	-7,23
Nova Redenção	10.318	8.636	8.034	-16,30	-6,97
Novo Horizonte	10.184	8.502	10.673	-16,52	25,54
Novo Triunfo	11.080	13.599	15.051	22,73	10,68
Ourolândia	12.235	15.356	16.425	25,51	6,96
Piraí do Norte	13.759	10.425	9.799	-24,23	-6,00
Ponto Novo	17.171	17.187	15.742	0,09	-8,41
Presidente T. Neves	18.535	19.404	23.846	4,69	22,89
Quixabeira	13.927	9.466	9.554	-32,03	0,93
Ribeirão do Largo	10.930	15.303	8.602	40,01	-43,79
São Domingos	10.276	8.526	9.226	-17,03	8,21
São Félix do Coribe	11.916	11.758	13.048	-1,33	10,97
São José da Vitória	8.768	6.210	5.715	-29,17	-7,97
São José do Jacuípe	14.100	9.233	10.180	-34,52	10,26
Saubara	8.016	10.193	11.201	27,16	9,89
Serra do Ramalho	33.164	32.600	31.638	-1,70	-2,95
Sítio do Mato	8.699	11.752	12.050	35,10	2,54
Sítio do Quinto	12.050	17.031	12.592	41,34	-26,06
Sobradinho	21.208	21.325	22.000	0,55	3,17
Umburanas	11.540	14.140	17.000	22,53	20,23
Varzedo	8.662	8.673	9.109	0,13	5,03
Vereda	8.914	7.450	6.800	-16,42	-8,72

*Dados na condição de distrito.

Fonte: Organizada por Kátia R. Almeida, com base em IBGE, 1991, 2000 e 2010.

Muitos distritos baianos ainda esperam a emancipação. Em 2018, segundo reportagem do Jornal Correio, cerca de 50 pedidos foram feitos à Comissão Especial de Divisão Territorial e Emancipação (BITTENCOURT, 2018). No Oeste baiano, por conta do agronegócio, seguindo os passos da criação do município de Luís Eduardo Magalhães, três distritos têm a intencionalidade de se tornarem municípios: Roda Velha, Rosário e Vila Coaceral (Figura 07).

No que se refere à criação de novos municípios no Oeste Baiano ... as pretensões partem principalmente de localidades como Roda Velha (São Desidério), Rosário (Correntina) e Vila Coaceral (Formosa do Rio Preto), cuja estratégia reivindicatória é a mesma que resultou na emancipação de Luís Eduardo Magalhães, há mais de uma década, ou seja, pela consolidação de três processos concomitantes e complementares: o crescimento da agricultura moderna nos cerrados (BRANDÃO, 2015, p. 395 e 396).

É preciso, porém, considerar que na medida em que vão se emancipando os distritos, há uma diminuição do estoque de localidades com capacidade de se emancipar. A quantidade populacional dos distritos que ainda não foram emancipados tende a ser cada vez menor; além dos demais requisitos considerados que também tendem a diminuir como: a quantidade de habitações, de eleitores, a dinâmica urbana etc. como explica Tomio (2005):

O estoque de localidades emancipáveis de um estado tende a esgotar-se até seu limite. Primeiro são emancipados os distritos com condições mais favoráveis; quando estes não mais existem, são criados municípios que apresentam condições cada vez mais próximas às exigências mínimas (TOMIO, 2005, p. 131).

Com relação à questão da desigual arrecadação de tributos é preciso considerar as disparidades históricas de investimentos públicos e privados no país, com uma grande concentração de investimentos econômicos nas maiores cidades, principalmente, na região Sudeste, capitais e áreas litorâneas e/ou metropolitanas.

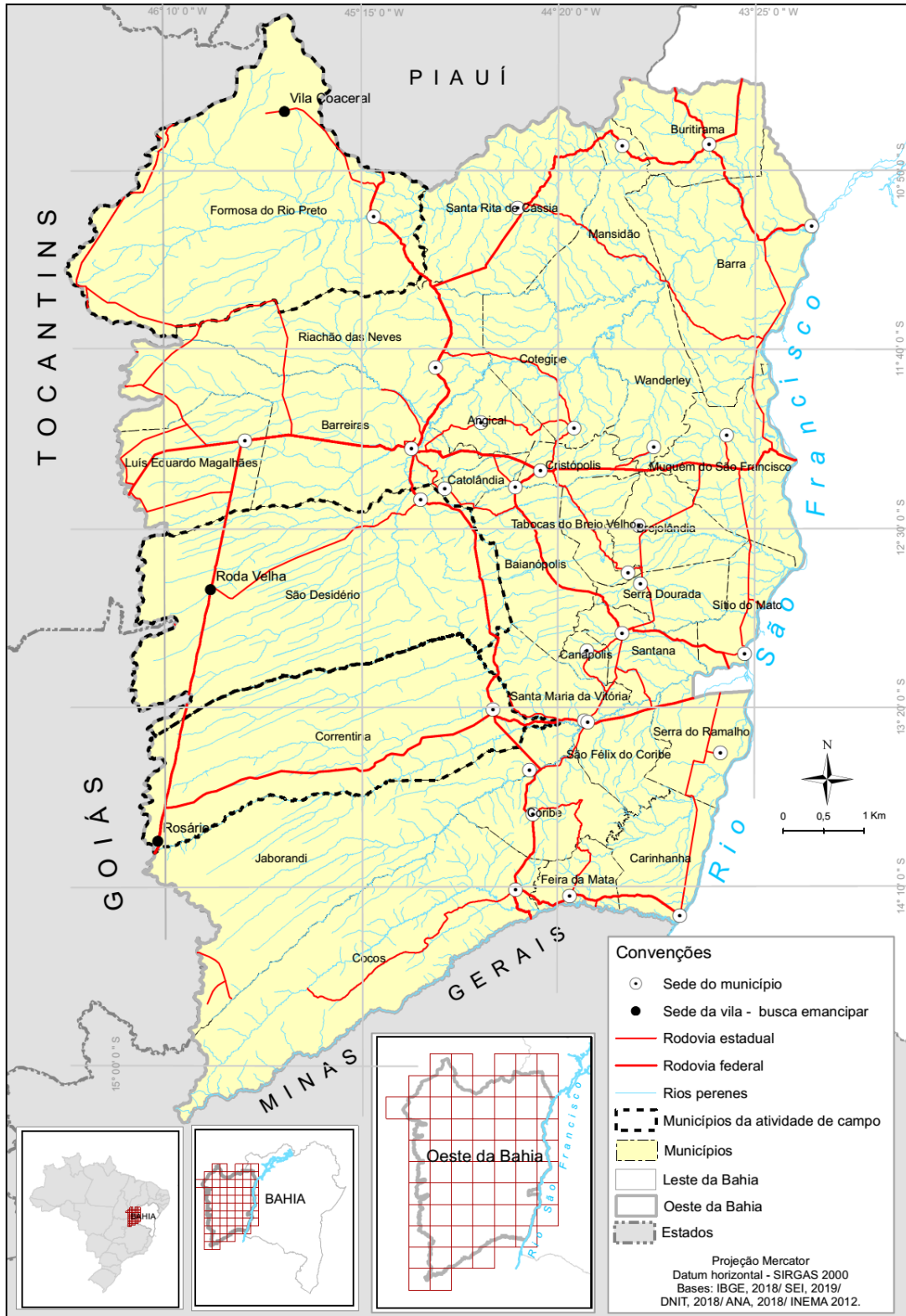


Figura 07 – Localidades do Oeste baiano que buscam se emancipar, 2020.
Fonte: Elaborado por K. R. Almeida, 2020.

Se a criação de municípios enfrenta, por um lado, grandes dificuldades em estabelecer critérios e parâmetros para sua efetivação num país heterogêneo e com grandes disparidades regionais e intrarregionais, por outro lado, pode e deve ser vista como uma solução para muitos distritos localizados a longa distância do distrito-sede, como é o caso de tantos municípios com amplas extensões territoriais, por exemplo (MOREIRA J., 2011, p. 18).

É preciso considerar ainda que os municípios arrecadam somente alguns tributos, que apresentam pequeno rendimento, principalmente, nos municípios pequenos, pois estes têm um forte apelo rural, tornando assim o Imposto Sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), tributos essencialmente urbanos, que são as principais fontes de arrecadação dos municípios, pouco rentáveis para as Prefeituras.

Outra consideração quanto à questão fiscal, tão citada nos discursos contrários à emancipação, além da análise da divisão da arrecadação, são as responsabilidades entre as esferas de governo e a participação efetiva na implementação das políticas públicas, pois ao se comparar o conjunto dos gastos municipais com as atividades das esferas estadual e federal, “tomando por base as receitas tributárias municipais, verifica-se que, no conjunto dos Municípios baianos todos aqueles com população inferior a 20 mil habitantes despendem com essas atividades mais do que conseguem arrecadar com seus tributos (BREMAEKER, 2013, P. 5).

2.3. O PESO POLÍTICO DO TERRITÓRIO E DA REGIÃO (NOS PROCESSOS DE EMANCIPAÇÃO): NORDESTE E OS SERTÕES BAIANOS

A emancipação municipal ocorre a partir de uma relação entre as esferas do poder político, e mesmo sendo um processo local, fica intrínseco o caráter regional, tanto do processo de criação do município, quanto a partir da existência do novo município. A região ganha assim, um peso político, abrangendo diversos agentes, em especial deputados estaduais, articulados com agentes políticos locais.

Neste subcapítulo são assim analisadas as relações de poder a partir da categoria território, considerando os agentes e as regulamentações. Com base na noção de território, busca-se compreender a região Nordeste a partir do entendimento das práticas coronelistas de poder, e considerando o passado e o presente, com a mudança ou manutenção de estruturas; também os Sertões da Bahia,

compreendendo-os para além de suas características físicas, e avançando para uma construção cultural, social e histórica.

A partir da conceituação e análise das “regiões” aqui consideradas, quais sejam: o Nordeste brasileiro e os sertões baianos, buscou-se tornar inteligível a sua relação com os processos de emancipação municipal, seja a partir das práticas e ações de seus agentes sociais e políticos concretos, seja pelas suas peculiaridades em determinados contextos institucionais,

Dessa forma, este subcapítulo se divide três partes: a primeira analisa as noções de poder, território e do próprio município; a segunda analisa o peso político da região a partir das práticas consideradas aqui enquanto coronelistas, por se tratar de um jogo político entre os agentes locais e outras esferas de poder. Por fim, a terceira parte traz uma análise do sertão com uma visão mais abrangente, no sentido de que não há uma uniformidade das mais variadas áreas consideradas enquanto sertão da Bahia.

2.3.1. O poder, o território e o município

Analisar os processos de emancipação municipal perpassa pela busca de se tornar inteligíveis as relações de poder evidenciadas nos municípios e a sua dinâmica interna e sua relação com as demais esferas de poder. Compreende-se aqui o território enquanto parcelas do espaço geográfico sobre as quais a sociedade humana em seu processo de reprodução social e material desenvolvem relações de poder, e considerando os limites municipais para tal.

Assim, as relações de poder que se tecem no espaço são o foco de nossa análise a partir do município. O território ganha então uma centralidade no presente trabalho, na medida em que se apresenta como importante categoria analítica para a compreensão das relações de poder que envolvem os agentes sociais, econômicos e políticos.

O conceito de território pressupõe a existência de relações de poder, sejam elas definidas por relações jurídicas, políticas ou econômicas. Nesse sentido é uma mediação lógica distinta do conceito de espaço, que representa um nível elevado de abstração, ou de região, que manifesta uma das formas materiais de expressão da territorialidade, como o é, por exemplo, a nação (EGLER, 1995/2012, p. 215).

Aqui podemos fazer uma análise a partir de quatro pontos: os agentes territoriais, o conceito de território, as regulações, e o contextos históricos e espaciais.

Sobre os agentes territoriais, Ratzel (1897/1990) parte da ideia de que existe uma estreita ligação entre o solo (*boden*) e o Estado, e sua expansão, incorporando novas terras, assumiria um caráter quase orgânico, como um ser vivo que se desenvolve e precisa de uma área maior para ocupar.

Com base em algumas passagens de Ratzel (1897/1990), pode-se inferir que ele evidenciava o território como a própria fração da superfície terrestre (muito difundida ainda na atualidade), mas se consideravam as relações de poder. Assim escreve o autor: “um povo decai quando sofre perdas territoriais. Ele pode decrescer em número, mas ainda assim manter o território no qual se concentram seus recursos; mas se começa a perder uma parte do território, essa é sem dúvida o princípio de sua decadência futura” (RATZEL, 1897/1990, p. 74).

Mas Ratzel considerou apenas o Estado como o agente detentor do poder. Neste sentido, Raffestin (1993) elabora uma crítica essencial da maneira como os autores que se debruçaram sobre a Geografia Política a posteriori definiram as relações de poder; e mesmo com as várias mudanças na trajetória do pensamento geográfico ainda continuaram durante mais de um século após a obra de Ratzel a fazer uma Geografia de Estado, sem considerar os demais agentes sociais.

Raffestin (1993, p. 22) concluiu que, “[...] com algumas raras exceções, a geografia política no século XX foi uma geografia do Estado. Em certo sentido, uma geografia unidimensional que não quis ver no fato político mais que uma expressão do Estado”. A análise de uma Geografia de Estado a qual se referiu Raffestin (1993), pode ser identificada ainda em Becker (1988), que analisa as questões sobre tecnologia e gestão do território nacional, mas considerando também os diferentes grupos sociais.

A autora compreende o território de um país como um patrimônio fixo da sociedade nacional; assim, “[...] sua apropriação social em termos de conhecimento e de posse, constitui fonte de poder para os grupos sociais e para o Estado nacional” (BECKER, 1988, p. 183). Não se trata de fazer aqui uma crítica à ênfase dada por Becker (1988) ao Estado, pois este ainda pode ser considerado o principal agente para a compreensão das relações de poder. Trata-se apenas de exemplificar como a Geografia Política ainda tem se debruçado, prioritariamente, sobre as questões do Estado.

Outra questão a ser considerada é a diferença entre a Geografia Política e a Geopolítica, em que ao longo do tempo cada área foi assumindo características específicas.

A Geografia Política foi se configurando, cada vez mais, como um estudo acadêmico das relações entre política/poder e espaço, ainda que sob a égide de um pensamento baseado na atuação do Estado, ao passo que a Geopolítica se consolidou como um campo de análise voltado às formulações geoestratégicas estatais (BRANDÃO, 2015, p. 6).

Com relação ao conceito de território, nas mais variadas formas de conceituá-lo está subjacente a noção de poder, de espaço, e por vezes de domínio e violência, além do consenso e do conflito. O domínio e a violência estão ligados a um agente unidimensional, quer seja o Estado, ou uma empresa. O poder, o consenso e o conflito têm relação com uma multiplicidade de agentes, o que dá margem às lutas por direitos civis, políticos e sociais, incluindo aí os direitos trabalhistas.

Assim, mesmo considerando outros agentes além do Estado nas relações de poder, Raffestin (1993) compreende o fenômeno do poder como resultado de sua apropriação em que se destaca um agente social, o qual domina os demais, o que pode ser perigoso, pois pode remeter à ideia da não possibilidade do conflito ou do “consenso”; apenas levando à dominação.

Também para Valverde (2004), no passado os geógrafos concebiam o conceito de território associado apenas à escala nacional, tendo o Estado como o único agente no exercício do poder. Nas últimas décadas, porém, este conceito tem sido ressignificado como pode ser observado em Souza (1995/2012), que sistematiza sua concepção sobre o território — entendendo-o como uma parte do espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder — podendo os territórios ter extensão contínua ou descontínua, podendo ainda ser construídos e desconstruídos nas mais variadas escalas espaciais e temporais. Neste sentido, “[...] os territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica” (SOUZA, M. 1995/2012, p. 81).

Na mesma perspectiva de Souza, Brito (2008, p. 19) argumenta que o conceito de território, “[...] nas falas e nos textos, predomina a ideia de relações de poder entre os distintos agentes, que se acredita ser a premissa subjacente ao referido conceito”. Ao fazer uma revisão sobre o conceito de território, Brito (2008) observa que o fundamento principal, o poder, é comumente confundido com domínio, coação

ou controle de um grupo ou sujeito sobre outros. A partir da década de 1970 houve uma transformação na disciplina como um todo, e autores que se debruçam sobre as questões políticas e de poder na Geografia passaram a considerar outros agentes ao tratar da categoria geográfica “território”.

O poder é analisado por Brito (2005) sob outra perspectiva, na medida em que avança para o seu entendimento a partir de relações fundadas no respeito de princípios democráticos de livre manifestação da vida pública entre os vários agentes sociais envolvidos numa relação em torno de um interesse comum. E que apesar das diferentes capacidades de convencimento de cada um dos agentes sociais, nenhum deles pode ser subjugado por aquele que exerce a posição de hegemonia, pois cada um dos agentes sociais envolvidos deve ter seus interesses garantidos de alguma maneira para permanecer no acordo. Assim explica o autor:

Das ações de liderança de um agente hegemônico num dado território resulta que o conteúdo que atribui identidade aos territórios reflete mais fortemente as materializações dos interesses dos agentes hegemônicos que coordenam legitimamente o consenso formado em torno de um cronograma de objetivos, mediado pelas perspectivas desses agentes; entretanto, cada um dos agentes envolvidos exerce também seus respectivos direitos e almeja suas ambições, do contrário não existe consenso, mas sim coação, dominação, controle ou termos correlatos que, no fim, significa a supressão da autonomia dos demais agentes envolvidos na relação social (BRITO, 2005, p. 118).

A abordagem de Brito (2005) sobre o poder vai ao encontro da compreensão de poder de Arendt (1994), que o define a partir de relações entre os distintos agentes sociais, sendo observado a ideia de consentimento, em que pese haver tensões. Assim escreve a autora:

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome (ARENDR, 1994, p. 36).

Ao buscar distinguir violência de poder, Arendt (1994) afirma que estes são opostos e que é impossível a sua coexistência, assim, onde um domina, o outro está ausente. A esse respeito escreve a autora:

A violência aparece onde o poder está em risco, mas deixada a seu próprio curso, ela conduz à desaparecimento do poder. Isto implica ser incorreto pensar o oposto da violência como a não-violência; falar de um poder não violento é de fato redundante. A violência pode destruir o poder; ela é absolutamente incapaz de criá-lo (ARENDR, 1994, p. 44).

Como forma de compreensão dessa questão, na prática, Brito (2010), analisando a fábrica de calçados no município de Ipirá - BA, percebe que sua territorialidade não começou quando de sua instalação, motivada pela “guerra fiscal” – compreendendo esta enquanto uma competição entre as unidades subnacionais para atrair investimentos de empresas privadas a partir de fatores atrativos, como: a isenção ou diminuição de impostos, doação ou diminuição dos preços de terrenos para sua instalação.

Envolve ainda outros fatores, como: infraestrutura adequada, mão-de-obra barata e não sindicalizada, entre outros – mas a partir do conflito entre o sindicato dos trabalhadores e a chefia da fábrica. A luta do sindicato na defesa dos trabalhadores contra vários tipos de abusos (a exemplo de assédio moral) cometidos pela gerência da fábrica obteve várias vitórias, que resultavam em acordos por meio dos quais as coações contra os operários calçadistas da referida fábrica de calçados deixaram de existir.

No Estado brasileiro, carregado de práticas patrimonialistas, em que se misturam o público e o privado, o exercício do poder pode refletir numa troca desigual entre governantes e governados, e de forma mais específica, na esfera municipal, e entre as classes sociais. “Certamente é essa disseminada prática que associa patrimônio e poder a principal responsável pela difusão e contínua renovação do que pode ser chamado de cultura da apropriação do público pelo privado” (MARTINS, 1999).

Nessa perspectiva, a análise territorial passa pelo entendimento das relações de poder que se tecem no espaço, e essas relações, por serem bastante desiguais e conflituosas, mostram o quanto grupos e pessoas acabam se beneficiando mais que outros.

Um terceiro ponto é a regulação do território, a partir das leis, normas, e das instituições, sejam elas formais ou informais. Segundo Pires do Rio e Peixoto (2001, p. 52) “a malha territorial pressupõe o reconhecimento do poder, controle e criação de normas segundo a hierarquia funcional entre os entes federativos, segundo a constituição do território, isto é, da unidade mais elementar, o município, à União”.

Assim, as regras ocorrem de forma diferenciada nas malhas de gestão, que segundo Pires do Rio (2017) são recortes espaciais com certa rigidez de limites, em que se estrutura a gestão do território, entendido a partir das instituições, onde podem

ser observadas relações de poder e de negociação, ocorrendo conflitos e disputas de interesses individuais e coletivos.

Também com relação à regulação, ao analisar a obra de Foucault a partir de uma perspectiva espacial, buscando uma relação com a Geografia, Fuini (2018) traz uma importante colaboração para o conceito de território, a partir das relações de poder e das instituições.

Na obra *Vigiar e punir*, são apresentados os mecanismos de vigilância e punição que ocorrem em um tipo de poder microfísico ou molecular a partir do panoptismo, com base em um modelo de ordenamento espacial dos corpos e dos movimentos, em que o encarcerado é visto, mas não vê, nunca sabe se está sendo vigiado, mas sabe que pode sê-lo a qualquer momento; além disso, não tem contato com outros encarcerados.

Assim, “Foucault analisa essa organização do poder em termos espaciais, uma mescla de centralização e regionalização/descentralização, tratando do controle espacial como um tipo de exercício que veicula o poder” (FUINI, 2018, p. 66).

Em entrevista ao periódico *Herodote*, em 1976, compondo também o capítulo dez do livro “*Microfísica do poder*”, Foucault (2012) reconhece a importância e a relação que a Geografia tem com suas análises, e coloca que “a formação dos discursos e a genealogia do saber devem ser analisadas a partir não dos tipos de consciência, das modalidades de percepção ou das formas de ideologia, mas das táticas e estratégias de poder” (FOUCAULT, 2012), o que perpassa também pelas instituições.

No Brasil, com a Constituição Federal de 1988, foram criados mecanismos de “controle social” como: os conselhos gestores e o orçamento participativo, também formas de cooperação entre os entes federados como os consórcios intermunicipais, regulamentados com a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e o Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 (BRASIL, 2005 e 2007b) e, além disso, podemos considerar as agências reguladoras e a lei de Responsabilidade Fiscal.

Os dispositivos regulatórios são importantes para compreendermos a relação da sociedade com o meio, mas é preciso sempre considerar as instituições informais ou mesmo o não cumprimento das regulamentações. No caso dos municípios e gestão pública de modo geral, os constrangimentos nem sempre são suficientes para inibir práticas ilícitas, improbidade administrativa, corrupção, clientelismo, patrimonialismo, entre outros. Considerando os marcos regulatórios e também as

práticas que ocorrem de forma contraditória a esses dispositivos, o território assume uma significação política, não sendo indissociável do espaço.

Sendo o espaço produzido pelas relações sociais que ocorrem sobre uma base territorial concreta, o território é um condicionante inescapável dessas relações e das inovações que elas propõem. A dimensão territorial é, então, continente do social, uma vez que seus limites são estabelecidos pela sociedade que ocupa. Assim, o território é uma unidade geográfica, mas é também uma unidade social e uma unidade política. Podemos falar então em espaço-territorial, que constitui um sistema de estruturas tanto sociais como espaciais, estabelecido através da ação humana sobre a natureza (CASTRO, 1992, p. 29).

As relações de poder que se tecem no espaço são diferenciadas não somente pelo contexto espacial, mas também pelo contexto histórico. A compreensão de determinada situação ou conjuntura do tempo presente pode se dá a partir de uma visão holística, em que as relações de poder historicamente construídas estão ligadas às classes e grupos sociais, também à estrutura político-administrativa local e do sistema político brasileiro e suas instituições, às mais variadas formas de apropriação dos recursos naturais, às religiões, culturas e símbolos; o que é inerente tanto ao Estado, quanto aos grupos e classes sociais.

A partir dessas considerações, “a territorialização é em última análise resultado de lutas políticas e de decisões políticas tomadas no contexto de condições tecnológicas e político-econômicas determinadas” (HARVEY, 2006, p. 108). Essas lutas se tecem de formas diferenciadas no tempo e no espaço, sendo como Harvey (2015) coloca: absoluto, relacional e relativo.

Processos não ocorrem no espaço mas definem seu próprio quadro espacial. O conceito de espaço está embutido ou é interno ao processo. Esta formulação implica que, como no caso do espaço relativo, é impossível separar espaço e tempo. Devemos, portanto, focar no caráter relacional do espaço-tempo mais do que no espaço isoladamente. A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicas através do tempo [...] (HARVEY, 2015, p. 12)

Considerando-se o município enquanto centralidade deste estudo, os agentes territoriais se caracterizam enquanto propulsores da dinâmica sócio-espacial a partir de sua relação com outros agentes territoriais, sejam eles locais, regionais ou nacionais. O território pode ser conceituado a partir das relações de poder conflituosas que se tecem no espaço.

A regulação dita os certames dos agentes político-territoriais, mas os constrangimentos nem sempre são suficientes para definir o comportamento dos

indivíduos. O contexto histórico em que os municípios se apresentam possibilitam pensar o papel dos municípios nas constituições federais brasileiras, podendo esses entes federados ser considerados tanto um subsistema dentro de um sistema maior, que é a nação, ou mesmo um sistema em si próprio.

2.3.2. Região Nordeste: “coronelismo” entre o passado e o presente

O coronelismo pode ser visto como um fenômeno que envolve uma relação hierárquica de poder até meados do século XX¹⁹, lembrando que o coronelismo não se restringe à região Nordeste. No livro “Coronel, coronéis” Vilaça e Albuquerque trazem uma visão mais geral do coronelismo no Agreste e Sertão pernambucano, compreendendo que esses coronéis reproduziram nas fazendas do Sertão e do Agreste os senhores de engenho da Zona da Mata, mas com um prolongamento de seu prestígio e influência na economia, na política e na sociedade de determinada área de abrangência até pelo menos meados do século XX.

Porém, com menos detenção de riqueza e ostentação; enquanto Albuquerque busca compreender as peculiaridades de quatro coronéis dessas regiões, mostrando a vida cotidiana dos mesmos, suas personalidades e o apreço pelo mando, violência e crueldade ao mesmo tempo que se sentem no dever de ajudar e de ser generoso para com aqueles que lhes devem gratidão, com gradativo declínio entre as décadas de 1930 e 1960, a partir do processo de modernização no Brasil, com crescente integração do mercado interno e aumento da urbanização, assim “ao ultrapassar seus próprios limites, os coronéis do Agreste e do Sertão foram cavando, inadvertidamente, suas próprias sepulturas” (VILAÇA; ALBUQUERQUE²⁰, 1965/2006, p. 29).

Embora o ocaso do coronelismo como formação social com as características apontadas se tenha verificado no período analisado neste livro, convém observar que o fenômeno ainda se encontra remanescente, embora sob novas roupagens, no interior do Nordeste. E que ele, surpreendentemente,

¹⁹A patente de coronel, que correspondia a um comando municipal ou regional, vem desde a criação da guarda nacional em 1831 que substituiu as milícias e ordenanças do Brasil colônia. De início as patentes eram concedidas àqueles com certo prestígio econômico e social, depois passaram a ser vendidas o que não mudou muita coisa, o que é claro, estava ligada ao latifúndio – Prefácio da 2ª edição de Barbosa Lima Sobrinho (LEAL, 1949/2012).

²⁰ Marcos Rodrigues Vinicius Vilaça é advogado, jornalista, professor, ensaísta, poeta brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letra e da Academia Pernambucana de Letra. Roberto Cavalcanti de Albuquerque é também advogado, exercendo cargos relevantes nas áreas de planejamento e integração nacional. Ambos são pernambucanos nascidos no ano de 1939, buscando assim compreender o meio em que vivem.

revivesceu nas últimas décadas do século passado, de modo disfarçado e desviante, mas muito visível, nas periferias pobres do meio urbano, inclusive nas duas grandes metrópoles nacionais, São Paulo e, especialmente, Rio de Janeiro²¹ (VILAÇA; ALBUQUERQUE²², 1965/2006, p. 29).

Assim, o declínio do coronelismo tradicional se dá em meados do século XX, mudando o voto de cabresto para o voto mercadoria. Pergunto, o que poderia se caracterizar um coronelismo moderno? Seria possível trazer questões relacionadas às periferias das grandes cidades, com o poder paralelo ao Estado, o que também está relacionado ao êxodo rural e ao processo de macrocefalia urbana? É esse o período aqui analisado, a partir do declínio da patente de coronel, mas que ainda se mantém vivo, sob outra roupagem.

Assim, sobre a relação entre as “molduras tradicionais de dominação” em que essa população migrante ainda se encerra e o domínio associado ao crime organizado, com a ausência, e ao mesmo tempo, com a repressão do Estado, estas guardam semelhanças e diferenças. As semelhanças dizem respeito à personalidade ambígua do chefe ao mesmo tempo temido e benfeitor, agindo a partir de um poder paralelo ao Estado, de forma a ignorar e desafiar os poderes públicos.

Já as diferenças dizem respeito à relação com o Estado, em que no coronelismo do interior do Nordeste até pelo menos meados do século passado havia um cooptação mútua entre o coronel e o Estado, e o coronel exercia pessoalmente seus múltiplos poderes; já nas regiões metropolitanas esse poder paralelo desafia e confronta o Estado, o substituindo e criando sua própria ordem (VILAÇA; ALBUQUERQUE²³, 1965/2006).

²¹ O texto se refere às últimas duas décadas do século XX, pois embora o livro tenha sido publicado pela primeira vez no ano de 1949, seu texto foi atualizado com dados do Censo demográfico e outros da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2000 e do Produto Interno Bruto (PIB) de 1998, evidenciando poucas mudanças no Nordeste brasileiro e, principalmente, na região semiárida, com o que os autores chamam de “modernidade incompleta, fragmentada, de precária sustentação econômica” (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 1965/2006, p. 31).

²² Marcos Rodrigues Vinicius Vilaça é advogado, jornalista, professor, ensaísta, poeta brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Pernambucana de Letras. Roberto Cavalcanti de Albuquerque é também advogado, exercendo cargos relevantes nas áreas de planejamento e integração nacional. Ambos são pernambucanos nascidos no ano de 1939, buscando assim compreender o meio em que vivem.

²³ Marcos Rodrigues Vinicius Vilaça é advogado, jornalista, professor, ensaísta, poeta brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Pernambucana de Letras. Roberto Cavalcanti de Albuquerque é também advogado, exercendo cargos relevantes nas áreas de planejamento e integração nacional. Ambos são pernambucanos nascidos no ano de 1939, buscando assim compreender o meio em que vivem.

Essa lógica na relação entre o poder local e o poder central não é exclusivo da região Nordeste, mas pelo próprio objeto de estudo concentrar-se-á nessa região e, de forma mais específica, nos dois municípios aqui estudados, que se encontram no Oeste Baiano e na região de Irecê, nas proximidades da Chapada Diamantina, compondo o Sertão baiano, mas com várias diferenças entre si.

Não se trata aqui de buscar a qualquer custo ver na prática o que se coloca em termos teóricos, mas de buscar elementos que possam permitir a elucidação dos processos que envolvem agentes sociais concretos de produção do espaço, no sentido de analisar as formas arcaicas de relações de poder nos processos de emancipação de distritos, e se realmente podem ser caracterizadas como um coronelismo moderno, e muitas vezes urbano.

De antemão, coloca-se que não é necessário que um determinado chefe político local, ou agente de notória influência econômica, social e política seja chamado de coronel para que se caracterize um “sistema” coronelista. No Brasil se mantém ainda estruturas tradicionais de poder com relação à distribuição de terras e de renda, às práticas patrimonialistas, e a relação público privada. Há, segundo Vilaça e Albuquerque (1965/2006), uma mudança lenta, inclusive de mentalidade do homem do interior do Nordeste, assim, a tradição se sustenta pelo medo do novo, em que:

[...] o peso da tradição introduz, defensivamente, sensação de desconfiança e temor precisamente diante das inovações e dos progressos capazes de vencendo algumas liturgias da repetição, conferir racionalidade ao esforço produtivo, vigência aos direitos políticos, formalmente estabelecidos, porém parcamente e só raramente conquistados (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 1965/2006, p. 33).

É preciso, porém, analisar caso a caso, compreendendo a partir da organização espacial, que envolve questões econômicas, sociais, políticas, ambientais, culturais e históricas. Nos casos analisados por Vilaça e Albuquerque (1965/2006), mesmo considerando as tradicionais estruturas sociais, esses buscam não fazer padronizações, analisando os quatro coronéis: Chico Romão e Veremundo Soares no sertão de Pernambuco e José Abílio e Chico Heráclio no Agreste deste mesmo estado, com inserções diferenciadas ao mundo moderno, a partir de uma análise historiográfica e socioantropológica.

Em estudo anterior, Vítor Nunes Leal²⁴ – livro “Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil” (1949/2012)²⁵, considerou que o coronelismo incorporava traços do mandonismo local, mas que ia além deste, e se caracterizaria enquanto um sistema, entrando o coronel na análise por fazer parte desse sistema. O autor analisa o papel do município na Primeira República, o que envolve relações de poder, havendo uma conexão entre as três esferas de governo e, também, a figura do coronel.

O autor também busca superar alguns determinismo e dualismos de estudos sobre a política brasileira tão comuns até os dias atuais, buscando fazer uma análise integrada entre os fatores políticos, econômicos, sociais, históricos e, também, jurídicos. Assim, concebe o coronelismo sobretudo como “[...] um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terras” (LEAL, 1949/2012, p. 44), sendo necessário compreender para isso, a estrutura agrária.

Na análise, Leal considera a vida política do município do interior. Assim, já no período em que escreve, década de 1940, coloca que nem sempre os chefes políticos locais são autênticos “coronéis”. Além disso, a disseminação do ensino superior com os cursos de medicina e direito também davam um caráter de chefia ao “detentor do conhecimento”. Ainda assim, era o “coronel” aquele que assumia enquanto pessoa, instituições importantes, o que não se tratava de substituição das

²⁴ Vítor Nunes Leal viveu de 1914 (Minas Gerais) – 1985 (Rio de Janeiro), formado em direito ocupou vários cargos públicos até 1969, quando foi afastado pelo Ato Institucional nº 5 (AI5).

²⁵ Sobre o livro “Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil” de Vítor Nunes Leal teve como 1ª edição da tese em 1948, com o título: “O município e o regime representativo no Brasil: contribuição do estudo do coronelismo”. A 1ª edição do livro com o título atual se deu em 1949. A 2ª edição foi somente em 1975 (prefácio de Barbosa Lima Sobrinho), em que considera o primeiro prefácio feito por Basílio de Magalhães, que analisa o sentido do vocábulo “coronel”. Assim, Sobrinho relacionou as eleições ao coronelismo, considerando que este estava ainda bastante presente em 1975. A 3ª edição foi publicada em 1997 (prefácio de Alberto Venâncio Filho), em que aponta que Leal conseguiu trazer de forma integrada a ciência política e o direito, sendo a primeira importante obra moderna da Sociologia Política no Brasil porque: quebra o estilo dicotômico em polaridades; integra várias áreas como: Ciência Política, Sociologia e Economia; e sua metodologia fornece uma integração entre a teoria e a pesquisa em si. Assim, o autor (Leal) entende o coronelismo enquanto um sistema, entrando o coronel na análise por fazer parte desse sistema, considerando a estrutura em que se desenvolviam as relações de poder. A 7ª edição foi publicada em 2012 (prefácio de José Murilo de Carvalho), em que afirma que o autor (Leal) se envereda pelo marxismo, levando em conta a produção e a classe dominante; em que o enfraquecimento da produção levou a acordos com o poder estatal. Apresenta ainda as várias originalidades da obra: entender o coronelismo enquanto sistema e fazer uma crítica à dicotomia. Mais que um tema de pesquisa, Carvalho argumenta que Leal via o coronelismo como “um dos sintomas do falseamento da representação” (LEAL, 1949/2012, p. 18).

mesmas. Muitos não ostentavam grandes riquezas, mas aos olhos da massa pobre que o cercava, era considerado rico. Mostra uma fase de decadência do coronelismo, sendo que é essa decadência, e não a força dos coronéis, que tornavam o sistema tão complexo, com uma relação de reciprocidade com o governo estadual.

Leal (1949/2012) argumenta em torno de um sistema que envolve a prática de voto muito relacionada com a economia, no sentido de que os votos de cabresto existiam em função das carências econômicas e de informações dos eleitores, que votam a partir das vontades de seu “coronel” ou chefe político local, também com uma estreita relação de troca de favores com os políticos a nível estadual e Federal, e o “coronel” mudava de partido de acordo sua conveniência.

Mas ao analisar a questão do voto em Leal (1949/2012), entendendo-o como o primeiro trabalho dedicado à questão eleitoral no Brasil, não na perspectiva dos partidos, mas do “coronelismo”, Goldman e Sant’Anna (1996) fazem uma crítica à ênfase dada à estrutura socioeconômica, principalmente, à concentração fundiária e propriedade territorial, que marcariam as motivações de agentes a votarem em determinados candidatos, vinculando a participação política à economia, no sentido de que estes eleitores seriam desprovidos ou teriam pouca renda e informações para que pudessem votar de forma coerente com seus interesses e de seu grupo social.

Outra questão criticada pelos autores Goldman e Sant’Anna (1996) está relacionada à permanência ou mudança do sistema apontado por Leal (1949/2012), p. 16), em que o autor ao sustentar a relação entre política e economia chega à conclusão que “a manutenção da estrutura agrária asseguraria, propostas de reordenamento político à parte, a continuidade de uma orientação ‘inadequada’, ‘atrasada’ e ‘inconsciente’ para o voto, orientação esta, claramente condenada por ele”. Assim, coloca que:

Essa análise submete a previsibilidade do comportamento eleitoral à inserção social dos agentes, as motivações para o voto reduzindo-se a um elenco definido e previsível de possibilidades que caracterizaria os votos como ‘corretos’ e ‘racionais’, ou não. O modelo é o do eleitor informado por um único tipo de ‘ideologia’ capaz de fornecer a base fundamental para um possível enraizamento partidário (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1996, p. 17).

Ao apresentar várias leituras acerca do voto, umas mais sociológicas, outras de cunho mais político, Goldman e Sant’Anna (1996) apontam que há quatro níveis de problemas encontrados nas abordagens: são negativas, no sentido de que sempre falta ao eleitor um elemento essencial a priori; são ideológicas, concentrando-se nos

níveis das representações; limitam o alcance da política ao domínio institucionalizado do Estado e dos partidos; além de ter perspectivas macroscópicas, com uso excessivo de dados quantitativos, defendendo a investigação microscópica dos antropólogos, mas sem torná-la uma simples parcela da realidade abrangente.

No caso da região Nordeste – mas lembrando que não se restringe à mesma -, a relação entre o voto e o “coronelismo” pode ser ainda uma forma de compreender certas práticas em campanhas eleitorais, ou mesmo nos processos de criação de municípios, mas outros fatores precisam também ser considerados, que vão além da questão econômica e do mandonismo local.

É preciso salientar, porém, que a obra de Leal (1949/2012) é produzida em determinado contexto histórico e sócio-espacial, e que o mesmo já aí considera que há comportamentos diferenciados no que concerne ao voto, ainda que não considere as infinitas possibilidades de estudos; fazendo seus estudos a partir aquela que julga ser a mais importante naquele contexto, que levaria a um entendimento geral do comportamento dos eleitores.

Manuel Correia de Andrade²⁶ em sua obra “A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste” (1963/2011), faz um estudo histórico e geográfico da região Nordeste, chamando a atenção para a questão agrária. Lembrando que o livro foi escrito - bem como outros aqui mencionados - em um momento de mecanização de algumas áreas do campo, de crescente desemprego e condições precárias dos trabalhadores, e de forte êxodo rural para as capitais de outras regiões, e também para as capitais nordestinas como Recife e Salvador, originando um processo de macrocefalia urbana.

Além de movimentos sociais urbanos insurgentes como as Ligas Camponesas, que foram fortemente reprimidas, o que pode ser ainda uma importante fonte para se compreender essa região. Muita coisa mudou no Nordeste desde a publicação da obra de Andrade, como o avanço da soja e do agronegócio, principalmente, no oeste baiano, mas a estrutura oligárquica ainda permanece, ou se modifica lentamente. Assim, o autor aponta como principais fatores a miserabilidade no Nordeste e a desigual estrutura fundiária.

²⁶Manuel Correia de Andrade estudou Direito, História e Geografia, militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi advogado trabalhista, professor do ensino básico e universitário.

Ao analisar as estratégias da elite²⁷ nordestina, no sentido de preservar o *status quo* de sua posição politicamente favorável na sociedade local, a partir dos discursos oficiais dos deputados federais dos estados : Ceará, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas entre 1946 a 1985, Castro (1992) entende que a elite, ainda que se considerasse o Nordeste como uma região pobre, tinha (e continua tendo) forte peso político.

Esta elite se utilizava (e ainda se utiliza) das mazelas e da seca para angariar recursos, que não seriam necessariamente para a melhoria do bem estar da coletividade, mostrando assim que as clivagens socioeconômicas do território brasileiro, sendo esse construído e organizado histórica e politicamente, evidenciam particularidades espaciais, e que o centro do poder econômico não é, via de regra, o centro do poder político; sendo o regionalismo nordestino um construto intelectual de suas elites conservadoras.

Assim, agindo a partir de sua função de “facilitador da expansão do capital, o Estado apoia-se nas elites locais, estabelecendo alianças ou cooptando-as. Estas, por sua vez, utilizam seu poder de barganha para orientar, pelo menos em parte, as decisões segundo seus interesses” (CASTRO, 1992, p. 39).

A partir dos estudos realizados, Castro (1992) afirma que entender a região Nordeste enquanto uma “questão” passa pela reflexão e da busca do equacionamento de um problema, em que precisam ser considerados diversos elementos, como: a pobreza da massa trabalhadora, os baixos rendimentos da atividade agrícola, o baixo nível de industrialização, o domínio político da burguesia agrário-mercantil, a falência dos municípios [...] e dos estados (CASTRO, 1992, p. 57); que segundo a autora enfrentam legislação perversa e centralizadora, levando-os a uma forte dependência com relação à União.

Do ponto de vista da abordagem política, o Nordeste era também o espaço dos “coronéis”, da “oligarquia” latifundiária, das eleições fraudulentas e das violentas disputas pelo poder político. A manipulação interesseira dos recursos destinados às obras contra as secas e a obtenção de favores políticos, via clientelismo, eram fatos conhecidos, mas, a esta observação deve ser registrada, não chegavam a afetar a imagem de sofrimento da região. Na realidade, naquela época, esse era um problema nacional e não de qualquer região em particular, sendo no Nordeste talvez considerado um mal menor dentro de um universo maior de problemas. A forte imagem da seca não permitia que ficassem claras as ligações entre a pobreza e as relações de produção na região. O discurso da seca foi, portanto,

²⁷ Elite como a “classe que dispõe, em um dado momento histórico, dos meios de acelerar ou retardar os processos de mudança social” (CASTRO, 1992).

completamente elaborado, divulgado e assimilado. Quaisquer outras relações causais tinham dificuldade de se impor como ideia corrente (CASTRO, 1992, p. 59 e 60).

Além da relação com a seca, a análise da dependência trouxe outra visão deturpada da “questão” do Nordeste, em que passa de suposta vítima das “condições climáticas, do mercado internacional e de tarifas cambiais, à vítima, também, da super-exploração capitalista, imposta pelos centros de acumulação mundiais através de seus aliados, no caso, os centros de acumulação nacionais” (CASTRO, 1992, p. 65). Neste caso, aqueles localizados, principalmente, na região Sudeste.

Coloca que essa perspectiva não ignora os aspectos da acumulação, dominação e dependência no capitalismo, mas que é preciso partir da relação entre os efeitos de determinantes externos e os da estrutura interna de classes, considerando a heterogeneidade explicada pela diferenciação da formação histórica com diferentes modos de produção superpostos.

Assim, a partir de dados, Castro (1992) observa que as mudanças têm sido bem mais lentas no Nordeste (área de estudo), que no restante do Brasil, com a manutenção de uma estrutura fundiária em paralelo com a modernização agrícola, a preservação das relações sociais e ampliação da pobreza²⁸; além de uma continuidade na estrutura temática dos discursos nos diferentes períodos, como a questão agrária, colocado enquanto problema, mas sem proposições objetivas.

A questão do Nordeste pode ser entendida a partir de uma análise espaço-temporal, em que apresenta especificidades, mas que precisa ser considerada em um contexto mais geral, a partir da própria estrutura política e territorial do Brasil, além de uma análise do contexto histórico, em que as mudanças ocorrem, mas sem alterar nas estruturas, o que se evidencia também nos processos emancipatórios.

Ainda é preciso considerar, a partir das colocações sobre a região Nordeste, que assim como qualquer outra região, não se trata de uma área homogênea, no que diz respeito a diversos aspectos, como: culturais, econômicos, sociais, políticos, ambientais etc. Assim, o estudo aqui proposto se dá a partir da análise dos processos de emancipação de dois municípios no sertão baiano, quais sejam: Luís Eduardo Magalhães (oeste baiano) e Barra do Mendes (região de Irecê).

²⁸ Atualmente alguns programas governamentais têm amenizado essa realidade, mas não se evidenciam mudanças substanciais.

2.3.3. Os vários Sertões da Bahia

É preciso, ao falar do Nordeste, buscar compreender suas especificidades, mas também sua grande diversidade. Andrade (1963/2011), ao analisar a formação social, econômica e política no Nordeste, traz algumas diferenças na ocupação do território na zona da Mata, Agreste e Sertão. A zona da Mata com a exploração do pau-brasil e depois da cana-de-açúcar, iniciando com os índios, e posteriormente com o trabalho escravo; além de outras culturas, como o arroz, o coco da Bahia e a pesca.

O agreste, abrangendo boa parte do Borborema, contava com a criação de bovinos e asnos e o cultivo do algodão, e o café a partir da segunda metade do século XIX, em áreas ocupadas por fazendeiros, que em nome da luta cristã, denominada pelos mesmos de “guerra justa”, liquidava aldeias indígenas e quilombos. Também havia agricultura familiar, com um grande número de proprietários, mas ocupando poucas terras, visto que a concentração fundiária é muito acentuada; mas essa agricultura de subsistência levou à formação de feiras para a venda do excedente.

Nos sertões as imensas sesmarias e o combate aos índios, com a chamada “guerra dos bárbaros”, cuja finalidade era produzir gado bovino extensivamente, também deu origem a uma forte concentração fundiária, com a predominância de uma pecuária extensiva até a década 1960, quando o livro foi publicado. Também havia o cultivo de milho, mandioca, feijão, algodão etc. Mas o sertão ficava de certo modo ilhado, por conta da distância da zona da mata.

Assim, analisando-se a evolução econômica do sertão, observa-se certa semelhança com o que ocorreu no Agreste. Dizemos semelhança e não identidade porque as dificuldades de comunicação do Sertão com a região da Mata eram bem maiores que as do Agreste, acarretando o encarecimento dos produtos agrícolas, como também dificultando a colocação dos mesmos. Ficou, assim, o Sertão mais “ilhado”, mais afastado dos progressos que se faziam na região mais desenvolvida (ANDRADE, 1963/2011, p. 197).

De modo geral, vista como a região problema, houve tentativas de avanço econômico e social no Nordeste, mas essas esbarravam nos interesses econômicos, principalmente dos grandes latifundiários usineiros, com atuação, principalmente a nível local, no município. Um exemplo é a renda diferencial da terra, em que os pequenos agricultores ocupam, geralmente, as áreas mais longínquas com relação às grandes cidades, e também com solos já desgastados, o que limita o cultivo e sua comercialização.

É possível compreender os municípios em análise a partir de uma contextualização espacial e temporal. Esses estão localizados no Sertão baiano, mas apresentam diversas especificidades entre si. Esse estudo passa então pela questão regional, no sentido de buscar entender a articulação entre o município, a região e a nação nos contextos das emancipações aqui colocadas, Barra do Mendes no ano de 1917, com extinção em 1920, e restauração no final da década 1950; e Luís Eduardo Magalhães nos anos 2000, considerando o Federalismo brasileiro, passando pela década 1930 com o Estado Novo, pelo período ditatorial a partir da década de 1960 e posterior processo de democratização na década de 1980.

Primeiro é preciso analisar o conceito de região, compreendendo que se trata de um termo polissêmico, principalmente, se considerarmos a evolução do pensamento geográfico. Gomes, P. (1995/2012), ao não definir a priori o conceito de região, busca analisá-lo a partir de diversos contextos e formas de uso, iniciando pela origem da palavra, que vem do latim *regere*, tendo relação com as regras, e no Império Romano referiam-se às áreas subordinadas às regras gerais.

Também a maneira como alguns filósofos interpretam este conceito “como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge, de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial” (GOMES, P., 1995/2012, p. 50 e 51).

A noção de região pode ser empregada de diversas formas: associada à localização ou extensão de um fato ou fenômeno, voltado ao senso comum, ou à diversidade espacial; relacionada a modelos de uma ciência do singular, com categorias que surgem a partir da descrição de casos, ou do geral, com a ideia de classificação. Outro debate apontado é a dos critérios para se definir uma região, sendo mutáveis a partir de conveniências do pesquisador; e também se a globalização põe fim às questões regionais, a partir da homogeneização, mas que sabemos que não suprimiu a diversidade espacial, podendo nem ao menos tê-la diminuído (GOMES, P., 1995/2012). Sem definir o conceito de região, mas repensando a partir dos pontos levantados, o autor estabelece que:

Se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesse identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte desta nova definição em lugar de assumirmos de imediato uma

solidariedade total com o senso comum que, neste caso da região, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território (GOMES, P., 1995/2012, p. 73)

Assim, a região está ligada aos aspectos físicos, mas “a região natural não pode ser o quadro e o fundamento da geografia, pois o ambiente não é capaz de explicar tudo” (GOMES, P., 1995/2012, p. 56); relacionando-se também com as questões sociais, econômicas, políticas, culturais; e considerando espaço e tempo e a produção na economia capitalista, como no estudo da produção de soja do Oeste Baiano, analisado por Santos Filho (1989).

Os fatores de produção só serão utilizados, segundo uma certa combinação, na medida em que o produto de sua transformação possa ser inserido no processo de valorização do capital. Logo, o relevo, a vegetação, o clima e outras características naturais têm o seu conteúdo limitado pelas necessidades da economia capitalista; ou seja, são determinados por um certo momento de uma história cujo fio condutor são as coisas de produção do capital. Cada momento distinto dessa história é caracterizado por uma certa intensidade de utilização do capital, derivada de uma composição orgânica mais ou menos elevada. Será esse nível da composição do capital que determinará em cada um desses momentos, a forma que toma a relação social fundamental da sociedade na região; ou seja, como se realiza a apropriação do valor, do capital e do trabalho na região (S. FILHO, 1989. p. 33-34).

Desse modo, busca-se analisar a região a partir das contradições do sistema capitalista, o que está relacionado à escolha dos lugares e atuação dos agentes externos, mas principalmente, à própria dinâmica local das oligarquias. Egler (1995/2012, p. 208) no estudo do desenvolvimento regional, a partir da Geografia Econômica, busca entender a dinâmica espacial do capitalismo, compreendendo que o avanço da economia brasileira deve passar por uma “concepção democrática e participativa de gestão do território nacional”, buscando explicar as origens das desigualdades territoriais (sócio espaciais) a partir da questão regional.

Uma alternativa para tratar a questão regional é buscá-la definir no quadro da integração territorial, que manifesta a síntese concreta dos processos de divisão técnica e social do trabalho, de concentração produtiva e de centralização financeira no território (EGLER, 1995/2012, p. 214).

Há um desenvolvimento geográfico desigual, com uma distribuição desigual das técnicas em que a escolha dos espaços pelo capital financeiro se dá a partir de seus atributos que possam lhe conferir maiores lucros. Assim, os espaços que têm fatores locacionais que garantem maiores vantagens competitivas são aqueles

escolhidos pelo capital financeiro. Essa lógica está relacionada à acumulação capitalista do modo de produção, que vigorou desde o período pós-guerra até a década de 1970, e, também, à sua crise (EGLER, 1995/2012) e (HARVEY, 2006; 1989/2011).

Egler (1995/2012) aponta três fatores da crise de acumulação a partir da década de 1970: a crise da hegemonia norte-americana, que alterou o espaço monetário supranacional; a crise do padrão de concorrência intercapitalista, com o acirramento dos grandes blocos de capital e fusões e incorporações de empresas multinacionais; a crise do padrão tecnológico, considerando aí os recursos naturais enquanto inesgotáveis e a inflexibilidade das economias de escala, ou seja, com um aumento da produção sem que sejam aumentados seus custos, o que considerando a produção competitiva, levou antigas regiões industriais à obsolescência e a uma reestruturação produtiva das economias nacionais, afetando diretamente as relações Estado-região, originando novas formas de regionalismo e uma acentuação dos conflitos distributivos territoriais.

A partir da análise da questão regional e como o seu desenvolvimento estão relacionados a uma lógica global do sistema capitalista, é que se torna possível desenvolver uma compreensão do Nordeste seco, e mais especificamente do sertão baiano, mas compreendendo que não são somente os agentes externos que limitam o desenvolvimento (social e econômico) dessa região, mas também, e principalmente, uma oligarquia regional que defende, a partir do poder público e em união com o privado, seus próprios interesses, inclusive na criação de municípios.

Na lógica da escolha seletiva dos lugares, que tem nos cerrados brasileiros um ambiente favorável à ampliação da produção em larga escala de *commodities* para que seja assim garantida a reprodução das relações do modo de produção vigente de forma cada vez mais intensa, têm ocasionado modificações na vida tanto das populações originárias, quanto daquelas que migraram para esta localidade.

A escala de produção, a diferenciação dos lugares no que diz respeito aos recursos naturais, acessibilidade e mercados, podem gerar formas espaciais distintas em lugares diversos, porém integradas economicamente. Ressalta-se que na divergência entre processos e formas há ainda que se considerar o papel das elites locais e da tradição de uma força de trabalho qualificada para certas atividades. As relações envolvendo divergência são muito importantes na diferenciação do espaço, construindo em parte a divisão territorial do trabalho entre regiões e centros urbanos (CORRÊA, 2016, p. 134).

A partir da análise do uso do termo região, buscaremos agora considerar a região do sertão baiano. Sempre que falamos de sertão lembramos de seus aspectos físicos, da seca, dos solos rasos e pedregoso, da caatinga, dos problemas sociais e econômicos, da indústria da seca, mas há muito mais a se falar, como a relação entre a pobreza e a estrutura fundiária, os sem-terra, a elite política local e regional, a cultura... De início, porém, busquemos analisar seus aspectos físicos a partir das áreas semiáridas, embora se considere que o sertão não se limita a essas áreas, sendo possível considerar também o cerrado.

Os atributos que dão similitude às regiões semiáridas são sempre de origem climática, hídrica e fitogeográfica: baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade no ritmo das precipitações ao longo dos anos; prolongados períodos de carência hídrica; solos problemáticos tanto do ponto de vista físico quanto do geoquímico (solos parcialmente salinos, solos carbonáticos) e ausência de rios perenes, sobretudo no que se refere às drenagens autóctones (AB'SÁBER, 1999, p. 07).

Mas segundo o próprio autor, é preciso fazer diversas outras considerações, que vão muito além das bases físicas e ecológicas, compreendendo milhões de camponeses sem terra e uma estrutura agrária perversa, com intervenção e planejamento estatal, a partir de projetos e incentivos econômicos que têm alcance desigual.

Busca então desconstruir algumas inverdades, como ao colocar que na verdade 85% da região semiárida se estende por depressões interplanálticas, remanescentes de uma rede vasta de planícies de erosão, que foram elaboradas entre o final do terciário e início do quaternário, e não sobre chapadas.

Também, aponta o predomínio de vegetação arbustivo-arbórea, hastes espinhentas, caducifólias, com folhas miúdas cinza-calcinada no período seco e nos chuvosos exuberantemente verdes, que se adaptaram aos efeitos da evapotranspiração intensa, e com um forte processo de degradação, sendo a região semiárida mais povoada do mundo. Com relação à área de abrangência do sertão:

O nível de interiorização do ambiente sertanejo atinge centenas de quilômetros (em muitos casos, de 600 a 700 km), desde os limites com a zona da mata até os sertões mais distantes, ou desde a praia até o chamado *alto sertão* ou, ainda, desde o Rio Grande do Norte até o sul-sudeste do Piauí. Em sua área nuclear, o Nordeste semiárido estende-se em seu eixo sul-norte por um espaço que vai desde Poções e Milagres, no município de Amargosa (BA), até o extremo noroeste do Ceará, atingindo a costa em largos setores tanto desse estado quanto do Rio Grande do Norte (AB'SÁBER, 1999, p. 14).

O Sertão é uma categoria histórica e cultural, compreendendo um modo de vida, homem e meio, ser e espaço. Por isso, considera-se aqui ambos os municípios como sertanejos, com suas especificidades, mas que trazem essas contradições históricas do uso do espaço, bem como a cultura de um povo, que não está isola do mundo globalizado, mas que mantém suas especificidades.

Ao analisar os sertões, e mais especificamente, a Guerra ou Campanha de Canudos – BA, Cunha (1901/1984), tendo presenciado parte da mesma como jornalista, faz uma abordagem que vai além de um relato histórico, passando por diversas áreas como a Geografia, a sociologia, mas tratando-se de uma obra literária, em que o autor divide seus escritos em três temas: a Terra, descrevendo minuciosamente o cenário onde se passa sua “história”, trazendo a relação homem e meio; o homem, principalmente nas figuras de jagunços e vaqueiros, com suas tradições; e a luta, com as expedições do exército em Canudos.

A luta é desigual. A força militar decai a um plano inferior. Batem-na o homem e a terra. E quando o sertão estua nos bochornos dos estios longos não é difícil prever a quem cabe a vitória. Enquanto o minotauro, impotente e possante, inerme com a sua envergadura de aço e grifos de baionetas, sente a garganta exsicar-se -lhe de sede e, aos primeiros sintomas da fome, refluí à retaguarda, fugindo ante o deserto ameaçador e estéril, aquela flora agressiva abre ao sertanejo um seio carinhoso e amigo. Então — nas quadras indecisas entre a *seca* e o *verde*, quando se topam os últimos fios de água no lodo das ipueiras e as últimas folhas amareladas nas ramas das baraúnas, e o forasteiro se assusta e foge ante o flagelo iminente, aquele segue feliz nas travessias longas, pelos desvios das veredas, firme na rota como quem conhece a palmo todos os recantos do imenso lar sem teto. Nem lhe importa que a jornada se alongue, e as habitações rareiem, e se extingam as cacimbas, e escasseiem, nas baixadas, os abrigos transitórios, onde sesteiam os vaqueiros fatigados (CUNHA, 1901/1984, p. 104).

Com relação à cultura, encontramos no Nordeste seco uma “centenária cultura popular de raízes linguísticas centradas em fundamentos ibéricos e aperfeiçoadas ao calor das forças telúricas e ameríndias, em um ambiente físico e humano que não reservou lugar para os fracos e acomodados” (AB’SÁBER, 1999, p. 25). Além da questão da acomodação, busca também desmistificar a ideia de que é preciso ensinar o sertanejo a conviver com a seca.

O homem do sertão tem particular intuição para as forças telúricas. Os sinais longínquos das trovoadas, que anunciam chuvas. A chegada da estação das águas, chamada *inverno*. O rebrotar da folhagem em todas as caatingas. O retorno das águas correntes dos rios, ao ensejo das primeiras chuvas. O conhecimento das potencialidades produtivas de cada pequeno espaço dos sertões, desde as vazantes do leito dos rios até os altos secos e pedregosos das colinas sertanejas. Entretanto, muitos desses homens nada têm de seu.

Outros, são mera força de trabalho para os donos das terras (AB'SÁBER, 1999, p. 26).

É preciso analisar os problemas sociais e econômicos do Nordeste seco a partir das contradições históricas do Brasil, que se apresentaram de forma ainda mais contundente nessa região, com relações dominantes de produção, a partir de uma oligarquia local, que limitaram o seu desenvolvimento, compreendendo este não somente a partir da questão econômica, mas, principalmente, social.

Assim, desde a década 1930 do século passado, os nordestinos das áreas secas têm migrado, especialmente nos períodos de estiagem, para as demais regiões do país, principalmente, para os grandes centros industriais, seguindo uma lógica dos ciclos econômicos ou avanço da industrialização e ou construção de rodovias e cidades.

Recentemente, houve um longo período de estiagem, que se estendeu desde o início de 2012 até o final de 2017, ou seja, seis anos de diminuição drástica do que se esperava do volume de chuvas. É considerada a maior seca dos últimos 100 anos (SILVA, C., 2017).

Nesse contexto, o sertanejo das áreas semiáridas perdeu novamente a lavoura, pois não choveu o suficiente até o mês de janeiro para que a plantação pudesse se desenvolver. A penúltima grande seca ocorreu entre 1997 e 1999, o que nos leva a refletir sobre o planejamento, pois as secas prolongadas já são previsíveis, e ocorrem, segundo Ab'Sáber (1999), a cada 12 anos²⁹.

Novamente a mídia não tem dado a devida atenção ao problema da seca e da estiagem, se resumindo às previsões do tempo, ou quando tratam mais especificamente do assunto, se limitam a relatar o período de estiagem como uma condição dos aspectos físicos, não se aprofundando na questão fundiária e de ações políticas.

Diante das colocações, uma das proposições de Ab'Sáber (1999, p. 34) é um estudo para o conhecimento de fato da real situação dos municípios que compõem o Nordeste seco, pois "Com o advento da democracia relativa - dita de transição - a emergência ou exumação de velhos projetos tecnocráticos, de validade parcial, passou a ser a bandeira dos novos coronéis da política". Outra proposição é uma

²⁹ Segundo Aziz Ab'Sáber (1999), as secas prolongadas ocorrem a cada nove anos e até a cada 12 anos, causando maiores perturbações sociais e econômicas.

política de renda mínima planejada, evitando assim intermediários e distorções, pois “a história já demonstrou que não adianta investir vultosas quantias no Nordeste, já que tais recursos são sempre empregados em inúmeros projetos pontuais, raramente chegando à briosa gente do sertão” (AB’SÁBER, 1999, p. 41)³⁰.

Outra consideração importante é de que não existe “o” sertão, e sim, vários sertões, devido a tamanha diversidade. Assim, o sertão que compreende a região de Irecê não é o mesmo sertão do Oeste baiano, tanto no que diz respeito aos aspectos sociais, econômicos e culturais, quanto físicos, como: clima, relevo e vegetação.

O Oeste baiano apresenta clima semiúmido, tendo o cerrado como domínio morfoclimático, e relevo com altitudes elevadas em cerca de 750 metros, com planaltos sedimentares (PASSOS; ROCHA; HADLICH, 2010); já a Chapada Diamantina apresenta clima semiárido, a caatinga como domínio morfoclimático, e relevo com altitudes médias entre 800 e 110 metros, e rochas pré-cambrianas, formadas predominantemente por calcários e quartzitos (TOTH, 1997).

Na região de Irecê, o município de Barra do Mendes, que fica ao sul dessa região, no entorno ao norte da Chapada Diamantina, teve seu processo de povoamento intensificado em meados do século XIX, por volta de 1940, a partir da descoberta de minas de diamantes, o que “coincidiu” com a decadência da mineração em Minas Gerais.

A decadência na Chapada veio em menos de 50 anos depois, com a diminuição das atividades no garimpo e as descobertas de minas de diamantes na África do Sul, em 1865. O município de Lençóis (BA) teve forte atividade e decadência posterior, e vários outros municípios acompanhou essa trajetória, ainda que de forma mais tímida.

Já na década de 1980, houve a tentativa de se fazer um garimpo mecanizado na região, mas tal iniciativa provocou sérios danos ambientais, sendo proibida em 1996, já que também foi criado o Parque Nacional na região da Chapada Diamantina em 1985 (IPHAN, 2008).

O município de Barra do Mendes teve sua história marcada pelos conflitos territoriais a partir do coronelismo, com o coronel Horácio de Mattos como principal figura. Foi desmembrado do município de Brotas de Macaúbas pela ação de Militão

³⁰No período ainda não existiam os programas de transferência de renda, como bolsa escola e bolsa família. Mas não é intenção do presente texto discutir a validade desses programas.

Coelho, que governou Brotas de 1914 a 1916 pela Lei Estadual nº 1.203 de 21 de julho de 1917.

Mas a partir de desavenças e conflitos com o Coronel Horário de Mattos, que após dois meses de combate com duas batalhas, passa a ser intendente de Brotas de Macaúbas. Posteriormente, após outros conflitos com o Militão, consegue reanexar Barra do Mendes, com extinção oficial a partir da Lei Estadual nº 1.388 de 24 de maio de 1920.

Somente em 1958 Barra do Mendes passou a ser novamente município, sendo desmembrado em maior parte do município de Brotas de Macaúbas, e em menor parte do município Gentil do Ouro, pela Lei Estadual nº 1.034, de 14 de agosto de 1958, com reinstalação efetiva em 7 de abril de 1959 (IBGE, 2019a).

Já o Oeste Baiano tem características peculiares quando comparamos com o sertão do entorno da Chapada Diamantina. Segundo Freitas (1999), o que chamamos de Oeste da Bahia a partir de meados do século XX, historicamente foi conhecido como o Sertão do (Além) São Francisco. Para outro autor, porém, atualmente o termo mais apropriado é Oeste Baiano, contando com 35 municípios, não guardando equivalência com a regionalização feita pelos órgãos governamentais como o IBGE, com a nomenclatura Extremo Oeste da Bahia, contando com 24 municípios (BRANDÃO, 2010; 2014 e 2015)³¹.

3. EMANCIPAÇÃO, AUTONOMIA E CULTURA POLÍTICA: MOTIVAÇÕES E CONTEXTOS

3.1. MOTIVAÇÕES E CONTEXTO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL DAS EMANCIPAÇÕES

A criação de municípios apresenta diversas motivações de cunho administrativo, econômico, político e institucional, que se dá de forma diferenciada em cada contexto histórico e espacial. No estado da Bahia, assim como no restante do Brasil, houve momentos mais favoráveis ou menos favoráveis às emancipações

³¹ Brandão (2010, 2014 e 2015) coloca que não há equivalência entre o “Oeste Baiano” (lado esquerdo do Rio São Francisco), composto de 35 municípios; e o “Oeste da Bahia” (nomenclatura utilizada pelos órgãos/institutos governamentais, como o IBGE e a SEI), que segundo ele conta com 22 municípios. Observa-se, porém, que a nomenclatura utilizada por tais órgãos é “Extremo Oeste da Bahia”, e conta com 24 municípios.

municipais, e nesses processos podem ser considerados agentes locais, regionais e nacionais. É nesse sentido que se busca compreender essas diferenciações, as motivações e interesses envolvidos, bem como o contexto institucional e a relação entre a emancipação municipal e a cultura política, analisando também as famílias políticas.

Os processos emancipatórios ocorrem em contextos sócio-espaciais distintos, mas que não estão isolados de um contexto mais geral. Tempo e espaço são aqui considerados para buscar compreender o contexto histórico das emancipações dos municípios Barra do Mendes no final da década 1950, e Luís Eduardo Magalhães em 2000, bem como o contexto sócio-espacial, a partir de suas especificidades locais, respectivamente na região de Irecê e no Oeste Baiano. Consideram-se ainda os desenvolvimentos geográficos desiguais (HARVEY, 2006) e a justiça distributiva territorial (HARVEY, 1980) para se compreender o poder local no federalismo brasileiro.

Buscando compreender a organização espacial, Harvey (1980) chama a atenção sobre os mecanismos que governam a distribuição de renda, e esta têm sido cada vez mais injusta e desigual. Propõe então a construção de uma “teoria normativa de alocação espacial ou territorial, baseada em princípios de justiça social” (HARVEY, 1980, p. 82), não sendo essa uma alternativa para a da eficácia, mas compreendendo que ambas, a longo prazo, caminham juntas.

A divisão do trabalho pode ajudar a compreender a relação entre a produção e a distribuição daqueles que produzem. Para isso, Harvey (1980) centra-se na distribuição de renda; e mesmo considerando que não podemos fazer generalizações a nível territorial – visto que não corresponde ao nível individual – analisa a justiça distributiva a partir do território. Esta, por sua vez, é difícil de ser medida, mas podemos considerar a necessidade, a contribuição ao bem comum, e a consulta a especialistas.

A “necessidade” pode ser determinada pela demanda de mercado, a demanda latente (que corresponde às diferenças nas expectativas dos grupos), e a demanda potencial (ligada a especificidades territoriais); na “contribuição ao bem comum”, compreende-se que a alocação de recursos para um determinado território afeta não somente as condições deste, mas também de outros territórios; e a “consulta de especialistas” no assunto.

Pode ser considerado ainda o “mérito”, em que pode haver problemas ou

limitações no meio físico e/ou social, em que a organização econômica, política e social tenha em seu bojo uma estrutura básica justa, na busca por maximizar as perspectivas de regiões menos desenvolvidas. Além disso, acredita-se que o avanço da tecnologia deveria servir para aumentar nosso conhecimento sobre as possibilidades de uma distribuição de renda mais justa na sociedade.

Mas questiona-se aqui se as áreas menos desenvolvidas ou com menor peso econômico, seriam também aquelas com menor participação política. Harvey (1980) acredita que na maioria das vezes isso acontece. Porém, Castro (1992) analisou que a região Nordeste do Brasil é considerada pobre ou menos desenvolvida, mas isso não impediu uma elite política – que usava dos problemas sociais e ambientais, com relação à seca – de obter benefícios próprios ou de grupos de interesses. Assim, concluiu que uma região economicamente fraca não é necessariamente politicamente fraca.

O desenvolvimento geográfico desigual pode ser analisado também a partir da escala, tanto temporal quanto espacial. Harvey (2006) chama a atenção para a importância da escala local e também de uma compreensão a partir de múltiplas escalas, em que as relações, interações e diferenciações podem ser interescolares e intraescalares.

Os governos locais passaram a ter diversas atribuições, não somente no que diz respeito à gestão dos recursos públicos, mas também na forma de empreendedorismo para geração de emprego e renda, e na implementação de ações da Agenda 21. Mas é preciso levar em consideração que “o exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais” (HARVEY, 2006, p. 110).

Assim, o papel do município no federalismo brasileiro, bem como as diferenciações sócio-espaciais, tornam-se inteligíveis, a partir de uma acurada análise entre os fatores e agentes externos (neste caso, regionais e nacionais) e também internos ou locais. Assim é que se busca compreender a relação entre o município, a região e o Estado nos processos de emancipação.

Explicar os processos que reordenam os limites políticos entre os entes municipais exige um esforço em desvendar as forças que agem em torno dos municípios, com suas necessidades e anseios, e a busca pelo crescimento econômico e desenvolvimento municipal. No processo de emancipação de um município é

preciso compreender os “dois lados”.

De um lado, a busca de municípios que integram, por exemplo, um distrito, que são a favor de sua emancipação para que seja alcançada autonomia política, administrativa e financeira para prover a oferta dos serviços públicos. De outro lado, o gozo do prestígio político e os benefícios da ascensão de uma elite que era mantida “abafada” numa estrutura anterior.

Segundo Pinto (2002) há uma diferenciação com relação a esses processos: no primeiro, tem-se um movimento de “baixo para cima”, pois há uma pressão social, sendo assim muito mais democrático; já no segundo processo, tem-se um movimento que vem “de cima para baixo”, à medida que busca atender mais aos interesses de grupos políticos que aos anseios das populações locais. Lembrando que esses grupos não se limitam à esfera local.

Compreende-se, porém, que não há uma separação nítida entre esses “dois lados”. Neste sentido, busca-se analisar as motivações subjacentes aos processos de emancipação, identificadas por Noronha (1997) e confirmadas por Cigolini (1999), Brito (2004) e Oliveira, M. (2009), que são de quatro ordens, e de alguma maneira aparecem nos processos formais de emancipação dos distritos explícita ou implicitamente, a saber: administrativas, econômicas dinâmicas e econômicas por estagnação, e políticas.

As motivações que se baseiam em critérios administrativos dizem respeito aos anseios da população por serviços públicos, e são usadas como argumento pelas lideranças pró-emancipacionistas para o convencimento da população local a mobilizar-se no processo de emancipação.

As motivações econômicas dinâmicas são levantadas no caso de distritos que apresentam uma base econômica que proverá sua sustentação quando se constituir o município. Já as motivações ligadas à estagnação econômica, os interessados visam a emancipação do distrito como forma de ter acesso direto aos recursos de repasse intergovernamentais, e com isso ter condições para suprir as demandas da população local em virtude do estado de abandono e pobreza do distrito.

As motivações de ordem política, apesar de estarem subjacentes a todos os processos de emancipação, nem por isso aparecem explicitamente; elas dizem respeito às investidas de lideranças e grupos políticos locais, que sem chances efetivas de se manter no mando dada à conjuntura política desfavorável busca um caminho alternativo com a emancipação do distrito onde se reconhece como “chefe

político” local.

A experiência brasileira indica que geralmente os processos de emancipação dos distritos são justificados por seus interessados pelo argumento de melhor atendimento da população em face da maior proximidade da administração pública municipal em relação às demandas locais por seus serviços sociais públicos (SCUSSEL, 1996; NORONHA, 1997; CIGOLINI, 1999; OLIVEIRA, M. 2009).

Esses argumentos se desdobram em outros como aponta Oliveira, M. (2009), tanto com relação aos serviços dos quais a população do distrito se sente desassistida pela administração municipal, quanto pela grande distância e obstáculos geográficos, que podem se tornar um fator limitante no que tange o acesso da população dos distritos aos serviços na sede municipal e a própria participação da vida política.

Tomio (2005) acrescenta a proposição legislativa e o esforço de parlamentares nas emancipações, que não deveria ser monopolizado por nenhum parlamentar, pois as emancipações podem vir a atender interesses particulares e clientelistas. No estado da Bahia (BRITO, 2004; OLIVEIRA, M. 2009) e no Paraná (CIGOLINI, 1999) verifica-se a existência de parlamentares estaduais que acompanham os processos de emancipação municipal, especialmente nas regiões onde possuem bases eleitorais.

Cigolini (1999) aponta mais especificamente que as causas são de ordem jurídica, econômica e política. Estas últimas convergem para as motivações indicadas por Noronha (1997). Com relação à questão jurídica, Cigolini (1999) aponta o contexto institucional, que influencia os processos de emancipação, oferecendo condições favoráveis ou não aos desmembramentos.

A partir dessas considerações são analisados os processos de emancipação dos municípios Luís Eduardo Magalhães no ano 2000, e Barra do Mendes, criado em 1917, sendo que posteriormente retorna à condição de distrito, ocorrendo a sua restituição em 1958. Ambos os processos tiveram influência do agente político Antônio Carlos Magalhães.

No primeiro processo, em 1958, ACM era deputado estadual, sendo eleito posteriormente para o cargo de deputado federal para o exercício de 1959 a 1963. No segundo processo, no ano 2000, o mesmo exercia o mandato de senador, renunciando em maio de 2001, mas exercendo novamente o mandato de senador a partir de 2003, mas falece em 2007, antes de terminar o mandato (BAHIA, 2020).

A comparação entre dois estudos de casos é comum nas pesquisas acadêmicas, principalmente, quando se trata de fenômenos que guardam consigo semelhanças e diferenciações. É preciso salientar, porém, que este não se trata de um estudo comparativo, visto que os processos de criação e/ou restauração dos dois municípios aqui estudados se deram em contextos bem diferentes, além de serem espaços com especificidades as mais diversas, embora estejam ambos localizados no sertão baiano.

O que se evidencia em ambos os processos são práticas de cunho coronelista, no sentido de um sistema que envolve instâncias de poder nas mais variadas escalas, em que a troca de favores, e as ações de agentes políticos na busca por defender seus próprios interesses ou de grupos, permeiam toda a busca pela suposta emancipação, ficando a população alheia a todo o processo.

Não se trata de fazer um juízo de valor sobre as ações desses agentes e de seus interesses ou motivações, mas de considerar algo já notório, mesmo na atualidade, que é a ausência da participação popular e o jogo de interesses a partir das trocas de favores, muitas vezes, contrariando as leis.

Os processos de criação de municípios não devem ser generalizados, sob pena de não ser consideradas as especificidades das mais variadas escalas espaço-temporais, e também de seus agentes e suas relações. A análise aqui apontada de dois municípios baianos com histórias e dinâmicas sócio-espaciais tão diferentes, mas que ao mesmo tempo se complementam, nos convida a mergulhar em realidades únicas quando consideramos o local, mas que se interconectam com contextos históricos da Bahia e do Brasil, revelando as relações de poder nas mais variadas escalas. Tempo e espaço se interconectam para formar um emaranhado de acontecimentos, acordos, ideias e comportamentos que envolvem agentes políticos locais, regionais/estaduais e nacionais.

3.2. PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

O distrito de Luís Eduardo Magalhães, antes denominado Mimoso do Oeste (Anexo D), foi desmembrado do município de Barreiras no ano 2000, originando assim, um novo município (Figura 08), através da Lei Estadual nº 7.619 de 30 de março de 2000 (Anexo E) (BAHIA, 2000), em um período com grandes restrições para a criação de municípios, sendo alvo de questionamentos (CINTRA FILHO, 2010) e uma ação direta de inconstitucionalidade (BAHIA, 2007).

O distrito de Mimoso do Oeste teve seu nome alterado com a Lei Municipal nº 422, de 17 de novembro de 1998 (P. M. BARREIRAS, 1998), passando a denominar-se Luís Eduardo Magalhães, sendo esta uma homenagem a um político influente, qual seja, Luís Eduardo Magalhães, filho do influente ex-governador e então senador Antônio Carlos Peixoto de Magalhães, falecido em 21 de abril de 1998, vítima de um infarto fulminante, período em que ocupava o cargo de deputado federal e estava em pré-campanha ao governo do estado da Bahia.

Para que fosse criado o novo município, antes era preciso que o povoado fosse elevado à condição de distrito, ocorrendo assim, segundo Eduardo Vencato Lena, jornalista de Barreiras, um acordo entre o prefeito da época, que era ligado ao grupo político de Antônio Carlos Magalhães, e a câmara de vereadores, sendo que o distrito não tinha sido criado antes porque não havia força política com representação na Câmara de Vereadores (LENA, 2017).

No estado do Paraná houve a criação de 109 municípios entre 1980 e o ano 2000. Acredita-se que os migrantes trouxeram uma vivência emancipacionista, que continuou mesmo depois da chegada ao oeste baiano. A área ganhou peso político e econômico a partir da chegada dos sulistas em 1970, que passaram a implementar agricultura mecanizada da soja como principal produto, além de outros como: milho e algodão; e há avanços também na indústria a partir da década de 1980 (IBGE, 2019b).

O avanço da fronteira agrícola influenciou sobremaneira a decisão de tornar o distrito um novo município; mas vigorava no período a Emenda Constitucional nº 15/1996, que restringia a criação de municípios a partir de critérios de viabilidade econômica, além da realização de um plebiscito popular.

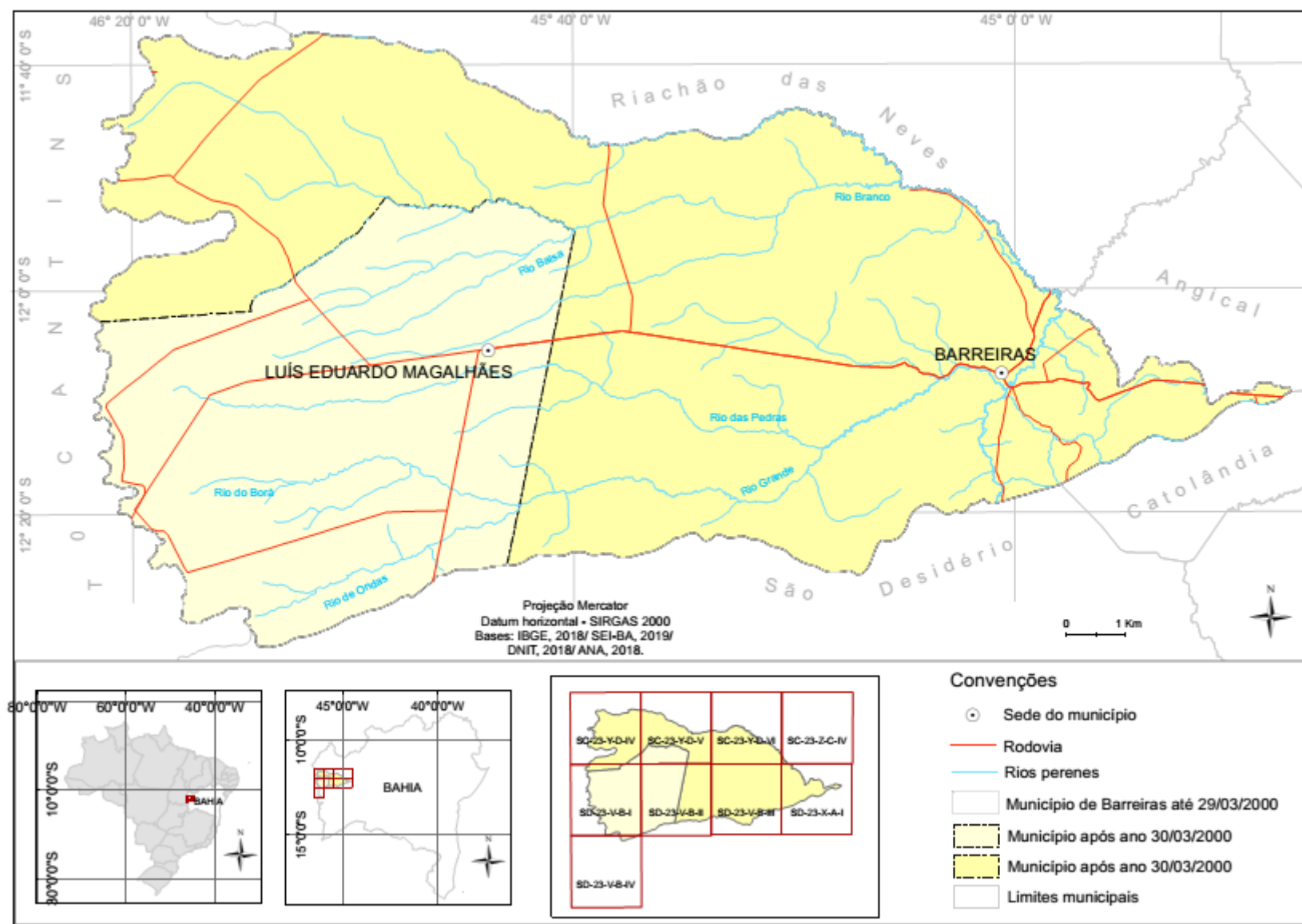


Figura 08 - Emancipação do município Luís Eduardo Magalhães –BA, em 2000

Fonte: Elaborado por K. R. Almeida, 2020

Essa emenda Constitucional foi promulgada para inibir a grande quantidade de municípios que vinham sendo criados desde a Constituição Federal de 1988, passando a existir, segundo Assis (2006), mais 1327 municípios de 1985 - em que já se começava a ter certa descentralização do poder político - até 1996; ou seja, cerca de ¼ dos entes municipais existentes foram criados nesse período. Desde 1980 até o ano 2010, foram criados no Brasil, 1.574 municípios (IBGE, 1980, 1990, 2000 e 2010)

No caso do município Luís Eduardo Magalhães, é importante notar, como aponta Souza, G., (2017) em entrevista, que o próprio autor dessa lei, Luís Eduardo Magalhães, na época presidente da Câmara dos Deputados, foi o homenageado, ao ter seu nome no novo município.

E o mais curioso é que quem foi o autor da Emenda 15 foi Luís Eduardo, filho de Antônio Carlos Magalhães, e na época Luís Eduardo Magalhães era presidente da Câmara, e Antônio Carlos Magalhães era presidente do senado; então não houve dificuldade em aprovar a emenda. Então, o quê que Luís Eduardo Magalhães previa naquela época? Eles tinham que colocar um freio nessa criação desordenada de municípios. Qual era a preocupação? Esses municípios eles não tinham condição de sustentar, então ficava dependendo da União e vivia de repasses da esfera federal... E o quê que Antônio Carlos Magalhães fez quando estava essa briga aqui dentro do curral dele? Criou Luís Eduardo para dividir: ficar Antônio Henrique em Barreiras e Jusmari em Luís Eduardo. Quem vive aqui sabe disso, quem viveu aqui na época sabe (SOUSA, L., 2017).

Os requisitos para a emancipação de Luís Eduardo Magalhães não foram atendidos em sua completude. O estudo de viabilidade econômica foi feito, e não havia dúvidas sobre o desempenho da economia no distrito que já vivenciava o avanço da fronteira agrícola; contudo, o plebiscito, que deveria ser realizado em toda a área envolvida, foi feito somente na localidade a ser emancipada, e não abrangeu a população como todo, não tendo sido também acompanhado da justiça eleitoral; além da Lei complementar federal da criação do novo município, que também não foi promulgada.

A forma como a população foi consultada ainda levanta vários questionamentos. Segundo o Procurador geral do município de Luís Eduardo Magalhães, o plebiscito ocorreu, mas foi realizado somente na localidade, e teve apenas dois votos contra. Informação confirmada pelo atual secretário de planejamento do município Jacob Lauck (LAUCK, 2017)³². Porém, segundo Cleidinei

³² Mesmo após várias tentativas, não houve acesso à documentação do plebiscito. As tentativas foram presenciais em campo e, posteriormente, a partir de diversos e-mails e mensagens.

Roseli Bosa, atual vereadora de Luís Eduardo Magalhães, não houve plebiscito nem mesmo na área a ser emancipada, pois o plebiscito foi feito mesmo pela comissão (BOSA, 2017).

Não houve o plebiscito, porque o plebiscito deve ser convocado pelo tribunal, não houve. Fizeram um arremedo do plebiscito. Algumas pessoas lá assinaram, dizem que foi feito até no gabinete de Antônio Henrique, do Prefeito daqui de Barreiras, mas não foi o plebiscito oficial". (ALMEIDA, 2017).

Com relação à questão fiscal, a partir da emancipação de Luís Eduardo Magalhães, a arrecadação do de impostos seria transferida em parte até o terceiro ano para Barreiras. No primeiro ano o município de Luís Eduardo Magalhães ficou com apenas 25% da arrecadação; no segundo ano com 50% e no terceiro ano 75%. Somente no quarto ano o município ficou com a integralidade dos recurso (MOTTA, 2017; OLIVEIRA J., 2017).³³

Outros argumentos vão na direção de apontar na direção de uma perda para o município de Barreiras. O jornalista Eduardo Vencato Lena, que atua no município de Barreiras, acredita que houve uma perda substancial para o município de origem com a emancipação de Luís Eduardo Magalhães.

Com a emancipação de Luís Eduardo, Barreiras perdeu em torno de 40% dos seus recursos... O município passou a ter mais dificuldades... e queira ou não afetou as administrações que vieram.... Mudou o comércio ligado ao agronegócio, que acabou desviando para Luís Eduardo; e Barreiras ficou mais com a área de serviços, na área de saúde, na área de educação, é um polo educacional. Então hoje Barreiras tem uma crise na agricultura. Ainda tem uma parte de zona agrícola, mas agora menos do que no início, porque ela se consolidou em outras áreas (LENA, 2017).

Observa-se que os argumentos ligados às perdas e ganhos tem uma relação com o local de residência dos entrevistados, em que sempre são levantadas as perdas do município ao qual faz parte. Duas questões, porém, precisam ser consideradas: a transferência de recursos do município recém-criado para o município de origem, algo incomum em outros contextos; e a perda das áreas de cultivo de soja e outros produtos, as chamadas agrovilas. Os recursos transferidos seriam então uma forma

³³ Este parece ter sido um acordo informal, visto que nenhum documento foi encontrado, nem mesmo nas atas de instalação do município de Luís Eduardo Magalhães, e no decorrer no primeiro ano de exercício do mandato do poder político local. Ocorreram várias tentativas na busca por conseguir tal documentação: por e-mail e ligações, mas não foi possível conseguir a mesma.

de compensação pela diminuição da arrecadação de Barreiras, visto que perderia, além de parcela da população, áreas de cultivo do agronegócio do oeste baiano.

O município de Barreiras passava por um crescimento populacional, principalmente na cidade, desde o avanço da agricultura mecanizada. Esse aumento continuou, mas de forma menos acelerada após o desmembramento da área para formar o município de Luís Eduardo Magalhães. Além disso, também houve um crescimento de seu Produto Interno Bruto mesmo depois da emancipação.

Segundo Santos; Souza e Brandão (2015), a partir de um estudo baseado em sensoriamento remoto, utilizando as imagens dos satélites MSS/LANDSAT-2 e TM/LANDSAT-5 em uma escala temporal de 10 anos, a mancha urbana de Barreiras passou de 859,52 ha em 1980; para 2.238,21 ha em 1990; e 3.066,51 em 2000; e mesmo com o desmembramento de Luís Eduardo Magalhães em 2000, sua mancha urbana aumentou para 2.620,44 ha em 2010.

O desmatamento também aumentou, pois em 1980, de uma área total de 1.192.445,44 ha, havia uma área preservada, com vegetação original, de 1.096.538,88 ha, ou seja, 91,96%. No ano 2000 esse número diminuiu para 656.481,10 ha, ou seja, apenas 55,13% da área total do município estava preservada. Em 2010 o município já havia perdido uma parte da área para a criação de Luís Eduardo Magalhães. Assim, sua área total era de 789.947,02 há.

A área preservada nesse ano era de 390.686,58 há. De qualquer forma, a porcentagem diminuiu para 49,46% da área total. Constata-se assim, que mesmo com o desmembramento a área de vegetação original: cerrado, continuou a sofrer redução. Esses dados podem se tornar ainda mais preocupantes em um futuro próximo, tendo em vista as recentes flexibilizações na legislação ambiental brasileira.

Com as novas mudanças no novo Código Florestal (CF), a exemplo da redução pela metade da vegetação ciliar para a maioria dos rios brasileiros: de 30m (CF de 1965) para 15m (CF de 2012), rios de até 10m de largura, e de 100m (CF de 1965) para 50m (CF de 2012), em rios que variam de 10m a 50m de largura, além da flexibilidade da reserva legal (20% da propriedade rural para o Bioma Cerrado) em poder incorporar nas suas estimativas áreas de preservação permanente, estas configurações na legislação ambiental podem contribuir para o aumento da expansão agrícola sobre a vegetação natural (SANTOS; SOUZA; BRANDÃO, 2015, p. 103).

As mudanças por quais passaram os municípios do Oeste baiano, com um forte crescimento econômico a partir da modernização da agricultura, não foram acompanhadas de forma eficaz dos serviços básicos de infraestrutura. A cidade de

Luís Eduardo Magalhães cresceu vertiginosamente após a emancipação do município, e sua população teve um crescimento de 366,6% entre os anos 2000 e 2019 (IBGE, 2000, 2010 e 2019c).

Com relação à legalidade do processo de emancipação, o Partido dos Trabalhadores entrou com uma ação de inconstitucionalidade da criação do novo ente municipal em 2007, por não ter seguido as exigências legais do período em que o município foi criado, como: a realização do plebiscito em toda área envolvida; e a promulgação da Lei Complementar Federal.

Mesmo concordando com a inconstitucionalidade do processo, é preciso considerar que já haviam se passado sete anos desde a emancipação, o que viabilizou impostos municipais e atraiu empresas, sendo, portanto, inviável voltar a ser distrito (SOUZA, G., 2017). A mesma opinião teve o Supremo Tribunal Federal.

O STF deu um prazo de 18 meses, ou seja, 1 ano e meio, para que fosse regularizada a situação, ou seja, criar a Lei Complementar Federal e aproveitar os atos e regularizar. Em vez de criar a Lei complementar Federal que era muito mais simples, porque era só uma seção na Câmara pelo Senado, eles criaram uma Emenda Constitucional... convalidando todos os atos já praticados..., abrindo precedentes para qualquer estado ou qualquer município que estava na mesma situação (SOUZA, G., 2017).

Dos seis entrevistados no município de Barreiras, três eram contrários no momento em que ocorreu a emancipação, mas não por conta da necessidade de se criar o município, mas pelo fato de não ter atendido aos preceitos legais em sua completude. Esses mesmos entrevistados também não foram a favor posteriormente para que o município voltasse a ser distrito, devido às modificações ocorridas em toda estrutura organizacional pública e privada do novo município³⁴.

Os outros três entrevistados de Barreiras sempre foram a favor da criação do novo município³⁵. Todos os quatro entrevistados do município de Luís Eduardo Magalhães eram a favor da emancipação, e participaram ativamente do processo,

³⁴ Entrevista nº 08 – Barreiras – Ignez Pitta Almeida – pedagoga e pesquisadora da história local – abr. 2017.

Entrevista nº 09 – Gilmar Almeida Souza – advogado e pesquisador da história local – abr. 2017.

Entrevista nº 13 – Barreiras - Eduardo Vencato Lena – Jornalista – abr. 2017.

³⁵ Entrevista nº 10 – Antônio Carlos de Almeida Matos – jornalista, abr. de 2017.

Entrevista nº 11 – Itapoan de Vasconcelos Leite da Cunha – jornalista, abr. de 2017.

Entrevista nº 12 – Luís Stahlke – Engenheiro AIBA, abr. de 2017.

quais sejam: Jusmari Oliveira, Oziel Oliveira, Jacob Lauck e Teófilo Jerônimo Penno Da Silva Motta.

O presente trabalho não teve como objetivo analisar a juridicidade da criação do município, mas a análise do processo que deu origem ao ente municipal, considerando a relação entre os agentes políticos que tiveram forte influência, e os meandros que balizaram suas ações, sem imprimir juízo de valor a partir do que deveria ser, ou do que fosse ideal segundo uma questão ética e moral, sob pena de não avançar na análise dos fatos; mas uma análise a partir aquilo que se faz presente a partir de uma cultura política, com as práticas habituais desses agentes e da constituição das famílias políticas.

A emancipação teve forte influência da produção de soja e o uso do solo de modo geral para o cultivo de monocultura para exportação, praticada pelos sulistas no Oeste baiano, e de forma mais específica, no município Luís Eduardo Magalhães; um processo que traz consigo uma série de conflitos, inclusive com a grilagem de várias áreas.

Há propriedades que chegam a ter até cinco titulações, muitas vezes escamoteados em nome do crescimento econômico. “Surgiram dessa rede de falsários as empresas de colonização cujos tentáculos se fixavam dentro de órgãos governamentais legislativos, executivos e judiciários, cartórios, fazendeiros locais etc.” (ALVES, 2006, p. 104).

As empresas do agronegócio, em especial as colonizadoras que passaram a atuar no Oeste Baiano a partir do final da década de 1970, transformando as terras devolutas, um patrimônio fundiário público, em uma propriedade privada. Segundo Alves (2006), a história do avanço da fronteira agrícola brasileira é reveladora desses mecanismos, através da venda de terras em projetos de colonização com o consentimento do Estado; ou sendo o mesmo conivente com a ação dos falsificadores de registros de terra, a partir de agentes da própria estrutura do Estado e instituições de registros públicos, como os cartórios.

Toda essa transformação no processo de apropriação das terras no Brasil traz uma série de mudanças na vida das pessoas, daqueles que há muitos anos, décadas ou mesmo séculos, a partir de seus antecedentes, viviam e produziam nessas localidades, tanto para a subsistência, quanto para a venda dos produtos nas proximidades.

A expulsão da população de suas terras, ou daquelas de que se apropriava coletivamente, representou para a reprodução capitalista a possibilidade de transformar os dois instrumentos mais importantes de funcionamento do capital: a terra e o trabalho. Estes foram metamorfoseados em mercadorias para que ocorresse a realização do valor, antes amortecidos para essa forma. A terra, nesse caso, passa de uso comunitário a bem privado, enquanto o camponês passa de possuidor de seus meios de produção em vendedor de seu trabalho em troca de dinheiro. A concretização dessas condições somente será possível aplicando métodos coercitivos, seja para dissociarem os produtores de seus meios de vida, seja para força-los a se tornarem vendedores de sua força de trabalho (ALVES, 2006, p. 286 e 287).

Essas novas condições da classe trabalhadora, imposta pela escolha desses lugares para a prática do agronegócio implica novas dinâmicas migratórias, com forte êxodo rural; além de uma mudança nas formas de ocupação para aqueles poucos que conseguem um emprego formal, a informalidade ou o desemprego.

3.2.1. A formação do Oeste Baiano

A margem esquerda do Rio São Francisco teve sua formação histórica e geográfica com certos períodos de maior intervenção do Estado e outros de maior isolamento. Em meados do século XVII a colonização dos Sertões do Além São Francisco se dava a partir da iniciativa de latifundiários e criadores de gado de Sergipe de El-Rey e da Bahia.

Dois famílias tinham o domínio das terras do Além São Francisco por volta de 1700: os Brito e os Ávila, que evitavam o maior controle da Coroa na região (MAGALHÃES; SILVA R.; SILVA V., 2016). Lins (1983), afirma que a partir de 1763 ocorreu um isolamento gradual das comunidades ao longo do Rio São Francisco e de seus afluentes em relação ao Reino e ao litoral, que se deveu, principalmente, à transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro.

Esse isolamento permitiu que as comunidades locais desenvolvessem estratégias para sua manutenção, em que o couro e o sal foram alguns produtos utilizados para tal. “Assim, enquanto a civilização que se desenvolveu no litoral era sustentada pelo açúcar, a civilização que se desenvolvia no eixo do Rio São Francisco era sustentada pelo sal” (MAGALHÃES; SILVA R.; SILVA V., 2016, p. 10).

O Rio São Francisco, assim como seus afluentes, como o Rio Grande (Figura 09), tiveram um importante papel na formação dos núcleos urbanos. O Rio Grande atravessa a cidade de Barreiras tem importância também para a manutenção das lavouras em parte do Oeste Baiano. O rio nasce em São Desidério e deságua no Rio

São Francisco, no município de Barra, primeira nucleação do Oeste Baiano, com o nome original de Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande.



Figura 09 – Rio Grande na cidade de Barreiras-BA, 2017

Fonte: K. R. Almeida, 2017

Em sua história, fez parte do estado de Pernambuco, que teve a posse da margem esquerda do Rio São Francisco desde 1534, através da Carta de Évora, promulgada pela Coroa Portuguesa, até 1824. Durante esse tempo, a formação territorial seguiu o curso lento, quase sem influência externa.

Se as terras a oeste do São Francisco pertenciam por direito à Capitania de Pernambuco, elas foram apropriadas de fato pelos baianos, menos atribulados com a defesa do litoral que os donatários de Olinda e, portanto, com maior disponibilidade de homens, armas e dinheiro para adentrar o grande sertão (BRANDÃO, 2009, p. 6 e 7).

A partir de uma periodização dos primeiros 326 anos de apropriação lusitana e brasileira do que antes era chamada de “Além São Francisco”, considerando as temporalidades próprias desse lugar ou região, a partir do tempo e espaço enquanto categorias, não apenas simultâneas, mas também equivalentes, período entre 1501 – ano da descoberta da foz do Rio São Francisco – e 1827 – ano em que o Império

transfere a margem esquerda para a Bahia, Brandão (2009), havendo uma ruptura da ordem estabelecida no Oeste baiano, na qual ocorreram uma série de mudanças nas esferas: sociais, políticas, culturais e econômicas; em que as permanências e mudanças / transformações, se deram a partir da atuação de agentes na produção espacial, revelando forças internas e externas a esse processo.

Após a independência, o Estado brasileiro continuava na busca por manter a unidade territorial, e a transferência da Comarca do São Francisco da província de Pernambuco para a província de Minas Gerais foi uma forma de punição para combater os rebeldes. Aras (2009), acredita que a escolha de Minas Gerais se deveu ao fato de a mesma representar estabilidade política naquele momento e de sua proximidade com o 'centro sul', sendo inclusive, uma abastecedora de seus mercados.

Três anos depois, porém, houve outra mudança. Foi somente nesse momento, com a anexação da Comarca do São Francisco à Província da Bahia, em 1827, que o Oeste Baiano passou a ter estabilidade político-administrativa (BRANDÃO, 2010); embora a transferência das freguesias da comarca do São Francisco de Olinda para Salvador tenha ocorrido apenas em 1955 (ARAS, 2009). Além disso, o fato de pertencer à Bahia não fez com que o sentimento identitário reinasse entre a população.

Tomando como base o estudo de Santos, M. (2002), o período entre 1501 e 1827 corresponderia, grosso modo, a um meio natural, sendo o Oeste Baiano um território indiferenciado dos sertões; o período entre 1827 a 1985, correspondendo ao meio técnico, marca a constituição do "Além São Francisco"; e a partir de 1985 até o momento atual, ao meio técnico-científico-informacional, em que constitui a formação seletiva dos espaços globalizados (BRANDÃO, 2009, 2010 e 2014).

O termo "Além São Francisco", referido na entrevista por Almeida (2017), e amplamente usado até recentemente para designar o Oeste Baiano, tem segundo Brandão (2015) uma conotação tanto geográfica, pois indica uma relação centro-periferia daquilo que está aqui e o que está além; quanto política, na medida em que revela a centralidade da cidade de Salvador, compreendendo-a a partir de uma perspectiva econômica e político-administrativa.

O debate sobre a criação do estado do São Francisco, ou Estado do Rio São Francisco não é algo recente, mas os interesses e intencionalidades foram mudando com o tempo; assim como a área reivindicada e o topônimo apresentado. Brandão (2014) analisa quatro propostas apresentadas: duas no século XIX e duas no século

X. Todas apresentam o mesmo topônimo, embora com dimensões diferenciadas.

A primeira feita em 1850 na Câmara dos Deputados, por J. M. Wanderley, parlamentar membro do coronelato oitocentista. A segunda publicada originalmente em 1877 por Souza (1988). A terceira proposta, mais complexa, feita por Freitas (1948) não tomaria toda área baiana à esquerda do Rio São Francisco, mas abrangeria também áreas atuais de outros estados: Alagoas, Sergipe e Pernambuco. A quarta é de Guerra e Guerra (1960), que propõe a criação de 16 territórios federais, dentre os quais o de Barreiras, abrangendo o oeste da Bahia e o sudeste de Tocantins.

Na proposta mais recente, o estado do (Rio) São Francisco abrangeria os 35 municípios à esquerda do Rio São Francisco (Figura 10). A proposta foi apresentada pelo Deputado Federal Gonzaga Patriota³⁶ em 2003, e em 2007 foi rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Mas pouco se fala sobre a questão na atualidade; na medida em que foi se observando as dificuldades para a criação de unidades subnacionais, tanto com relação a municípios, quanto estados.

A última tentativa de secessão, ocorrida no estado do Pará, que teria parte do seu território desmembrado, formando Tapajós e Carajás, foi frustrada; o que ocasionou uma desmotivação nos grupos emancipacionistas. As regras para a emancipação, principalmente, no que se refere ao plebiscito em toda área atingida, incluindo aquela a ser desmembrada, não traz possibilidades efetivas para a criação de novas subunidades, na medida em que o interesse em desmembrar é sempre da área a ser emancipada.

³⁶ Atualmente o deputado federal está no seu 8º mandato.

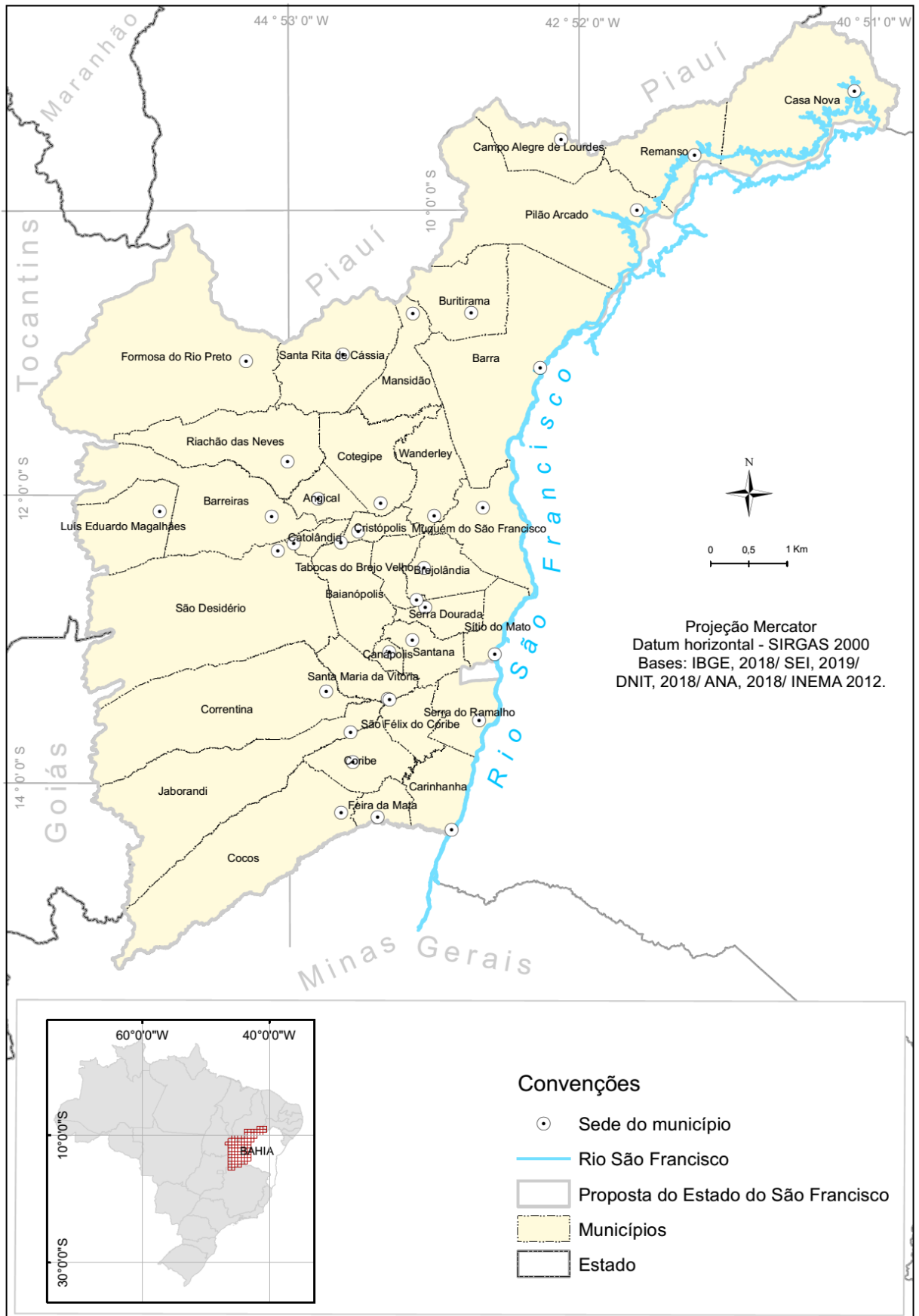


Figura 10 – Projeto de criação do estado do (Rio) São Francisco, 2003
Fonte: Elaborado por K. R. Almeida, 2020.

Se as querelas que ora opõem a Bahia e os estados que lhe são fronteiriços em sua banda ocidental foram reacendidas a partir da implantação, nos cerrados baianos, da agricultura de alto rendimento, de igual modo, as questões atinentes às secessões municipais, à pretensa criação do Estado do (Rio) São Francisco e à mobilidade populacional que tem fixado estrangeiros em número crescente na região também se originam de motivações estritamente econômicas. Assim, seja pelo interesse em promover a redistribuição das riquezas oriundas do agronegócio em escalas municipal e estadual, seja pelo movimento de pessoas em busca de novas oportunidades de reprodução do capital, o fato é que essa nova geografia política se substantiva por meio de uma também nova geografia econômica regional (BRANDÃO, 2015, p. 403).

Para além da criação de um outro estado, o que se denomina Oeste Baiano, concentra um total de trinta e cinco municípios, no vasto território à margem esquerda do Rio São Francisco, ocupando uma área de 183 mil km². Diferentemente do termo Região Oeste da Bahia, divisão econômica do estado feita pelo IBGE (BRANDÃO, 2009).

Os termos Região Oeste da Bahia e Oeste Baiano não devem guardar equivalência conceitual. Se o primeiro, com seus 22 municípios constantes, faz referência a uma das regiões componentes da divisão econômica do estado, como o querem organismos estatais do quilate do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, o segundo designa todo o território à esquerda do Rio São Francisco, onde estão localizados 35 municípios baianos, em uma área de pouco mais de 183 mil km² (BRANDÃO, 2009, p. 4).

Não há um sentimento identitário que une o Oeste baiano ao restante da Bahia. O trabalho de campo da presente pesquisa revelou que há um sentimento entre todos os entrevistados dos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, de um descaso por parte do governo do estado da Bahia e de não pertencimento a esse estado. E os grupos emancipacionistas se valeram de duas estratégias principais segundo Brandão (2014): as manifestações de ufanismo, em que são exaltadas a riqueza regional, a disponibilidade de água, e exuberância dos rios e do cerrado, além da fertilidade dos solos.

A outra estratégia é criar mitos fundadores, baseado na história local, como a transferência da Comarca do São Francisco para a Bahia em 1827, depois de ter sido parte integrante de Pernambuco e de Minas Gerais (este por apenas 3 anos), a ausência do Estado na região, principalmente, no que diz respeito ao governo estadual; além do perigoso discurso identitário e racial. Acrescenta-se aqui a distância

com relação à capital, que seria uma motivação administrativa na medida em que a gestão dos recursos feita pelos próprios oestinos, traria supostamente melhores resultados.

A chegada dos sulistas, com suas tradições e traços culturais específicos, acirrou ainda mais a “dualidade” entre os “oestinos” e os baianos. A tradição de tomar chimarrão em locais públicos, como praças, parques e jardins tem continuidade no município de Luís Eduardo Magalhães. Muitas pessoas vão para esses locais para continuar mantendo em grupo essa tradição (Figura 11).



Figura 11 – Praça do Jardim Paraíso, em Luís Eduardo Magalhães (BA), 2017.

Fonte: K. R. Almeida, 2017.

Para tornar mais forte o apelo, são evocados vários símbolos, representações e imagens ligadas ao passado, para servirem de discurso que legitima determinado interesse, como a luta para a criação de um estado próprio, desmembrado da Bahia, o que evidencia certo afastamento da cultura e realidade baiana e o não sentimento de pertencimento a este estado.

No caso do reivindicado estado do (Rio) São Francisco, é possível identificar a existência de alguns mitos fundadores, entre os quais vale destacar aqueles que evocam principalmente aspectos referentes (a) à negligência do poder estatal baiano nos assuntos políticos e econômicos da região; (b) ao desequilíbrio entre as riquezas produzidas regionalmente e a sua devida

apropriação; (c) ao remoto passado regional, que descolaria a antiga Comarca de São Francisco da Província da Bahia, e, enfim; (d) à inexistência de uma identidade baiana “pura” entre os habitantes do Oeste (BRANDÃO, 2014, p. 16).

Outro traço marcante para buscarmos entender os traços culturais de uma sociedade passa pela construção coletiva daquilo que é lembrado e que se tem orgulho, e daquilo que é relegado ao esquecimento. Brandão (2014) traz uma análise a partir das comemorações anuais, com feriados e festejos públicos, tomando como exemplo Barreiras, possível capital do estado do (Rio) São Francisco, não há nenhum festejo em comemoração à Independência da Bahia, a Semana Farroupilha foi oficializada desde 2010, com o projeto e lei n. 003/2010.

Considera-se assim, que a “pretensa criação de uma nova unidade federativa, o Rio São Francisco volta a assumir, desta feita em escala regional, o papel de catalisador dos interesses de uma elite ávida por construir uma realidade à sua imagem e semelhança” (BRANDÃO, 2014, p. 19). Desconsidera-se dessa forma, toda riqueza cultural e vida antes da chegada dos sulistas.

A migração sulista, consubstanciada à expansão da fronteira agrícola a partir do alvorecer da década de 1970, tem contribuído para fundamentar o mito da democracia racial na região em detrimento das representações sociais dos “nativos”. Dada a posição historicamente desfavorável, no que diz respeito às relações de poder instituídas é que, as comunidades quilombolas da região vêm lutando pelo direito de serem agentes de sua própria história (MAGALHÃES et al (VER ANO), p. 21).

A exclusão se manifesta na maior valorização por parte do poder público das festividades relacionadas ao sul do país, nos postos de trabalho no setor público, nas moradias e bairros onde vivem a maioria de nordestinos ou sulistas, na construção de uma identidade “sulnordestina”, a partir do que se chama de “cultura oestina”, que traz consigo uma carga ideológica, carregada de um preconceito ligado principalmente, ao povo baiano. A principal forma de representação da cultura sulista é o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) em Luís Eduardo Magalhães (Figura 12).



Figura 12 – Centro de Tradições Gaúchas (CTD), Luís Eduardo Magalhães, 2020.
Fonte: Cardoso, A., 2020a.

Com relação à formação econômica e populacional do Oeste Baiano, esta foi tardia, ainda que os primeiros movimentos de ocupação tenham se iniciado no período colonial, acompanhando o desbravamento do sertão do São Francisco, que ganha impulso no século XVIII, com a descoberta de ouro em Minas Gerais e de diamante em Goiás; mas a economia regional do cerrado baiano só ganha certo impulso no século XIX (SANTOS FILHO, 1989). Em 1865 foi criada a primeira companhia de navegação a vapor do Rio São Francisco, inicialmente pelo governo provincial baiano; e depois pelo de Minas Gerais (BRANDÃO, 2010).

É somente no século XIX que uma economia regional dos cerrados da Bahia, centrada em Barreiras, começa a ganhar contornos próprios. A ocupação dos cerrados baianos, como a de todo o Além-São Francisco, está ancorada, desde seu início, na navegação fluvial. Ela é possível no próprio São Francisco e em três dos seus afluentes: Grande, Corrente e Preto. Os cursos dos rios orientam a distribuição da população e das atividades econômicas regionais. Nos seus limites navegáveis, surgem pequenas povoações e portos fluviais, como Barreiras e Formosa do Rio Preto, onde se faz a transferência das mercadorias, que chegam em embarcações, para a tropa de animais destinados ao sertão de Goiás. O grande comércio de Salvador utiliza-se delas como base para alcançar os mercados distantes e dispersos do sertão. O sertão, por sua vez, exporta o boi, que vem do norte de Goiás e passa por Barreiras, a caminho de Barra e Jacobina (S. FILHO, 1989, p. 25).

A dinamização econômica a partir da bacia fluvial, integrada à estrada de ferro Salvador-Juazeiro, instalada em 1896, deu novo impulso ao comércio no Oeste baiano, mas a economia naquele período ainda era bastante tímida e rudimentar, bem diferente da realidade encontrada hoje.

A atividade pecuária extensiva, a pequena agricultura, o trânsito de minérios e o comércio tímido, porém importante para as populações locais, foram os responsáveis principais pela existência de esparsos assentamentos humanos e caminhos que funcionavam como alternativa à navegação, não sendo capazes, porém, de fundar uma vigorosa articulação reticular, como ocorrera no Recôncavo Baiano já no início da colonização portuguesa, o que pesou na manutenção de um quadro da realidade oestina que só viria sofrer transformações significativas no findar do primeiro terço do século XIX (BRANDÃO, 2009, p. 11).

Importante notar que a região ainda estava de certa forma isolada no sentido de não haver repercussão dos principais acontecimentos do Brasil na área em estudo. A própria abolição da escravatura foi pouco sentida no Oeste Baiano.

A Abolição da Escravatura (1888), ato de tão significativas consequências no Recôncavo Baiano, quase não se fez sentir no atual Oeste, devido, por um lado, à ínfima migração de negros para aquelas terras e, por outra parte, à estrutura fundiária e ao modelo de produção agropecuária, que favoreciam a perpetuação de relações de trabalho pré-capitalistas, nos quais homens “livres” eram mantidos em condições de vida assentadas em bases semifeudais de servidão (BRANDÃO, 2010, p. 40).

Mas é preciso salientar que havia significativa presença africana nessa região; sendo a escravidão tanto a partir da exploração da mão de obra indígena, quanto africana; com uma redução da mão-de-obra escrava na região por conta da ascensão do café no centro-sul (MAGALHÃES; SILVA R.; SILVA V., 2016).

Aliado a isso, soma-se o fato de que a pecuária não exigia grande quantidade de mão-de-obra, e as atividades mineradoras em Gentio do Ouro e Santo Inácio já haviam sido paralisadas (ROCHA, 2004). Também podemos considerar as leis que antecederam a abolição da escravatura, como a Lei Eusébio de Queirós³⁷ e a Lei do ventre livre³⁸, que juntamente à agitação dos abolicionistas, iam enfraquecendo a escravidão institucional.

Com a escravidão a mão-de-obra livre se tornava mais barata, o que permitiu

³⁷ Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, ou seja, promulgada no Segundo Reinado, que proibiu a entrada de africanos escravos no Brasil.

³⁸ Também conhecida como Lei Rio Branco, foi promulgada em 28 de setembro de 1871, determinando que os filhos de mulheres escravas nascidos a partir daquela data, ficariam livres.

a exploração do camponês a partir da meação, forma de trabalho adotada tanto para os trabalhadores livres, quanto para os escravos (PINHO, 2001), em que as condições de sobrevivência estavam atreladas à subordinação direta ao senhor. Mas “o fim da escravidão e o advento da república decerto não provocou grandes mudanças na composição da classe dominante.

Os “senhores” de outrora figuravam como os “coronéis” na República” (MAGALHÃES; SILVA R.; SILVA V., 2016), p. 14). A estrutura fundiária também permaneceria a mesma, baseada na grande propriedade. É preciso, porém, buscar fugir das visões maniqueísta de um ambiente rarefeito, quase sem a presença de índios e negros, e que estes aceitavam pacificamente a subordinação.

Sobre a presença histórica-antropológica dos negros na Região Oeste da Bahia intuiu-se no cenário acadêmico o discurso da “escassez” de referências sobre tais grupos, em grande medida, proveniente do discurso hegemônico e ideológico que, velam até o tempo hodierno, imagens forjadas da presença rarefeita dos negros. Esse cenário malgrado à população negra sobrevém, isto sim, de construções das elites política, intelectual e religiosa, ou em alguns casos, alicerçadas uma penumbra amistosa, cujas relações sociais, em sua maioria, constituíram-se sob à luz do compadrio, coronelismo e/ou patronagem (MAGALHÃES; SILVA R.; SILVA V., 2016, p. 19).

Ao fazer um estudo minucioso sobre a história do Oeste Baiano, considerando a população que lá residia antes da chegada dos sulistas para a implementação da agricultura moderna, Dutra (2004); Pinho (2001) e Magalhães; Silva R.; Silva V. (2016), teceram suas argumentações no sentido que havia número considerável de índios e negros na região, e que houve resistência, não se tratando apenas de uma relação de patronagem; sendo os estudos sobre essa questão algo mais recente, mas que merece toda a atenção acadêmica, buscando fugir da atenção centrada somente na capital baiana. A comunidade Rio das Rãs, que se localiza próximo à cidade de Bom Jesus da Lapa, pode trazer uma reflexão elucidativa sobre a força dos negros e comunidades quilombolas na região.

Outra ideia intensamente disseminada é a de que o Oeste Baiano somente veio a ser produtivo a partir da década de 1970. É inegável o avanço da mecanização e modernização no campo do Oeste Baiano nas últimas décadas, mas isso não quer dizer que não havia uso do solo para práticas agropastoris. Havia, segundo Freitas (1999), uma grande variedade de produtos agrícolas e uma pecuária de pequeno porte, além da atividade extrativa da cera de carnaúba.

Sendo assim, o Sertão do São Francisco, passagem obrigatória dos produtos

de outros estados em direção a Salvador. E na sociedade machista em que vivemos até os dias atuais, aquele contexto histórico e espacial não foge à regra, com uma clara divisão do trabalho entre gêneros: os homens encarregados das atividades agropastoris e extrativistas; e as mulheres as atividades domésticas e complementares àquelas marcadamente masculinas.

No final do século XIX, o Estado passou a se tornar presente na região. Com a descoberta da borracha de mangabeira, foram criados o subdistrito de subdelegacia em 1890 e o distrito de paz em 1891. Barreiras foi elevada a vila em 06 de abril de 1891 pela Lei Estadual nº 237; e elevada à condição de cidade em 1902, pela Lei Estadual nº 449, de 19 de maio de 1902 (SEI, 2001; IBGE, 2019c).

Naquele momento, era somente a partir da figura dos coronéis que o 'Estado' se fazia presente na vida das pessoas, sem uma participação efetiva do governo central. Eventos de grande importância nacional e mundial, como a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929 pouco influenciaram na região (BRANDÃO, 2010).

De forma efetiva, o Estado passou a ter ações na região a partir da Segunda Guerra Mundial, em que o governo americano constrói o aeroporto internacional em Barreiras, para a comercialização do látex, usado na guerra, além da instalação de uma agência do Banco do Brasil em 1943, e na década de 1960 a instalação de hidrelétricas e de rodovias (S. FILHO, 1989).

A partir desse momento o processo de ocupação se tornou mais efetivo, e a economia, ainda que de forma tímida, e somente em alguns locais, foi dinamizando os processos de emancipação municipal na região, sendo criados 13 municípios entre 1958 e 1962: Coribe, Cocos em 1958; Formosa do Rio Preto, Malhada, Riacho das Neves, Brejolândia, Critópolis, Taboas do Brejo Velho, Baianópolis, Catolândia, São Desidério, Serra Dourada e Canápolis em 1962.

Durante a Ditadura Militar, a modernização conservadora do Estado buscava induzir a economia, com a criação ou instalação de vários órgãos na região, como a Companhia para o Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (CODEVASF) e projetos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); o 4º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro (BEC), que ficou responsável pela pavimentação das rodovias BR 242 e BR 020; e a construção do lago e hidrelétrica de Sobradinho (BRANDÃO, 2010).

A preocupação, porém, era muito mais econômica do que social. Assim, a Revolução Verde trouxe essas possibilidades de cultivo, mas é evidente que o

conhecimento sobre as técnicas e formas de financiamento não eram iguais para todos. As mudanças significativas passariam a acontecer em 1985, com duas importantes ações para o desenvolvimento da agricultura moderna no oeste Baiano.

O lançamento do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER II) pela Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Governo da Bahia, juntamente com outros órgãos públicos como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Banco do Brasil e outros; coordenado pela CAMPO (Companhia de Promoção Agrícola), criada em 1978 com a constituição de uma *holding* brasileira, a Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (BRASAGRO), que entrou com 51% do capital da empresa CAMPO, formada pelo Banco do Brasil, Companhia Vale do Rio Doce, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, a subsidiária do BNDE: IBRASA, além de um banco privado; e outra japonesa, a Companhia Nipo-brasileira de Desenvolvimento Agrícola (JADECO), que entrou com 49% do capital, formada pela *Japan International Cooperation Agency* (JICA) e bancos privados japoneses.

Os recursos, de procedência tanto pública quanto privada, foram administrados pelo Banco Central, que assumiu o risco cambial, que efetivamente foram divididos igualmente nas fases I e II do PRODECER, com 60% advindos do Japão; e 40% do Brasil, destes, 30% do Governo Federal, e 10% de outros agentes financeiros. (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014). Segundo o Relatório Geral do Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o desenvolvimento agrícola dos cerrados, a partir de um estudo de avaliação conjunta ...

Brasil e Japão iniciaram o Prodecer com uma visão global e estratégica de desenvolvimento simultâneo de programas de cooperação técnica e financeira, com o engajamento dos setores público e privado, tendo como maior objetivo a produção de grãos nos Cerrados e o aumento da oferta de alimentos para o mundo (BRASIL, 2002b)

Havia, porém, por traz do discurso da segurança alimentar mundial, interesses econômicos com a reprodução ampliada do capital. Mesmo assim, é possível considerar que “os investimentos japoneses, no Brasil produziram grande impacto no país e se concretizaram em cinco áreas relacionadas ao desenvolvimento de recursos naturais: siderurgia, papel e celulose, agricultura, alumínio e mineração”. (INOCÊNCIO, 2016, p. 6).

Havia, assim, uma relação entre esses países antes do PRODECER, acordo firmado entre o Brasil e o Japão e que foi o documento base para implementação da soja nos Cerrados voltada para a exportação, ancorado nos estudos da EMBRAPA, que fez a divulgação do resultado de seus estudos sobre o potencial agrícola das terras do Cerrado brasileiro, a partir da correção do solo.

A outra ação foi a implantação da Estação Experimental Agrícola da Cooperativa Cotia, próximo ao distrito de Mimoso do Oeste, local onde foram plantadas as primeiras mudas de soja (BAHIA, 1985). O PRODECER II abrangeu 7 estados brasileiros, ocupando 345 mil hectares, beneficiando 717 produtores, sendo que foram planejados 760 beneficiários; e foi implementado em três fases.

O PRODECER I a partir de 1980 no Oeste do estado de Minas Gerais. O PRODECER II a partir de 1987, com a expansão para áreas da Bahia, Mato Grosso do Sul e Goiás. E o PRODECER III, com a expansão para os estados do Tocantins e Maranhão, a partir de 1995 (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014).

Financiada pelos novos programas federais de crédito, inclusive o PRODECER, para a ocupação/modernização dos cerrados, instala-se na região uma onda de migrantes “sulistas” (fazendeiros isolados, cooperativas, empresas agroindustriais). Essa onda resulta de dois fatores: de um lado a pressão crescente da terra e do capital sobre os agricultores do sul do Brasil; de outro, as inovações tecnológicas que adaptaram a soja às condições edafoclimáticas dos cerrados (SANTOS FILHO, 1989, p. 25).

Antes do PRODECER, foi implementado outro grande projeto, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO). Este foi criado em 29 de janeiro de 1975 pelo Decreto Federal nº 75.320, com o objetivo de incentivar a ocupação dos Cerrados na região Centro-Oeste, em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e também no estado de Minas Gerais, abrangendo 202 municípios no total e uma área de 785.472 km².

Este projeto não teve tanta repercussão quanto o PRODECER, e finalizou suas atividades em 1979. E em 1976 já havia sido formado o acordo de cooperação técnica entre Brasil e Japão para o PRODECER. O Brasil tinha o interesse nos investimentos do Japão, enquanto que o Japão tinha o interesse na produção em larga escala de produtos como a soja para a exportação, em uma área 3,5 vezes maior que o território japonês. O aumento da oferta no mercado internacional faria diminuir o preço do produto também (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014).

Houve muita repercussão e posicionamentos contrários à implantação do

projeto, e exploração indireta do Cerrado brasileiro pelo Japão, como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), além de parlamentares e as Federações de Trabalhadores e Patronais da Agricultura de Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás; e foi criada em Brasília a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o acordo, com suspeitas de ter relação com uma dívida do Brasil para com o Japão.

Muitas eram as críticas feitas por essas instituições, parlamentares, sindicatos, federações e sociedade civil, como: a diminuição da mão-de-obra o campo, já que se trata de agricultura mecanizada, os produtos a serem cultivados, pois os mesmos não são alimentos básicos para o abastecimento do consumo interno, e sim para a exportação, e a forte concentração de terras, que seria ainda mais agravada em função do número reduzido dos beneficiários do projeto (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014).

Todas as críticas e preocupações com o projeto foram vividas na prática. Considerando o município de Luís Eduardo Magalhães, estavam empregados em 2010 apenas 2.440 trabalhadores rurais, em um total de 27.156 trabalhadores em todo o município (IBGE, 2010). A concentração de renda continua alta, pois houve pouca alteração no índice de Gini, em que no ano 2000 era de 0,63, em 2010, de 0,62 (IBGE, 2000 e 2010).

Ou seja, houve uma drástica mudança na estrutura social, econômica e cultural, em que culturas tradicionais foram drasticamente reduzidas em função do aumento do cultivo de outras culturas voltadas para a exportação, matérias-primas agroindustriais e geração de energia; além da inserção de um novo ator, o migrante, advindo do sul do país, e de nordestinos de outras localidades, e estrangeiros ainda pouco estudados, mas que já começam a se fazer na região. Os dados do IBGE são último Censo Demográfico, 2010 (Tabela 03).

Tabela 03 – Naturalizados brasileiros e Estrangeiros, por grupos de anos em que fixaram residência no país (2000 – 2010)

Unidade	Até 2000	De 2001 a 2005	De 2006 a 2010	Total
Bahia	2153	469	550	3173
Extremo Oeste Baiano	78	-	20	98
Barreiras (BA)	41	-	-	41
Luís Eduardo Magalhães	12	-	20	32

Fonte: Organizado por K. R. Almeida, com base em IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010 (SIDRA) (Tabela 2145).

A modernização, porém, não chegou para todos, pois a concentração de terras ficou ainda mais gritante. Mas os recursos destinados ao custeio, investimento e comercialização dos produtos agrícolas, tiveram momentos de maior participação do Estado com mais recursos disponíveis, e outros de desmonte das instituições.

O crédito subsidiado foi o mais importante instrumento da modernização agrícola. Os recursos do governo federal destinados a custeio, comercialização e investimento na agropecuária foram volumosos, principalmente entre 1975 e 1983. Já os anos 1990 foram marcados pelo desmonte das instituições e dos instrumentos que nortearam a Política Agrícola e Agroindustrial, como o Sistema Nacional de Crédito Rural, com a perda do poder regulatório e da capacidade de planejamento pelo Estado (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014, p. 12).

Os empréstimos eram volumosos e com um prazo longo para pagar. Os prazos de financiamento para custeio variavam entre um e três anos, com carência de um ano; já os prazos para investimentos variavam entre doze e quinze anos, e o fundiário era de vinte anos. Esses dois últimos com carência de seis anos.

Os agricultores dos estados a sem contemplados eram considerados despreparados pelos órgãos que financiaram e executaram o PRODECER, tanto financeiramente, quanto tecnicamente, não apresentando três requisitos para que pudessem ser contemplados: saber “lidar” com a tecnologia, estar vinculado a uma cooperativa de crédito, e dispor de capital entre 10 e 20% do investimento total. (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014).

Muitos produtores não saldaram suas dívidas, chegando o endividamento do setor agrícola em 2017 a R\$ 30,71 bilhões, sendo possível observar uma forte concentração na distribuição do crédito rural, pois “enquanto dívidas até R\$ 50 mil, de responsabilidade de 59% dos mutuários, respondem por apenas 5,2% da dívida total em carteira no crédito rural; as superiores a R\$ 1 milhão, correspondentes a 2,8% dos mutuários, respondem por 57,2% do total da carteira” (BRASIL, 2018).

Era justamente o endividamento dos produtores que trazia à tona as irregularidades nas titulações das terras. Ao relatar os casos de fazendeiros no município de Correntina, e também se referindo ao que aconteceu no Oeste Baiano de modo geral a partir do processo de modernização da agricultura, Souza, G., (2017) aponta a maneira como a terra foi sendo alvo de disputa para a garantia dos

financiamentos, e de funcionários de cartório que foram presos em Correntina, pois foi constatado que os mesmos...

(...) recebiam altas propinas para poder fazer os valores dessas escrituras. A mesma terra chegava a ter 5 escrituras. E porque se descobriu isso? Porque na hora que o fazendeiro dava o calote no banco, que o banco ia atrás da terra para poder pegar como garantia, não existia a terra, só existia o documento na mesma área, ou seja, na mesma área existiam vários documentos (SOUZA, G., 2017).

Mesmo com as críticas, o acordo entre o Brasil e o Japão foi regulamentado, e continha o objetivo de desenvolvimento dos Cerrados brasileiros e da busca pela segurança alimentar (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014). O objetivo foi alcançado, mas o que mais se levou em consideração, com as reais intencionalidades do projeto, foi alcançado, o de garantir a reprodução do capital a partir do agronegócio no Cerrado brasileiro, área que anteriormente se ocupava da lavoura “tradicional”.

O projeto, que se iniciou em 1979, teve atuação até 2013, possibilitando a modernização da agricultura no Cerrado, abrangendo sete estados brasileiros. No início da década de 1980 o Oeste Baiano passava a ter outra configuração fundiária, mas com muitas diferenças na ocupação e uso do solo. Segundo Pessôa e Inocêncio (2014), o programa foi ao mesmo tempo uma política pública de ordenação territorial, e uma política de Estado para que o Cerrado fosse ocupado e dinamizada sua economia.

A Marcha para o Oeste, considerada um projeto geopolítico de ocupação do “sertão”, que se desdobrou na construção de duas capitais (Goiânia (GO) e Brasília, capital federal) deslocou populações para os sertões e possibilitou que os equipamentos da vida urbana chegassem ao “coração” do Brasil. Mais que isso, levou o poder central para o interior e serviu para iniciar um processo de deslocamento da fronteira agrícola brasileira do Centro-Sul para o Centro-Oeste (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014).

Além da região Centro-Oeste do Brasil, outras áreas como: o leste e norte do estado do Tocantins no Norte do Brasil; o Oeste Baiano; o sul e o oeste do Piauí; e o sul do estado do Maranhão, na região Nordeste, sendo denominada de MATOPIBA, as siglas dos estados supracitados, com forte influência do agronegócio, e avanço vertiginoso da fronteira agrícola desde o final da década de 1970 e início da década de 1980. As condições existentes para tal avanço fora formadas a partir de investimentos governamentais.

Tal situação foi possível, em grande parte, graças à atuação concomitante da CODEVASF, importante na criação de projeto de colonização e irrigação em Barreiras e São Desidério, do PRODECER II, graças ao financiamento de agricultores e da EMBRAPA, pelas pesquisas voltadas ao aproveitamento agrícola do cerrado baiano. Estas iniciativas foram fundamentais na transformação de espaços antes não aproveitados em localizações estratégicas para a agricultura modernizada de exportação, atraindo populações de investidores individuais e grupos empresariais de Salvador, Nordeste e Centro-Sul do país (BRANDÃO, 2010, p. 46).

Houve então uma multiplicidade de fatores favoráveis ao avanço da agricultura moderna no Oeste Baiano, que estão relacionados às condições edafoclimáticas dos Gerais, às pesquisas de manejo do solo, o valor da terra não só da localidade recebedora dos imigrantes, como também dos locais de origem do mesmo, e a atuação do Estado, principalmente, do governo estadual.

Alguns fatores tiveram papel preponderante na introdução da agricultura modernizada no Oeste Baiano, tais como: (a) solos de fácil manejo, a despeito da pouca fertilidade (no caso dos cerrados); (b) disponibilidade hídrica garantida pelo regime de chuvas e/ou pela grande quantidade de rios “solícitos” à irrigação (em se tratando da vitivinicultura, o Rio São Francisco é o único fornecedor de água); (c) relevo plano dos Gerais (facilitação ao uso de maquinário necessário ao plantio de soja e outros grãos); (d) condições climáticas favoráveis à plena maturação da uva para produção de vinhos; (e) baixos preços da terra rural e (f) incentivos, por meio de pesquisas e créditos (ambos auspiciados pelo Estado brasileiro), à agricultura de larga escala (BRANDÃO, 2015, p. 388).

Há forte investimentos em pesquisas até a data atual, como o Centro de Pesquisa e Tecnologia do Oeste da Bahia (CPTO) (Figura 13). Esses investimentos governamentais garantem maiores possibilidades de aumento da produtividade principalmente dos grãos no Oeste Baiano.



Figura 13 – Centro de Pesquisa e Tecnologia do Oeste da Bahia, Luís Eduardo Magalhães (BA), 2017
Fonte: K. R. Almeida, 2017

Neste sentido, uma questão importante a ser considerada é o porquê dessa área somente se desenvolver economicamente a partir do final da década de 1970. Há no imaginário das pessoas a ideia de que foram os sulistas que trouxeram o progresso para o oeste baiano. Os contextos social, espacial, histórico e econômico podem ser relevantes para a análise do avanço do agronegócio nessa área e dos agentes ativos nesse processo. Em entrevista, Souza, G., (2017) traz elementos que podem elucidar a relação entre diversos fatores que levaram ao avanço da fronteira agrícola da forma como aconteceu no Oeste Baiano.

Porque que eles conseguiram desenvolver imensas plantações, e as pessoas daqui e os agricultores familiares não podiam? Porque eles pegavam essas terras, iam lá no cartório e conseguiam fazer uma escritura para fazer altos empréstimos nos bancos". [Os oficiais dos cartórios] recebiam altas propinas para poder fazer os valores dessas escrituras. (A mesma terra chegava a ter 5 escrituras). E porque se descobriu isso? Porque na hora que o fazendeiro dava o calote no banco, que o banco ia atrás da terra para poder pegar como garantia, não existia a terra, só existia o documento na mesma área, ou seja, na mesma área existiam vários documentos (SOUZA, G., 2017) [grifo nosso].

Um olhar atento sobre o processo migratório, o conhecimento da técnica, além de informações privilegiadas sobre os estudos que vinham sendo desenvolvidos na

área, podem elucidar a atuação dos agentes e grupos vindos, principalmente, do Sul e do próprio Nordeste. Segundo Brandão (2014, p. 12), “a publicação, em 1985, do Prodecer II [...] pela Embrapa [...] ratificou aquilo que os pioneiros sulistas já sabiam desde finais da década anterior: a grande aptidão das terras a oeste do Rio São Francisco para o plantio de grãos em larga escala”.

Sobre essa base econômica é que se desenvolve a agricultura moderna de grãos, a partir de migrantes vindos do Sul do país. É necessário, porém, fazer um estudo histórico da área, para então analisar os aspectos do contexto atual. Alguns fatos aconteceram no período estudado por Brandão (2010), de 1827 a 1985, para que o espaço em estudo fosse se configurando territorialmente.

A vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, primeira nucleação com status de vila do Oeste Baiano, foi criada em 1752, e passou a denominar-se “Barra” desde 1931. A segunda vila foi somente elevada a essa condição em 1820, com o nome de Campo Largo, e passou a denominar-se Barão de Cotegipe em 1925, e finalmente Cotegipe, em 1933. Carinhanha foi a terceira vila, elevada a essa condição em 1932. A quarta foi Santa Rita do Rio Preto, elevada à condição de vila em 1840, com o nome de Ibipetuba. Atualmente sua denominação é Santa Rita de Cássia (BAHIA, 2001).

A partir dessas nucleações, que receberam o status de vila, outras foram sendo desmembradas, formando atualmente 31 municípios, sendo o último a ser criado o município Luís Eduardo Magalhães, desmembrado de Barreiras no ano 2000 (Figuras 14 e 15 e Tabela 02).

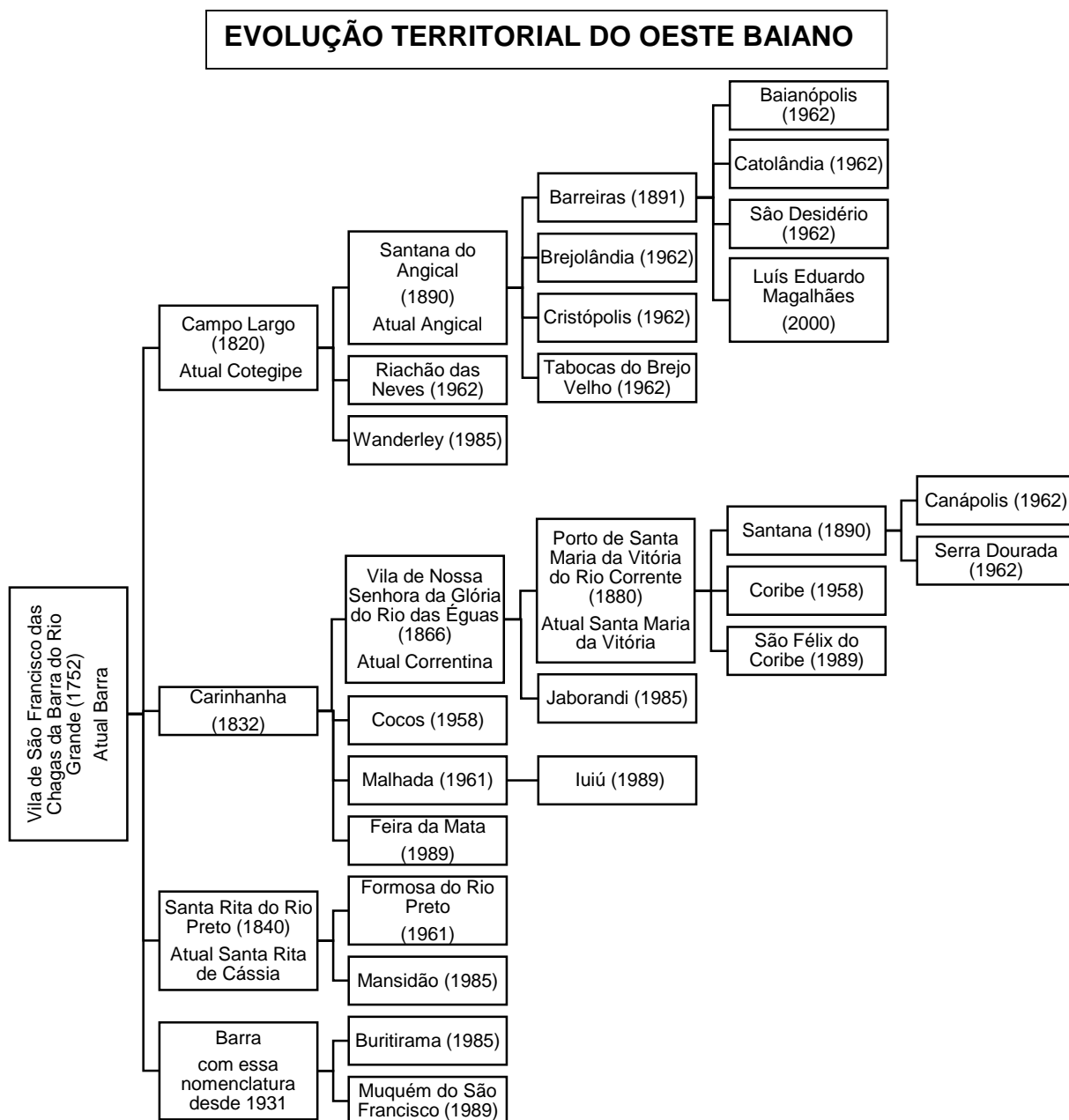


Figura 14 – Organograma da evolução territorial do Oeste Baiano a partir da vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande (atual Barra)

Fonte: Elaborado por K. R. Almeida, com base em SEI, 2001 e IBGE (Cidades), 2020.

Obs.: Não há uma precisão com relação à Vila do São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande, criada em 1752 e o Oeste Baiano

Obs.: O município de Campo Largo recebeu a nomenclatura “Barão de Cotegipe” em 1925, foi extinto em 1931 e restituído com o nome Cotegipe em 1933.

Obs.: O município “Vila de Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas”, criado em 1866 foi extinto em 1880 e restituído com o nome de Correntina em 1891.

Quadro 03 - Evolução territorial do Oeste Baiano a partir da vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande (atual Barra)

Ano da criação	Município que deu origem	Município criado
1752		Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande. Depois passou a denominar-se Barra do Rio Grande e em 1931: Barra.
1820	Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande	Campo Largo (Atual Cotegipe)
1832	Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande	Cariranha
1840	Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande	Santa Rita do Rio Preto – (Atual Santa Rita de Cássia)
1866	Cariranha	Vila de Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas (Atual Correntina)
1880	Vila de Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas (Atual Correntina)	Porto de Santa Maria da Vitória do Rio Corrente (Atual Santa Maria da Vitória)
1890	Campo Largo (Atual Cotegipe)	Santana do Angical
1889	Cariranha	Feira da Mata
1989	Barra	Muquém do São Francisco
1891	Santana do Angical (Atual Angical)	Barreiras
1958	Santa Maria da Vitória	Coribe
1958	Cariranha	Cocos
1961	Santa Rita de Cássia	Formosa do Rio Preto
1961	Cariranha	Malhada
1962	Cotegipe	Riachão das Neves
1962	Angical	Brejolândia
1962	Angical	Cristópolis
1962	Angical	Tabocas do Brejo Velho
1962	Barreiras	Baianópolis
1962	Barreiras	Catolândia
1962	Barreiras	São Desidério
1962	Santana	Serra Dourada
1962	Santana	Canápolis
1985	Campo Largo (Atual Cotegipe)	Wanderley
1985	Vila de Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas (Atual Correntina)	Jaborandi
1985	Santa Rita do Rio Preto – (Atual Santa Rita de Cássia)	Mansidão
1985	Barra	Buritirama (1985)
1989	Cariranha	Feira da Mata
1989	Barra	Muquém do São Francisco
1989	Malhada	Iuiú
1989	Porto de Santa Maria da Vitória do Rio Corrente (Atual Santa Maria da Vitória)	São Félix do Caribe
2000	Barreiras	Luís Eduardo Magalhães

Fonte: Elaborado por K. R. Almeida, com base em SEI, 2001 e IBGE (Cidades), 2020.



Figura 15 – Oeste Baiano a partir da vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande (atual Barra), 2020.
 Fonte: Elaborado por K. R. Almeida, 2020.

Na figura 05, exceção para os municípios Sítio do Mato e Serra do Ramalho, que foram desmembrados da Vila Santo Antônio do Urubu de Cima, em 1989, sendo esta vila criada a partir da Vila Santo Antônio da Jacobina, em 1745. Os municípios de Malhada, criado em 1961, e Iuiú, criado em 1989, estão localizadas na margem direita do Rio São Francisco e fazem parte da mesorregião Centro-Sul, sendo a microrregião de Guanambi, com uma realidade bem diferente dos demais municípios, aqui considerados do Oeste Baiano.

Malhada e Iuiú foram originados a partir da Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande, mas não guardam identidade do Oeste Baiano com os demais. Em contrapartida, os municípios de Sítio do Mato e Serra do Ramalho, que foram originados a partir da Vila Santo Antônio do Urubu de Cima, como pode ser observado na figura 05, estão situados na margem esquerda do Rio São Francisco e têm maior proximidade física com os demais municípios, além de ter características ambientais, sociais e econômicas mais próximas também.

É a partir desse cenário que as relações do modo de produção capitalista passam a se tornar cada vez mais intensas, a partir da escolha seletiva dos lugares que apresentam as características necessárias no momento para a reprodução do capital. O Brasil, na condição de país agroexportador, embora já produza e exporte também produtos industrializados, mantém sua balança comercial favorável a partir da venda de commodities, tendo como principais produtos a soja e a carne bovina.

O Cerrado, com suas imensas terras, bastante planas e com os estudos de correção do solo, seria o lugar escolhido, não somente pelo governo brasileiro e brasileiros com certo poder aquisitivo, mas também estrangeiros, que viram no aumento da oferta de produtos primários no mercado internacional, melhores oportunidades de negócios.

O avanço da fronteira agrícola no Brasil, abrangendo áreas antes não visadas pelas empresas agroindustriais, passa a ter grande importância no Produto Interno Bruto (PIB), reproduzindo uma lógica excludente, principalmente, quando nos referimos à população local e à degradação ambiental.

(...) a história de corrimento da fronteira agrícola no Brasil se confunde com a da acumulação capitalista, na medida em que nos lugares onde o capital se instala ele lança mão das mesmas estratégias para se reproduzir. A saber: cria-se nesses espaços uma rápida bolha de crescimento econômico, no entanto, junto com ela caminha a crise apresentando-se em distintas dimensões; desarticula-se o modo de vida das comunidades tradicionais do local; aprimoram-se (ou repetem-se) as relações de exploração do trabalho

alheio; rearticula-se o território para a ampliação da produção e fluidez das mercadorias (entre elas a própria força de trabalho), o que provoca também impactos consideráveis no meio geográfico pré-existente (ALVES, 2004, p. 46).

Essa área de efervescência econômica dos cerrados nordestinos, que convive ao lado de intensas desigualdades, é chamada por Haesbaert (1995) de 'novo' Nordeste, evidenciando-se, inclusive, uma nova divisão territorial do trabalho, e sendo o Oeste da Bahia a área mais importante de avanço da produção agroindustrial.

O discurso de um 'novo' Nordeste é apropriado e legitimado em nome do crescimento econômico por agentes políticos e econômico, como empresas de máquinas e insumos para justificar o avanço da fronteira agrícola e consequente desmatamento, tanto de Cerrado, quanto da floresta amazônica, sendo com maior incidência no Cerrado devido à maior proximidade dos grandes centros urbanos do Sul e Sudeste do Brasil, e também porque tem leis ambientais mais flexíveis do que as regulamentadas na floresta amazônica.

A ideia de que os sulistas trabalham mais do que os baianos é uma construção ideológica, que visa camuflar as injustiças que foram cometidas em nome do lucro a partir da exploração da terra e do trabalho, para a produção de *commodities*. Em Barreiras, em entrevista com a pedagoga e historiadora Ignez Pitta Almeida a mesma diz que “o povo de Salvador só gosta de dançar, enquanto que no Oeste as pessoas gostam de trabalhar”, ao se referir às intenções de criação do Estado de São Francisco (ALMEIDA, 2017).

Ao se referir aos Oestinos, há uma separação destes com relação ao restante do estado. Há um reconhecimento do trabalho desempenhado pelos sulistas, mas também uma visão crítica do que ocorreu com a população originária, e das condições históricas que favoreceram a exploração dos cerrados brasileiros naquele contexto.

A lógica do crescimento econômico e empreendedorismo pode ser observada no cotidiano. Em trabalho de campo realizado de abril a maio de 2017, uma rádio local em Luís Eduardo Magalhães exaltava o espírito empreendedor dos jovens, e criticava aqueles que condenavam os empresários, considerando um discurso ideológico e sem nenhum fundamento aquele que trata da exploração do trabalho.

Nessa perspectiva, Alves (2004) ao analisar a mobilidade do trabalho e a reprodução do capital nos cerrados piauienses traz uma abordagem sobre a lógica do trabalho concreto e o tempo da natureza.

Sobrepondo esse tempo surge um outro que vem se impondo nos últimos anos, o tempo regido pelas leis do capital, é o tempo que deixa sua marca no espaço pela aceleração das transformações. Esse tempo escapa ao controle dos piauienses, ao menos de uma parcela deles, pois é regido por grupos econômicos que impõem a racionalidade do trabalho abstrato. São as empresas associadas a agroindústrias e as famílias migrantes sulistas; estas últimas chegam também sintonizadas com o tempo do capital, mesmo que outrora tenham convivido, em sua região de origem, com a lógica do tempo da natureza. Já estão contaminados (como elas próprias dizem) com o espírito de “empreendedor” capitalista, pois se apropriam da lógica do tempo abstrato para ampliar a riqueza material (ALVES, 2004, p. 49).

A partir do discurso modernizador, os sulistas, batizados pelos oestinos de ‘gaúchos’, transformam os cerrados brasileiros, e, de forma mais específica, o Oeste Baiano em um celeiro da agricultura moderna. E este setor agroindustrial passa a receber uma categoria específica de trabalhador, para que sejam cumpridas as exigências específicas para melhor manejo das tecnologias capazes assim de aumentar a produtividade e, considerando também o reduzido número de mão-de-obra, aumentar a mais-valia.

A grande massa de trabalhadores do campo é excluída desse processo, aumentando assim o exército reserva de mão-de-obra, indo habitar as periferias das cidades, destacando-se aqui o aumento da malha urbana de Luís Eduardo Magalhães, e, também, de Barreiras.

Esses trabalhadores, despossuídos dos meios produção e reprodução do capital, não mais conseguem nem mesmo vender a sua força de trabalho, (des)territorializados de suas terras, longe de seus familiares, vivem à margem das benesses do avanço da fronteira agrícola e dos volumosos ganhos dos grandes empresários do campo e dos derivados das atividades agroindustriais.

Além das péssimas condições de moradia e do desemprego, soma-se aí a falta de infraestrutura e políticas públicas sociais que suprem as necessidades básicas dessa população, que conta também com sulistas, mas que é em sua grande maioria composta por nordestinos, tanto da própria localidade, quanto de outros municípios baianos e de outros estados.

Acompanhando as crises e os ciclos econômicos, esses trabalhadores vão em busca de trabalho; e a construção de Brasília, bem como o avanço das relações capitalistas no Oeste Baiano, fez com que houvesse uma interiorização cada vez maior da população, em um sertão agora diferenciado daquele tão divulgado pelo Brasil afora, que é de um ambiente seco e hostil.

Mas a exploração da terra nas últimas décadas tem ocasionado vários problemas, como: o agravamento dos conflitos de acesso à terra e à água, com tensões que envolvem também as comunidades quilombolas e indígenas além de afetar o meio ambiente e aumentar as desigualdades sócio-espaciais e econômicas.

O avanço da fronteira agrícola no Oeste Baiano ocasionou uma série de mudanças nas esferas: econômica, social, cultural, ambiental e política. A estrutura fundiária alterada para atender os interesses financeiros de indivíduos grupos e empresas proporcionou um aumento da concentração de terras.

Segundo o IBGE, a partir do Censo agropecuário realizado em 2017, 96% das propriedades rurais na microrregião de Barreiras, que engloba os municípios de Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério, têm tamanhos de zero a mil hectares, 2,2% entre mil e dez mil hectares e apenas 0,3% com mais de dez mil hectares. Se considerarmos o município Luís Eduardo Magalhães sozinho, são 81% de propriedades desse tamanho, com 17% das propriedades entre mil e 10 mil hectares, e 1,4% com mais de 10.000 hectares. Há assim, um número maior de latifúndios (Tabela 04).

Tabela 04 - Número de estabelecimentos agropecuários por tamanho no Brasil, Microrregião de Barreiras e município Luís Eduardo Magalhães (BA), 2017.

Tamanho das propriedades	Brasil	Microrregião de Barreiras	Luís Eduardo Magalhães
De 0 a 5 ha	1892967	10808	97
De 5 a 1.000 ha	3052117	29083	252
0 a 1.000 ha	4945084	39891	349
De 1.000 a 10.000 ha	48753	924	73
Mais de 10.000 ha	2450	137	6
Produtor sem área	77037	403	1
Total	5073324	41355	429
De 0 a 1.000 ha	97%	96%	81%
De 1.000 a 10.000 ha	0,961%	2,234%	17,016%
Mais de 10.000 ha	0,048%	0,331%	1,399%

Fonte: Organizado por K. R. Almeida, com base em IBGE, Censo Agropecuário, SIDRA (Tabela 6778), 2017b.

O avanço do agronegócio no Oeste Baiano trouxe uma nova configuração para a região, ainda mais excludente. Em tese elaborada por Alves (2006), sobre a “Mobilização e modernização nos cerados piauienses”, a partir do que considera a “formação territorial no império do agronegócio”, observa-se que as contradições do

modo de produção capitalista, com a escolha seletiva dos lugares, a forte desigualdade e a degradação ambiental é uma constante em todo Cerrado brasileiro.

O recente processo de aceleração da modernização nos cerrados piauienses motiva novas formas de reprodução do capital. Isso ocorre a partir da presença de novas mercadorias proporcionadas pela agricultura moderna, sobretudo a soja, mas também através da apropriação privada da terra rural e urbana, que se transforma em mercadoria valorizada geradora de riqueza também para alguns agentes do agronegócio. A base dessa reprodução, porém, se difunde pelo trabalho mobilizado e pelos mecanismos de não-simultaneidade econômica. Desse processo surgem novas modalidades de crises, quais sejam: a imposição do trabalho abstrato frente às formas concretas de reprodução da vida: o uso seletivo da terra produtiva; a grilagem de áreas devolutas, alterando as formas de uso, de comunitário para particular; a expropriação da população camponesa, mas sem transformá-la em assalariada porque não são concebidos postos de trabalho suficientes para a grande demanda de desocupados que passa a ocorrer; a exploração dos cada vez menos trabalhadores que consegue alguma forma de ocupação, utilizando, para tanto, distintas formas de violência (subordinação do trabalho familiar, trabalho precarizado ou em condições similares ao escravismo etc.); e a degradação dos ambientes naturais. Esses elementos são, portanto, indicadores de que naquela área que se transforma em produtora de grãos os processos contemporâneos de modernização são significativamente excludentes. (ALVES, 2006, p. 5).

A partir de um olhar atento às contradições impostas pelo modo de produção vigente a partir das atividades agroindustriais, que tem na soja o seu principal produto, é possível vislumbrar a relação entre o avanço da fronteira agrícola nos cerrados brasileiros, e a criação de novas unidades subnacionais, em que o município, a partir de suas responsabilidades e prerrogativas, figuram no cenário nacional, como importante instrumento para a garantia do avanço das atividades econômicas, ainda que para tanto, haja uma degradação ambiental cada vez mais intensa e um agravamento das desigualdades sociais, com o aumento da concentração de terras e de renda.

3.2.2. Motivações para a emancipação do município Luís Eduardo Magalhães a partir do avanço da fronteira agrícola

Várias foram as condições favoráveis para que o desenvolvimento econômico do oeste baiano, a partir do avanço da fronteira agrícola, ocorresse a partir do final da década de 1970; e para que os sulistas migrassem para essa área: a construção da usina de Itaipú, e a conseqüente intensificação do valor das terras no Sul, a escassez de terras com o aumento das famílias e as terras muito baratas no Oeste baiano; aliado aos estudos para a correção do solo do Cerrado, e dos investimentos, com

empréstimos de bancos públicos para financiar aqueles fazendeiros com grandes pedaços de terra.

A esses fatores do contexto histórico e espacial, se aliam práticas ilegais de acesso à terra, como a grilagem e a violência no campo, já comprovado em vários estudos sobre a área aqui abordada. O avanço da fronteira agrícola no Oeste Baiano, cujo principal produto é a soja, apresenta forte concentração fundiária e uma diminuição da produção para a subsistência e/ou a agricultura familiar; mas não podemos dizer que não há resistência.

Em áreas de fronteira, grande parte dos plantadores de soja, impulsionados pelas forças do mercado global, estão convertendo as terras dos pequenos proprietário, que acabam expulsos do campo, em áreas de cultivo mecanizado. Assim, o avanço das produções em larga escala tem inviabilizado as economias de subsistência e contribuído para a reconcentração fundiária. (DALL'ACQUA, 2007, p. 58).

No sul do país, a construção da usina de Itaipu entre os anos de 1975 e 1982 pelos governos brasileiro e paraguaio, com ambos os países em períodos ditatoriais, ocupou 1.350 km², atingindo 16 municípios brasileiros, dos quais 15 são do estado do Paraná e um do Mato Grosso do Sul (NASCIMENTO; HAYAKAWA; CURY, 2013). O alagamento de muitas áreas trouxe, além da desocupação, um aumento da valorização das demais. Sobre essa relação, a pesquisadora Almeida (2017) traz elementos importantes para a análise.

O Sul do Brasil é muito pequenininho, lá tem muito agricultor querendo mais terra, descobriram isso aqui. Aqui foi primeiro do que o Piauí, foi primeiro do que o Maranhão [...]. Aí descobriu o cerrado da Bahia. Nós estamos relativamente próximos de Brasília, e começaram a vir, e logo foram para o Rio Grande do Sul (trazendo a família – grifo nosso). Depois ia ser fechada a Usina de Itaipú, muitíssimos agricultores iam perder suas terras porque iam ser alagadas. Então as terras eram pequenas, mas muito valorizadas. Com a indenização eles vieram para cá. E então você pensa assim: foram duas coincidências, quando foi completada toda pesquisa, e tornado o solo do cerrado fértil, foram terminadas as estradas asfaltadas daqui para Brasília, porque em 1972, o governo tirou do Ceará o 4º batalhão de engenharia de construção e trouxe para Barreiras, para fazer as estradas. Então, se não tivesse já feito as estradas asfaltadas ia ser muito lenta essa vinda dessas pessoas... Mas houve a coincidência dessas estradas serem concomitantes com os estudos e o “fechamento” da Barragem de Itaipú. (ALMEIDA, 2017).

Segundo Oliveira, A. (2012), havia outras possibilidades para resolver a questão energética no Brasil, mas os interesses de empreiteiras e sua influência na definição de prioridades do governo brasileiro culminou na construção da usina. Soma-se a isso a ineficiência no planejamento governamental brasileiro.

É possível constatar esse interesse a partir uma pesquisa “realizada pela revista Exame, em 1976, com três ministros e 12 empresários, na qual estes apontam Itaipu como primeira prioridade para o governo, enquanto os ministros defendiam a exploração de petróleo, cabendo à hidrelétrica o décimo lugar” (OLIVEIRA, A., 2012).

Tanto no Paraná, nas proximidades da usina de Itaipu, quanto no Oeste Baiano, a terra passa do valor de uso ao valor de troca. No sul do país, as terras de pequenos agricultores e pecuaristas, se tornavam cada vez mais caras e escassas; e no Oeste Baiano, ainda que houvesse a comercialização de produtos agropecuários antes da chegada dos migrantes sulistas, a agricultura de subsistência e/ou familiar era preponderante nessa região.

A reprodução o capital por meio da agroindústria, tendo como carro chefe a produção e comercialização da soja no mercado internacional, seguido do algodão herbáceo, passa pela lógica da maior mecanização do campo, o que leva ao êxodo rural e à contratação de trabalhadores especializados e o desemprego de uma massa de trabalhadores no campo, que vão em direção à cidade.

Em estudo sobre a mobilidade do trabalho e a reprodução do capital nos cerrados piauienses, mas considerando também de forma mais ampla o Oeste Baiano, Alves (2004), observou que os trabalhadores se colocam em movimento, vislumbrando um posto de trabalho, muitas vezes não obtendo êxito, deslocando-se para áreas específicas do território brasileiro, que se tornam estratégicas para a reprodução do capital.

São trabalhadores que se transformam em andarilhos, vendedores de sua mão-de-obra por qualquer quantia, às vezes, somente pela comida. Esses sujeitos sociais são partes importantes dessa nova ordem marcada pela crise do trabalho, os quais se tornam descartáveis diante da lógica estabelecida em escala global. Somam-se a eles, outras categorias de migrantes, aqueles que, a rigor, melhor se adaptam aos ditames do mercado. Nesse seguimento de migrantes têm-se, por um lado, os trabalhadores especializados que se deslocam seguindo o rumo da territorialização das empresas. Por outro lado, aqueles que conseguem lidar com as novas regras da economia capitalistas, transformando-se a si próprios em empresários de sua força de trabalho que indiretamente vendem-na ao capital. Referimos-nos, nesse último caso, aos produtores modernizados da agricultura capitalista que se deslocam para as fronteiras agrícolas em busca de novas terras para garantir a reprodução do capital (ALVES, 2004).

Outra motivação para a vinda dos sulistas era a escassez de terras à medida que iam aumentando a família, como foi colocado por Inês Pita. A atual vereadora

Cleidinei Roseli Bosa, tem um histórico nesse sentido, quando questionada sobre as motivações que a levou a migrar para o oeste baiano:

Meu sogro tinha nove filhos homens, e daí esses filhos homens a terra que ele tinha lá se tornou pouca porque eles foram casando, crescendo e casando e daí meu sogro comprou uma terra aqui nas escuras, sem saber [...] E daí mandou nós, recém-casados, ele mandou nós para cá... e por sorte uma das melhores regiões daqui do Oeste era onde nós tínhamos a fazenda né [...] Mas foi por causa de procurar melhoria de vida mesmo (BOSA, 2017).

No mesmo período em que a usina de Itaipu foi construída no Sul, também foram construídas estradas que davam acesso à área que começava a ser ocupada pela plantação de soja, como a BR-242, denominada Rodovia Milton Santos. No local onde atualmente se encontra a sede do município de Luís Eduardo Magalhães, no início do processo de aceleração da ocupação, existia apenas um posto de gasolina chamado Mimoso, criado pelo Sr. Arnaldo Horácio Ferreira, pecuarista goiano, que chegou na região em 1979, sob a influência do entroncamento de duas rodovias: BA020 e 242 (COURA, 2014).

Segundo o jornalista Valber Carvalho, que visitou a localidade em 1987, o posto já vendia 2 milhões de litros de óleo diesel ao mês, já sendo um dos maiores vendedores desse produto no Brasil. O Sr. Ferreira “compra as imediações do posto e planeja onde vai ser farmácia, escola, e vende essas áreas de avenida mais caras e outras para moradia mais baratas” (CARVALHO, 2017), dando assim origem a uma efervescência econômica.

A inauguração de Brasília, em 1960, foi o ato inicial de um processo de redefinição da organização espacial brasileira no que concerne à ocupação e integração territorial do interior do país. Além disso, como parte do Plano de Metas, várias rodovias foram projetadas com o intuito de ligar a nova capital nacional aos principais centros do país, incluindo Salvador. Tal iniciativa foi benéfica para o Oeste Baiano pela sua localização entre os dois importantes centros urbanos (BRANDÃO, 2010, p. 41).

A posição geográfica também foi fundamental para o desenvolvimento econômico do novo município, no sentido de que a sede de Luís Eduardo Magalhães se encontra em uma localização privilegiada com ligação para vários lugares, sendo essa estrutura também montada em favor do avanço do agronegócio na região. O Engenheiro agrônomo, funcionário da AIBA, Luís Stahlke chegou na localidade quando só tinha o posto de gasolina.

Quando eu cheguei aqui Luís Eduardo era só um posto de gasolina, você já deve ter escutado essa história né?... Barreiras era o único local que tinha para morar, tinha casas, escolas. Aí Luís Eduardo, que é o costume do pessoal que vem do Sul, cada local eles fazem uma comunidade né... eles fazem um salão da comunidade com uma igreja, uma escolinha, e eles se reúnem para fazer uma festa, para ter conversa, para ter a parte religiosa... em todos os lugares começou assim: Luís Eduardo, Roda Velha, Rosário, Vila Panambi, porém Luís Eduardo era entroncamento, dava acesso a vários lugares; de Luís Eduardo você ia para o Rio Preto, você tem acesso a Brasília, você tem acesso para Barreiras... Então foi aumentando o número de gente ali, começou morar, os funcionários da fazenda... Só que com o passar do tempo lá foi aumentando a necessidade de ter moradias... a parte do comércio também, quem estivesse instalado em Luís Eduardo estaria mais perto do produtor. Então lojas de peças, mecânicas, metalúrgicas, o que fosse começou a se instalar lá porque estava mais próximo, era 90 km mais próximo de todo mundo ir. Chegou uma época em que todas as rebentas, máquinas de defensivos foram para lá, e que não havia mais a necessidade de estar em Barreiras. Tinha que está lá em Mimoso do Oeste (STAHLKE, 2017).

A chegada dos sulistas dinamizou a economia a partir também de uma série de investimentos governamentais, como pesquisas para a correção do solo, e empréstimos de bancos públicos para o plantio. Sem considerar a cultura local, Jusmari Terezinha de Souza Oliveira argumenta que seu pai, ao chegar ao Oeste baiano, teria trazido o desenvolvimento a partir de um processo de “colonização” (OLIVEIRA J. 2017). A suposta “colonização” a que se refere a principal agente de emancipação, está relacionada à forma como toda a área a ser explorada foi vista naquele período.

Nesse interim, a relação tempo e espaço passa por mudanças substanciais. O tempo dos homens lentos ao ritmo da natureza vai se tornando cada vez mais reduzido; mas não se trata somente de resíduos, pois os camponeses, indígenas e quilombolas continuam a (re)existir no Oeste Baiano. Essas populações sofreram verdadeiros genocídios ao logo de sua história nessa região, por vezes alheias aos acontecimentos nacionais, em outras ocasiões atrelados à contextualização sócio-institucional do Brasil.

Não se pretende nesse trabalho trazer à tona uma visão maniqueísta e dual em que aqueles que chegam são os *outsiders* que expulsão os nativos de suas localidades. Uma série de circunstâncias levaram à ocupação do Oeste Baiano pelos sulistas; e no primeiro momento as dificuldades que se apresentavam eram muitas, como relatou a vereadora do primeiro governo de Luís Eduardo Magalhães, e também atual vereadora Cleidinei Roseli Bosa.

Eu vim embora para cá, para a Bahia com 21 anos; e daí eu larguei lá meu trabalho, larguei tudo e fui morar na fazenda. Eu morei embaixo de barraco de lona, não tinha gás, não tinha luz, não tinha telefone, não tinha televisão, nada. Eu morei por muitos anos lá na fazenda. E daí... eu me tornei fazendeira no caso. Daí quando emancipou aqui eu fui convidada para ser vereadora né. O Prefeito me falou para ser candidata e disse: eu quero que você seja vereadora. E daí eu entrei, candidatei e ganhei (BOSA, 2017)

Outro relato é do ex-vereador de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães, e atual procurador do município de Luís Eduardo Magalhães: “Não tinha nada aqui... A luz era gerenciada por um gerador do posto. Funcionava das 6 até as 7 horas e à noite das 6 até as 9 horas aí desligava também. A água era fornecida por um poço... Uns tinham e outros não tinham” (MOTTA, 2017).

Almeida (2017), pesquisadora da localidade, não culpa os migrantes sulistas pelo que chamou de genocídio da população nativa, mas o governo do estado da Bahia, que mesmo sendo requisitado, não se fez presente para impor regras, fiscalizar, e dirimir os conflitos na localidade.

A pesquisa destaca que, mesmo com as denúncias, “houve a omissão criminosa de Salvador (governo do Estado), que sabendo que o nosso povo tinha sido dizimado, estava sendo assassinado, estava sendo exposto, não fez nada. Não veio cumprir a sua obrigação de governo” (ALMEIDA, 2017). O advogado Gilmar Almeida Souza, residente em Barreiras, acredita que em um primeiro momento o governo não teve interesse nessas terras porque não sabiam do valor que elas tinham. Isso só foi percebido depois.

Rincões perdidos na vastidão dos cerrados baianos, abrigo de populações tradicionais, as distantes terras que compõem os limites interestaduais passaram décadas a fio sob o ritmo lento da vida que transcorria na mediação direta entre homem e natureza, sem gerar interesse nos governantes e agentes econômicos de ambos os lados das unidades federativas que se justapõem. Atualmente, porém, essas zonas limítrofes são consideradas verdadeiras “galinhas dos ovos de ouro” por sua aptidão à agricultura de alto rendimento, fato que vem pautando as reivindicações das partes em litígio (BRANDÃO, 2015, p. 391 e 392).

Havia então uma terra sem lei, sem a figura do coronel propriamente dito, mas que sem a presença do Estado para dirimir os conflitos, sempre ganhava o lado mais forte, cujos objetivos estavam relacionados a conquistar mais terras e maiores financiamentos, para que assim fossem aumentadas a produção para aqueles que realmente plantaria em toda área adquirida, ou mesmo para obter financiamentos indevidos. A realidade, como aponta Gilmar Almeida Souza em entrevista, havia desde

a década de 1970, maiores facilidades para os sulistas do que para a população de origem.

Aí o que que acontecia? Quando eles chegavam lá, com esse documento dizendo que a terra era dele [...]. Isso aí eu pude ver lá em Correntina; simplesmente eles passavam a cerca na frente, praticamente na porta da pessoa; e você não podia dizer nada. Chegavam com os seguranças todos armados. Muitas pessoas acabavam perdendo, muito apavoradas, porque tinham medo... E aí a gente pergunta: Ah, mais porque eles não lutavam pela terrinha deles? Eles não podem investir em adubo, em correção do solo. Não tinham condição de investir em nada disso. Então por conta disso, muitas vezes eles se sentiram obrigados a vender o pedacinho que ele tinha para o próprio fazendeiro [...]. Sem as escrituras eles não podiam conseguir empréstimos. A maioria dos sulistas chegaram pobres, mas por conta dessas escrituras conseguiram os empréstimos e se deram bem [...]. Eles tinham o apoio de todos, tanto da própria polícia, quanto do judiciário... Em Correntina, os próprios policiais nas horas de folga é quem vai fazer a segurança para as fazendas, e isso é coisa recente... a população ficava desprotegida porque iria chamar a polícia para quê? Se ela é quem faz a segurança das fazendas (SOUZA, G. 2017).

A partir da experiência do PRODECER no Brasil, foi realizado um projeto em Moçambique, o Programa de Parceria Brasil-Japão para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique, de cooperação triangular entre esses três países, com início em 2011. É preciso considerar que Moçambique foi colonizado por Portugal, conquistando sua independência somente em 1975, passando primeiro por uma experiência socialista de 1975 até 1987; e posteriormente tornou-se capitalista.

O discurso utilizado foi o mesmo empregado no Brasil: a de segurança alimentar internacional e para o atendimento das necessidades do habitante local. Na prática, ocorreu o mesmo no Brasil: promoção da agricultura moderna para a exportação, com a inserção das áreas selecionadas ao processo de reprodução ampliada do capital (INOCÊNCIO, 2016).

Na experiência no Funrural, Ignez Pitta Almeida relata vários conflitos com relações de poder bastante hierárquicas, que evidenciam a ausência do Estado, mesmo tendo conhecimento do que acontecia na região.

Para mim uma das coisas mais terríveis que eles faziam; e isso me foi contado dentro do FunRural. Que a hora que eles chegavam aqui, tinha que uma família que tinha uma rocinha aqui eles mandavam sair. A pessoa dizia que não saia porque estavam ali. A família falava: Tá vendo esse pé de manga aqui ó, esse pé de manga tem cem anos. Porque se via no Cerado pé de manga com cem, duzentos anos. Indica que aquilo ali já era habitado. Naquele tempo as mulheres da roça davam a luz todo ano, e eles observavam que a mulher estava grávida, e tinha todos aqueles protocolos na hora de ganhar o neném, tinha que ficar um mês deitada, com algodão no ouvido, com aquela coisa toda. Então, na hora em que eles ouviam o menino chorar,

botavam fogo na casa. Então a mulher recentemente tendo dado a luz tinha que sair com os filhos nos braços e correr para não morrer queimada. Então isso era um ataque à cultura da pessoa. Era um ataque mais violento do que o da arma. Então todo mundo ficava assustado daquela mulher ter que sair correndo logo após o parto [...]. Tudo isso acontecia desde o rio Preto até o limite com Minas Gerais. Isso tudo aqui. (ALMEIDA, 2017).

Contraditoriamente, a presença do Estado pode se dá com a violência. A ausência do Estado, de suas ações e instituições, ocasionava uma série de conflitos e injustiças relacionadas à posse das terras no Oeste Baiano. Mas segundo Diniz, J., (1982), o Estado agia, e era justamente as três forças: Estado, agentes econômicos e os agricultores individuais capitalizados, que produziam choques profundos na área; havendo assim, conflitos diretos entre os próprios sulistas de seus respectivos estados, e empresas que cercavam imensas áreas dos gerais.

Mas os conflitos não são apenas aqueles criados com violência física, mortes, incêndios e destruição; o conceito precisa ser ampliado para englobar as desapropriações injustas, a compra de pequenas propriedades e de benfeitorias por preços ínfimos, que desestruturam o camponês e sujeitam-no ao assalariamento, à miséria, à fome e ao subemprego (DINIZ, J., 1982, p. 133).

Vale ressaltar, também, que mesmo com a modernização da agricultura nos Cerrados, é praticada até os dias atuais a agricultura tradicional de subsistência, pois muitos agricultores não tiveram acesso aos financiamentos e demais incentivos para implementar maquinário e insumos em suas terras, e ainda resistem no campo.

Embora essa seja uma minoria, visto que, por exemplo, considerando a população do município de Luís Eduardo Magalhães, apenas 9% vive no campo, mesmo tendo sua economia baseada no agronegócio o que evidencia também alto grau de mecanização e poucos trabalhadores empregados no setor primário. É notável o alto grau de modernização da agricultura nos Cerrados, mas a modernização não veio acompanhada de um desenvolvimento social e econômico na região.

Em contrapartida, as áreas de agricultura tradicional, assim rotuladas pelo discurso técnico-oficial, continuam a existir, já que apenas uma minoria de proprietários dispõe de recursos de capital para participar do processo de inovação. Por outro lado, é de interesse do capital preservar os pequenos produtores não só para a produção de alimentos, mas também como força de trabalho - quando a renda da propriedade é insuficiente para a manutenção da família e esses produtores são obrigados a se assalariarem nas empresas capitalistas (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014).

Outros órgãos foram criados como a Associação Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) (Figura 16), criada em 1990, ou seja, dez anos antes da emancipação de Luís Eduardo Magalhães; contando atualmente com cerca de 1300 associados espalhados pelos municípios do Oeste Baiano, com ações ligadas aos “interesses ambientais, direitos trabalhistas, auxílio do Estado ao produtor, melhoria das estradas e outro de interesses dos produtores, ação jurídica, problemas de safra, de pragas, de seca, com ação para tentar ajudar o produtor a melhorar.” (STAHLKE, 2017).

O órgão concentra dados oficiais sobre produção e produtividade, tendo uma representatividade institucional e política entre os três níveis de governo, inclusive em órgãos e conselhos ligados às questões ambientais hídricas e irrigação. Entre as ações da AIBA, são citadas as seguintes: Parceria público-privada para recuperação de estradas vicinais e estaduais; ações junto à secretaria da Agricultura e a Adab relacionadas à Fitossanidade e a liberação de defensivos; definição do Valor da Terra Nua (VTN) junto as prefeituras de Luís Eduardo Magalhães, São Desidério e Barreiras; Operação Safra para melhorar a segurança nas fazendas; Implantação do programa Jovem Aprendiz atendendo a uma exigência da legislação trabalhista; implantação do Prodeagro para melhorar a infraestrutura da região; implantação do Soja Plus, programa que visa a melhoria contínua dos aspectos ambientais, sociais e econômicos da produção a partir de uma melhor gestão da propriedade rural; e participação na Frente Parlamentar da Agropecuária para acompanhar as mudanças na legislação federal (AIBA, 2021).



Figura 16 – Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), Barreiras-BA.
Fonte: K. R. Almeida, 2017.

A gente tem várias ações, desde interesses ambientais, direitos trabalhistas, auxílio do Estado ao produtor, melhoria das estradas e outro de interesses dos produtos, ação jurídica, problemas de safra, de pragas, de seca, com ação para tentar ajudar o produtor a melhorar. Todas as informações que a gente tem aqui são oficiais para qualquer órgão federal, ou do estado. A gente concentra aqui dados de produção, produtividade. O controle das ações dentro dos municípios citados pelo entrevistado (STAHLKE, 2017).

Segundo o funcionário da AIBA, as terras do Oeste Baiano não tiveram muito problema de grilagem, no sentido de que “foi feito um processo normal dentro do cartório, os caras que eram donos faziam as escrituras das áreas, então se adquiria da maneira normal, até porque essas áreas foram já usadas para financiamento né” (STAHLKE, 2017). Mas quando perguntado sobre as titulações das áreas, o entrevistado respondeu que:

Aí é um problema que houve no Brasil inteiro dos oficiais cartoriais que fizeram muita duplicação de matrículas, isso aí acontece mesmo... oficiais de cartório que fizeram muita coisa errada aí; mas na nossa área produtiva hoje quase 90% tem o certificado do INCRA... Aqui já não tem muito esse problema não” (STAHLKE, 2017).

Atualmente existe órgãos como a Associação de Agricultores e Irrigantes da

Bahia (AIBA), localizada no município Luís Eduardo Magalhães, que concentra dados de produção e produtividade, e ações em diversas áreas, tal como: jurídica, auxílio o Estado ao produtor, problemas na safra (STAHLKE, 2017). O entrevistado afirma que não havia moradores na localidade quando os sulistas chegaram.

Buscando compreender, a partir de um estudo comparado os processos de emancipação dos estados do Piauí e do Rio Grande do Sul, Azevedo (2012) traz algumas indagações sobre as diferenças de intencionalidades ou interesses nos processos de criação de novos municípios, em que Silva (2007) aponta como causa a fronteira agrícola no Mato Grosso; e em seu estudo sobre o Piauí ele observa outras relações, ligadas principalmente às questões administrativas, com a melhoria dos serviços públicos.

Ao analisar os processos de emancipação no Mato Grosso³⁹, Silva (2010) chama de “família de municípios do agronegócio” os municípios criados, principalmente, recentemente, que apresentam como atividade principal a produção para exportação de soja e outras *commodities* agrícolas como o milho e o algodão, e analisa de forma mais específica o município Sorriso, sendo esse município o maior produtor de soja do Brasil, a partir da migração de sulistas (gaúchos, paranaenses e catarinenses); município esse emancipado em 1987.

Nessa perspectiva, argumenta-se aqui que os municípios foram e são criados porque a partir da Constituição Federal de 1988 esse ente federal passa a ter a prerrogativa de criar normas para o território, ampliando assim as condições para a reprodução do capital a partir do agronegócio.

Na direção do que aponta os estudos de Silva (2007; 2010), o distrito de Mimoso do Oeste foi desmembrado do município de Barreiras no ano 2000, originando o município de Luís Eduardo Magalhães, através da Lei Estadual nº 7.619 de 30 de março de 2000 (BAHIA, 2000), em um período com grandes restrições para a criação de municípios, sendo alvo de questionamentos (CINTRA FILHO, 2010) e uma ação direta de inconstitucionalidade (BAHIA, 2007).

O distrito já havia mudado de nome com da Lei Municipal nº 422, de 17 de novembro de 1998 (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS, 1998). A área ganhou peso político e econômico a partir da chegada dos gaúchos em 1970, que passaram a implementar agricultura mecanizada da soja; e há avanços também na

³⁹ Além do Mato Grosso, a autora cita ainda: Tocantins, Goiás, Rondônia, sul do Pará, Maranhão, sul do Piauí e oeste da Bahia.

indústria a partir da década de 1980 (IBGE, 2019b). O avanço da fronteira agrícola pode ter influenciado na decisão de tornar o distrito um novo município, inclusive com o nome de um político que faz parte de uma família tradicional na política baiana.

Dessa forma, há um maior interesse na criação de municípios porque estes podem intervir de forma mais direta na localidade, promulgando leis que atendam aos anseios de grupos sociais; realizando processos licitatórios que favorecem determinadas empresas; construindo obras que dinamizam, a partir da construção civil, a economia local; efetivando políticas públicas, muitas vezes em parceria com o setor privado.

Todas essas prerrogativas, com possibilidades de intervenção direta, sem a necessidade do crivo das demais esferas de poder, têm aumentado o desejo de muitos de divisão das unidades subnacionais, como forma de garantir, a partir uma aliança que vai além daquela praticada entre partidos políticos, e que perpassa uma promíscua relação entre o público e o privado.

A redação da Constituição Federal pode trazer certa estranheza nesse sentido, pois ao mesmo tempo que institui a competência de instituir impostos sobre serviços de qualquer natureza, acrescenta que os mesmos devem ser definidos em lei complementar. Está assim na Constituição: “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: [...] III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar”.

Porém, uma análise mais acurada da lei, a partir da própria constituição sobre a necessidade de Lei Complementar, é de que a mesma serve para: A) para dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; B) para regular as limitações constitucionais ao poder de tributar; C) para estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.

Assim, a tributação municipal, a partir da instituição de impostos sobre serviços de qualquer natureza, deve ser produzida pelo legislador municipal, com exceção para aqueles que já são instituídos nas demais esferas de governo, principalmente no que diz respeito ao ICMS, ou seja, cabe à lei complementar definir única e exclusivamente, caso haja conflitos entre o ISS e o ICMS, e também outras incumbências taxativas, que estão explicitadas na Constituição Federal (TAUIL, 2013).

Além das motivações de cunho econômico da localidade, com um dinamismo a partir do cultivo da soja e outros produtos; bem como das maiores prerrogativas dos

entes municipais, outros fatores contribuíram para o crescimento do distrito antes denominado Mimoso do Oeste e sua posterior emancipação. Um fator é externo à localidade, e está relacionado à área de origem dos migrantes.

Outros fatores dizem respeito ao conhecimento da melhor forma de cultivo da área, além dos incentivos governamentais; e à estrutura da rede a partir da construção de rodovias que garantiriam o escoamento dos produtos e da mobilidade humana. Ainda assim, é preciso considerar que existem outras formas mais baratas e eficientes de transporte de mercadorias como as commodities. O transporte ferroviário ainda é pouco utilizado para o transporte da soja no Brasil, sendo as mercadorias transportadas a partir das BRs: 242, 020 e 135, e BA 459, o Anel da Soja (Figura 17).



Figura 17 – BA 459, Anel da Soja, Luís Eduardo Magalhães, 2017.

Fonte: K. R. Almeida, 2017.

A Ferrovia Engenheiro Vasco Azevedo Neto, também conhecida como Ferrovia Leste-Oeste, indo do município de Figueirópolis, no estado de Tocantins, a Ilhéus, na Bahia, seria importante para a diminuição dos custos com logística e transporte. Essa ferrovia também passará por regiões produtoras de minério de ferro e outros minérios, como: Caetité e Brumado.

A obra, porém, caminha a passos lentos. A história da intencionalidade de implantação dessa ferrovia tem início com o Decreto n. 24.497 de 29 de junho de

1934, ainda na Era Vargas, que estabelecia um plano geral de viação nacional (BRASIL, 1934b). O Plano Geral de Viação Nacional considerou o transporte ferroviário como meio de possibilitar o avanço da industrialização e modernização produtiva nacional.

Naquele momento ainda não era previsto a construção do Porto Maravilha em Ilhéus. O trecho I, que liga Ilhéus a Caetité, teve suas obras iniciadas em 2011 pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, que é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, e tinha o prazo de conclusão em 2014; mas em 2016 a empresa rescindiu o contrato com o consórcio de empresas construtoras e o prazo para o trecho I passou a ser o final de 2018, e do trecho II, o final de 2019.

“Em 2013, em um seminário de lançamento da Ferrovia, em Barreiras, a Valec e o governo do estado anunciaram que a obra toda estaria pronta em 2014” (G1BAHIA, 2017, s/p). Um novo leilão será feito, a partir da aprovação em outubro de 2019 dos estudos de subconcessão de parte da Ferrovia; também se espera a construção do Porto Sul pelo Governo do estado da Bahia, no distrito de Aritaguá, no município de Ilhéus, para escoar a mercadoria para outros países, tendo como principal produto o minério de ferro; mas há que se considerar o transporte de grãos como a soja. O cronograma prevê um prazo de 56 meses para o início das atividades e um investimento de R\$ 2,4 bilhões de reais (PELEGI, 2019).

A morosidade do Estado é perceptível mesmo quando o que está em jogo é o avanço econômico e a garantia dos privilégios de indivíduos e pessoas. As empresas que conseguem a subconcessão para a construção da ferrovia, ou de parte dela, ainda que sejam públicas ou uma parceria público-privada, fazem seus planejamentos de tempo e custo, mas sempre acabam gastando mais, tanto com ralação ao tempo quanto os investimentos em tais obras. O volume de recursos é por vezes alvo de corrupção e de uma relação patrimonial, na medida em que o privado se mistura ao público, tornando-se este quase uma extensão daquele.

3.2.3. Relação entre as Lideranças locais de Luís Eduardo Magalhães e o governo estadual da Bahia

O processo de emancipação do município e Luís Eduardo Magalhães ocorreu em um contexto desfavorável para a efetivação de tal ação. Por conta disso, e também para que fosse acelerado o processo, houve uma intensa busca por articulação com lideranças não-locais, que tivessem poder de influência para conseguir interferir de forma decisiva e tornar possível a criação do município. Mesmo com uma decisão judicial para impedir o plebiscito, com a intermediação do Senador Antônio Carlos Magalhães, a liderança Jusmari Oliveira conseguiu derrubar uma liminar impetrada pelo PDT local de Barreiras, com o presidente nacional do partido Nilo Teixeira.

Um dia antes do plebiscito houve uma liminar de um ministro suspendendo o plebiscito. Então aí é que fomos para a luta no gogó ficava todo mundo aqui no movimento, e eu corri para Brasília, e conseguimos, tipo assim, o plebiscito ia começar às 8 horas da manhã de Domingo, depois conseguimos derrubar a liminar às 9 horas da noite no sábado. Aí o que foi que aconteceu. Na agitadora política o Prefeito de Barreiras na época tinha aderido ao governador, o governador com muito jeito e tal. Eram os vereadores de Barreiras que tinham entrado com uma ação e um pessoal do PDT de Barreiras. E aí me ocorreu isso, mas quem é o Presidente do PDT federal / Nacional: Nilo Teixeira. Então eu liguei para o Senador Antônio Carlos Magalhães, e disse a ele: você tem amizade com Nilo Teixeira? Apesar da diversidade de partido, mas a gente sabe que às vezes tem. Ele disse: Tenho. Peguei um avião para o Rio de Janeiro, Nilo Teixeira... Isso já foi uma orientação de nosso advogado, do advogado que cuidava para a gente da causa. Então o que aconteceu? Ele, do PDT Nacional ele suspendeu a procuração do presidente do PDT de Barreiras; e aí nós derrubamos a liminar baseado em que não existia legalidade o pedido de liminar, uma vez que o PDT não tinha pedido, já que o presidente nacional não havia dado procuração para isso, e tal. Derrubamos, aí fizemos o plebiscito (OLIVEIRA, J., 2017).

O nome do novo município também está relacionado a uma articulação política, a partir de uma homenagem ao filho do Senador Antônio Carlos Magalhães, falecido em 1998.

Mas você sabe como é a burocracia brasileira para tudo, eles não estavam conseguindo. Então na hora que Luís Eduardo faleceu eles tiveram essa jogada. Pediram para entrar com o projeto da mudança de nome, de Mimoso do Oeste para Luís Eduardo Magalhães, e agora aí foi rápido. Antônio Carlos Magalhães entrou como ele sempre fazia, igual um trator; passou por cima de todas as leis, passou por cima da Constituição no tocante à emancipação. E foi feito um processo onde quase nenhuma das determinações da Constituição foram cumpridas. Simplesmente ele mandou todos os deputados dele lá na Assembleia Legislativa de Salvador que votassem; e eles votaram no projeto. Votaram favoravelmente... sancionou, mas aí as pessoas estavam lutando na justiça por ter sido atropelada a constituição.

Quando eles lá do império do agronegócio: soja, milho, café, algodão em grande escala, o que não falta para eles é dinheiro né. Então quando eles viram que podiam voltar a ser distrito e começar a voltar da estaca zero para cumprir todos os passos da constituição, eles apelaram para a Câmara Federal (ALMEIDA, 2017).

A relação entre os partidos políticos também influenciou no processo. Souza, G. (2017) acredita que o foco de tudo é Antônio Carlos Magalhães, que fazia de tudo para se manter no poder; e buscava evitar conflitos entre Antônio Henrique de Souza Moreira, prefeito de Barreiras e Jusmari Oliveira, principal agente da emancipação, agradando aos dois lados; pois essa briga poderia ter efeitos também para ele (SOUZA, G., 2017).

Jusmari Oliveira foi filiada ao Partido da Frente Liberal (PFL), mesmo partido de ACM, de 1988 a 2006, exercendo a função de Presidente do Partido no município de Barreiras em 1995. Em cargos políticos ocupou uma vaga na Câmara de Vereadores de Barreiras de 1989 a 1992, sendo reeleita para o período de 1993 a 1996. Foi Deputada estadual de 1997 a 2007⁴⁰. O partido passou a se denominar Democratas (DEM) em 28 de março de 2007, mesmo ano da morte do então Senador Antônio Carlos Magalhães. Este tinha ingressado ao PFL no ano 1986, depois de ter passado pela União Democrática Nacional (UDN), Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Partido Democrático Social (PDS) (BRASIL, 2014).

A União Democrática Nacional, foi fundada em 1945 como uma “associação de partidos estaduais e correntes de opinião”, que se opunha a Getúlio Vargas e ao getulismo. ACM foi filiado a esse partido de 1952 a 1964. Foi nesse período que ocorreu a restituição do município de Barra do Mendes.

Com o Golpe de Estado em 1964, e a instauração da Ditadura Militar, o partido político “Aliança Renovadora Nacional (ARENA)” foi criado para dar sustentação ao regime. Partido considerado conservador foi rebatizado em 1980 de Partido Democrático Social (PDS) após o fim do bipartidarismo entre ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido contrário ao golpe militar.

O bipartidarismo durou entre 1966 e 1979. O PDS, antiga ARENA, foi extinto em 1993, dando origem ao Partido progressista Reformador (PPR) após uma união com o Partido Democrata Cristão (PDC). O PPR passou a se chamar Partido Progressista Brasileiro (PPB) em 1995. O Partido da Frente Liberal (PFL), atual DEM,

⁴⁰ Suplente na vaga de Deputada Estadual de 1995 a 1999, assumiu o cargo em 2 de janeiro de 1997, sendo eleita Deputada estadual de 1999 a 2003, e reeleita para o período de 2003 a 2007.

foi criado em 1985 pelos dissidentes do PDS, antiga ARENA, incluindo ACM (BRASIL, 2014).

O líder político ACM teve uma forte relação com a Ditadura Militar, com forte inclinação conservadora, e uma atuação decisiva em processos emancipatórios, principalmente, para que fossem mantidos ou mesmo conquistados “novos currais eleitorais”. É possível assinalar que o mesmo é a figura máxima de uma família política, formada literalmente por sua família: seu filho Luís Eduardo Magalhães, tendo no ano de 1999 onze parentes ocupando cargos públicos.

O presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que propôs a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar corrupção e nepotismo na Justiça, tem pelo menos 11 parentes ocupando cargos no governo do Estado, na Prefeitura de Salvador e no Judiciário. São todos os cinco irmãos, uma cunhada, a filha, dois netos, uma sobrinha e um primo de sua mulher, Arlette Maron de Magalhães. [...] O senador também prestigia os dois filhos. O mais velho, Antonio Carlos Magalhães Júnior, presidente da Rede Bahia de Comunicação, é seu suplente no Senado. A filha Tereza Mata Pires, 44, coordena o SAC (Serviço de Atendimento ao Cidadão), órgão público que centraliza a expedição de documentos como carteira de identidade e título de eleitor (BERGAMO, 1999).

A família política continua atuando no estado da Bahia. Antônio Magalhães Neto, conhecido como ACM Neto, é formado em direito e foi Prefeito da capital baiana, Salvador, por dois mandatos consecutivos; o primeiro mandato foi de 2012 a 2016.

Já Luís Eduardo Magalhães (filho de ACM) exerceu o mandato e deputado estadual entre 1979 e 1987, e de deputado federal de 1987 até a sua morte, em 1998, exercendo a presidência da Câmara dos Deputados no biênio 1995 a 1997. O outro filho, Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Júnior, formado em administração, dirige a Rede Bahia. Este era suplente de ACM no Senado Federal quando o senador renunciou, por conta do “escândalo do painel”.⁴¹ (RUBIM, 2001).

A estratégia bem-sucedida da família política para se manter no poder era o monopólio da comunicação na Bahia. Tendo vários empreendimentos nessa área, Como: duas rádios FM em Salvador e uma em Itabuna, o jornal impresso Correio, que

⁴¹ O senador Antônio Carlos Magalhães renunciou ao mandato para que fossem arquivadas as investigações sobre a violação do painel eletrônico e para que fossem preservados os seus direitos políticos. Segundo as investigações teria havido quebra de decoro parlamentar a partir de uma articulação orquestrada por ACM, que era presidente do senado no período, com a ajuda de Regina Borges, na época diretora do Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), e o Senador pelo Distrito Federal, José Roberto Arruda, líder do governo no senado. Com o arquivamento do processo e renúncia de ambos, ACM conseguiu se reeleger ao Senado e Arruda foi o deputado federal com maior número de votos no Distrito Federal (Folha de São Paulo, 2003).

antes se chamava Correio da Bahia, uma gráfica, uma produtora e uma construtora, o portal de internet chamado iBahia, além de sete canais de TVs: seis afiliadas da Rede Globo e um canal fechado (LOBATO, 1995).

A Rede Bahia foi alvo de disputa após a morte entre os membros da família Magalhães e atualmente a família Magalhães é dona de 66,7%, sendo 33,3% de Antônio Carlos Magalhães Júnior (filho de ACM), e 33,3% de Luís Eduardo Magalhães Filho (Neto de ACM e filho de Luís Eduardo Magalhães) (BRAGA, 2008).

A terceira parte, pertencente anteriormente a César de Araújo Mata Pires (cônjuge de Teresa Helena Mata Pires, filha de ACM), foi vendida para a família Coutinho Nogueira. Pires faleceu em 2017, vítima de um infarto fulminante, quando negociava delação premiada no âmbito da operação “Lava Jato”, por conta da investigação do grupo OAS na Bahia (ISTOÉ, 2017).

Em 2007, mesmo ano do falecimento de ACM, Jusmari Terezinha de Souza Oliveira mudou sua filiação partidária para o Partido da República (PR), fundado em dezembro de 2006, com a fusão de dois partidos: O Partido Liberal (PL) e o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), para atingirem a chamada cláusula de barreira.

Desde 2019 o partido voltou a se chamar Partido Liberal (PL). A senhora Jusmari foi eleita prefeita de Barreiras para o período de 2009 a 2012. Em 2019 mudou novamente sua filiação para o Partido Social Democrático (PSD), sendo eleita Deputada Estadual para o período de 2019 a 2023 (BAHIA, 2020).

Antônio Henrique de Souza Moreira é filiado ao Partido Progressista. Seu filho, Antônio Henrique Júnior, e sua cônjuge, Antônia Pedrosa Pina, tornaram-se ambos deputados estaduais. Esta foi também Vereadora no município de Barreiras; e aquele, Secretário Municipal de Saúde em 2004 e de Administração em 2014 (BAHIA, 2020).

Buscando responder em que medida a articulação entre os agentes políticos tiveram influência no processo de emancipação de Luís Eduardo Magalhães, a partir da metodologia apresentada, incluindo-se aí as entrevistas que tiveram também o propósito de elucidar essa questão; bem como o contexto em que o município foi criado, não se pode afirmar com certeza se o município seria criado de qualquer forma, mesmo sem a articulação entre os agentes locais e aqueles regionais, estaduais e/ou nacionais. Mas é possível afirmar que se houvesse emancipação, essa não se daria naquele contexto.

Em pesquisa aprofundada sobre a atuação dos parlamentares em suas bases eleitorais, Bezerra (1999, p. 101)⁴² elucida os critérios para a triagem dos pleitos⁴³, ou seja, para que os pedidos feitos pelos eleitores, prefeitos e governadores sejam analisados e direcionados esforços na busca pelo seu atendimento, quais sejam: pertencer ao mesmo estado do parlamentar, mesmo que seja para alguém de outro estado; pertencer a um município em que o deputado teve votação expressiva; ter vínculo partidário ou do grupo político, mas que pode ser relativizado pelas relações pessoais; além do critério da fidelidade e também as lideranças que mais exercem maior pressão, ou seja, os “mais insistentes”, notadamente aqueles que apoiam o parlamentar.

Há uma sistematização dos pleitos por parte dos parlamentares, com a classificação dos mesmos, formulários e programas específicos em microcomputadores; o que evidencia certa “eficiência” no atendimento de caráter clientelista. Assim, “o atendimento do pleito torna-se uma estratégia de aproximação e, inclusive, de limitação das ações do inimigo” (BEZERRA, 1999, p. 112).

A escolha e ordem dos pleitos com maior urgência de atendimento está relacionada com o vínculo, a lealdade e fidelidade do solicitante, bem como considera-se o trabalho já efetuado em prol do parlamentar. Nesse sentido, os pleitos das lideranças políticas se sobressaem aos pleitos individuais, havendo uma lógica de interesses mútuos a partir de relações de dependência recíproca e assimétrica.

Nesse interim, a ligação entre a ação do parlamentar e o interesse do eleitor torna-se mais evidente no atendimento de seus pleitos do que nas questões legislativas, sendo que nos critérios para a escolha os eleitores atendidos prioritariamente são aqueles de voto múltiplo (BEZERRA, 1999).

Na relação entre parlamentares e prefeitos ou lideranças locais, há uma expectativa por ambas as partes de apoio e empenho para o alcance de objetivos, não sendo o vínculo entre esses uma relação de mão única. “Socialmente produzidas, estas expectativas e obrigações mútuas que unem parlamentares e lideranças

⁴² Bezerra (1999) faz duas ressalvas com relação à atuação parlamentar analisada por ele: os parlamentares não só orientam suas ações com base em seus interesses e vínculos com as bases eleitorais; nem todos os parlamentares orientam suas ações com vista a satisfazer suas bases eleitorais e assim se manter no poder.

⁴³ Pleitos “são, de modo geral, solicitações de inclusão de verbas para os municípios no projeto de lei orçamentária quando de sua passagem pelo congresso e liberação de recursos junto aos órgãos ministeriais (BEZERRA, 1999, p. 101 e 102)

políticas locais estão, em grande medida, associadas às posições que estes agentes sociais ocupam no conjunto das relações políticas” (BEZERRA, 1999, p. 121).

Perguntado em entrevista sobre a relação entre Prefeitos ou lideranças locais e os parlamentares, o Senador João Capiberibe afirma ser essa uma relação baseada nos interesses eleitorais de ambas as partes, constituindo-se em práticas clientelistas que é difícil de ser transformada.

Essa é uma mediação eleitoral. Na verdade, essa é uma relação se dá em função do eleitorado e de interesses econômicos de grupos locais... uma relação muito direta entre muito direta entre prefeito de deputados estaduais e entre vereadores e deputados estaduais. Se você levantar a relação familiar entre vereadores e deputados estaduais você vai encontrar uma grande quantidade de parentes, vereadores, prefeitos [...]. É uma cadeia de intermediação do voto. Começa com Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador, Presidente da República [...]. Começa com o presidente de associação de Bairro, Vereador, tem toda uma relação difícil de mudar por causa do clientelismo. As relações clientelistas são muito fortes ao longo dessa cadeia (Capiberibe, 2017).

Parece haver uma institucionalização dessa relação, pois os próprios parlamentares que informam sobre a disponibilidade de verbas federais, sendo que as audiências com os ministros denotam prestígio tanto para o Prefeito, quanto para o parlamentar, o que reforça suas bases eleitorais e demonstram a força e eficácia da ligação entre ambos. “O não repasse das informações diretamente aos prefeitos é uma forma de reconhecimento por parte dos ministérios da função de mediação exercida pelos parlamentares” (BEZERRA, 1999, p. 121).

A noção de compromisso expressa essa relação em que a dívida eterna e o pagamento de favores a partir de uma troca que se evidencia nos pleitos eleitorais. O compromisso político de cunho coronelista, trazido à tona por Leal (1949/2012), pode elucidar de forma mais clara o processo de emancipação do município de Luís Eduardo Magalhães.

A essência, portanto, do compromisso “coronelista” – salvo situações especiais que não constituem regra – consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar (LEAL, 1949/2012, p. 67 e 68).

O compromisso de cunho coronelista continua existindo, e mesmo que se considere que a figura do coronel deixou de existir com a eminência da República

Nova, coloca-se aqui que o sistema em que envolve a relação de compadrio, com uma estrutura de relações de poder a partir da troca de favores, continua existindo, tanto entre eleitores e candidatos / políticos, quanto entre agentes políticos das três esferas de governo, inclusive quando se trata de agentes com influência regional.

Ainda que a nomenclatura possa ser questionada, por conta do suposto fim do coronelismo em sua forma originária, em que a patente de coronel da Guarda Nacional deixou de existir, as práticas envolvendo o compromisso de cunho coronelista ainda vigoram. Mas é importante ressaltar que não há uma exclusividade na relação entre os prefeitos e os parlamentares; e são os parlamentares da base governista que têm a maior probabilidade de conseguir atender aos pleitos.

A relação envolvendo a troca de favores políticos entre a agente política local/regional/estadual, Jusmari Oliveira, com o agente político de influência estadual e nacional, Antônio Carlos Magalhães, se deu desde antes da emancipação e continuou existindo no período posterior, até a morte de ACM em 20 de julho de 2007.

O ápice dessa relação ocorreu com a criação do município de Luís Eduardo Magalhães no ano 2000. A forte influência que a atual deputada estadual Jusmari Oliveira exercia na localidade e em todo Oeste Baiano, justificava o interesse em seu principal pleito: a emancipação; pois cada passo da migrante Jusmari Oliveira foi cuidadosamente planejado desde que chegou no município de Barreiras, no intuito de que o distrito Mimoso do Oeste fosse emancipado.

Eu fui ser deputada para emancipar (...) Desde o dia que meu pai veio para a Bahia ele veio com o intuito de buscar terras para plantar, ele chegou aqui, e isso aqui não era nada, não tinha ninguém, só tinha um posto na beira da estrada, e ele adentrou tudo isso aqui e colonizou tudo isso aqui; e claro, combinado com o dono da terra, dono, mas a gente nunca sabe se era dono, porque naquela época todo mundo se “adonava” da terra. Então ele colonizou isso aqui, foi trazendo gente. Então, desde o primeiro momento que ele entrou aqui e disse: vou colonizar e daqui eu vou fazer uma grande cidade... Então ele trouxe todos os produtores rurais (...) (OLIVEIRA, J. 2017).

Segundo Leal (1949/2012), nenhuma liderança local se mantém no poder sem realizar benefícios para a sua comuna, em especial, as obras públicas (LEAL, 1949/2012). Mas, mais do que obras, o nome da liderança Jusmari Oliveira está no imaginário das pessoas como a emancipadora; sem a qual, o município de Luís Eduardo Magalhães não seria desmembrado do município de Barreiras, tornando-se uma unidade política autônoma. A população local tem para com aquele que é visto

como o(a) pai/mãe da emancipação, uma gratidão eterna. Claro que as obras ajudam a manter a gratidão por mais tempo.

Jusmari Oliveira foi construindo sua imagem com o objetivo da emancipação. Mostrando-se sempre uma forte liderança, fez amizades no meio político e articulou-se com diversos agentes, objetivando suas conquistas nos pleitos eleitorais. Pelo fato de ser uma liderança cuja articulação extrapola os limites de sua localidade, a mesma tem forte influência não só nos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, mas de todo Oeste Baiano.

Tal influência trazia e ainda traz diversas possibilidades de articulação, não somente no processo de emancipação, mas também na busca por recursos para a localidade. Essas relações de mão dupla, em que ambas as partes saem ganhando, mas nem sempre a população é beneficiada na mesma medida, evidenciam o grau de interesse do parlamentar ACM nessa parte do Oeste Baiano.

Barreiras, e o então distrito Mimoso do Oeste, que posteriormente passou a denominar-se Luís Eduardo Magalhães, era uma base eleitoral do Senador Antônio Carlos Magalhães, considerando-se de modo geral os dois aspectos utilizados pelo parlamentar para caracterizar suas bases: “os vínculos pessoais e a integração à “comunidade”” (BEZERRA, 1999, p. 113).

Com relação aos agentes envolvidos no processo de emancipação, foram citados: o prefeito de Barreiras na ocasião da emancipação, Antônio Henrique de Souza Moreira, eleito em 1996 pelo PP; seu antecessor: Saulo Pedrosa de Almeida, eleito em 1992 para a gestão de 1993 a 1996 pelo PSDB, e o grupo político aliado ao mesmo, que era contra a criação do novo município.

Entre os que eram a favor e se empenharam no processo emancipatório foram citados: a atual deputada estadual Jusmari Oliveira, primeira dama do município Luís Eduardo Magalhães; também o primeiro e atual prefeito Oziel Oliveira. O vereador de Barreiras na ocasião, Teófilo Jerônimo, e que com a emancipação foi eleito vereador do novo município., Jacob Lauck, atual secretário de planejamento; a advogada Valdete Strechtes, que cuidou de toda parte burocrática, além da comissão e vários engenheiros.

Souza, G. (2017) acredita que a população estava alheia, na medida em que as pessoas não tinham nenhum conhecimento, prevalecendo dessa forma a vontade política. Não havia argumento para conscientizar, até porque o processo foi muito

rápido. A principal questão debatida naquele momento era a divisão do território, no sentido de que área ficaria para o novo município (SOUZA, G, 2017).

Luís Eduardo Magalhães foi criado e no mesmo ano teve eleição para Prefeito, sendo eleito primeiro Prefeito o Sr. Oziel Alves de Oliveira, marido de Jusmari Terezinha de Souza Oliveira, e ela já havia sido eleita deputada estadual em 1998, com início do mandato em 1999 até o ano de 2003 (BAHIA, 2020). Essa foi, provavelmente, a motivação para Jusmari Oliveria não ser candidata a Prefeita, já que perderia dois anos de mandato como Deputada Estadual.

Assim, manteve-se o núcleo familiar no poder, dando início à família política com forte influência no Oeste Baiano, principalmente nos municípios Luís Eduardo Magalhães e Barreiras. O Vice-Prefeito também fazia parte do grupo político emancipacionista: o Sr. Jacob Lauck. Não houve disputa no pleito eleitoral seguinte à emancipação segundo o primeiro e atual prefeito de Luís Eduardo Magalhães.

A gente fez parte desse processo de emancipação desde o princípio, e naquele momento houve uma escolha de quem seria o pretenso administrador da cidade. Então, naquele momento eu fui escolhido, entre aquelas lideranças que estavam aqui, para ser o primeiro candidato a prefeito, e houve dois candidatos a prefeito; e eu graças a Deus saí vitorioso nessa eleição, tendo a condição de ser o primeiro prefeito. Então, eu tive primeiro uma benção especial de Deus para poder está aqui, sendo o primeiro prefeito, fazer instalar esse município, porque não era ser o primeiro prefeito, era instalar o município, porque o município tinha sido criado. Então, o município foi emancipado dia 30 de março de 2000, e minha eleição, eu fui eleito em outubro de 2000. Então foi um processo muito rápido, nessa condição. Então, esse foi meu primeiro momento de Prefeito, de poder planejar, executar o sonho de muita gente que já tinha vindo para cá de vários lugares do nosso país. Então, essa escolha foi uma escolha feita pela comunidade. Então, foi um prazer muito grande, uma honra para mim” (OLIVEIRA, O. 2017).

Segundo Oliveira, O. (2017), os maiores embates da emancipação foram na Assembleia Legislativa do estado da Bahia, onde parte dos deputados eram contrários. De acordo Oliveira, J. (2017), os opositores tinham dois discursos: em Barreiras diziam que toda renda era originada em Luís Eduardo Magalhães, por causa de suas áreas produtivas; enquanto que no município a ser desmembrado dizia que o mesmo não sobreviveria sozinho.

Eles não acreditavam, eles não sabiam a força que eles tinham, eles achavam que tudo em Barreiras só existia porque plantava soja e arroz aqui; que lá era tudo fruto do imposto da soja daqui, e não era, que ficou provado que não era; mas era isso, eles eram oposição legítima porque acreditavam naquilo, porque tinha um motivo que para eles era matemático. E os outros, os políticos se aproveitavam disso. Então lá em Barreiras eles diziam isso; e

quando chegavam em Luís Eduardo eles diziam que Luís Eduardo não sobreviveria, que eu estava pregando um discurso mentiroso; que nem era utopia minha, que na realidade eu estava me aproveitando do sonho, da utopia deles; que isso aqui nunca ia se sustentar, que no terceiro ano isso aqui ia virar uma favela, que ninguém sobreviveria (OLIVEIRA, J. 2017).

Com relação à estrutura de poder após a emancipação de Luís Eduardo Magalhães, houve, segundo o funcionário da AIBA, “muita articulação política, em que os deputados da região têm aumentado sua aproximação com Salvador” (STAHLKE, 2017).

3.2.4. Divisão territorial entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães

No processo de desmembramento do distrito de Luís Eduardo Magalhães, antigo Mimoso do Oeste, para se tornar município houve intensa negociação por conta, principalmente, das áreas produtivas, que envolve o plantio de milho e, principalmente, de soja. As chamadas agrovilas e o Parque Municipal da Vida, que engloba a cachoeira do Acaba vidas (Figura 18), que engloba áreas como a “Fazenda da Boa Esperança”, que é assistida segundo Ignez Pitta Almeida pelo poder público de Barreiras.



Figura 18 – Parque Municipal da Vida, Luís Eduardo Magalhães-BA, 2017.

Fonte: K. R. Almeida, 2017.

O Parque Vida Cerrado é o primeiro e único centro de conservação e educação socioambiental do Oeste da Bahia. Está no coração do Matopiba, localizado entre os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, em uma área preservada de 20 hectares do bioma Cerrado, savana mais rica em biodiversidade do mundo. Essa área é uma das protagonistas na produção de soja e algodão no país; a matéria-prima que sai daqui alimenta milhões de pessoas e animais em todo mundo, além de ajudar a produzir remédios, cosméticos, plásticos, biodiesel e roupas que utilizamos no dia a dia (PARQUE VIDA CERRADO, 2019).

Recentemente a SEI, juntamente com o IBGE e a Comissão de Divisão Territorial e Emancipação da Assembleia Legislativa da Bahia, trataram de mudanças de limites envolvendo populações de zona rural, povoados e distritos, com acordos assinados entre Prefeitos, apoio técnico e aval da SEI, que acompanhou o processo, e assim, ser homologado pela Comissão dos Deputados.

Cabe à comissão, junto ao IBGE e a SEI, regulamentar a partir dos serviços prestados e, também, estar atentos à identidade da população. Com todas as informações, a SEI traz as demandas para que a partir do Território de Identidade, resolva os problemas. A técnica do setor de limites da SEI, Rita Luquini, acredita que entre 90 e 95% das demandas já foram resolvidas.

De acordo Rita Luquini, o trabalho foi desenvolvido em parceria com o IBGE, e a relação com a Assembleia é importantíssima porque não cabe à SEI legislar. A Assembleia precisa então do apoio técnico para entender os conflitos e legislar da melhor forma possível. Com esse engajamento, que vem desde a gestão anterior, afirma que várias correções foram feitas, sendo a lei que regulamenta esse trabalho de número 2057 conhecida como a Lei João Bonfim (LUQUINI, 2017).

Esse estudo havia sido realizado em 1953, e tinha a perspectiva que a cada quatro anos seriam feitos novos estudos, com conseqüente mudança de limites; mas durante todo o período da segunda metade do século passado e início do século XXI, nenhuma pesquisa foi realizada.

As mudanças só ocorrem, mesmo após ampla pesquisa, inclusive nas localidades, se houver acordo entre os prefeitos. Não havendo acordo, são mantidos os antigos limites. A partir de informações técnicas da SEI, são levadas as demandas para a comissão, que busca resolver os problemas a partir do Território de Identidade, e considerando os serviços prestados e o pertencimento das populações a determinados municípios.

Outro papel da comissão é segundo entrevista aos deputados estaduais, ajustar as áreas a partir do percentual do Fundo de Participação dos Municípios, tendo

a sensibilidade para ajudar os municípios nessa questão, buscando um acordo social, pois com a indefinição e possível mudança de limites, muitos municípios ficam na eminência de perder receita.

O conhecimento técnico é que dá a condição de ir para o embate político. Não há interesse político-partidário, e sim, a consideração da questão técnica segundo os 5 deputados estaduais entrevistados, que faziam parte da Comissão Especial de Divisão Territorial e Emancipação e o técnico do IBGE

A maior conquista que se tem com esse trabalho, além de estabelecer para o município o seu real tamanho, suas responsabilidades, seus compromissos, para os diversos municípios, e favorecer ao Estado e, inclusive ao IBGE, a ter uma clareza da distribuição populacional do estado nos seus diversos municípios, nós estamos atendendo, regularizando a situação identitária das comunidades, esse deve ser nosso maior ganho (COROA, 2017, s/p).

Após o trabalho realizado em 2012 pela SEI, houve discordância do Prefeito de Barreiras, que entrou com uma ação para que a SEI adotasse os limites anteriores (2010), mesmo se tratando de áreas mais próximas e assistidas pelo município Luís Eduardo Magalhães.

Nas sociedades como geógrafos e tantos outros profissionais quando usam os mapas para objetivos diversos não fazem ideias que essas linhas que delimitam os municípios são linhas que envolvem vidas. A depender de onde se coloca aqui ou acolá, você vai criar um problema de várias naturezas para a população que está ali vivendo; e a gente aqui tem esse compromisso. A gente está aqui no gabinete, mas não pense que a gente não olhe para isso não, porque a gente anda e vê (LUQUINI, 2017, s/p).

Segundo o funcionário da AIBA também concorda que a linha reta que foi feita para dividir os dois municípios, na verdade, deveria ser mais sinuosa, e que a área é mais próxima e mais atendida pelo poder público do município de Luís Eduardo Magalhães. São áreas de agrovilas, alvo de disputa entre os poderes públicos dos dois municípios porque há uma produção expressiva de grãos.

Posteriormente foram outros técnicos, conseguindo fazer um acordo amigável entre os dois municípios, mas por questões políticas, todo trabalho técnico que a SEI realizou não foi levado em consideração; mas quando não é possível consolidar a atualização, é mantido o limite anterior, ou seja, só se pode considerar um limite consolidado quando não há contestação (MARTIN, 2011). Há assim, uma articulação entre o poder local e o estadual/regional. “Uma coisa é certa né, quando os prefeitos

estão aqui eles não estão desarticulados, principalmente quando eles não aceitam a argumentação técnica” (LUQUINI, 2017).

Não foi possível ir às áreas de litígio para que os anseios das comunidades pudessem ser verificados, e a assistência relacionadas às políticas públicas de cada município; mas nas entrevistas, e mesmo na análise dos mapas, verifica-se que a distância dessas áreas é muito menor com a sede do município de Luís Eduardo Magalhães do que de Barreiras.

As agrovilas I, II e III e a Agrovila do PA Rio de Ondas Vila II encontram-se no território do município de Luís Eduardo Magalhães. A Agrovila IV e a Agrovila do PA Rio de Ondas III encontram-se no território do município de Barreiras. Não houve mudanças nos limites entre Luís Eduardo Magalhães e Barreiras (Anexo F), mesmo após o trabalho dos técnicos da SEI e IBGE constatarem que a curva deveria ser mais sinuosa e as agrovilas IV e a Agrovila do PA Rio de Ondas III deveriam passar a pertencer ao município Luís Eduardo Magalhães (Figuras 19).



Figura 19 – Limite entre os municípios Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, 2017

Fonte: K. R. Almeida, 2017.

Em reunião do dia 19 de maio de 2017, a Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação da Bahia, trouxe à tona, a possibilidade de criação de outro município, a partir do distrito de Guanambi, localizado entre o município Formosa do Rio Preto, e o estado de Tocantins, que poderia vir a ter o mesmo grau de desenvolvimento que Luís Eduardo Magalhães. A comissão questionou a atuação do governo, no sentido de que não tem dado a devida atenção ao Oeste baiano.

A área do agronegócio no Cerrado brasileiro, envolvendo o plantio de soja e outros produtos para a exportação, abrange vários estados, formando o que é chamado de MATOPIBA: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Por conta dos interesses econômicos, há vários litígios entre esses estados. O caso mais emblemático se dá entre a Bahia e Tocantins. Recentemente, os representantes legais dos estados da Bahia e Tocantins chegaram a um acordo sobre o dito litígio territorial: as partes entraram em consenso sobre os limites, que serão considerados segundo as cartas elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, sem perdas significativas para nenhum dos lados. Na resolução do imbróglio que envolveu o Tocantins, o Governo da Bahia delegou à Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia - AIBA, sediada em Barreiras, o papel de formuladora das argumentações jurídicas, bem como da relatoria da defesa dos interesses baianos. Tal ação permite dimensionar o nível de integração e a forte convergência de interesses entre o Estado e o capital. (BRANDÃO, 2015, p. 391 e 392).

Segundo Luquini (2017), é importante notar que o desfecho da negociação entre Tocantins e Bahia não significa a estabilidade completa da área do agronegócio com relação aos limites estaduais, pois ainda “há pendências a serem acertadas entre a Bahia e os estados de Goiás, Piauí e Minas Gerais, fato que gera apreensão nos produtores rurais alocados no extremo ocidente baiano e expectativas nos governantes” (BRANDÃO, 2015, p. 392).

Também é preciso considerar que os interesses e governos mudam com o tempo; e com a valorização cada vez maior do solo do cerrado, e em especial, do oeste da Bahia, podem vir a surgir reivindicações por parte dos agentes políticos locais, ainda que não haja fundamento técnico para tal.

3.2.5. Mudanças para a localidade

O espaço geográfico é compreendido por Santos, M (2002) como um sistema de objetos e sistema de ações. Aqueles cada vez mais artificiais, povoado por um sistema de ações igualmente imbuído de artificialidade e cada vez mais tendente a fins estranhos ao lugar e aos seus habitantes. Quanto ao sistema de ações, acredita que

é através do trabalho que “o homem exerce ação sobre a natureza”, ou seja, sobre o meio em que vive. Assim, “ele muda a si mesmo, sua natureza íntima, ao mesmo tempo em que modifica a natureza externa” (SANTOS, M, 2002).

Para Santos, M. (1985), a organização espacial pode ser compreendida a partir do próprio processo de reprodução do espaço geográfico, mediante uma interpretação acurada do processo dialético em que interagem simultaneamente as formas espaciais, sendo que estas não são simplesmente formas, mas forma/conteúdo, pois são criadas com a intenção de conter algo num determinado momento histórico.

A função dessas respectivas formas, considerando ainda a possibilidade de mudança de uso das formas por conteúdos que não foram previstas no momento de sua construção; a estrutura do sistema técnico, produtivo, político e cultural subjacente ao ordenamento histórico da dinâmica do espaço geográfico; e também a própria dinâmica da reprodução do espaço sintetizada nos processos sócio-espaciais.

É no sentido de tentar apreender a realidade objetiva das emancipações municipais e suas repercussões na produção e organização do espaço geográfico que este conceito foi considerado, sua metodologia de abordagem e a respectiva configuração espacial. As transformações sócio-espaciais ocorrem tanto no novo município, quanto no município de origem. Neste são comumente evidenciadas perdas fiscais, além de áreas produtivas, que passam a fazer parte do município recém-criado. Naquele espera-se que haja uma maior dinâmica populacional e de oferta de serviços públicos e privados. É montado um aparato administrativo (Figuras 20 e 21).



Figura 20 – Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães, 2017
Fonte: K. R. Almeida, 2017.



Figura 21 – Câmara de Vereadores de Luís Eduardo Magalhães, 2017.
Fonte: K. R. Almeida, 2017.

Além da estrutura institucional, outras formas e conteúdos também se inserem nesse processo, evidenciando processos que se tornam cada vez mais dinâmicos, em

uma estrutura organizacional público e privada para atender à lógica desse novo dinamismo ligado ao agronegócio, como Universidades Públicas, Faculdades particulares e empresas (Figura 22).

No município Luís Eduardo Magalhães foram instaladas muitas empresas de processamento, transporte, comercialização e exportação de grãos, corretoras, fertilizantes e outros produtos para a lavoura. Essas empresas não estão ligadas somente à soja, mas também a outros grãos como o café, mas o produto mais importante continua sendo a soja para a exportação (Figura 23).



Figura 22 – Faculdade Arnaldo Horácio Ferreira em Luís Eduardo Magalhães, 2017.
Fonte: K. R. Almeida, 2017



Figura 23 – Corretora de grãos: Agrodin, Empresa de comercialização e exportação de café LTDA: Grão do Cerrado, SATIS, e silos para armazenamento de grãos, 2017
 Fonte: K. R. Almeida, 2017

Outra preocupação das autoridades políticas locais, é a realização do maior evento do Nordeste brasileiro ligado ao agronegócio com exposição e venda de animais, maquinário, inovações tecnológicas etc. A Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios “Bahia *Farm Show*” no município de Luís Eduardo Magalhães, nas proximidades da cidade e da BR 202, em direção à cidade de Barreiras (Figura 24), tem dado ainda mais notoriedade ao município a nível nacional e também internacional.



Figura 24 – BR 202, próximo ao local onde ocorre o Bahia Farm Show, Luís Eduardo Magalhães – BA, 2017.

Fonte: K. R. Almeida, 2017

O evento, que é a maior feira de tecnologia agrícola e de negócios do Norte e Nordeste do país, é organizado pela Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), “com o apoio da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), Fundação Bahia, Associação dos Revendedores de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Oeste da Bahia Ltda. (Assomiba) e Prefeitura de Luís Eduardo Magalhães” (AIBA, 2019, 03), e reúne produtores, expositores e demais agentes públicos e privados ligados ao agronegócio para o compartilhamento de experiências, com palestras e um fórum transmitido ao vivo.

Além disso, a compra e venda de produtos chegou à marca de 1,9 bilhão. A feira acontece há quinze anos no mês de maio, mas sua divulgação começa muito antes. No dia 26 de novembro de 2019 o Bahia Farm Show foi lançado na Feira Internacional da Agropecuária (Fenagro) em Salvador, que teve a sua 28ª edição (AIBA, 2019). Neste ano de 2020 já estava sendo bastante divulgada e a planta do local do evento quase pronta (Figura 25), quando houve a necessidade de adiar o evento por causa da pandemia do coronavírus Covid-19 (AIBA, 2020).



Figura 25 – Planta Pavilhão Coberto B – Bahia Farm Show 2020.

Fonte: <https://bahiafarmshow.com.br/wp-content/uploads/2020/02/PLANTA-PAVILHAO-COBERTO-B-BFS-2020-REV-16-1.pdf>

No novo município, posterior à emancipação, foi verificado um dinamismo crescente com relação a sua população, que cresceu mais de 5 vezes em menos de 20 anos. Se considerarmos o período entre o ano de 2010, em que ocorreu o último Censo Demográfico, até o ano de 2019, considerando a estimativa da população feita também pelo IBGE, Luís Eduardo Magalhães está entre os dez municípios que mais crescem no Brasil (Tabela 05).

Tabela 05 - Municípios brasileiros com maior taxa de crescimento populacional entre os anos 2010 e 2019

Municípios	Ano de criação/ Ano de instalação	População (2000)	População (2010)	População (2019)	Crescimento entre 2010 e 2019	Crescimento entre 2010 e 2019 (%)
Pacaraima (RR)	1995 / 1997	6989	10433	17.401	6.968	67%
Brejo de Areia (MA)	1994 / 1997	6744	5577	9.188	3.611	65%
Cujubim (RO)	1994 / 1995	6528	15854	25.215	9.361	59%
Balbinos (SP)	1953 / 1954	1313	3702	5.735	2.033	55%
Araquari (SC)	1925 / 1925	23588	24810	38.129	13.319	54%
Pedra Branca do Amapari (AP)	1992 / 1993	3993	10772	16.502	5.730	53%
Ipiranga do Norte (MT)	2000 / 2005	...	5123	7.667	2.544	50%
Armação dos Búzios (RJ)	1995 / 1997	18179	27560	40.532	12.972	47%
Luís Eduardo Magalhães (BA)	2000 / 2001	18757*	60105	87.519	27.414	46%
Colniza (MT)	1998 / 2001	...	26381	38.582	12.201	46%

*Dados na condição de distrito.

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010 e estimativa da população, 2019; e histórico dos municípios, 2017 (IBGE, cidades).

Elaborado por: K. R. Almeida, 2020.

Alguns fatos podem elucidar os porquês de tamanho crescimento em alguns municípios, notadamente de pequenos municípios, pois entre os dez com maior crescimento populacional entre os anos 2010 e 2019, apenas Luís Eduardo Magalhães conta com mais de cinquenta mil habitantes.

O fato de ser o município de Pacaraima, no estado de Roraima, o município brasileiro com o maior crescimento nesse período, pode ser explicado pelo grande número de imigrantes venezuelanos nesse período. Este município foi criado pela Lei Estadual nº 96, de 17-10-1995, ao ser desmembrado do município de Boa Vista, e sua instalação se deu em 1º de janeiro de 1997.

O segundo município em crescimento populacional foi Brejo de Areia, no Maranhão, com 65% de aumento, devido a anexação de territórios vizinhos em 2014 (IBGE, 2010 e 2018). O crescimento populacional de Cujubim, assim como outros municípios de Rondônia, pode ser explicado pelo avanço da fronteira agrícola nesse estado, a partir do cultivo da soja, arroz e milho (DO VALE, 2015).

Com relação ao município Balbinos, em São Paulo, a explicação mais plausível do seu crescimento populacional, que foi maior entre os anos 2000 e 2010, mas que continua com uma alta taxa entre 2010 e 2019, é “a instalação de duas penitenciárias masculinas em 2006. O levantamento populacional inclui o número de

presos - atualmente é de 3,2 mil, mais que o dobro de moradores: 1,2 mil. Além disso, nos fins de semana, a cidade recebe pelo menos 300 parentes de presos” (SCHNEIDER, 2014, p. 1).

A geração de emprego, com a instalação de várias empresas, foi o fator fundamental para o aumento populacional de Araquari, município que mais cresce no estado de Santa Catarina. “Para o prefeito, Clenilton Carlos Pereira o aumento populacional se deve aos atrativos que a cidade possui como ser cortada por duas rodovias, ter rede de gás, linhas férreas, acesso fácil a portos e aeroportos” (ROSANI, 2019, p. 1).

O estado do Amapá tem registrado índices positivos no crescimento de sua população, por conta, principalmente, do avanço da fronteira agrícola e da mineração, e o município que teve o maior aumento no período foi Pedra Branca do Amapari, após a instalação de empresas do setor mineral.

Com isso, segundo a Prefeitura de Pedra Branca do Amapari (2018), também foi melhorada a infraestrutura nessas comunidades, que veio a receber os novos residentes. O município de Ipiranga do Norte, no estado do Mato Grosso foi criado no mesmo ano que Luís Eduardo na Bahia, a partir também do avanço da fronteira agrícola e forte crescimento populacional.

Mas “apesar dos esforços não houve eleição municipal em Ipiranga do Norte, em 03 de outubro de 2000, conseqüentemente não houve a instalação do município que continua com funções de distrito do município de Tapurah” (IBGE, 2019d, p. 01). Assim, mesmo tendo sido elevado à categoria de município pela lei estadual nº 7265, em 29 de março de 2000, sendo desmembrado de Tapurah, a instalação do município de fato só ocorreu em 1º de janeiro de 2005, após as eleições municipais de 2004 (IBGE, 2019d).

Armação dos Búzios, município situado na Região dos Lagos no Rio de Janeiro, criado pela Lei Estadual n. 2.498, de 28-12-1995, sendo desmembrado de Cabo Frio, teve um crescimento populacional de 47% no período entre 2010 e 2019, devido, principalmente, à atividade turística (IBGE, 2019e).

Colniza, município de 27.946,126 km² em 2018 (IBGE, 2019f), localizado no estado do Mato Grosso, região Amazônica, é um dos municípios brasileiros com maior índice de desmatamento e queimadas, tendo como principal atividade econômica, a madeireira, tanto legalizada, quanto de forma ilegal (DINIZ, M., 2020). Além disso, há também a prática da pecuária e o plantio de soja e café. Assim como no Oeste Baiano,

os conflitos no campo ocorrem frequentemente, desde o forte crescimento da monocultura na região, principalmente de grãos, a partir da década de 1990.

Diversos povos indígenas no Mato Grosso são ameaçados pela ação de grileiros, madeireiros e pelo avanço dos monocultivos de soja, como o povo Kawashiva, no município de Colniza. O problema tende a ser agravado pela precariedade no atendimento à saúde indígena no estado; os Xavante, por exemplo, localizados em São Félix do Araguaia e em outros municípios vizinhos, sofrem com sérios problemas de tuberculose, leishmaniose e desnutrição, que atacam principalmente as crianças. Além dos indígenas, comunidades quilombolas, como a do distrito de Picanhas, município de Dourados, enfrentam a resistência de produtores de soja e milho para obterem a titulação de seu território (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013).

É possível traçar o perfil desses municípios. Apenas um: Brejo de Areia (MA) teve como causa para o aumento de sua população, o crescimento da sua área. Apenas um: Pacaraima (RR), foi devido a acontecimentos externos ao seu território, neste caso, a crise na Venezuela, com conseqüente migração em massa de venezuelanos.

Um fato excepcional é o caso de Balbinos (SP), que teve sua população aumentada, devido à instalação de duas penitenciárias, em que é contada a população carcerária. Também apenas um município devido à atividade turística: Armação dos Búzios (RJ); e um município devido à instalação de indústrias, com a geração de emprego: Araquari (SC).

Dos dez municípios que mais cresceram no período entre o ano de 2010 e 2019, cinco têm uma forte ligação com o avanço da fronteira agrícola e/ ou as atividades mineradoras e de extração de madeiras, com o crescimento do agronegócio e conseqüente desmatamento: Cujubim (RO), Amapari (AP), Ipiranga do Norte e Colniza (MT), e Luís Eduardo Magalhães (BA), o que corrobora com o conceito de família de municípios do agronegócio (SILVA, 2007; 2010), em que muitos municípios são criados para atender aos interesses de latifundiários para garantir o máximo de produtividade, com o menor esforço possível, a partir de leis e ações de modo geral que podem ser executadas a nível municipal, aumentando assim, seus lucros, principalmente, com a produção e comercialização de grãos, em especial, a soja.

Outro fator importante a ser considerado é o período em que esses municípios foram criados, sendo somente dois antes da década de 1990: Balbinos (SP), criado em 1953, com instalação em 1954; e Araquari (SC), criado em 1925, com instalação

no mesmo ano. Os demais municípios, incluindo-se aí todos os municípios com avanço da fronteira agrícola e atividades de mineradoras e madeireiras, com maior crescimento no período entre 2010 e 2019, foram criados entre os anos de 1992 e 2000, com instalação entre 1993 e 2005.

Essa é uma análise do período mais recente, em que juntamente com Colniza, Luís Eduardo Magalhães teve um crescimento de 47% do número de habitantes de 2010 a 2019. A diferença deste município com relação aos demais é o número total de habitantes, pois esse teve um crescimento ainda mais acelerado de 2000, ano que se emancipou, com 18.757 habitantes, até 2010, com 60.105 habitantes.

Se considerarmos o período entre o ano 2000 e 2019, Luís Eduardo Magalhães (BA) é o município que mais cresceu no Brasil, com uma taxa de 367% em 19 anos (Tabela 06). O segundo lugar fica para o município Balbinos (SP), com 337%; e o terceiro para Pedra Branca do Amapari (AP), com 413,27% na mesma escala temporal. Se considerarmos ainda o ano de 1991, quando a localidade já era distrito, moravam somente 6.600 habitantes. Contabilizados dessa forma, o aumento seria de 1.326% em 28 anos.

Tabela 06 - Municípios brasileiros com maior taxa de crescimento populacional entre os anos 2000 e 2019

Municípios	Pop. 2000	Pop. 2010	Pop. 2019	Crescimento absoluto de 2000 a 2019	Porcentagem do crescimento de 2000 a 2019.
Luís Eduardo Magalhães (BA)*	18 757	60105	87.519	68.762	367%
Balbinos (SP)	1313	3702	5.735	4.422	337%
Pedra Branca do Amapari (AP)	3993	10772	16.502	12.509	313%
Rio das Ostras (RJ)	36769	105676	150.674	113.905	310%
Cujubim (RO)	6528	15854	25.215	18.687	286%
São Félix do Xingu (PA)	34516	91340	128.481	93.965	272%
Colniza (MT)*	10 519	26381	38.582	28.063	267%
Aceguá (RS)*	1 364	4394	4.901	3.537	259%
Bozano (RS)*	620	2200	2.123	1.503	242%
Canaã dos Carajás (PA)	10934	26716	37.085	26.151	239%
Lucas do Rio Verde (MT)	19322	45556	65.534	46.212	239%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010 e estimativa da população, 2019; e histórico dos municípios, 2017 (IBGE, cidades).

Elaborado por: K. R. Almeida, 2020.

*Dados na condição de distrito⁴⁴.

⁴⁴ Para chegar a esse resultado da tabela foram analisados os 5.570 municípios brasileiros. 58 municípios, mesmo tendo sido criados antes do Censo Demográfico de 2000, foram contabilizados como distritos. Destes, 19 municípios não é possível verificar os dados de 2000 a partir dos resultados

Um dado chama atenção ao pesquisar o crescimento populacional dos municípios no Brasil. Entre os 58 entes municipais criados mais recentemente, e que não foi possível a contabilização de sua população na condição de município, 28 são do estado do Rio Grande do Sul, e 15 do estado do Mato Grosso; ou seja, dois estados concentraram 74% destes municípios.

Do total das unidades subnacionais no Rio Grande do Sul foi possível a contabilização da população em 2000, mas na condição de distrito. Todos foram criados com menos de cinco mil habitantes. Dos municípios do estado do Mato Grosso foi possível verificar a população enquanto distrito de dez atuais municípios. Destes, somente um já tinha mais de cinco mil habitantes no ano 2000: Colniza, com 10.519 pessoas.

No total de 39 municípios criados recentemente, após a Emenda Constitucional nº 15 de 1996, em que mesmo já tendo sido criado a partir de uma lei, mas que ainda não havia sido instalado o novo município, visto que necessita primeiro de uma eleição de prefeitos e vereadores, e em que foi possível verificar sua população em 2000 a partir dos dados distritais, somente 5 possuía mais de 5 mil habitantes: Barrocas e Luís Eduardo Magalhães na Bahia; Mesquita no Rio de Janeiro; Santa Cecília do Sul no Rio Grande do Sul; e Colniza no Mato Grosso. Três municípios tinham menos de mil habitantes. Ainda que tenham iniciado com um número populacional bastante ínfimo, no conjunto desses municípios houve um crescimento médio de 76% em 19 anos (2000 – 2019)

O crescimento populacional desordenado, ainda que seja em um pequeno município, pode acarretar uma série de problemas relacionados à oferta de serviços públicos. A malha urbana tende igualmente a crescer, com uma população majoritariamente urbana, como o que aconteceu em Luís Eduardo Magalhães. É possível verificar um crescimento horizontal da cidade a partir de 1995, quando ainda era distrito de Mimoso do Oeste, passando pelo ano 2000, momento em que o

do Censo Demográfico daquele ano. As causas são a criação do município a partir de territórios de 2 ou mais municípios de origem, ou a anexação de mais de um distrito formando um único município: é o caso dos municípios: Tio Hugo e Jacuizinho, ambos no estado do Rio Grande do Sul. Os demais são: Pau D'Arco do Piauí (PI); Jequiá da Praia (AL); Capão do Cipó, Westfália, São José do Sul e Santa Margarida do Sul, no estado do Rio Grande do Sul; Campo Limpo de Goiás, Gameleira de Goiás, Ipiranga de Goiás e Lagoa Santa no estado de Goiás; Figueirão (MS); Bom Jesus do Araguaia, Conquista D'Oeste, Ipiranga do Norte, Itanhangá e Serra Nova Dourada e Santo Antônio do Leste no estado do Mato Grosso.

município foi emancipado, desmembrado do município de Barreiras, em 2010 e no ano corrente, 2020 (Figuras 26 e 27).

É possível observar nas imagens um crescimento maior a partir da criação do município, no ano 2000. A partir desse momento, com uma escala temporal a cada dez anos, verifica-se que a malha urbana cresceu em todas as direções, fenômeno relacionado ao crescimento populacional a partir da migração.

Essa população veio primeiramente do Sul entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, encontrando, uma população nativa nos gerais, parte alta do Cerrado na Bahia, que engloba atualmente, dentre outros municípios, Luís Eduardo Magalhães.

Posteriormente vieram pessoas de várias partes do Brasil, principalmente, de algumas áreas da Bahia, como Irecê, João Dourado, Filadelfia, entre outros. Essa população, que chegou posteriormente para trabalhar nas lavouras, mas que por conta da mecanização no campo, foi habitar as áreas periféricas da cidade, formando e ocupando bairros como: Santa Cruz e Jardim das Oliveiras (Figuras 28 e 29).

É até interessante frisar a questão da divisão social assim... O primeiro era esse aqui, o loteamento de seu Arnaldo, que fundou, construiu o posto Mimoso, que daí o nome né, o primeiro loteamento. Logo em seguida... fez o loteamento do bairro Santa Cruz, que é super habitado... Até 1990 não tinha casa aí embaixo. Daí começou, 91, 92, safra dando boa, dando bom resultado, aí o pessoal que vinha do Nordeste resolveu se estabelecer, daí como o preço da terra era mais barato, todo esse pessoal do poder aquisitivo menor comprou casa ali. Aí o pessoal daqui já era uma classe média, do lado de cá né. Daí quando os agricultores fortes vieram foi formado outro loteamento: o Jardim Paraíso... lugar de gente com o poder aquisitivo bem mais elevado, são fazendeiros, casas bonitas... Já depois de emancipado saiu outro loteamento: o Jardim das Acácias, também já com uma classe média... com um poder aquisitivo melhor. Então ficou os bairros assim bem definido a partir do poder aquisitivo das pessoas né. Quem tem dinheiro mesmo mora no Jardim Paraíso, quem é pobre mora no Santa Cruz, quem é classe média mora no Mimoso e nas Acácias (MOTTA, 2017)



Figura 26 – Evolução da malha urbana de Luís Eduardo Magalhães – BA, de 1995 - 2020

Fonte: Elaborado por K. R. Almeida, 2020.

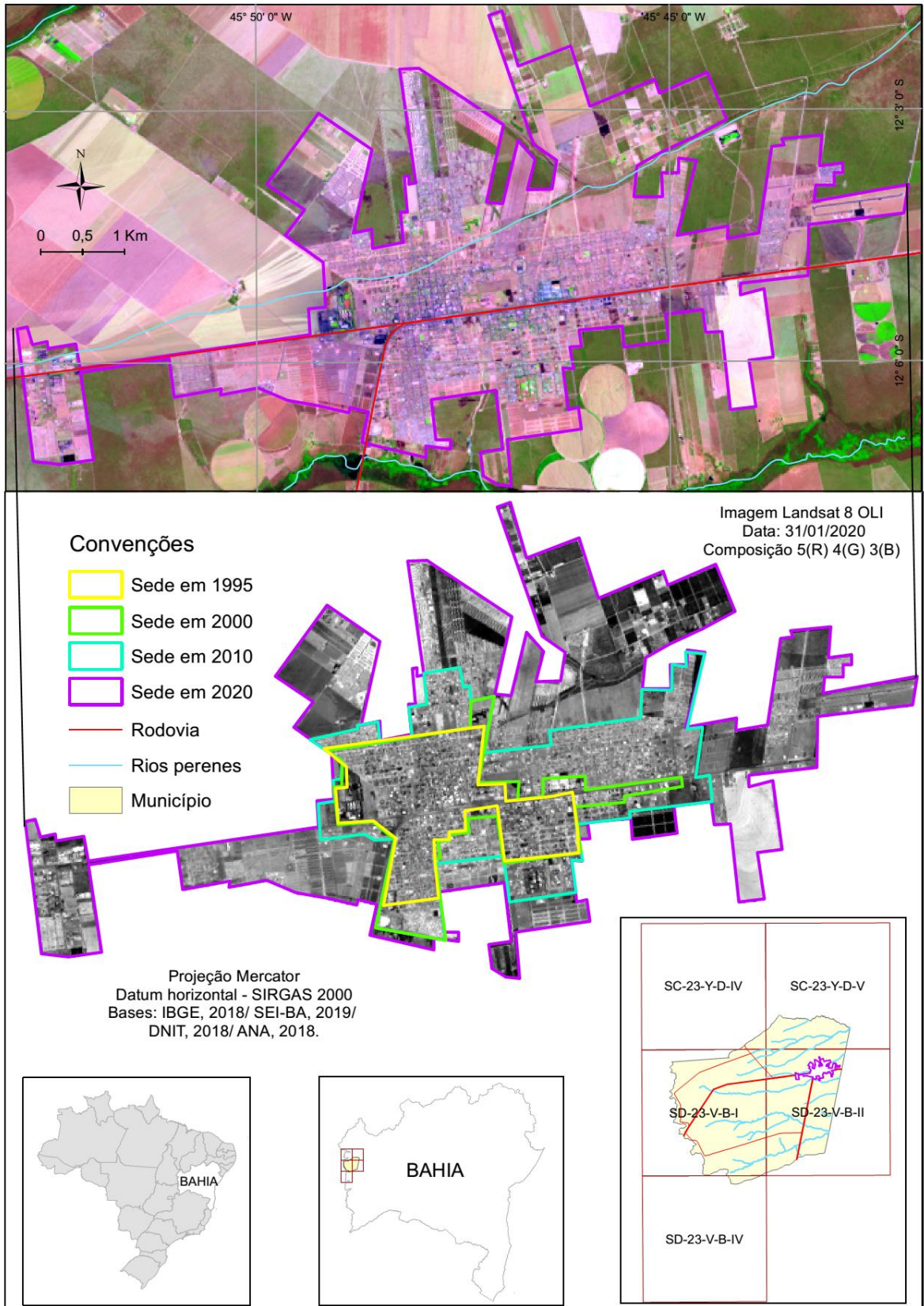


Figura 27 – Evolução da malha urbana de Luís Eduardo Magalhães – BA (1995-2020)
Fonte: Almeida, 2020.

Há uma nítida separação sócio-espacial, que está relacionada ainda à origem dos migrantes, e ao período em que chegaram na localidade. Os demais migrantes, vindos, principalmente, de demais áreas do Nordeste brasileiro, em especial, a própria Bahia, ocupam os bairros de classe média baixa e os mais carentes de infraestrutura. Os sulistas ocupam, em sua maioria, os bairros mais elitizados e de classe média.

As diferenças gritantes entre os bairros Santa Cruz (Figura 28), Jardim das Oliveiras (Figura 29) e Condomínio Pedra do Sonho, no bairro Jardim Paraíso (Figura 30), são as maiores expressões da desigualdade na cidade Luís Eduardo Magalhães. As luxuosas residências neste, bem como os condomínios fechados de alto padrão é uma realidade para poucos, advindos do sul do país, principalmente, no início do avanço da fronteira agrícola na região.



Figura 28 - Bairro Santa Cruz, Luís Eduardo Magalhães – BA, 2017.

Fonte: K. R. Almeida, 2017.



Figura 29 - Residencial Solar dos Buritis, próximo ao loteamento Jardim das Oliveiras, Luís Eduardo Magalhães – BA, 2017.
Fonte: K. R. Almeida, 2017.



Figura 30 - Condomínio Pedra do Sonho, no bairro Jardim Paraíso, Luís Eduardo Magalhães (BA), 2017.
Fonte: K. R. Almeida, 2017.

A localização desses bairros não obedece a uma lógica clara de organização do espaço, a partir de um planejamento sistêmico de diferenciação entre áreas nobres e de população de baixa renda. O espaço urbano é para Corrêa (1989), um conjunto de usos da terra justapostos entre si, a partir da ação de cinco agentes de produção desse espaço: os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários, os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos. Esse espaço é ao mesmo tempo “fragmentado, articulado, reflexo e condicionante, um conjunto de símbolos e campo de lutas” (CORRÊA, 1989, p. 9).

A fragmentação e articulação do espaço urbano se dá a partir desse complexo conjunto de usos da terra, em que cada uma das partes se relaciona com as demais, não podendo ser explicada isoladamente; refletindo ainda a sociedade que o habita, sendo a sociedade dinâmica, o que torna o espaço urbano mutável e complexo. É ainda um condicionante da sociedade, na medida em que se modifica a partir das formas espaciais que são construídas, refletindo tanto as ações do presente, quanto as do passado.

A forte desigualdade ocasionada pela desapropriação de terras a partir de um forte esquema de grilagem, a vinda de migrantes de várias áreas do Brasil, principalmente de cidades nordestinas, com destaque para Irecê, ocasionando o processo de macrocefalia urbana, traz à tona a necessidade de investimentos estatais, nem sempre colocados em prática. O mesmo Estado que proporcionou ou facilitou a grilagem, tem agora que despender recursos para atender às necessidades básicas da população.

O mesmo Estado que possibilitou tornar a terra mercadoria objetivando atrair a produção, depara-se agora, contraditoriamente, com custos adicionais decorrentes dos problemas gerados pela atual modernização. Ele é obrigado a absorver os elevados encargos produzidos pelo acréscimo de excluídos que passam a habitar o urbano. Ao tornar-se expropriada, essa população desloca-se para o urbano com chances muito reduzidas de encontrar qualquer tipo de ocupação nas novas áreas de moradias, o que amplia as suas necessidades de recorrer aos debilitados sistemas de proteção estatal (ALVES, 2006, p. 287 e 288).

Outros encargos estão relacionados à infraestrutura necessária para a produção e circulação de *commodities*, em especial a soja; além dos custos ecológicos atrelados ao avanço da fronteira agrícola, a partir do desmatamento recente dos Cerrados para a produção em larga escala para a exportação (ALVES, 2006). Necessário se faz considerar ainda as desigualdades no uso, disponibilidade e qualidades dos recursos naturais ao se comparar determinadas áreas da cidade.

A partir da tese de Sobrinho (2012), ao estudar a intensa expansão das relações do modo de produção capitalista, com base no agronegócio a partir da década de 1970 no Oeste do Estado da Bahia, cuja ênfase foi as comunidades do vale do rio Arrojado, no município de Correntina (Bahia), e tendo como base a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, o pesquisador analisa os processos relacionados à expulsão/expropriação dos camponeses, e também a territorialização dos mesmos e suas estratégias de reprodução socioterritorial, que se tecem a partir de uma relação conflituosa entre as forças do Estado e do capital.

É possível, a partir da constatação de inúmeras mudanças naquele que antes era o distrito Mimoso do Oeste, e a partir de sua emancipação política, já com o nome Luís Eduardo Magalhães, que houve uma transformação sócio-espacial na localidade, extrapolando os limites do município, em que o Oeste Baiano como todo avançou economicamente a partir do agronegócio. Tal avanço econômico, porém, não guarda ligação direta com o desenvolvimento social.

No caso do município da Barreiras, 50% dos seis entrevistados residentes no município citaram perdas, considerando-se as agrovilas, que são áreas produtoras; e a cachoeira Acaba Vidas, que é uma área turística. Já entre os cinco entrevistados residentes em Luís Eduardo Magalhães, nenhum acredita que houve qualquer perda para o município de origem, argumentando, principalmente, que na divisão da área houve uma preocupação para que os dois municípios comportassem áreas produtivas.

Também foi citada que a longo prazo houve uma redução fiscal, pois somente no quarto ano o município de Luís Eduardo Magalhães teria em mãos toda sua arrecadação. No primeiro ano Barreiras ficou com 75% da arrecadação de Luís Eduardo Magalhães; no segundo ano com 50%; e no terceiro ano com 25% (MOTTA, 2017); (OLIVEIRA, J. 2017).

3.3. PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO MUNICÍPIO BARRA DO MENDES E OS AGENTES POLÍTICOS DE DIVERSAS ESCALAS

A exaltação de um determinado lugar passa pelo seu conhecimento histórico e espacial. Os barramendenses, de modo geral, valorizam a história do município onde vivem e buscam transmitir para as novas gerações esse conhecimento, tanto a partir da escrita, quanto da oralidade. Sua origem e desenvolvimento foram bastante estudados por historiadores locais que se debruçaram na busca de fontes comprobatórias de determinados acontecimentos.

O município de Barra do Mendes tem uma longa história de luta, que culminou em dois processos de “emancipação”⁴⁵. O primeiro ocorreu em 1917, em pleno poderio dos coronéis, que no período da República Velha mostrava força a partir de seus mandos e desmandos, tendo a patente de coronel a partir da Guarda Nacional, criada em 1831, no Período Regencial⁴⁶.

O segundo processo ocorreu em 1958, em que se deu o reestabelecimento do município, mas com uma área menor do que aquela da primeira emancipação. Considerando-se, porém, que houve entre os dois processos um período de 41 anos,

⁴⁵ O segundo processo foi na verdade um reestabelecimento.

⁴⁶ É importante ressaltar que a patente de Coronel da Guarda Nacional, e a patente militar do Exército Brasileiro são diferentes. A patente de Coronel da Guarda Nacional tinha como Ministro da Justiça o padre Diogo Antônio Feijó, com sua criação no período regencial.

é possível que houvessem ocorridos desmembramentos de Barra do Mendes, formando outros municípios, se o mesmo não tivesse deixado de existir.

Buscando entender o processo histórico em que ocorreram esses desmembramentos, optamos por analisar primeiramente a criação do município em 1917, com a Lei nº 1203, de 21 de julho de 1917 (Anexo G), mas buscando fugir de uma visão linear da história; os acontecimentos vão sendo elucidados a partir de estruturas sociais que se interconectam e guardam consigo semelhanças e novas roupagens, com estruturas de poder definidas a partir não somente das instâncias políticas e econômicas, mas também culturais e de parentela.

No primeiro processo já é possível observar as relações de poder internas (locais), e também entre agentes de outras escalas espaciais. Com relação aos agentes políticos locais, destacam-se as figuras de dois coronéis: Militão Coelho (Figura 31), chefe de Barra do Mendes; e Horácio de Matos (Figura 32), com grande influência sobre a Chapada Velha; sendo ambas as localidades pertencentes ao município de Brotas de Macaúbas, cujo chefe político local era o Coronel José João de Oliveira. O maior conflito entre os dois coronéis foi o Cerco de Barra do Mendes, que se iniciou em 7 de janeiro de 1919, e durou cinco meses e um dia.

Segundo a SEI (2001, p. 52), “Para a Chapada Velha, que passa a denominar-se Chapada Diamantina rumaram pessoas de diversos setores da Bahia e de outras províncias”, ou seja, a Chapada Velha e Chapada Diamantina ocupariam o mesmo espaço, mas em tempos diferentes.

Na pesquisa de campo, porém, foi possível observar que a Chapada Velha é um espaço que foi ocupado primeiramente, haja visto que a descoberta inicial das minas se deu nesse ponto, e sua decadência está ligada à história de Barra do Mendes e a luta entre os coronéis.

Segundo Mendonça (2003), o circuito da Chapada Velha é composto dos municípios: Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Gentio do Ouro, Ipupiara, Morpará e Oliveira dos Brejinhos. Nas entrevistas feitas em Barra do Mendes, em abril de 2017, constatou-se, porém, que a Chapada Velha é referida enquanto um povoado.

Para entender melhor o papel dos coronéis no contexto histórico e espacial de Barra do Mendes no início do século XX, considera-se que as imagens sejam importantes para analisarmos as relações de poder intrínsecas ao processo de criação de Barra do Mendes em 1917.

Ambos os coronéis buscavam mostrar sua força, e isso se dava também a partir da divulgação de suas imagens, que lembravam bravos soldados ou pessoas influentes e com certo poder aquisitivo. Como exemplo, ao analisar a acumulação da família Heráclio do Rêgo, Rêgo (2008) argumenta que os dois tipos de patrimônio: material e simbólico, com legitimidade não somente na riqueza material, mas sobretudo da imagem construída sobre si mesma e a forma como é transmitida às outras pessoas, se dá a partir do nome, e também da fotografia. Esta estava relacionada ao poder pessoal, mas também à família, que ia muito além daquela parental.

A fotografia funciona, também, como meio de comunicação, já que transmite uma determinada imagem a outras pessoas; de dominação, porque a mensagem transmitida tem geralmente o objetivo de conquistar e preservar uma posição superior na sociedade; de integração, sobretudo no que se refere às fotografias de família, cuja principal razão de ser é transmitir uma visão de integração do grupo; e de memória, porque serve para conservar e multiplicar a recordação dos acontecimentos familiares e individuais (RÊGO, 2008, p. 19).

Nas imagens que se seguem é possível analisar a força e o poder que se queria transmitir a partir da imagem. Na figura 31, o Coronel Militão Coelho aparece com uma vestimenta de soldado, para assim mostrar sua bravura. Em outras fotografias o Coronel Horácio de Matos também aparece dessa forma, mas na figura 32 o mesmo se apresenta enquanto alguém honrado e influente na sociedade.



Figura 31 – Coronel Militão Coelho
(1859-1919)

Fonte: (COSTA, 2014).



Figura 32 – Coronel Horácio de Matos
(1882-1931)

Fonte: capa do livro “O chefe Horácio de Matos (CHAGAS, 2012).

Esses agentes políticos locais mantinham relações de compromisso com outros agentes de diferentes escalas, principalmente da estadual. Militão Coelho tinha como aliado político o senador estadual da Bahia, Frederico Augusto Rodrigues da Costa⁴⁷, que permaneceu nesse cargo de 11 de agosto de 1912 até a “Revolução de 1930”, ocupando a presidência do Senado de 1915 a 1930, com exceção de um pequeno intervalo entre agosto de 1918 e abril de 1919, sendo este quem assinou o documento de criação do município de Barra do Mendes. Durante o período em que esteve no Senado, Frederico Costa tomou posse por sete vezes do executivo estadual da Bahia, em caráter interino, por ser o primeiro substituto constitucional.

No período entre 1916 e 1920 o referido senador era contrário à política de Antônio Muniz de Aragão, o governador da Bahia no período. As críticas estavam

⁴⁷ Entre 02 de julho de 1891, com a Constituição da Bahia, no qual em seu Art. 7º - determinava que “A Câmara dos Deputados compõe-se de 42 membros e o Senado de 21” até a Revolução de 1930. A Constituição da Bahia de 1935, extinguiu o senado no âmbito estadual, agindo de forma autônoma, pois não havia determinação na Constituição Federal de 1934 da sua extinção. Na Constituição da Bahia de 1947 houve uma inovação, em que o legislativo não seria bicameral, mas existiria outra composição nos recessos da Seção Permanente. O sistema foi chamado assim de *sui generis*. (BAHIA, 1891, 1935, 1947; ASSUNÇÃO, 2009; BAHIA, 2020)

relacionadas à distribuição de favores na administração do estado; além de responsabilizar o governador pelos conflitos ocorridos entre os sertanejos em 1919.

O Sr. Aragão apoiava J. J. Seabra, que governou a Bahia de 1912 a 1916 e de 1920 a 1924; e ainda que Seabra apoiasse Muniz, Frederico Costa era da ala anti-Muniz. Em 1923 rompeu com Seabra, por haver este retirado o seu apoio à candidatura de Góis Calmon. Ainda assim, Góis Calmon foi eleito para governar entre 1924 e 1928.

Segundo Sousa, L., (2017), o governador Antônio Muniz de Aragão não tinha interesse na emancipação de Barra do Mendes, mas sendo Frederico Augusto Rodrigues da Costa aliado político do coronel Militão Coelho, houve então uma solicitação deste, aproveitando-se da oportunidade do cargo interino da governadoria da Bahia.

Temos conhecimento da primeira emancipação de 1917, em 21 de julho de 1917 [...]. foi uma empreitada pós-guerra, guerra interna, houve uma guerra aqui entre os municípios. Foi na época da República Velha, o poderio dos coronéis, e o coronel local, e toda essa empreitada para conseguir emancipar a vila de Barra do Mendes na época, ou melhor, não era vila, o arraial de Barra do Mendes. Na época existia o senado estadual, instituição convertida, e o deputado Frederico Costa era um aliado político do coronel Militão Coelho. Assumiu a governadoria quando o Governador Antônio Ferrão Muniz de Aragão se ausentou em viagem à Europa. Ele assumiu como presidente do Senado Estadual, assumiu a governadoria. Então o coronel Militão aproveitou a oportunidade de ter alguém que tinha ligações políticas com ele, e solicitou a emancipação política de Barra do Mendes. Não foi assim totalmente uma emancipação fórum de cidade, mas fórum de vila. (SOUSA, L., 2017).

Com relação às condições da localidade para ser emancipada naquele momento, Mendonça (2003) argumenta que em 1917 já residiam 600 habitantes no povoado de Barra do Mendes, que foi emancipada pela Lei Estadual nº 1.203, de 21 de julho de 1917, sendo o município instalado no dia 31 de janeiro de 1918, quando houve grande festa, e fora empossado o seu primeiro Intendente Municipal: o Tenente Coronel Adelino Rodrigues Coelho (filho do Coronel Militão Coelho); e também o primeiro conselho municipal, tendo como presidente o Sr. José Joaquim Sodré; como vice-presidente o Sr. José Antônio Mascarenhas; 1º e 2º secretários José Custódio de Sousa e João Alves Barreto respectivamente; além dos conselheiros municipais (vereadores): Venceslau de Sousa Pacheco, Francisco Alves de Sousa e Heliodoro Joaquim de Amorim, e outras autoridades judiciárias (MENDONÇA, 2003).

Essa conquista, porém, não durou muito, por conta do embate entre coronéis, pois após três anos de lutas, conflitos e intrigas entre Horácio de Matos, da Chapada Velha, e Militão Coelho, de Barra do Mendes, além de outros coronéis da região, o município de Barra do Mendes foi extinto.

Aos 21 de julho de 1917, por força da Lei Estadual nº 1.203, assinada pelo Senador Estadual Frederico Augusto Rodrigues da Costa, Governador em Exercício, Barra do Mendes é elevada a categoria de Vila e Município, sendo instaladas as instituições correspondentes, até 24 de maio de 1920, quando o Governador José Joaquim Seabra revoga tudo, extinguindo-o pela Lei Estadual nº 1.388, reanexando ao município de Brotas de Macaúbas, de onde havia sido desmembrada (SOUSA et al., 2014, p. 7).

O processo que durou três anos foi carregado de muitas rivalidades, como o cerco de Barra do Mendes, que durou cinco meses e um dia. Como o coronel Horácio de Matos saiu fortalecido da campanha de 1919, sendo o ocorrido noticiado em vários jornais da época, tanto de Salvador quanto do Rio de Janeiro, São Paulo, e outras capitais.

Isso fez com que o seu nome fosse bem cogitado, inclusive com o apoio de várias autoridades na época. Horácio de Matos foi então convidado para liderar a campanha chamada reação sertaneja, com o objetivo de marchar até a capital baiana e impedir a posse do governador eleito J.J. Seabra, já que os coronéis acreditavam que havia ocorrido falhas nas eleições estaduais de 1919.

Ao longo dos três anos, depois de 1917 houve embate entre os coronéis Horácio de Matos e Militão Coelho né, Chapada Velha, Barra do Mendes, com a anuência e ajuda também de Brotas de Macaúbas, a favor do coronel Horácio de Matos, em torno de Chapada Velha. Então, o coronel Militão, depois de 5 meses e 1 dia de batalha foi constrangido a ceder, e como de fato cedeu; e Horácio de Matos saiu vitorioso naquela campanha, em 1919, e fortalecido; daí o convite do conselheiro Rui Barbosa e dos irmãos João e Otávio Mangabeira, Dr. Paulo Fontes, Simões Filho, e uma série de personalidades baianas na época, oposição ao J. J. Seabra. E o Antônio Ferrão Muniz de Aragão, então governador, estava querendo fazer sucessor com o J. J. Seabra, que já havia entregado a governadoria né, e então ia devolver ao J. J. Seabra. Então a oposição viu no coronel Horácio de Matos uma figura de destaque, por ter saído vitorioso dessa campanha de Barra do Mendes, depois de 5 meses e 1 dia de ferrenha luta. Os jornais noticiaram bastante isso (SOUSA, L., 2017).

Segundo Barbosa (2008), o Dr. Antônio Muniz havia governado de acordo entendimento com o ex-governador J.J. Seabra, que em sua gestão tinha forte oposição, principalmente o Partido Republicano da Bahia, os chamados severinistas, chefiado pelo Sr. Severino Vieira. Os opositoristas acusavam o governo de

“inomináveis arbitrariedades e violências” (BARBOSA, 2008, p. 75). As eleições foram disputadas entre Paulo Martins Fontes, opositorista, e José Joaquim Seabra, com fortes indícios de fraude eleitoral (SPANNEBERG, 2015).

Os chefes sertanejos Horácio de Matos, da Chapada Velha (no período pertencente a Barra do Mendes); Anfilóbio Castelo Branco, de Remanso; e Marcionílio Antônio de Souza, de Maracás, foram informados da repulsa popular contra o intento Muniz – Seabra, convocando-os a se mobilizarem e em grande reação armada a acontecer simultaneamente, em várias regiões do interior do Estado, “e a reação explodiu, no Nordeste, na zona do São Francisco, na de Maracás e na do Centro Oeste, esta extensa desde o São Francisco até as Lavras Diamantinas, e ainda compreendendo alguns municípios da Zona de Orobó” (BARBOSA, 2008, p. 79).

Segundo Chagas (2012), o nome do coronel Horácio de Matos já era visto pela oposição como um importante elemento para sua campanha. Foi então que enviaram um emissário, o Sr. Manoel Alcântara de Carvalho, que lhe ofereceu dinheiro, armas e munições. O dinheiro seria para arcar com as despesas. A partir disso, Horácio foi convidar seus amigos para marcharem para a Capital.

De olhos D'Água do Seco mandou Horácio chamar em Palmeiras os amigos Lídio Francisco Belo e Olímpio Antônio Barbosa e revelou-lhes o plano: Havia recebido um convite dos líderes da Oposição para promover um movimento revolucionário em grande escala (do São Francisco às Lavras Diamantina) coordenado com o chefe de Remanso, Anfilóbio Castelo Branco, e o de Marcionílio Antônio de Souza, chefe de Maracás, contribuindo assim para uma insurreição geral do povo sertanejo contra a manobra escandalosa do Seabra, de querer perpetuar-se no poder pela fraude eleitoral (CHAGAS, 2012, p. 97 e 98).

Não se busca analisar aqui se houve ou não fraude nas eleições de 29 de dezembro de 1919; e se houve abusos nos mandatos de J.J. Seabra e Antônio Ferrão Muniz de Aragão; o que se pode afirmar é que a informação que chegou aos chefes sertanejos, os coronéis de mais “prestígio” naquele período, era de que ocorrera fraude eleitoral, pois os mesmos foram procurados e convencidos pelos opositoristas.

Barbosa (2008) compreende que o intento Muniz – Seabra menosprezava a vontade popular, além de espezinhar e violentar o povo governado. Muniz (2010), porém, acredita que o momento era de crise mundial por conta da Primeira Guerra Mundial, tendo a Bahia dificuldades para exportar seu cacau e o fumo para a Alemanha, que eram imprescindíveis para a economia baiana. Assim, houve aumento

de preço de diversos produtos, sendo o governo cobrado para que tomasse providências.

Antônio Muniz assumiu o governo do estado no dia 29 de março de 1916. Seu mandato (1916-1920) coincidiu com o aprofundamento da crise econômica vivida pela Bahia em decorrência da Primeira Guerra Mundial. A dificuldade de exportar cacau e fumo para a Alemanha debilitou mais ainda a frágil economia baiana, provocando aumento nos preços dos gêneros de primeira necessidade. O descontentamento da população desencadeou movimentos populares contra a carestia, cobrando providências do governador. Em 1917, mas principalmente em 1919, Salvador foi abalada por uma onda de greves. No interior, o governador também enfrentou forte oposição. Sem a habilidade política e o carisma de seu antecessor, tentou submeter os coronéis à sua autoridade através de intervenções armadas que, malsucedidas, lhe angariaram poderosos inimigos (MUNIZ, 2010, p. 2).

Os chefes sertanejos decidiram, então, marchar para a capital e lutar para que Seabra não assumisse o governo. Assim, segundo Chagas (2012), a Reação sertaneja inaugurou, muito antes que a Coluna Prestes, a guerra de movimento, ocupando diversos municípios, dentre eles: Orobó, Wagner, Itaberaba, Capivari e Baixa Grande, Campos de São João, Estiva, e até Lençóis, cujo chefe, o Sr. Lili, nada fez para deter o ataque, temendo que seus amigos fossem massacrados em seu nome, ou seja, não houve nenhum tipo de resistência.

No período, os combatentes do lado do Coronel Militão Coelho, chefe de Barra do Mendes, eram chamados de Mosquitos, e aqueles do lado de Horácio de Matos recebiam o nome de Mandiocas. Estes, por sua vez, temiam a qualquer momento o ataque dos Mosquito, mas isso não aconteceu.

Depois de Lençóis foi a vez de Campos de São João, local onde recebeu representantes das cidades vizinhas: Palmeiras, Andaraí, Mucugê e Lençóis, sendo que os representantes deste, dentre eles o Sr. Armando Pereira, insistiu para que Horácio fosse residir em Lençóis, para que a paz fosse reestabelecida. “Em princípios de fevereiro de 1920, entrava Horácio de Matos em lençóis, onde fora Aclamadíssimo. O povo saiu em massa para recebê-lo, e, na extensão de um quilômetro, a multidão entusiasmada abriu alas para deixar passar o novo chefe” (CHAGAS 2012, p. 108).

No início de fevereiro de 1920, Horácio de Matos se encontrava em Lençóis, momento em que o mesmo escreve ao Sr. Ruy Barbosa, senador da Bahia que se encontrava na cidade de Salvador, informando da marcha em curso à capital, em que suas forças atingiam a estrada de ferro da Central da Bahia.

Os acontecimentos no sertão se precipitaram vertiginosamente. Anfilóbio Castelo Branco, chefe de Remanso, ameaçava ocupar Juazeiro com mais de mil homens em armas. Marcionílio Antônio de Souza, chefe de Maracás, movia-se com mais de 500 homens em direção a Nazaré. E Horácio de Matos se aproximava de Sítio Novo, devendo os três chefes, com suas forças, convergirem sobre a Capital, a fim de impedir a posse do candidato governista e empossar pela força das armas o candidato da oposição (CHAGAS, 2012, p. 110).

O governador, temendo não conseguir deter a Reação Sertaneja, solicitou intervenção federal. O Presidente da República na época, o Sr. Epitássio Pessoa, resolve, então, fazer uma intervenção na Bahia, decretada em 23 de fevereiro de 1920, para garantir a posse de J.J. Seabra, embora os oposicionistas acreditassem que a intervenção seria a favor de Paulo Fontes.

A Constituição Federal de 1891 previa a intervenção nos estados para que fosse decidida a legitimidade de poderes. Em seu Art. 6º, diz que “o governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados salvo: [...] 3º para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados”.

Este artigo foi substituído com a Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926, que no mesmo artigo, § 1º, diz que cabe ao Congresso Nacional, privativamente, “decretar a intervenção nos Estados para assegurar o respeito aos principios constitucionaes da União (nº II); para decidir da legitimidade de poderes, em caso de duplicata (nº III), e para reorganizar as finanças do Estado insolvente (nº IV) (BRASIL, 1926).

Mas é preciso destacar que havia críticas com relação à intervenção, que segundo Barbosa (2008) eram em parte, por paixões partidárias, mas outras de natureza jurídica. A constitucionalidade da intervenção federal “foi largamente debatida na imprensa da Capital Federal pelo senador Ruy Barbosa e pelo próprio Epitássio Pessoa, ambos grandes juristas, sendo os seus artigos enfeixados depois, no livro: “O Artigo VI da Constituição”” (CHAGAS, 2012, p. 111).

As negociações foram feitas pelo General Cardoso de Aguiar, o interventor federal, que contava com seis mil homens para o possível embate com os sertanejos. Mas antes que isso pudesse ocorrer, foram tomadas medidas para enfraquecer o movimento dos chefes sertanejos. O primeiro deles foi censurar os correios e telégrafos. Depois enviou forças do exército para ocupar as cidades de Serrinha e Bonfim, e outros pontos estratégicos do Recôncavo.

O terceiro passo foi enviar emissários para apelar para cada um dos chefes separadamente. Para tratar da pacificação com Horácio de Matos foram para Lençóis dois emissários do interventor federal: Joaquim Caribe e o capitão Felinto César Sampaio, acompanhados do coronel Aureliano de Brito Gondim, Chefe político de Andaraí, além do juiz de direito e capitão da Polícia Militar de Andaraí da mesma comarca (CHAGAS, 2012).

Ao buscar acordo de forma separada com os chefes sertanejos, que sem nenhuma forma de contato com os demais, e nenhum auxílio ou instruções dos oposicionistas, aceitaram a proposta do interventor federal. “Desde quando os sertões ficaram privados da comunicação com os líderes da capital, os negócios da reação não podiam estar muito bem” (BARBOSA, 2008, p. 94).

Houve, então, um acordo entre os coronéis para que parassem a marcha até a capital, cessando assim as hostilidades. Sendo que o apelo feito por meio de telegrama aos chefes sertanejos foi primeiro dirigido aos da zona Sanfranciscana, do Nordeste e da região de Maracás, tendo já em mãos as respostas destes quando se dirigiu ao coronel Horácio de Matos (BARBOSA, 2008).

Na negociação, ficou restabelecido o governo de Lençóis, com o comando do Coronel Horácio de Matos na cidade de Lençóis, então sede da Chapada Diamantina. Além da supressão do município de Barra do Mendes, sendo essa uma exigência do coronel João Arcanjo Ribeiro, intendente de Brotas de Macaúbas em 1919, aliado do coronel Horácio de Matos.

Com o governo da Bahia, também conhecida reação sertaneja para impedir a posse do J.J.Seabra, que havia ganhado as eleições do Dr. Paulo Fontes, então, os líderes de oposição João Barbosa, os irmãos Mangabeira, Simões Filho, e mais outras figuras públicas do estado da Bahia na época, eles conseguiram que alguns coronéis do interior, não só do Recôncavo e do São Francisco, mas também da Chapada diamantina, impetrasse essa campanha para impedir a posse do Joaquim Seabra em detrimento ao Dr. Paulo Fontes, de direito na época. [...]. Então, teve a necessidade da intervenção federal, o Dr. Epitássio Pessoa, Presidente da República, fez a intervenção na Bahia, pedindo o General Cardoso de Aguiar viesse fazer as negociações, afim de garantir a posse do Dr. J.J. Seabra, como governador da Bahia em 1920. Então, havia um acordo entre os coronéis, para que cessassem as hostilidades e parassem a marcha até a capital, [...] e já estavam também enfraquecidos perante algumas posições, e eles cederam, e o governo de Lençóis foi estabelecido com o coronel Horácio de Matos, logicamente, na cidade de Lençóis na Chapada Diamantina, e uma das causas que ficaram acordadas no comando de Lençóis era a supressão do município de Barra do Mendes e sua reanexação ao seu antigo território, o município de Brotas, por uma imposição do líder político de Brotas de Macaúbas, que era aliado ao coronel Horácio, o coronel João Arcanjo Ribeiro (SOUSA, L., 2017).

Toda essa narrativa da história da Bahia se faz necessária porque não se pode compreender o processo de criação do município de Barra do Mendes sem analisar os processos mais abrangentes da política baiana no período. Assim se compreende melhor também a forma como os agentes das mais variadas escalas do poder, desde o local, como os conflitos entre os coronéis; passando pelo regional, com a figura do coronel Horácio de Matos e seus relacionamentos com amigos e coronéis de outras regiões; o estadual, com as disputas pela governadoria entre J. J. Seabra, da situação e logrando um terceiro mandato, juntamente com o Sr. Antônio Ferrão Muniz de Aragão; e também nacional, com a figura do Presidente da República, o Sr. Epitássio Pessoa, que ordena a intervenção federal na Bahia.

De forma mais específica, segundo Mendonça (2003), o território de Barra do Mendes voltou a integrar-se ao município de Brotas de Macaúbas por uma exigência do Cel. Horácio de Matos, evidenciada no “Convênio de Lençóis” de 23 de março de 1920, constando em sua cláusula terceira que “o governo promoverá por todos os meios ao seu alcance, a supressão do município de Barra do Mendes e a sua incorporação ao município de Brotas de Macaúbas” (apud MENDONÇA, 2003, pg. 29)

Com a supressão de Barra do Mendes e sua reintegração a Brotas de Macaúbas, pela lei Estadual nº 1.388, de 24 de maio de 1920 (Anexos H e I), houve assim o retorno de sua condição de arraial; e somente em 1933 passou à condição de vila, distrito de Brotas de macaúbas. A partir disso, a localidade “conseguiu que algumas pessoas, personalidades locais, fossem eleitos prefeitos de Brotas de Macaúbas, do município, a exemplo do médico, Dr. Sebastião Nestor dos Santos, Genro do falecido Militão Coelho [...]” (SOUSA, L., 2017). Este nem assistiu a supressão do município, já que faleceu em 21 de dezembro de 1919.

Sebastião Nestor Santos foi afastado e assumiu seu cunhado Nestor Coelho. Com a morte deste em 1953, assumiu para deputado estadual, Hélio Ramos, que era seu suplente. Momento em que volta a tentativa de emancipação do município, mas como foi constatado que Barra do Mendes já havia sido elevado anteriormente à condição de vila, poderia ser feito não uma emancipação, mas uma restauração do município.

Importante notar, porém, que as investidas para restabelecer o município não foram por parte de Nestor Coelho, mas sim, de outras personalidades locais; e com a morte de Nestor Coelho em 1953, quem assumiu a vaga foi o então deputado estadual Hélio Ramos, que era o seu suplente. Em um primeiro momento, buscava-se os

trâmites legais para emancipar o município, mas depois foi verificado que o município já havia existido, e que por isso não seria preciso um plebiscito, mas a restauração do município de Barra do Mendes (Figura 33).

Eu não sei porque, eu não entendo, porque caiu no esquecimento essa primeira emancipação, uma vez que a década de 50 do século XX estava recente; de 1920 a 1957 só estava distante aí 37 anos, então relativamente novo. Eles não se lembravam mais que Barra do Mendes já havia sido município. Então uma senhora chamou o Antônio Sodré e disse a ele, que eles estavam seguindo por um caminho errado, que Barra do Mendes já tinha sido município. Então, depois que foi trazido isso avante, ficou mais fácil o processo porque dado busca por Hélio Ramos na Assembleia Legislativa e nos anais da Assembleia, foi encontrado realmente o decreto de 1917. Então, não se cogitou mais a emancipação, e sim, o reestabelecimento, extinguido assim a necessidade de um plebiscito, o que seria bastante difícil já que Brotas não queria perder esse território, essa faixa de terra, e conseqüentemente, os impostos e outros benefícios mais que a vida de Barra do Mendes concedia ao município de Brotas. Então, ficou mais fácil, o deputado, então chefe da comissão de emancipação, Antônio Carlos Magalhães, que foi quem liderou todo esse processo (SOUSA, L., 2017).

Há controvérsias sobre a participação efetiva do então deputado estadual Antônio Carlos Magalhães na restauração do município de Barra do Mendes. Em 1958 também houve ainda uma discussão sobre os demais distritos, já que pela lei original de 1917 Ipujiara Jordão seria distrito de Barra do Mendes, mas o então deputado Antônio Carlos Magalhães era votado nesse distrito, com o apoio da liderança local, o Coronel Artur Ribeiro, emancipando também esse município, que passou a denominar-se Ipujiara.

Morpará também seria distrito de Barra do Mendes, mas foi também emancipado logo depois, em 16 de julho de 1962 pela lei estadual nº 1722, desmembrado dos municípios de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos. (IBGE, 2019a).

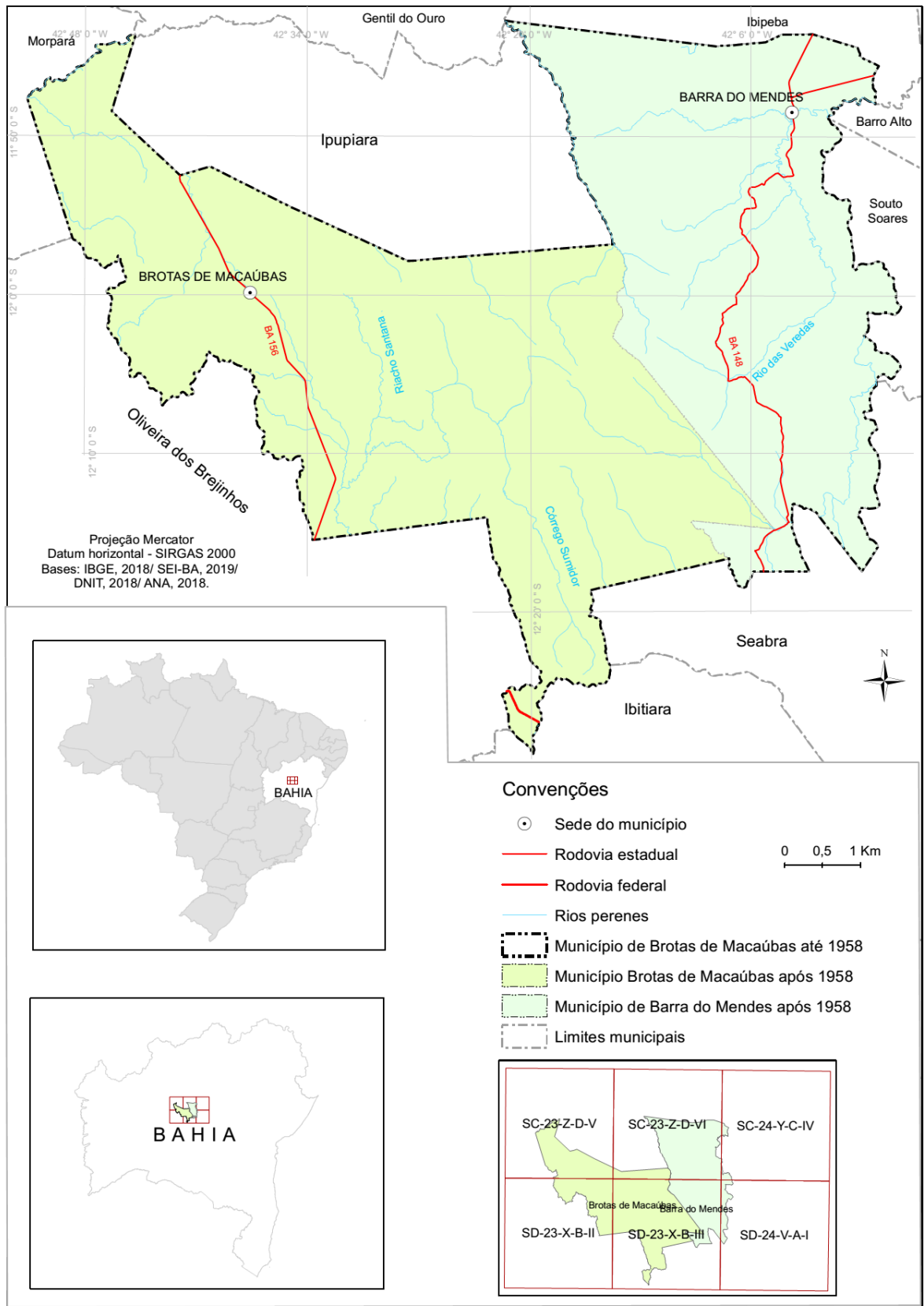


Figura 33 – Restauração do município de Barra do Mendes em 1958

Fonte: K. R. Almeida, 2017

3.3.1. A relação entre o coronelismo e a evolução territorial de Barra do Mendes

Ao tratar da origem de Barra do Mendes e da sua evolução territorial, é importante colocar que este é um estudo geográfico, mas que procura, a partir de fatos históricos, explicar os processos de emancipação/restauração do município e as especificidades locais; além de buscar correlacionar os acontecimentos com um contexto mais geral, considerando assim várias escalas espaciais e temporais.

Vale dizer que a história deste município é extremamente rica, e contada de forma fidedigna por historiadores locais, como Edízio Mendonça, Liandro Souza e Eduardo Mendonça; além dos relatos a partir da oralidade daqueles que participaram da história de Barra do Mendes e vários livros de outros historiadores, como “O chefe Horácio de Matos”, de Antônio Chagas (2012), e “Horácio de Mattos: sua vida e suas lutas”, de Olympio Barbosa (2008), que também retratam a história local ao trazer à tona a vida de um coronel influente na localidade, e que deixou marcas a partir de suas ações.

De uma forma mais ampla, ao analisar a evolução territorial e administrativa no estado da Bahia a partir de um registro evolutivo, semelhante a uma árvore genealógica, a SEI (2001) observa que o processo foi gradual, acontecendo de forma lenta no decorrer de quatro séculos, em que contribuiu para configuração de seus limites externos atuais, a junção de cinco capitanias hereditárias, com posterior transferência da comarca do Rio São Francisco; mas com uma transformação interna maior durante a segunda metade do século XX, considerando assim quatro cortes que separam os períodos: 1827, por considerar uma data próxima à Independência do Brasil, e a Bahia assume nessa época sua configuração atual; 1889, por ser o ano da Proclamação da República e também da publicação da primeira Lei Orgânica dos Municípios; o ano de 1940 foi escolhido por ter ocorrido, a partir do advento do Estado Novo, a reorganização da divisão territorial e administrativa do país. Além do contexto da publicação do livro, que data do ano 2001.

O movimento de avanço de fronteiras, melhor dizendo, de conquista de território, tudo indica, havia chegado ao fim, pelo menos da maneira como vinha acontecendo. Desse modo, o estado da Bahia assumiu sua atual configuração externa após a fusão das capitanias Bahia de Todos os Santos, Porto Seguro, São Jorge dos Ilhéus, Peroassu e Itaparica/Tamarandiva, para formar a capitania da Bahia, no século XVIII, e da incorporação da Comarca do Rio São Francisco, no século XIX, até então pertencente à Capitania de Pernambuco. Não obstante, o arranjo espacial interno continuou em

movimento, em decorrência dos sucessivos desmembramentos”. (SEI, 2001, p. 7)

A criação de vilas ocorreu de forma lenta e gradual até o século XIX, tornando-se mais dinâmica a partir desse período, pois às províncias passou a ser facultado subdividirem seus próprios territórios, a partir da proclamação da Independência do Brasil, e da Constituição brasileira de 1824, o que era antes feito apenas pelo poder central. “Com isso, 63 vilas foram criadas, entre 1827 e 1889, número superior ao somatório daquelas criadas nos séculos XVI, XVII e XVIII” (SEI, 2001, p. 23).

Esses desmembramentos, com a criação de novos municípios, alteraram o espaço interno, somando-se hoje 417 municípios baianos, sendo que 49 foram extintos e restaurados posteriormente, com destaque para o ano de 1931, em que foram extintas 20 unidades político-administrativa na Bahia, e em 1933 foram restauradas 15.

Somente quatro dessas unidades jamais voltaram à condição anterior: Vila Verde, Trancoso, Olivença e Barcelos, sendo os dois primeiros distritos pertencentes a Porto Seguro; Olivença pertencente ao município de Ilhéus, e Barcelos, distrito de Camamu (SEI, 2001). No caso do município de Barra do Mendes, este foi extinto em 1920, com pouco mais de dois anos após a sua criação, e restaurado em 1958, sendo instalado em 1959.

Enquanto o município Luís Eduardo Magalhães tem sua história marcada pelo avanço da fronteira agrícola, com as atividades ligadas ao agronegócio, a história de Barra do Mendes está ligada à mineração, que se inicia na Chapada Velha, e depois marca o desenvolvimento da Chapada Diamantina, no século XVIII e, principalmente, no século XIX, com a descoberta de ouro e, em seguida, diamante, com uma concentração maior das atividades nos municípios de Lençóis, Mucugê, Andaraí e Palmeiras.

Segundo Toledo (2008), a região das lavras baianas pode ser compreendida a partir de três formas sucessivas de atividades econômicas: a pecuária, a escravista das lavras, e a região das lavras pós-abolição, assumindo a cidade de Lençóis, uma centralidade regional, sempre buscando adaptar-se para viabilizar a reprodução ampliada do capital.

A descoberta das minas de ouro pelos bandeirantes paulistas determinou por carta régia de 5 de agosto de 1720 a criação da que viria a ser a “capital do ouro” na Bahia, a Vila de Santo Antônio da Jacobina. Havia interesse por

parte do governo em criar vilas no sertão, de modo a oferecer garantias civis e políticas aos moradores que se ocupavam com a criação de gado e com a mineração. Por outro lado, buscava-se também, algum rendimento para a Coroa, pois os gastos com a administração eram muito altos. O primeiro local escolhido para sediar a vila foi o sítio de Sahy, missão Nossa Senhora das Neves, mas sua transferência para a atual sede do município impôs-se a partir de 5 de junho de 1724 (SEI, 2001, p. 43).

Era uma comarca bastante vasta, que compreendia três freguesias: Santo Antônio de Pambu, Santo Antônio da Jacobina e Santo Antônio do Urubu (SEI, 2001). Mas até meados do século XIX, só eram garimpados diamantes na Chapada Velha. A partir desse momento, a extração passou a ser uma realidade em vários municípios da Chapada Diamantina, partindo de Mucugê, em que “já em 1841, registros oficiais relatam a descoberta de diamantes na Bahia pelo sargento-mor Francisco José da Rocha Medrado ou um dos seus serviçais, em sua propriedade localizada as margens do rio [...] Paraguaçu (COUTO & MOREIRA, 1993 apud MATTA, 2006, p 92).

Houve então uma mudança espacial da mineração na Bahia, deixando essa de ser praticada na Chapada Velha e passando a ser realizada na Chapada Diamantina, iniciando-se no município de Mucugê, e “se alastrou logo para os lugares de Roncador, Lençóis, Pedra Cravada, Estiva e Andaraí, sendo que, dentro de uns doze anos, Lençóis ficou sendo o núcleo principal das novas descobertas” (BARBOSA, 2008, p. 27).

Com o declínio das atividades do garimpo, e a degradação ambiental, o turismo ganhou força: Ecoturismo e turismo de aventura. Assim, a partir da pressão de vários grupos da região, foi criado o Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), em 1985, pelo Decreto Nacional nº 91.655; e a cidade de Lençóis foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN) como Patrimônio Nacional (MATTA, 2006).

Paradoxalmente, há uma busca pelo retorno das atividades mineradoras. Segundo Matta (2006), a partir de entrevistas nos municípios de Lençóis e Andaraí, 96% das pessoas entrevistadas neste e 79% naquele, acreditam que era melhor o garimpo do que o turismo na região; sendo que 83% dos entrevistados em Lençóis e 89% dos entrevistados em Andaraí são favoráveis à continuação do garimpo na Chapada Diamantina.

No município de Barra do Mendes muitas lutas foram travadas entre coronéis, envolvendo grupos aliados e oponentes que buscavam conquistar, manter ou expandir o poderio territorial. Algumas figuras emblemáticas, como Militão Coelho,

Clementino de Matos e Horácio de Matos, sobrinho de Clementino, deixaram suas marcas na localidade, e para além dos limites regionais. A relação com outros agentes externos, seja como aliados ou oponentes revela um poder multiescalar, considerando desde a busca pela emancipação, em 1917, até a Reação Sertaneja, que ocasionou a sua extinção.

Ao tratar da ocupação e conquistas territoriais, é preciso considerar, porém, que a história é contada por homens brancos e não indígenas, no qual ao indígena é relegado o papel daquele que impede o “progresso”, mas que com o desbravamento de “homens corajosos”, deixam suas aldeias, e vão construí-las em outro lugar, ocupando assim um papel secundário.

Os primeiros habitantes da área onde está localizada a cidade de Barra do Mendes, foram os índios Tapuias. Cujos índios construíram as suas aldeias à margem do Rio Vereda do Jacaré. Partindo do litoral ou do recôncavo, as “entradas” que vinham em direção do Rio São Francisco faziam por diferentes rotas, muitos teriam transporto o Rio vereda do Jacaré, naquelas paragens enfrentando os índios que ali habitavam. Os índios depois de muito resistirem, se descolaram para outras plagas (MENDONÇA, 2003, p. 19).

Também as mulheres são pouco citadas como agentes dos processos emancipatórios e da história local de modo geral. As exceções são D. Laurinda Olímpia Sodré, que contribuiu de forma decisiva para a restauração do município em 1958; Dona Maria Romana (Figura 34), quando em 28 de março de 1926, ao chegar do 4º destacamento da Coluna Prestes, sob o comando do Major Djalma Soares Dutra⁴⁸, comunicou ao major que a população da vila não queria o combate.

Ao entrar em Barra do Mendes, depois de desalojar a tropa que se encontrava defendendo a vila, Dutra encontrou na sua casa comercial, Dona Maria Romana, que intercedeu a favor do povo local, comunicando ao Major que não foi a população da Vila que tomara parte no combate, e que o fogo fora sustentado pelos jagunços de Horácio de Matos. Dutra resolveu atendê-la, tratando os moradores com delicadeza e respeito. O gesto de Dona Maria Romana, colocando a bandeira branca, pedindo paz, permanecendo na vila e intercedendo a favor dos habitantes, foi na verdade, um ato de grande coragem (MENDONÇA, 2003, p. 91)

⁴⁸ No mesmo período o grosso da Coluna se deslocou para Queimada do Mendes, localidade próxima.



Figura 34 – Dona Maria Romana Farias Leite
 Fonte: Mendonça e Sousa, L., (2012)

Posteriormente, no dia 11 de maio de 1926, o grosso da Coluna Prestes “passava pela caatinga do Ângelo, ocupando Barro Alto. E uma parte marchou novamente na direção de Barra do Mendes, a partir do 2º Destacamento, tendo como comandante o Tenente Coronel João Alberto Lins e Barros (CHAGAS, 2012).

Os “revoltosos” foram recebidos à bala pelas forças de Horácio de Matos, sob o comando de Francisco Alves de Souza (Chico de Tibúrcio), e ocupou Barra do Mendes após intenso tiroteio. Mais uma vez houve a atuação de Dona Maria Romana, verdadeira heroína de Barra do Mendes, que suspendeu a bandeira branca pedindo paz, fazendo com que as vidas fossem poupadas; mas ainda assim, muitas casas e lojas foram saqueadas, inclusive a loja de Dona Maria Romana, que “era comerciante em Barra do Mendes, viúva, dinâmica, reconhecidamente honesta, que ao marchar para a frente de mais de 200 homens armados e nervosos, devido o ataque que sofreram, revelou um alto grau de coragem, nobreza e abnegação” (MENDONÇA, 2003, p. 92).

Nesse segundo avanço das tropas da Coluna Prestes, outras mulheres também intercederam a favor de Barra do Mendes: Dona Lormínia Olímpia Sodré

Barreto (Lozinha) e Dona Maria da Glória Sodré Coelho (Godinha), que era viúva do Coronel Militão Coelho (MENDONÇA, 2003). Um reconhecimento da participação efetiva das mulheres na vida política, social e econômica do município de Barra do Mendes.

A Sra. Hildete Miranda Lima Barreto, mulher do primeiro prefeito de Barra do Mendes, o Sr. Aurelino Alves Barreto, também teve um importante papel após a restauração do município, ainda que a participação feminina fosse extremamente difícil⁴⁹. No período, porém, diferentemente de 1926, as mulheres já podiam votar, direito conquistado em 1934, no Governo Vargas.

As mulheres participavam assim, nessa parte de fazer bandeirola, de cantar, de arranjar música, de fazer música, fazia aquelas músicas bonitas para os candidatos, para cantar, para ir animar. Era de animar; agora para participar, para dizer assim, participa das reuniões, dessas coisas não [..]. Isso era só os homens. A única mulher ainda que entrava no meio era eu, para opinar. Mas era difícil (BARRETO, 2017).

Outras mulheres também merecem ser citadas, como as juízas de direito de Barra do Mendes: Ezir Rocha do Bonfim, Marielza Brandão Franco; além das juízas substitutas: Maria Helena Lordelo de Salles Ribeiro e Marineis Freitas Cerqueira; exercendo nessa função apenas um homem entre os anos de 1989 e 1990, o magistrado Ivan Figueiredo Dourado.

Também as promotoras de justiça de Barra do Mendes: Áurea Lúcia Sousa Sampaio, Heliete Rodrigues Viana, Márcia Luiza Guedes de Lima, Ana Luíza dos Santos Santana, Nayara Valtércia Gonçalves B. Chagas e Márcia Moraes dos Santos; exercendo nessa função apenas dois homens: os Senhores Jânio Peregrino Braga e Carlos Eloi Guimarães Magalhães (MENDONÇA, 2003)

Desde a sua fundação, as mulheres já se faziam presentes no município de Barra do Mendes. Segundo Mendonça (2003), foi com a concessão das sesmarias ao Conde da Ponte: João Saldanha da Gama Melo Torres Guedes Brito e sua esposa D. Maria Constância de Saldanha Oliveira de Sousa, conhecida como D. Joana, já que seu “nome de guerra” era dona. Maria Joana de Castelo Branco, que houve a primeira penetração nas terras onde se encontra o atual município; sendo os mesmos,

⁴⁹ Importante ressaltar, que nas entrevistas, além da participação de D. Laurinda Olímpia Sodré, citada por Sousa, L. (2017), somente foram consideradas as participações femininas, ainda que de forma muito tímida, por uma mulher entrevistada, e que fazia parte do processo, por ser a primeira Dama na primeira gestão do município de Barra do Mendes, de 1959 a 1963.

proprietários de uma vasta faixa de terra, desde as proximidades de Jacobina até Bom Jesus da Lapa.

As boiadas e tropeiros também passavam por aquelas terras, principalmente por conta da água dos rios. Mas “a história da existência de Barra do Mendes, começou no século XIX, mais precisamente em 1818, quando o capitão Felipe Mendes de Vasconcelos, um fidalgo português, comprou a Felipe Alves Ferreira a Fazenda Barra” (MENDONÇA, 2003, p. 20).

Ainda segundo Mendonça (2003), a sede da fazenda foi construída em Queimada, e não próximo ao rio, como havia de se esperar, onde hoje se encontra a sede do município de Barra do Mendes. Assim, Queimadas, localidade próxima, se desenvolveu primeiro. A sede do município só veio a se desenvolver anos mais tarde, em 1848, em que Joaquim Sodré “chefiando um reduzido número de parentes, escravos e agregados deu início à povoação, originando-se as primeiras iniciativas daqueles que se depuseram a fixar suas residências nesta região”, sendo este, considerado o fundador de Barra do Mendes, pois foi o mesmo que construiu a primeira residência na área onde hoje se encontra a sede do município. O topônimo do município está relacionado à sua história, pelo nome de seu primeiro comprador conhecido, e sua proximidade com dois rios.

Há controvérsias com relação a sua fundação, pois segundo Sousa et al. (2014, p. 6), ao analisar a fundação de Barra do Mendes não somente a partir da sua sede, mas de todo o território, “pode-se afirmar, que os herdeiros do Capitão Prudente Rodrigues de Araújo Barreto foram os fundadores de Barra do Mendes, o que naturalmente, por também ser herdeiro, que Joaquim Sodré não esteja entre eles”,

Além disso, questiona-se também em relação ao período de fundação, em que Mendonça (2003) coloca que tenha sido em 1848, e aqueles colocam que tal feito só teria ocorrido na década de 1880, após o fechamento do inventário da fazenda Barra do Capitão Felipe Mendes de Vasconcelos, em que só aparece uma metade da fazenda, existindo então outro(s) dono(s). “O entorno da cidade de Barra do Mendes, é composto por várias povoações, que já eram habitadas quando aqui chegaram os herdeiros do Capitão Prudente” (SOUSA et al., 2014, p. 6).

A região correspondente à serrana do município, teve suas primeiras explorações ainda no final do século XVIII, com a chegada do casal Eduardo José de Oliveira e Andreza Rosa de Oliveira na povoação que eles denominaram de Lameiro, vindo da região de Caetité, neste Estado. Assim como o Lameiro, outros arraiais foram fundados naquelas paragens, a

exemplo do Retiro, fundado por um filho de Eduardo, e Candido José de Oliveira; Areias, que já era habitada pelo índios da tribo Macro Gê Tapuia, e que fora explorada por Timóteo de Souza; Canabrava, comprada por João Barbosa de Magalhães em 1822; Chapada Velha, de remota e desconhecida fundação; Olhos D'Água, fundada por Antônio Gomes de Oliveira, Queimada (do Queirós), principiada por Amâncio Gomes de Oliveira; São Pedro, por 7 Salustiano Alves de Sousa; Ferreira, por Pedro Martins dos Anjos; Poço Feio, por Antonio Cirino dos Anjos; Vereda, por Bernardino de Souza; Olhos D'Águinha, comprada como Fazenda Ferreira, de sociedade dos senhores José Geraldo de Souza e Clemente Mendes de Brito, adquirida por compra aos herdeiros do Conde da Ponte, em 21 de fevereiro de 1838, conforme escritura pública do mesmo ano; Saco D'Anta e Queimada, comprada por Manoel Lourenço dos Santos em 18 de abril de 1858; dentre tantos outros de origens tão antigas, que se perderam no tempo à época e o fundador (SOUSA et al., 2014, p. 6 e 7).

Com relação ao topônimo há concordância no que diz respeito ao “Mendes”, sendo este nome em homenagem ao primeiro proprietário da fazenda⁵⁰, o Capitão Felipe Mendes de Vasconcelos. Também há concordância de que a primeira sede da fazenda foi em Queimadas, e só depois veio a ocupar as proximidades do encontro dos rios Marrão e Milagres.

Mas há controvérsias com relação ao nome “Barra”, que segundo Mendonça (2003), é justamente por conta do encontro dos rios citados acima. Porém, segundo Sousa et al. (2014, 7), podemos encontrar a Fazenda denominada de Barra, desde a sua compra, provavelmente devido ao encontro de vários rios existem ao longo do município, formando uma “barra”.

O TOPÔNIMO de Barra do Mendes, teve origem de Barra, devido à junção das águas que formam os rios Marrão e Milagres, e Mendes em virtude do comprador da então Fazenda – Felipe Mendes de Vasconcelos. Deu-se portanto a junção do nome BARRA DO MENDES, cuja denominação foi criada pelo Fundador de Barra do Mendes – JOAQUIM SODRÉ e permanece até a presente data, sem nenhuma alteração (MENDONÇA, 2003, p. 26)

Segundo a SEI (2001), cerca de 100 municípios baianos mudaram seus topônimos, simplificando nomes compostos, e também por existir outras localidades com o mesmo nome, além da transferência de sede; no caso de Barra do Mendes nunca houve alteração.

Considerando-se a categoria de sede, apenas Salvador foi criada como cidade, e todas as demais como vilas, sendo que nenhuma dessas teria sido criada em território das capitanias Peroassu ou Paraguaçu e Itaparica / Tamarandiva, a partir dos estudos da SEI (2001).

⁵⁰ Não há concordância com relação à consideração de todo ou apenas a sede do município.

A evolução territorial a partir dos municípios originários, sendo considerados aqueles em que “não há qualquer tipo de documento ou análise que estabeleça ou evidencie relação de cunho territorial ou administrativo entre o município criado e qualquer outro” (IGC⁵¹, 1995:59 apud SEI, 2001, p. 23), em que se consideram 11 municípios originários na Bahia: Porto Seguro, São Jorge dos Ilhéus, Salvador, Nossa Senhora da Ajuda do Jaguaripe, Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, São João Batista de Água Fria, Vila de Itapicuru de Cima, Abadia (atual Jandaíra), Pilão Arcado; São Francisco da Barra do Rio Grande (atual Barra), que depois de vários desmembramentos deu origem ao município de Luís Eduardo Magalhães, desmembrado de Barreiras no ano 2000; e Santo Antônio da Jacobina, que deu origem após vários desmembramentos, ao município de Barra do Mendes, criado em 1917, sendo desmembrado de Brotas de Macaúbas, e abrangendo os territórios dos atuais municípios Ipupiara e Morpará, que naquele período eram distritos.

A Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande foi criada por provisão régia de 5 de dezembro de 1752, para fazer face a invasões por tribos indígenas aos estabelecimentos pecuários da população civilizada. São Francisco das Chagas teve origem num arraial de índios missionados construído para fins de defesa, em ponto estratégico escolhido por D. João de Lencastro no século XVII. Sua primeira organização abrangia 108 léguas, chegando a Carinhanha, ao sul, e a Pilão Arcado, mais ao norte, pertencendo então à comarca de Jacobina. Passou a chamar-se Barra pelo Decreto nº 7.479, de 8 de julho de 1931 (SEI, 2001, p. 43).

Segundo Sousa, L., (2017), a emancipação em 1917 de Barra do Mendes trouxe prejuízos para o município de Santo Inácio, atual Gentil do Ouro, parte serrana que não conseguiu a emancipação em 1917; cujo intendente era o coronel Renovato Alves Barreto. O coronel Militão Coelho, antes amigo do coronel Renovato, agora tinha esse como inimigo. Essa inimizade ocasionou, posteriormente, em 1919, o chamado Barulho de Barra do Mendes, em que o coronel de Santo Inácio se junta a Horácio de Matos para combater Militão Coelho.

Depois, em 1958, sem os distritos de Ipupiara e Morpará, consta na Lei Estadual nº 1.034, de 14 de agosto de 1958, de criação do município de Barra do Mendes, que também abarcava áreas do município Gentil do Ouro (Anexo J); mas considerando as limitações técnicas, cartograficamente só se concebe o desmembramento a partir do município de Brotas de Macaúbas (Figuras 35, 36 e 37).

⁵¹ INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO (SP). Quadro do desmembramento territorial e administrativo dos municípios paulistas. São Paulo IGC, 1995, 103 p.

A dinâmica territorial da Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima e Macaúbas - BA: as emancipações político-administrativas de 1745 - 1891

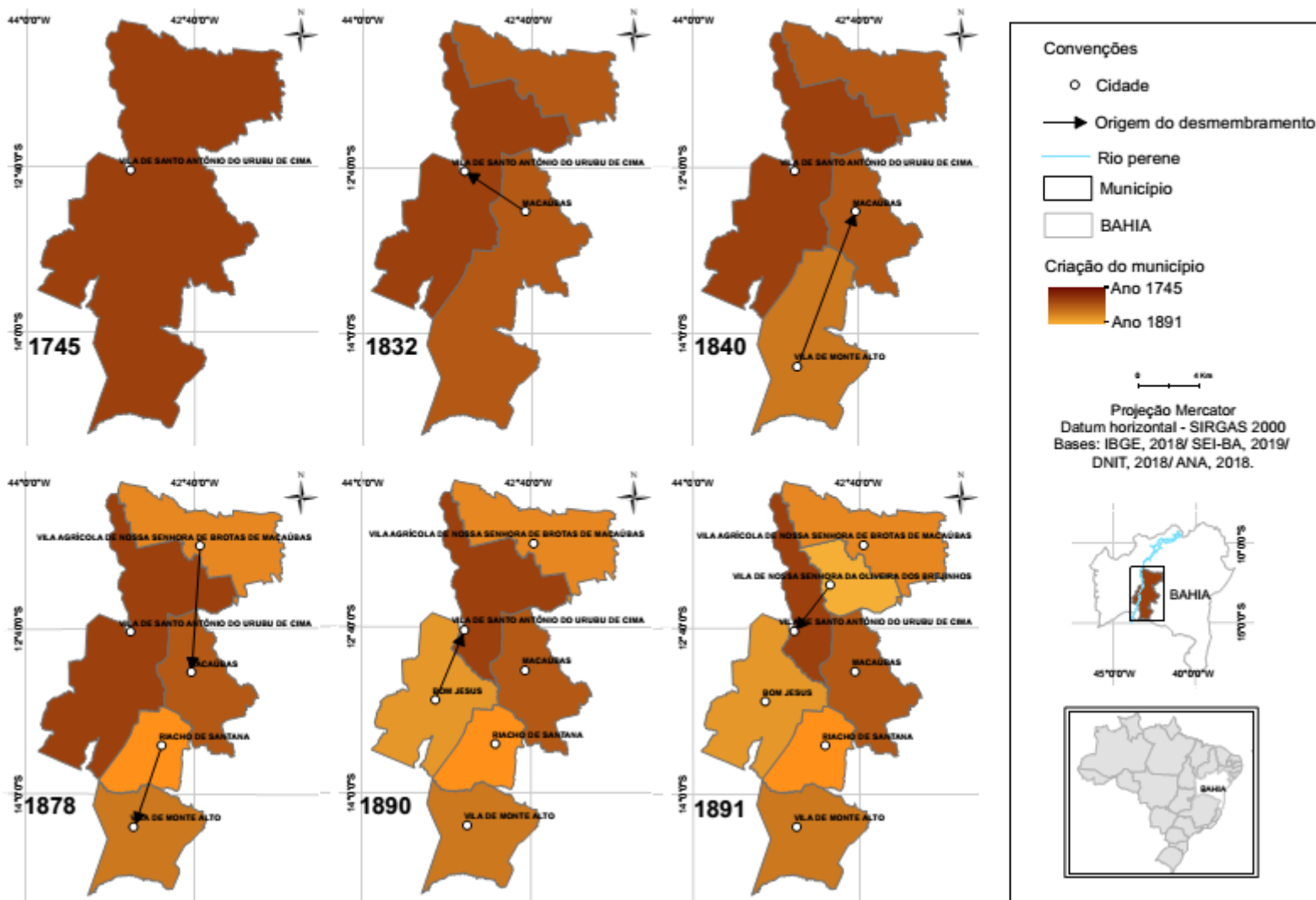


Figura 35 – Dinâmica territorial da Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima e Macaúbas (1745 – 1891)

Fonte: K. R. Almeida, 2017

A dinâmica territorial da Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima (Paratinga) e Macaúbas - BA: as emancipações político-administrativas de 1917 - 1989

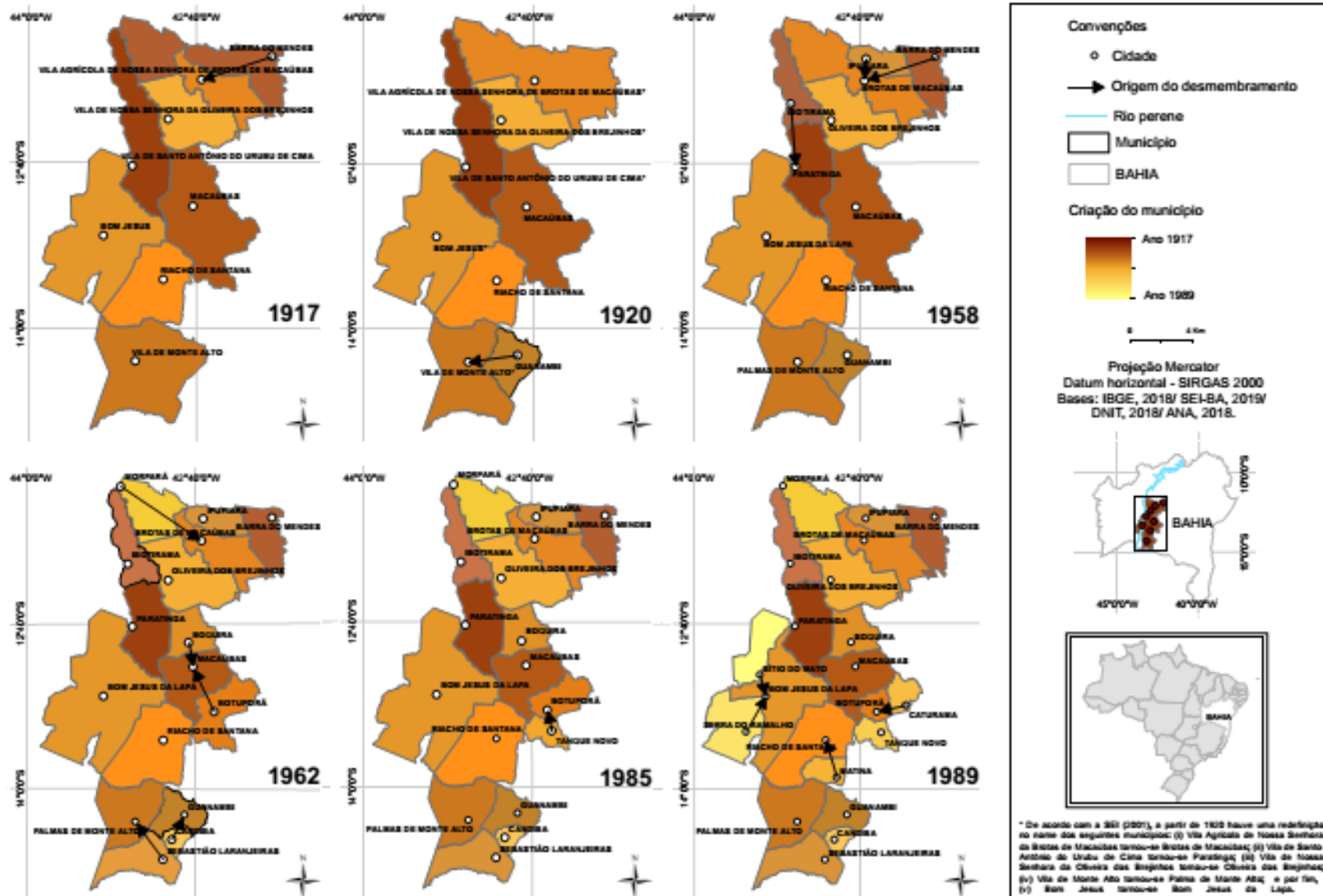


Figura 36 – Dinâmica territorial da Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima e Macaúbas (1917– 1989)

Fonte: K. R. Almeida, 2017

ORIGEM DE BARRA DO MENDES (BA) A PARTIR DA VILA DE SANTO ANTÔNIO DA JACOBINA E MUNICÍPIOS CRIADOS A PARTIR DA VILA SANTO ANTÔNIO DO URUBU DE CIMA

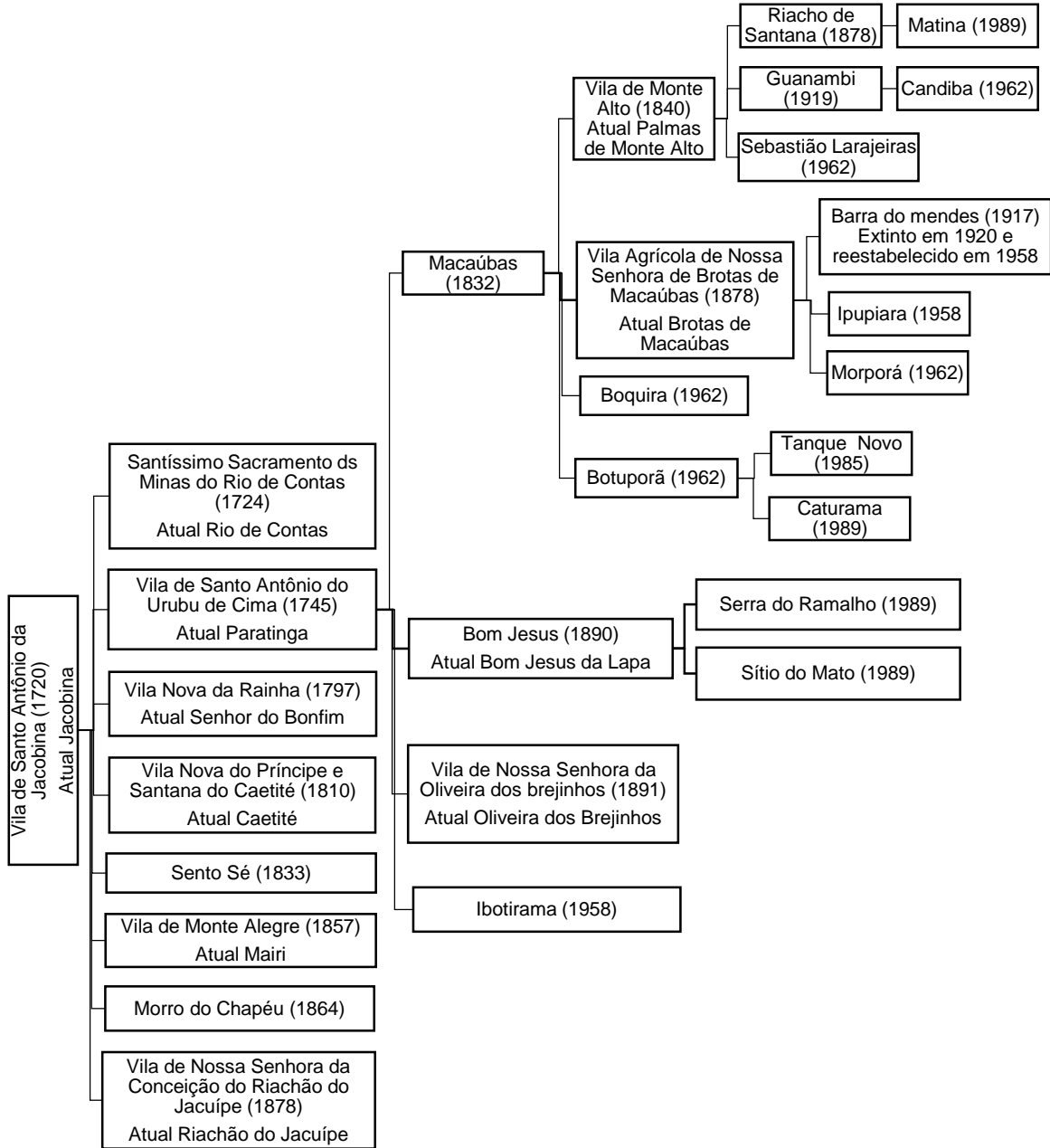


Figura 37 – Organograma da origem do município Barra do Mendes (BA) a partir da evolução territorial da Vila de Santo Antônio da Jacobina, com ênfase na Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima (Atual Paratinga)

Fonte: Elaborado por K. R. Almeida, com base em SEI, 2001 e IBGE (Cidades), 2020.

Na figura 35 é possível observar a dinâmica territorial da Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima entre os anos de 1745 e 1891, dando origem primeiramente ao município de Macaúbas em 1832, com uma descontinuidade territorial deste município de acordo à base cartográfica, dando origem ao sul à Vila de Monte Alto no ano de 1940.

A figura 36 mostra a dinâmica territorial da Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima e Macaúbas entre 1917 e 1989, com o desmembramento do município de Barra do Mendes do território de Brotas de Macaúbas. No ano de 1920 observa-se a extinção de Barra do Mendes, que volta a ser município em 1958, além do desmembramento de Ipujiara, também de Brotas de Macaúbas.

A figura 37 mostra um organograma com a origem do município Barra do Mendes (BA), a partir da evolução territorial da Vila de Santo Antônio da Jacobina, com ênfase na Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima (atual Paratinga), sendo o município que deu origem a Barra do Mendes, em 1917, extinto em 1920 e reestabelecido em 1958, o município de Vila Agrícola de Nossa Senhora de Brotas de Macaúbas criada em 1878, atual município de Brotas de Macaúbas, que também originou Ipujiara em 1958 e Morporá em 1962.

A evolução territorial se deu de forma lenta e gradual, considerando também a própria dinâmica social, espacial, política e econômica em cada contexto. Além do aparato institucional, que pode oferecer maiores possibilidades de criação de novas unidades subnacionais, ou que, pelo contrário, pode ser um agente que dificulta esses processos. O Rio São Francisco era mais um fator a influenciar a busca pela conquista e ocupação das terras.

No sertão, interessava a conquista do grande rio, o São Francisco, e não faltaram tentativas [...]. Passo importante foi dado, sem dúvida, em 1663, com a doação de sesmarias em terras próximas à fazenda Santo Antônio do Urubu (at. Paratinga). Finalmente, movimentos espontâneos das boiadas que iam ou vinham do Piauí ou de Pernambuco reforçaram a fazenda Santo Onofre como ponto de apoio, atuando também, como uma espécie de entreposto comercial (SEI, 2001, p. 35 e 36).

Na República Velha são muitos os embates e lutas entre os coronéis, com várias consequências sócio-espaciais; dentre elas, a formação de novos entes municipais, a mudança de sede e extinção dessas unidades subnacionais, com provável posterior restauração dos mesmos. No caso de Barra do Mendes, o

município foi reestabelecido em 1958, período em que houve um forte crescimento do número de municípios no Brasil, de forma mais específica, na Bahia⁵².

Em apenas meio século foram criados 267 municípios baianos, e a lei que ainda vigorava até a última atualização, iniciada no ano de 2011, era a Lei nº 628, de 30 de dezembro de 1953, que estabelecia a divisão territorial e administrativa da Bahia a vigorar por quatro anos: de 1º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958. Mais de meio século se passou até que houvesse uma nova atualização, a partir da Lei nº 12.057 de 11 de janeiro de 2011.

Ao tratar-se da relação entre o coronelismo e a evolução territorial do município ora estudado, busca-se não fazer juízo de valor, em que as intenções e ações dos coronéis e outros agentes são vistos a partir do contexto histórico, espacial, social e cultural em que os mesmos estão inseridos.

Assim, a ausência do Estado nessas áreas no sentido da inexistência, inoperância e/ou ações não condizentes com a legalidade das instituições políticas, proporcionava um ambiente favorável às lutas armadas, brigas, confrontos os mais diversos, e relações de poder para a conquista, manutenção ou expansão territorial do “domínio” dos coronéis. O uso da força por vezes era evitado por alguns coronéis, mas em outros momentos o que se vivenciava era a dor e o sofrimento de famílias pela perda de seus entes queridos.

Segundo Martins (2004), tanto Horácio de Matos quanto Militão Rodrigues Coelho nasceram no município de Brotas de Macaúbas. Aquele na Fazenda Capim Duro – Chapada Velha), no dia 18 de março de 1882. Esse no Jordão (Imbaúba), atual Ipupiara, no dia 20 de outubro de 1859, indo para Barra do Mendes em 1877, quando tinha 18 anos de idade. Ou seja, nasceram no mesmo município, que no período era enorme, contando com 7.000 km²⁵³, mas em povoados diferentes.

Os dois coronéis tinham uma diferença de idade. “Militão era 23 anos mais velho do que Horácio. Quando se enfrentaram, a partir de 1916, Militão estava com 57 anos de idade e Horácio de Matos na juventude de seus 34 anos apenas” (MARTINS, 2004, p. 14). Em virtude das dificuldades naquele contexto histórico do sertão baiano, Horácio recebeu apenas instrução primária, mas era muito bem

⁵² No ano de 1950 esse estado contava com 150 unidades subnacionais, elevando-se para 417 na atualidade. Os dois últimos desmembramentos ocorreram no ano 2000: Barrocas e Luís Eduardo Magalhães, aqui estudado.

⁵³ O município de Brotas de Macaúbas ia de Morpará (Margens do Rio São Francisco) até Barra do Mendes (MARTINS, 2004)

articulado e de forte iniciativa, além de contar com o apoio de pessoas mais instruídas ao longo de sua vida (BARBOSA, 2008).

Vale mencionar que naquele período as ameaças eram constantes, oferecendo perigo à integridade da família Matos. Havia já uma forte hostilidade entre as localidades de Barra do Mendes e Chapada Velha, ambas no município de Brotas de Macaúbas.

Desde eras remotas, tal era o rancor entre o povo ligado à Chapada Velha, dos Matos, e o povo ligado ao chefe de Barra do Mendes, que não havia registro da presença de qualquer pessoa de uma na outra localidade. Eram fogo e pólvora: não se podiam encontrar, senão para a deflagração (BARBOSA, 2008, p. 35).

Os conflitos eram entre os dois lados, porém, alcançava trégua em alguns momentos. Assim que foi convidado pelo seu tio Clementino de Matos a regressar para Chapada Velha, momento em que se encontrava em Morro do Chapéu, local mais próspero para o comércio que havia iniciado, Horácio de Matos volta às suas origens, e coloca para seus parentes e amigos que é preciso cessar as hostilidades, e buscar uma reconciliação e paz com a família Coelho, em Barra do Mendes, argumentando que os mais velhos que guardavam rancor já haviam falecido, e defendia uma nova era de paz para fazer prosperar as atividades econômicas na localidade de Chapada Velha.

Nesse intuito, sem que muitas pessoas soubessem, foi Horácio logo depois da morte de seu tio Clementino, dois anos depois de sua volta para Chapada Velha, a visitar o coronel Militão Coelho em sua casa, em Barra do Mendes, e a volta dizendo que foi bem recebido. Visita essa jamais esperada por Militão e sua gente (BARBOSA, 2008).

Em outra ocasião, com a ajuda de algumas pessoas que exerciam forte influência local, como por exemplo, José Joaquim Sodré, nascido também em Brotas de Macaúbas em 1870, na região de Pintadas, hoje município de Ipupiara, sendo cunhado e compadre do Coronel Militão Coelho; juntamente com José Antônio Mascarenhas, também nascido em Brotas de Macaúbas, na região de Chapada Velha, hoje pertencente a Barra do Mendes, exercendo o cargo de Conselheiro Municipal neste entre 1917 e 2020, e sendo sobrinho por afinidade do Coronel Militão Coelho, e amigo pessoal do Coronel Horácio de Matos; buscaram em 1919, um

entendimento entre os dois coronéis, no que foram atendidos com vista ao prestígio que gozavam entre os mesmos (MENDONÇA, 2003).

Alguns acontecimentos ajudam a contar essa história de lutas e de conflitos constantes, que alcançam seu auge em determinados períodos, como a primeira luta contra Campestre, cuja causa está relacionada ao irmão de Horácio de Matos, Vítor de Matos, que tinha desafetos os quais faziam acusações sobre Vítor, desconhecidas por Barbosa (2008).

O fato é que Vítor foi baleado na Povoação Olho D'Água do Seco, do Termo de Remédios, em 1914. Os criminosos davam a entender que haviam assassinado Vítor a mando do chefe político de Campestre. Horácio então foi onde havia sido cometido o crime, em busca da punição dos assassinos, ou mesmo da instauração de um processo. Não obtendo êxito, Horácio buscou junto à imprensa e outras autoridades, mas nada teve efeito positivo (BARBOSA, 2008).

Horácio de Mattos queria que a questão fosse resolvida através da lei, mas não conseguiu. Indignado, Horácio planejou prender os criminosos a qualquer custo, indo acampar na fazenda de sua tia Casimira Queiroz em Carrapicho. Contou assim com a colaboração de muita gente, em especial, o Sr. Hermenegildo, mas este falhou na batalha.

Também contou com outro irmão de Horácio, Isidoro de Mattos, que iniciou o ataque a Campestre no ano de 1914. O governo estadual ficou sabendo desses acontecimentos. Quando ainda estava na povoação do Pega, Horácio foi ao encontro de Euzébio Gaspar de Souza, que lhe ofereceu auxílio, mostrando-se um grande cooperador no cerco de Campestre.

Foram dias e noites de fortes tiroteios; os sitiados foram ficando sem alimentos, e segundo Barbosa (2008), nos intervalos entre os tiros, cães e pessoas se aproximavam das trincheiras pedindo alimentos, no que eram atendidos. Mesmo estando do lado oposto, Horácio tinha muito respeito para com os soldados, e mandou recado que esses poderiam sair da cidade sem quaisquer hostilidades.

Com a debandada da expedição policial do tenente Pinheiro, já condenada ao fracasso, Campestre necessitava de alguma intervenção. E assim, o então governador José Joaquim Seabra, telegrafou para Horácio de Matos pedindo que se suspendessem as hostilidades, que seria enviado um delegado regional para abrir inquérito sobre a morte de Vítor de Matos e fazer justiça; e assim foi firmado o tratado de paz entre Horácio de Matos e Manoel Fabrício de Oliveira, chefe político de

Campestre, intermediado pelo delegado regional José Pedreira Lapa, de Mundo Novo, juntamente com uma comissão constituída por chefes e “pessoas importantes” de municípios vizinhos (CHAGAS, 2012). O fato mostra novamente a relação entre as escalas de poder e a forma como se relacionavam as autoridades locais com os coronéis da região.

O cerco de Campestre teve duração de 42 dias, e dentre as cláusulas de pacificação de Campestre, constava a seguinte: “a Justiça promoverá a punição dos responsáveis pelo assassinato de Victor de Mattos, crime que foi o principal motivo da conflagração ora pacificada” (BARBOSA, 2008, p. 60).

Uma curiosidade é que o Coronel Militão Coelho, mesmo sendo amigo do coronel Manoel Fabrício, chefe político de Campestre, se manteve neutro. Acredita-se que por conta do pacto de paz feito com Horácio. Ao final das lutas, Horácio voltava para casa com um prejuízo financeiro, e também várias vidas perdidas de familiares e amigos, e apenas com a promessa do governo dirigida pelo Coronel José Lapa, mas que não foi cumprida.

Em outros momentos também houve hostilidades, como quando Militão Coelho, na condição de intendente do município de Brotas de Macaúbas, em 1914 mandou prender um amigo de Horácio, o Major Joviniano Rosa, homem de regular instrução, morador de Brotas de Macaúbas⁵⁴, mas que não simpatizava com a chefia de Militão, sendo posteriormente morto na prisão. A própria nomeação de intendente de Brotas de Macaúbas foi também carregada de intrigas e acontecimentos adversos, em que a população era contrária.

Militão tenta assumir a chefia de Brotas. Ele tinha ameaçado invadir Brotas. Os políticos e os comerciantes tinham medo de Militão. A primeira vez chamaram Horácio. Horácio que tinha feito um pacto de paz com Militão, senta com ele e resolve a questão amigavelmente; e quando é 1914 de novo Militão anuncia que vai invadir Brotas. A elite política de Brotas da época manda chamar Horácio, e Militão vinha para Brotas porque o velho Vena, ele fez uma carta aberta ao governador [...] quando vem para Brotas o delegado regional a mando do J.J.Seabra, em Brotas tinha mais de 300 jagunços de Militão, e o povo de Brotas tinha fugido com medo da invasão para fazendas próximas daqui; e quando o Dr. Otaviano Saback chega em Brotas o povo aclama Militão na praça, e o povo de Brotas estava fugido. O Dr. Otaviano Saback chegou em Brotas e encontrou o povo a favor de Militão; volta lá no governador, e o governador nomeia Militão intendente de Brotas, mesmo com o povo de Brotas não querendo. E aí Militão passa dois anos na intendência de Brotas, e dos primeiros atos dele foi mandar prender os músicos que não quiseram tocar na posse dele; prender e bater, dar uma surra em cada um. E

⁵⁴ O município Brotas de Macaúbas passou a denominar-se Brotas pelo Decreto Lei Estadual n.º 7.455 de 23-06-1931, e voltou a denominar-se Brotas de Macaúbas pelo Decreto-lei Estadual n.º 141, de 31-12-1943, confirmado pelo Decreto Estadual n.º 12.978, de 01-06-1944.

Brotas passa a ser muito assediada, a turma de Militão entra em Brotas todos os dias com tiros. Teve um dia que teve uma festa em Brotas, uma festa que a música era tocada a bala. Tem uma carta do velho João denunciando isso né; e aí ... nessa coisa aí manda prender o velho Vena. Vena é preso, e a elite política de Brotas manda pedir socorro a Horácio de novo (MATOS, W., 2017).

Com relação à ocupação do cargo de intendente em Brotas de Macaúbas, Martins (2004) coloca que os brotenses queriam que o Major Joviniano dos Santos Rosa (Major Vena), que na ocasião era o Escrivão dos Efeitos Cíveis e Criminais, se tornasse seu intendente; ou mesmo o Sr. João Arcanjo Ribeiro, mas não queriam que fosse o Coronel Militão Coelho.

Segundo Chagas (2012), Militão Coelho já havia marchado em direção a Brotas de Macaúbas em 1913, sendo convencido a voltar por Horácio de Matos, garantindo-lhe que seriam abatidos 50% dos impostos do distrito de Barra do Mendes, causa colocada por Militão para marchar até Brotas de Macaúbas.

Sua verdadeira intencionalidade era, porém, tomar posse da intendência e mais uma vez em 1914, chega com mais de duzentos homens na cidade de Brotas, ocasião em que os políticos fugiram, e solicitaram a Horácio de Matos que tomasse conta de suas residências e pertences, que não conseguiu impedir o avanço das tropas de Militão, mas tornou as coisas mais harmoniosas.

Ao chegar àquela cidade, o delegado Otaviano Saback não teve quase com quem se entender e havendo encontrado pela estrada tantos cavaleiros e todos eles amigos do coronel Militão, não hesitou em lhe dar todo o prestígio, comprometendo-se a recomendá-lo pessoalmente ao governador do Estado. Horácio os acompanhou na viagem até a cidade de Xique-Xique, no São Francisco (CHAGAS, 2012, p. 33).

As escalas de poder e as relações entre os agentes dessas escalas mostravam-se direcionadas à chefia de Militão Coelho para o comando de Brotas de Macaúbas. A prisão do Major Vena, ocorrida em 1916, segundo Martins (2004), não foi a mando de Militão, mas de seu substituto, enquanto o mesmo fazia uma viagem a Salvador. Sendo ou não a mando do coronel supracitado, o certo é que esse feito ocasionou, juntamente com a morte de Onésimo Lima, nascido em Ipujiara, e filho do farmacêutico Canuto Lima, com o qual Horácio de Matos considera irmão; um grande conflito entre os Coronéis Horácio de Matos e Militão Coelho.

O coronel Militão Coelho teve o apoio do governador da Bahia na ocasião, o Dr. Antônio Muniz de Aragão. Primeiro invadiu de surpresa a cidade Brotas de

Macaúbas, e depois retorna a Barra do Mendes, mas ao chegar, os jagunços de Horácio de Matos já estavam lá, cercando a cidade. Segundo Martins (2004), foram oito meses de luta, mas segundo Mendonça (2003), Barbosa (2008), Chagas (2012), Sousa, L., (2017) e Mendonça (2017), o conflito durou cinco meses e um dia, com intensos tiroteios.

Havia escassez de alimentos para os moradores de Barra do Mendes e para os Mosquitos⁵⁵, nome dado aos homens de luta do Coronel Militão Coelho. Aqueles que lutavam ao lado do Coronel Horácio de Mato eram chamados de Mandiocas. Estes fizeram um cerco em torno da cidade de Barra do Mendes, em que ninguém entrava ou saía.

Mesmo com tantas batalhas, ainda segundo Barbosa (2008), Chagas (2012) e Sousa, L. (2017), o coronel Horácio de Matos defendia desde muito cedo o desarmamento dos sertões, inclusive com publicações de artigos sobre o assunto. Ele acreditava que a prosperidade chegaria com o fim da violência e dos conflitos armados.

Quando apenas tinha entrado na vida pública, com atos de sociabilidade e apaziguador de choque entre seus conterrâneos, publicara na imprensa um artigo sugerindo ao poder público a medida de desarmar os sertões, achando que as armas que os tabaréus possuíam, além das que se podia permitir para a defesa própria, eram responsáveis pelos conflitos cruentos em que o povo se desordenava (BARBOSA, 2008, p. 69 e 70).

O coronel Horácio de Matos mostrou inúmeras vezes as contradições de alguém que convive com a ausência do Estado em uma terra sem lei, e que apresenta dois lados de si mesma, mostrando por vezes a crueldade das lutas sangüinárias, mas também a compaixão e a lealdade. Foi assim quando entregou um filho de Militão, Nestor Rodrigues Coelho, a sua mãe, depois de sair vitorioso da batalha em Barra do Mendes (o cerco de Barra do Mendes), ocasião em que o Coronel Militão Coelho teve que sair fugido de sua própria casa. Atitudes como essa o tornava, ao mesmo tempo, amado e temido.

Com o tempo, a área de atuação de ambos os coronéis foi se estendendo por boa parte do município de Brotas de Macaúbas. “O coronel Horácio de Matos

⁵⁵ O historiador e genealogista Liandro Sousa (2017), morador de Barra do Mendes, disse em entrevista que procurou evidências que comprovassem a origem dos nomes Mandioca e Mosquitos e não encontrou, mas a partir da história oral traz as seguintes possibilidades: Mandioca estava relacionado a leão; e Mosquito, dizem que Militão deu uma fábula, em que os animais entram em guerra, e os mosquitos é que são os vencedores.

estendeu os seus domínios de Brotas de Macaúbas até Lençóis. O coronel Militão Rodrigues Coelho passou a dominar a região de Ipujiara até Barra do Mendes” (MARTINS, 2004, p. 14 e 15). Após a reação sertaneja, em que houve um acordo entre o governo e os coronéis para que parassem a marcha até Salvador, para além do acordo, Horácio de Matos foi nomeado delegado regional de diversos municípios, os quais tinha influência; algo que não foi benéfico para Horácio, visto que o mesmo tinha muitos inimigos (BARBOSA, 2008).

3.3.2. Motivações para a criação do município em 1917 e restauração em 1958

Os conflitos entre os coronéis foram os principais motivos para a criação de Barra do Mendes em 1917, que completou em 21 de julho de 2017 o seu centenário. As três localidades: Barra do Mendes, Chapada Velha e Brotas de Macaúbas, sendo esse último, sede do município, eram chefiadas respectivamente pelos coronéis Militão Coelho, Horácio de Matos e José João de Oliveira; mas as brigas se davam, principalmente, entre Horácio de Matos e Militão Coelho.

Além disso, pode ser citada a distância em relação à sede e também o desenvolvimento da localidade. Ou seja, notoriamente motivações políticas, econômicas e administrativas, como já citadas anteriormente, a partir dos estudos de Noronha (1997), mas com relações de poder que extrapolavam os limites da legalidade, considerando-se também o contexto histórico-institucional do início do século XX.

Em 1917, já existiam no Povoado de Barra do Mendes, mais de 600 habitantes. A grande distância da sede do município em Brotas de Macaúbas, dificultava aos habitantes de Barra do Mendes para resolverem os seus problemas e a grande divergência política entre o Cel. Militão Coelho – chefe de Barra do Mendes, Cel. José João de Oliveira – Chefe de Brotas de Macaúbas e o Cel. Horácio de Matos – Chefe da Chapada Velha, foram os grandes motivos que levaram o Cel. Militão Coelho a solicitar ao Governador do Estado a criação de Barra do Mendes. Era notório o progresso local, a sua população em crescimento, comércio desenvolvido, etc. (MENDONÇA, 2003, p. 23).

As motivações econômicas podem ser, segundo Noronha (1997), por dinamismo ou estagnação. O contexto de 1917 nessa localidade era bastante estagnado para os parâmetros de desenvolvimento social e econômico de hoje, mas se pensarmos a partir daquele contexto, já havia certo avanço, no sentido das construções, das feiras, comércio local, e crescimento populacional.

Embora fosse Chapada Velha naquele período, muito mais pujante. Diferentemente de 1958, no qual essa localidade contava com um número bem reduzido de sua população, devido ao processo de decadência da mineração, que ocorre anteriormente na Chapada Velha e, posteriormente, em toda Chapada Diamantina.

No distrito de Chapada Velha a terra não era agricultável, e havia pouca criação de animais, segundo Sousa, L., (2017); contribuindo também para o processo de despovoação de Chapada Velha a continuidade do Coronel Militão no poder, a partir de sua família, já que esse distrito era a base do Coronel Horácio de Matos.

Dessa forma, não houve investimentos públicos e nenhuma estrutura para a localidade, “foi se aplicado tudo para Mina do Espírito Santo (Figura 38), que é um distrito próximo à Chapada Velha. Então o que aconteceu foi que toda a população de chapada Velha, 98%, foram para o Espírito Santo”, ou seja, não foram para a sede de Barra do Mendes” (SOUSA, L., 2017).

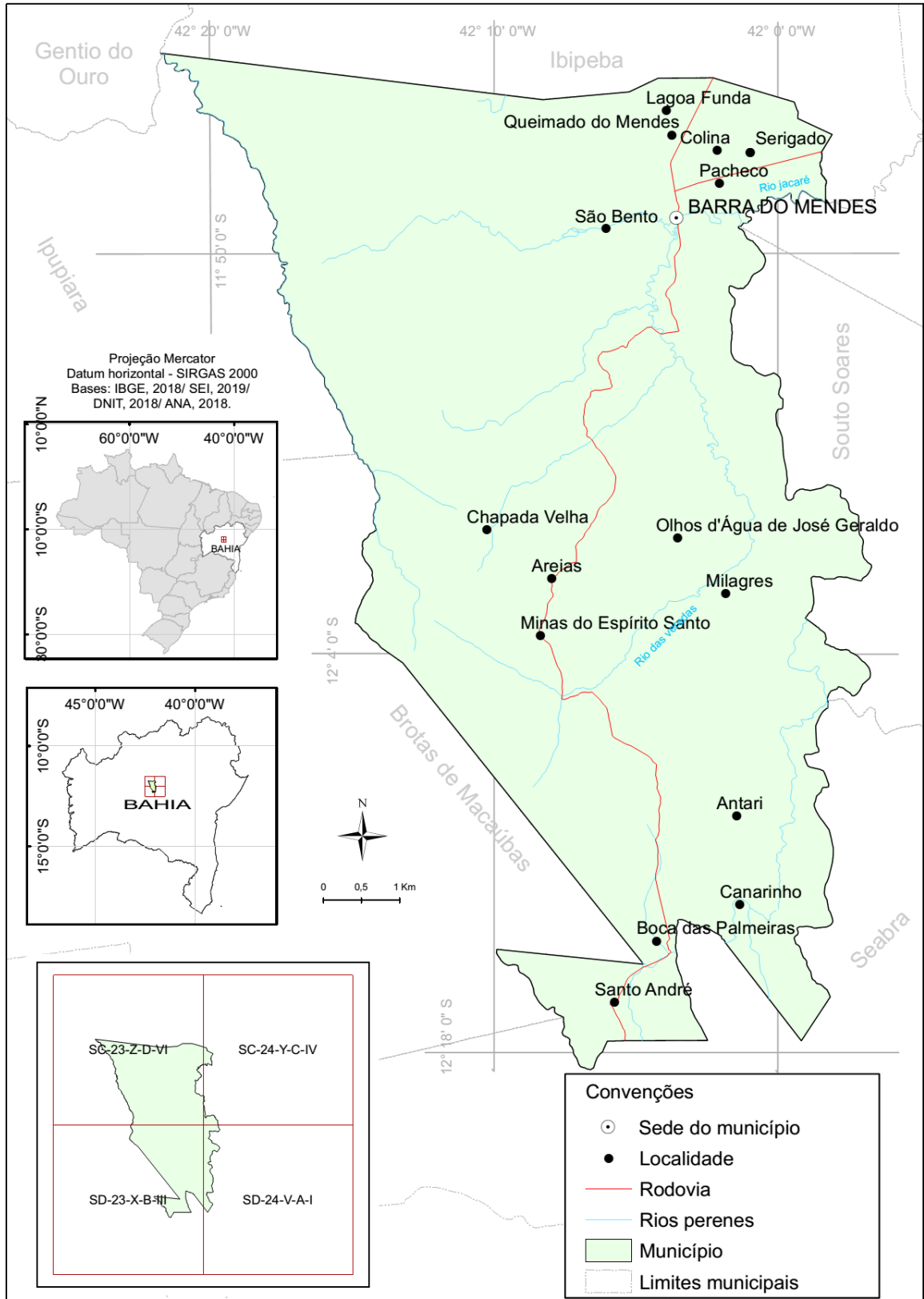


Figura 38– Localidades do município de Barra do Mendes, 2019.

Fonte: Elaborado por K. R. Almeida, 2020.

Os serranos, eles não conseguem, alguns não conseguem ainda aceitar [...] até hoje, mas isso está se diluindo aos poucos né. Então foi isso que aconteceu com Chapada Velha. Ela foi sendo destruída aos poucos. Até para os próprios moradores foi uma forma de se manterem, porque não tinha como ficar em Chapada Velha; lá não tinha como praticar a agricultura, não tinha mais garimpo, não tinha escola, não tinha energia, não tinha estrada, principalmente, estrada. Então, todo mundo foi desmanchando sua residência em Chapada Velha e construindo em Minas do Espírito Santo, levando tudo que podia levar. Só não levava os adobes, mas levavam telha, levavam madeira, levavam portas, levavam tudo, até o piso que era de ladrilho eles tiravam e levavam para Minas do Espírito Santo. Então, Chapada Velha foi se extinguindo (SOUSA, L., 2017).

Considerando o contexto de 1917, as ações políticas eram decididas a partir somente dos coronéis, com raras participações de homens que tinham certo prestígio na localidade⁵⁶. No que diz respeito ao processo de emancipação, não foi diferente, não havendo, inclusive, um planejamento prévio de longa data antes que a emancipação ocorresse.

No período também não havia a necessidade da realização de um plebiscito, e nem de um estudo prévio de viabilidade municipal. Na Constituição Federal de 1891, vigente na época, só constam dois artigos relacionado ao município. Os artigos 67 e 68. “Art 67 - Salvas as restrições especificadas na Constituição e nas leis federais, o Distrito Federal é administrado pelas autoridades municipais”, com seu parágrafo único “- As despesas de caráter local, na Capital da República, incumbem exclusivamente à autoridade municipal”.

E o artigo 68 trata da suposta autonomia dos municípios, em que consta: “Art. 68 – Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse” (BRASIL, 1981). Mas não aponta nenhum mecanismo para que haja de fato uma autonomia municipal, nem os mecanismos necessários para que seja criado um município.

Não houve, dessa forma, munícipes contrários à emancipação, mas um jogo político entre os coronéis da região e a relação destes com agentes externos, tais como parlamentares e o governador. A primeira e única intendência foi assumida pelo Sr. Adelino Rodrigues Coelho, comerciante e funcionário público federal, filho de Militão Coelho com sua primeira esposa, a Sra. Maria Barreto Coelho, “vulgo Branca”.

⁵⁶ É preciso considerar que mesmo na atualidade a participação popular esbarra em uma institucionalidade que não se efetivou na prática. Os Conselhos gestores, bem como o orçamento participativo, podem ser exemplos de como ainda é necessário avançar para que a população participe de fato. Mas no contexto de 1917, em que o coronelismo imperava no sertão baiano, não havia possibilidades para que outros agentes tivessem algum peso na tomada de decisões políticas.

A administração encontrou várias dificuldades, tanto pelos poucos recursos, quanto pelos conflitos entre o Coronel Militão e o Coronel Horácio de Matos (MENDONÇA, 2003).

No processo de restauração do município, em 1958, havia a oposição das lideranças políticas do município de Brotas de Macaúbas, que não queriam perder parte de sua área, visto que havia produção em pequena escala de vários produtos como: milho, feijão, mandioca, entre outros; além do principal produto que era o fumo que, segundo Sousa, L., (2017) e Mendonça (2003), gerava dividendos para o município de Brotas de Macaúbas, criando impostos e contribuindo para a receita do município. Atualmente o que predomina é o feijão de arranca. “Além do feijão, que é dominante, outras lavouras são praticadas no município, tais como milho, mamona, mandioca, fumo, arroz, café e frutas diversas” (MENDONÇA, 2003, p. 51).

No que diz respeito às motivações de cunho administrativo, em que a população é estimulada a querer a emancipação, e nesse caso a restauração, segundo Sousa, L., (2017), no período se restringia a um grupo seleto de homens, que tinham interesses particulares na criação do município, e outro grupo menor que via na emancipação um entrave para o avanço de suas atividades econômicas, já que a chegada de instituições financeiras possibilitaria uma circulação maior de recursos e uma maior variedade de casas comerciais. Para aqueles que defendiam a emancipação, os interesses privados não excluem, é claro, o desejo de que ao se tornar município, houvesse uma melhoria das condições de vida de toda população.

Na década de 50, no interior da Bahia, principalmente, aqui no sertão, não era muito comum a população se envolver em questões políticas, porque o nível de analfabetismo era muito alto né; então nem todas as pessoas tinham essa consciência política de que havia necessidade de independência e tal. Então, para a maioria deles tanto fazia pagar imposto para Brotas de Macaúbas, quanto pagar imposto em Barra do Mendes. A maioria, a massa pensava assim; então, algumas entrevistas que fiz, que efetuei nessa parte, eu pude perceber isso, que a população de uma forma geral, os populares, as pessoas que não tinham consciência política; e havia até aqueles que tinham consciência política, mas que tinha interesse financeiro, que Barra do Mendes continuasse vila. Até porque com a emancipação, viriam bancos, e isso afetaria de uma forma bastante expressiva a movimentação do agiotismo, então os agiotas perderiam força para os bancos. Então, eles não tinham assim tanto interesse (SOUSA, L., 2017)⁵⁷.

⁵⁷ O entendimento de que os agiotas não queriam a emancipação por medo do progresso e de tudo que isso poderia acarretar é uma concepção do entrevistado, não se tratando de regra, mas apenas do desinteresse de alguns por ignorar o processo de emancipação.

Ainda segundo Sousa, L. (2017), já havia nesse período, porém, lideranças que buscavam a emancipação e outras, que mesmo sendo da localidade, agiam para que o município não fosse criado, pois ao ocorrer a tentativa um plebiscito, cuja realização deveria ser aprovada pela Assembleia Legislativa do município de Brotas de Macaúbas, e tendo Barra do Mendes dois representantes no legislativo: o Sr. Rui Coelho, que depois torna-se um dos baluartes do processo de restauração, e o Sr. João Farias; os mesmos votaram contra a instauração do mesmo.

Esse fato pode ser explicado pelo jogo político na época, em que mesmo sendo da localidade, ambos os vereadores eram da bancada de apoio ao prefeito de Brotas de Macaúbas, e atendendo ao pedido deste, votaram contra o processo de emancipação, a partir do plebiscito.

A Figura 39 mostra aqueles considerados os baluartes do processo de restauração do município e 1958.

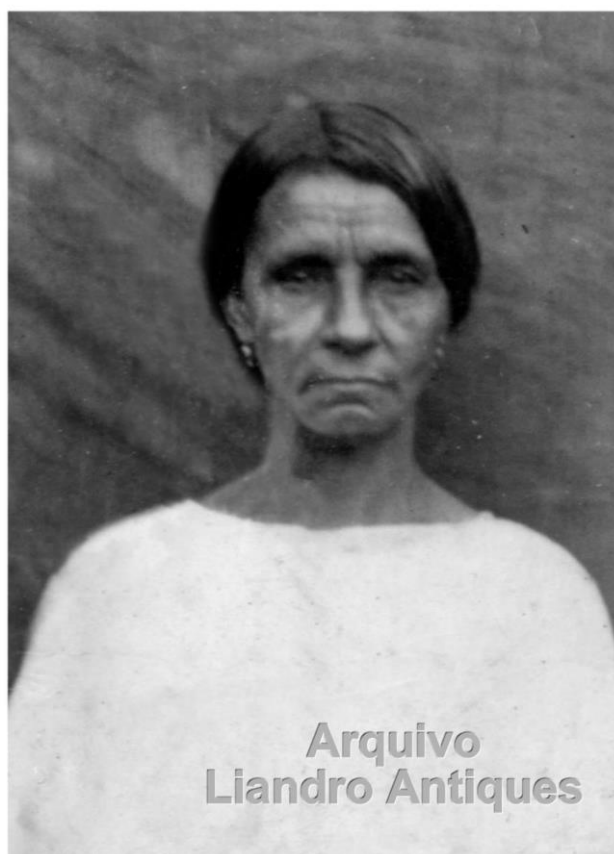


Figura 39 – “Restauradores”⁵⁸ do município de Barra do Mendes em 1958

Fonte: Arquivo particular do Sr. Liandro Manoel Sousa (vulgo Liandro Atiques), 2017.

⁵⁸ Consideram-se restauradores, e não emancipadores, porque a emancipação do município ocorreu em 1917, com extinção em 1920; e posteriormente, o que houve foi o restabelecimento / restauração do município em 1958, com instalação em 1959.

Na figura 39 ainda faltam outras pessoas (homens e mulheres). Além do deputado estadual Hélio Ramos que já estava em seu segundo mandato, já que tinha sido reeleito na vaga de Nestor Coelho quando de sua morte, em 1953; juntamente com Antônio Sodré Barreto (também chamado de Antônio de Odílio), e Rui Rodrigues Coelho, também podemos citar Antônio Rodrigues Coelho (Seu Coelho), que também se engajou na causa; bem como D. Laurinda Olímpia Sodré (Figura 40), que contribuiu de forma decisiva para a restauração do município; embora o próprio historiador Liandro Sousa tenha se referido à mesma como alguém que atuou sobremaneira no processo de restauração do município, lembrando que Barra do Mendes já havia sido município, ou como chamavam, cabeça de Comarca⁵⁹.



**Laurinda Barreto Mendonça
(Véa Laurinda)**

Figura 40 – Dona Laurinda Olímpia Sodré, baluarte do processo de restauração do município de Barra no Mendes em 1958

Fonte: Arquivo particular do Sr. Liandro Manoel Sousa (vulgo Liandro Atiques), 2017.

⁵⁹ O termo comarca é originado do latim *Commarca* ou *comarcha*, sendo derivado de *Mark*, termo de origem [germânica](#) que significa "confim", "limite", "marca". Pode-se dizer que é um termo originalmente empregado para definir um território limítrofe ou região fronteira, sendo a "cabeça de comarca", a sede onde se instala o município.

O poder público passa a ser assim constituído, tendo como primeiro prefeito o médico recém-formado formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, o Sr. Aurelino Alves Barreto, casado com a professora que se tornou delegada escolar de Barra do Mendes após a emancipação, a Sra. Hildete Miranda Lima Barreto.

As eleições ocorreram em 03 de outubro de 1958, e o resultado da votação foi de 759 votos para o Sr. Aurelino Alves Barreto, do Partido Republicano (PR), e 381 votos para Auberic Campos Oliveira, do Partido Liberal (PL).

O prefeito eleito tomou posse no dia 10 de abril de 1959, momento em que houve a concreta instalação do município. Em 1967 o Sr. Aurelino Alves Barreto toma posse novamente do cargo de prefeito, pois saiu vitorioso nas eleições de 15 de novembro de 1966 (MENDONÇA, 2003).

Seguindo uma “tradição” muito conhecida na governança do sertão do século XX, e que até hoje tem se perpetuado, as três primeiras gestões do município de Barra do Mendes foram exercidas por “doutores” (médicos). O segundo prefeito, que exerceu o mandato entre 1963 e 1967, foi o Sr. Francisco Vieira Tosta, também formado pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1942, e casado com Dona Dagmar Alves Tosta, que foi posteriormente vereadora e vice-prefeita entre 1983 e 1989, na gestão do prefeito Valdomiro Figueiredo Bastos. Nascido em Xique-Xique na Bahia, o Sr. Tosta migrou para Barra do Mendes em 1948, onde abriu o seu consultório (MENDONÇA, 2003).

O quarto prefeito quebrou a tradição dos médicos, sendo um comerciante, com grau de escolaridade apenas do ensino secundaristas. Álvaro Campos e Oliveira já havia assumido o cargo de vereador quando da instalação do município, em 1959, e venceu as eleições de 1970 pela ARENA UM, vencendo Valdemir Pimentel de Meireles da ARENA DOIS, estando à frente da gestão do município entre os anos 1971 e 1973.

O quinto prefeito, o Sr. Florisvaldo Sodrê de Araújo, era um fazendeiro pecuarista, e com relação ao seu grau de escolaridade, não havia completado o ensino primário. Antes disso foi juiz de paz, suplente e depois delegado de polícia em 4 mandatos; permanecendo com este cargo por mais um mandato após a sua gestão como prefeito, que foi de 1973 a 1977.

Na mesma linha segue o gestor do sexto mandato, o Sr. Aníbal Campos de Oliveira, comerciante e depois fazendeiro, também não havia concluído o primário, assumindo a gestão entre 1977 e 1983, sendo eleito pela ARENA em 1976, e reeleito

em 1988 para a gestão de 1989 a 1993. No intervalo de 1983 a 1989 assumiu a gestão o senhor Valdomiro Figueiredo Bastos, comerciante e filho de comerciantes, tornando-se depois funcionário público, e tendo concluído apenas o ensino básico (MENDONÇA, 2003).

A 9ª gestão, de 1993 a 1997, foi assumida pelo médico veterinário e agropecuarista, o Sr. Manoel Gabriel dos Santos, que era o vice-prefeito na gestão anterior. A eleição de 1992 foi disputada por três candidatos(as), dentre estes uma candidata mulher, a Sra. Solange Maria Cunha Rego, com a coligação PSDB, PMDB e PT.

O Sr. Valdomiro venceu a eleição pela coligação PFL/PDS. De 1997 a 2001 assume a 10ª gestão municipal o senhor Carlos Sodré dos Santos, também conhecido como Zé do Bode, um técnico em contabilidade, com algumas propriedades no município, e antes da política trabalhou em uma agência bancária do Bradesco em Irecê, por 4 anos. O mesmo se reelege para a gestão de 2001 a 2004.

As próximas duas gestões, a 12ª e a 13ª foram assumidas novamente pelo médico veterinário Manoel Gabriel dos Santos, nascido em Barra do Mendes, e que completou três mandatos ao final do ano de 2012, e mais um mandato na condição de vice-prefeito, que diz em entrevista praticamente ter exercido como prefeito, por conta da ausência do prefeito oficial.

Destaca que havia poucos recursos, mas que os mesmos eram usados adequadamente. Conta que tentou organizar a pasta da cultura e do turismo, com um arquivo público do município e um museu, mas admite a falha nessa pasta e divide a mesma com a equipe.

O mesmo se mostrou entusiasmado com as possibilidades turísticas e culturais de Barra do Mendes, mostrando fotografias e pinturas que retratam casarões e a igreja local, além de fotografias que revelam os conflitos entre os Coronéis Horácio de Matos e Militão Coelho (SANTOS, 2017).

As duas últimas gestões (14ª e 15ª), ou seja, de 2013 a 2016 e de 2017 a 2020, foram desempenhadas pelo agrônomo Armênio Sodré Nunes, conhecido como Galego (MDB), que já havia desempenhado a função de Vereador, presidente da Câmara e secretário de agricultura no município de Barra do Mendes.

O mesmo relatou, em entrevista, as dificuldades financeiras da gestão, por conta dos poucos recursos, e contando basicamente com o Fundo de Participação dos Municípios, por ter uma parcela muito pequena de receita própria. Argumentou ainda

que o índice pluviométrico é baixo e mal distribuído, tendo ainda sofrido uma diminuição nos últimos anos (NUNES, 2017).

Sua gestão, porém, enfrenta uma grave crise, pois há denúncia de esquema de desvio de mais de R\$ 372 mil em contratações fantasmas feitos prefeitura. Na lista estão pessoas já falecidas e também pessoas com deficiências que impossibilitariam o trabalho a ser desempenhado.

No momento que algumas pessoas perceberam que estavam sendo utilizadas como laranjas para desvio de dinheiro público, começaram a denunciar a fraude através das redes sociais. As vítimas das fraudes encontraram em Juan Pereira, dono de uma página no Facebook sobre Barra do Mendes, um importante apoio nas denúncias. Há ainda o advogado Israel Ferreira Martins, que representa juridicamente o grupo de moradores utilizados no esquema. Por isso, tanto influenciador local quanto o defensor, passaram a receber ameaças por telefone (BONFIM; ARRAZ, 2020).

As denúncias foram feitas desde o mês de agosto de 2020. A prefeitura de Barra do Mendes, bem como o atual prefeito, o Sr. Armênio Sodré Nunes, colocam que estão surpresos com tal situação, e que os fatos devem ser apurados (BONFIM; ARRAZ, 2020).

Outro acontecimento relacionado com o prefeito ganhou também as páginas de jornais no início do mês de dezembro de 2020, com protestos de manifestantes em frente à casa do prefeito contra a falta de ações no enfrentamento da Covid-19, o que resultou em agressões físicas. O caso foi registrado na Delegacia do município de Irecê, que fica a cerca de 65 km de Barra do Mendes. Em nota o prefeito pediu desculpas pelo ocorrido (TV Bahia e G1 BA, 2020, p. 1).

Não cabe neste estudo nenhum juízo de valor e nem se tem a intenção de denunciar dos fatos mencionados; mas somente de relatar, a partir de fontes de meios de comunicação, com publicações em artigos de jornais, os acontecimentos recentes no município aqui estudado, já que se trata da gestão, aqui colocadas desde a intendência entre 1917 e 1920, passando por todos os mandatos desde a instalação do município em 1959, após o seu reestabelecimento no ano de 1958, até os dias atuais. Na figura 41 encontram-se todos os gestores (intendente e prefeitos) de Barra do Mendes desde a sua criação, e depois do reestabelecimento.



Figura 41 – Intendente (1917-1920), e prefeitos de Barra do Mendes (1959-2006)

Fonte: Arquivo particular do Sr. Liandro Manoel Sousa (vulgo Liandro Atiques), 2017.

A última eleição, realizada no dia 15 e novembro de 2020, teve como vitorioso o Sr. Antônio Barreto de Oliveira, conhecido como Tonho (PDT) ou Tonho de Napo. Este tem 50 anos de idade, ensino médio completo, atua há mais e 6 anos no setor agrícola e ocupava o cargo de secretário de agricultura na última gestão; sendo eleito prefeito pela coligação composta pelos seguintes partidos: PT, PSB, PP, PDT, PODE e AVANTE, com 69,31% dos votos válidos.

O vice da chapa é Dr. Simão. O seu opositor, o Sr. Erick Gilliard Bastos de Souza, do PSD, com a coligação REPUBLICANOS / MDB / PL / PSD / DEM, teve 30,69% (TRE-BA, 2020). O mesmo é contador, com ensino superior completo e atuava na última gestão como secretário de administração. O Sr. Armênio Sodrê Nunes, conhecido como Galego, ainda terá que responder por essas duas ocorrências.

3.3.3. Relação histórica e atual entre as lideranças locais do município de Barra do Mendes e o governo estadual da Bahia e parlamentares estaduais e federais

As relações de poder no município de Barra do Mendes estão intrínsecas ao contexto espacial e histórico de cada período. O município foi “criado” por duas vezes: a primeira em 1917, quando disputava o poder local, o coronel Horácio de Matos o Coronel Militão Coelho. Este, por sua vez, tinha bom relacionamento com o governo estadual. Assim, nos embates entre os dois inimigos “veio tropas do governo da Bahia atender Militão, porque Militão tinha o poder local reconhecido pelo poder estadual” (Entrevista 07 - Jornalista Valber de Carvalho, maio 2017).

Mas com o tempo, alguns episódios foram fazendo com que Horácio de Matos se tornasse uma liderança reconhecida também pelo governo estadual; em que podemos citar a morte de seu irmão Vítor de Matos e o Cerco a Barra do Mendes, tornando-o uma pessoa poderosa na localidade, com forte influência em toda região da Chapada Diamantina.

Ele é um exemplo de poder estritamente local, que nem era regional, e nem era respeitado pelo poder regional; e depois se torna um poder regional, estadual e reconhecido nacionalmente, como coronel, que a ponto de expulsar a Coluna (Prestes), e o exército teria articulado um armistício para ele não marchar sobre Salvador, porque a população de Salvador pavorosa, com um bando de jagunços, e o que eles poderiam fazer sobre a capital; e eles iam tomando de cidade a cidade. Várias cidades da Chapada (Entrevista 07 - Jornalista Valber de Carvalho, maio 2017)

Os coronéis da região ora eram aliados, ora eram inimigos, e estes mantinham também relação de amizade ou mesmo certa aproximação com deputados estaduais e governadores em cada contexto. Esse sistema de troca de favores, numa relação com o voto e o prestígio político de coronéis e parlamentares foi definido mais tarde por Leal (2002), como coronelismo.

Corroborar-se com a análise de Leal de que o coronelismo se aplique de forma mais evidente ao declínio dos coronéis, e a perda de prestígio político dos mesmos, pois os acordos já eram realizados entre agentes das mais variadas escalas pelo menos desde o início do século XX, período da República Velha.

Os governos estaduais buscavam certo entendimento com os coronéis, pois em seu conjunto poderiam significar uma ameaça à manutenção do poder a nível estadual. Como havia conflitos entre Chapada Velha, cuja liderança política era o

Coronel Horácio de Matos, e Barra do Mendes, com o Coronel Militão Coelho, ambos constituindo o território do município de Brotas de Macaúbas; o governo do estado da Bahia não tinha então um único Coronel para manter suas relações de confiança.

Neste sentido, não havia uma fidelidade entre governo do estado e coronéis, na medida em que os interesses se constituíam a partir de cada contexto. Leal (1949/2012) coloca que não é preciso compreender a complexidade do coronelismo a partir somente da hegemonia de um único coronel em um município como todo, pois este “divide-se em distritos: o distrito da sede – urbano – escapa à influência do “coronel” que não seja ao mesmo tempo chefe político municipal; e cada um dos distritos rurais se compõe de diversas fazendas” (LEAL, 1949/2012, p. 71).

Se um só coronel fosse dono de um distrito inteiro, a sua hegemonia social, resultante da propriedade da terra, seria incontestável naquela circunscrição, o mesmo ocorrendo em relação a todo o município, quando fosse o caso. Havendo, porém, como é a regra, vários fazendeiros em cada distrito e número bem maior em cada município, seria natural que, espontaneamente, se agrupassem em mais de uma corrente partidária, atendendo aos diversos fatores que determinam as ligações políticas municipais. O agrupamento dos fazendeiros dos distritos, em torno de um deles, e dos chefes distritais em torno do chefe municipal (LEAL, 1949/2012, p. 71).

Leal (1949/2012) considera que foi a decadência dos coronéis que possibilitou o sistema de reciprocidade em o chefe político local e o governador; sendo possível analisar suas colocações no contexto da República Velha. No município de Brotas de Macaúbas existiam vários coronéis; os citados em entrevistas e também encontrados na literatura são três: na sede do município de Brotas de Macaúbas, o coronel e também chefe político José João de Oliveira, no arraial de Barra do Mendes, o coronel Militão Coelho, e no arraial de Chapada Velha, Horácio de Matos; mas os conflitos se davam basicamente entre estes últimos. Fugindo à regra, esses coronéis “distritais”, sob o comando de arraiais, passaram a ter mais influência do que o chefe municipal.

No período da emancipação de Barra do Mendes, em 1917, o governador do estado era Fernando Muniz, que na ocasião estava em viagem para a Europa. Quem assumiu o seu posto durante a viagem foi Frederico Costa, que era presidente do Senado Federal, e estava interino na governadoria (COSTA, 2010).

A emancipação se deu de forma rápida, sem um planejamento e ações duradouras, feita por decreto; justamente por conta da aproximação do coronel Militão Coelho com Frederico Costa, que era votado na localidade para o Senado Federal.

O Dr. Fernando Muniz de Aragão estava em viagem à Europa [...], e assumiu a governadoria interina o Frederico Costa, que era votado pelo coronel Militão Coelho. Tanto que ele aproveitou essa deixa, que o Frederico Costa estava como governador do estado. E uma curiosidade Kátia, o Dr. Frederico Costa, ele era inimigo político do governador Antônio Luís. Então, como presidente do Senado, foi editado que ele assumisse interinamente a governadoria. Então, foi a toque de caixa; não foi uma coisa arquitetada, que vinha planejando, de forma alguma, não existia projeto de emancipação antigo, correndo lá, foi algo muito rápido, coisa muito rápida, foi via decreto. Então, não houve oposição, não que eu tenha conhecimento (SOUSA, L., 2017).

Buscando analisar a questão local e a relação entre os agentes políticos das mais variadas escalas, é preciso compreender o que estava acontecendo no Brasil e no mundo no contexto da emancipação de Barra do Mendes. De agosto de 1914 a novembro de 1918 estávamos passando pela Primeira Guerra Mundial, e ainda que o Brasil tenha tido uma participação modesta, já que não possuía tantos recursos bélicos, a defesa nacional sofreu impactos diretos.

A entrada do Brasil se deu apenas em 1917, ano em que navios brasileiros foram torpedeados por submarinos do Império Alemão. Após aprovação no Congresso Nacional, o então presidente Venceslau Brás assinou, no dia 26 de outubro de 1917, declarou guerra contra a Tríplice Aliança, acordo militar formado pelo Império Alemão, Império Austro-Húngaro e o Reino da Itália em 1882 (FAGUNDES, 2010).

Na Bahia ocorria as eleições em 29 de dezembro de 1919, disputadas entre José Joaquim Seabra, da situação, e Dr. Paulo Matins Fontes, opositor. As eleições foram conturbadas e com acusações de fraudes eleitorais. As informações sobre a suposta insatisfação da população, juntamente com as acusações de fraude, chegaram aos ouvidos dos coronéis Anfilófilo Castelo Branco; Marcionílio Antônio de Souza, e Horácio de Matos.

Este último liderando a Reação Sertaneja, com a marcha para Salvador para garantir a posse de Paulo Fontes. Mas o Presidente da República, o Sr. Epitácio Pessoa, faz uma intervenção na Bahia, garantido a posse de J.J. Seabra. A falta de comunicação entre os revoltosos sertanejos e entre esses e os opositores da capital, fizeram com que, a partir das negociações feitas com o interventor federal, o General Cardoso de Aguiar, os coronéis recuassem da marcha. Como resultado ficou estabelecido o convênio de Lençóis, tendo como 4ª cláusula, a extinção do município de Barra do Mendes, com seu retorno ao município de origem: Brotas de Macaúbas.

Em meados da década de 1920 ocorre a Coluna Prestes, sendo considerado o maior movimento revolucionário do Brasil, no qual os ideais de um mundo mais justo e solidário era o carro chefe de seus componentes. O país passava por um momento de forte descaso com as políticas públicas e o forte autoritarismo buscava impedir qualquer reação contrária ao governo.

Mas foi justamente essa falta de interação do governo federal com as camadas populares, que fez crescer os ideais revolucionários contra o governo de Artur da Silva Bernardes, que presidiu o Brasil entre 5 de novembro de 1922 e 5 de novembro de 1926. Durante todo esse período, o governo federal gastou recursos e energia para impedir que os movimentos como a Coluna Prestes o tirassem do poder.

A Coluna Prestes foi o terceiro movimento tenentista⁶⁰, já que o primeiro ocorreu em 1922, no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, em que somente dois “revoltosos” sobreviveram, e o segundo em São Paulo, em 1924. No mesmo ano alguns líderes partiram para o Rio Grande do Sul, e de 1925 até 1927 a Coluna Prestes, chamada no início de Coluna da Esperança, recebe o nome de Coluna Prestes quando as duas tropas se encontram: São Paulo e Rio Grande Sul (CPDOC, 2010). Foi considerada a maior marcha revolucionária da história, mas que não teve a adesão do Coronel Horácio de Matos. Pelo contrário, houve conflitos entre os integrantes da coluna e o coronel e seus homens.

Não se cumpre aqui o papel nem de julgar as ações do Coronel Horácio de Matos e nem de estabelecer um saudosismo ao chamado Governador do Sertão; mas de trazer elementos que visão compreender a emblemática história do município de Barra do Mendes a partir de seus agentes políticos, notadamente também econômicos e sociais.

Os coronéis da região da Chapada Diamantina, atraídos pela mineração; e de forma mais específica aqueles que tiveram influência direta na criação e restabelecimento do município de Barra do Mendes, são importantes peças para analisar esses processos. Horácio de Matos buscava, segundo Carvalho (2017), melhorar suas relações com o governo, e a formação de batalhões para combater a Coluna Prestes, era o que o governo mais queria naquele momento. Horácio já era

⁶⁰ A questão da defesa nacional estava na ordem do dia desde a Primeira Guerra Mundial, em que tanto o governo quanto setores da sociedade começavam a dar uma atenção maior às Forças Armadas; mas ainda assim, a situação era desalentadora no início dos anos de 1920.

nesse momento, em 1926, uma liderança política regional/estadual, e reconhecido nacionalmente.

Ele [Horácio de Matos], é um exemplo de poder estritamente local, que nem era regional, e nem era respeitado pelo poder regional; e depois se torna um poder regional, estadual e reconhecido nacionalmente, como coronel, que a ponto de expulsar a Coluna, e o exército teria articulado um armistício para ele não marchar sobre Salvador, porque a população de Salvador pavorosa, com um bando de jagunços, e o que eles poderiam fazer sobre a capital; e eles iam tomando de cidade a cidade. Várias cidades da Chapada (CARVALHO, 2017).

O batalhão Lavras Diamantinas, comandado por Horácio de Matos, contava com 625 civis assalariados pelo governo federal, dividido em vários destacamentos; sendo também aproveitado na perseguição à Coluna Prestes em outros estados. Esse batalhão perdeu cerca de 300 homens somente na Bahia e em Minas Gerais, até chegar em Pernambuco, em 30 de julho de 1926. Em todo o Brasil, muitos civis se aventuraram na perseguição à coluna, e o governo federal despendera volumosos recursos para esse feito, sendo o batalhão Lavras Diamantinas o mais numeroso (CHAGAS, 2012).

Em dois anos de lutas o Governo federal não conseguiu dominar a Revolução. A Coluna Prestes passeava pelos sertões e as verbas da Nação se achavam emprenhadas na sua destruição. Rios de dinheiro eram gastos diariamente para executar o capricho do presidente Artur Bernardes, de pacificar o país, antes de terminar o seu quadriênio governamental, em 15 de novembro, e esse soldo atraía civis e militares que aos milhares se atiraram na perigosa aventura de perseguir os rebeldes (CHAGAS, 2012, p. 234).

Em vários momentos houve confrontos entre os dois lados, em outros o batalhão se aproximava, mas não conseguia alcançar “os revoltosos”, até que no dia 3 de fevereiro de 1927, depois de uma penosa travessia pelo Pantanal, em que morriam os cavalos, que não resistiam; a Coluna Prestes transpunha a fronteira com a Bolívia.

Um destacamento chegou a ultrapassar a fronteira, mas fora avisado, retornando ao Brasil. O batalhão Lavras Diamantinas regressou então para a Bahia, passando por São Paulo e Minas Gerais. Já o coronel Horácio de Matos foi para o Rio de Janeiro para se submeter a um tratamento médico-cirúrgico (BARBOSA, 2008). Após essas batalhas, com repercussão da figura de Horácio de Matos, o mesmo assume a intendência de Lençóis em 8 de janeiro de 1928.

Na Revolução de 1930, o coronel Horácio de Matos fora convidado a participar, mas o mesmo não aceitou, por se dizer solidário e leal ao governo legal, sendo incumbido por este de organizar batalhões de voluntários, mas os acontecimentos foram tão rápidos que não houve tempo de mobilização e partir para o *front*.

Por isto, nas antevésperas do movimento de 1930 quando, aliás, nada o denunciava, salvo alguma sutileza, Horácio recebeu a visita de um daqueles admiradores da cidade..., o qual lhe trazia da parte de figuras notáveis proposta para determinada incumbência, que se conjuntava com o movimento que ia explodir, e mediante vantagens que para um homem afeito às lutas eram, o que se poderia chamar, convidativas. Mas Horácio andava empenhado em ficar sempre com a legalidade, e não sabia, nem podia saber: quais os postulados da aventura que então estava simplesmente em planos. Assim, rejeitou o que lhe oferecia para tomar na jornada que, em outubro de 1930, irrompeu do Sul e do Norte do país. Só Deus poderia saber o de que este gesto de lealdade ao governo ia ser causa indireta, mas causa (BARBOSA, 2008, p. 159).

Após a Revolução, em 2 de novembro de 1930, Horácio recebeu uma correspondência de Herman Lima⁶¹, solicitando a colaboração do coronel, para que fosse executado o desarmamento do sertão. E Horácio de Matos responde que tal feito já era algo sonhado por ele há muito tempo, não se opondo este a entregar suas armas espalhadas pelo sertão, ficando acertado que seriam indenizadas as armas de particulares, além da compensação com instrumentos de lavoura.

As armas foram entregues, e Horácio também auxiliou no recolhimento das armas de seus amigos e conhecidos. “E assim, orçam por mais de três mil (3.000), longos e curtas, o número de armas de fogo, não falando das brancas, arrecadadas na zona das Lavras Diamantinas e do sertão vizinho” (Manifesto de 1930 *apud* BARBOSA, 2008, p. 181). Nas palavras de Horácio:

Até hoje, em minha vida, ainda não usei evasivas nem frases ou atos com alguma intenção oculta. Não costumo dar minha palavra levemente: quando a dou é porque ponderei o caso, e, então, sou eu próprio o mais empenhado em cumpri-la. Porque motivo iria eu faltar ao meu compromisso na matéria do desarmamento? (Carta de Horácio de Queiroz Mattos, Lençóis, 15 de dezembro e 1930 *apud* BARBOSA, 2008, p. 184)

⁶¹ Herman Lima era um dos ajudantes de ordem de Juarez Távora, este por sua vez foi um dos principais nomes do movimento tenentista, e chefe militar das forças revolucionárias do Norte.

Mas nada do que foi prometido pelo novo governo foi cumprido; e assim que entregou as últimas armas, Horácio foi preso em Lençóis, no dia 30 de dezembro de 1930; sendo concedida a sua liberdade condicional em 18 de março de 1931, por não haver culpa formada ou provas contra o mesmo (CHAGAS, 2012).

A questão que se colocava não era se Horácio era culpado de algum crime, mas o fato de ter ficado contra a revolução e a forma traiçoeira como fora preso. “Era claro que ele ficaria sujeito à prisão, se esta viesse a ser o castigo para delitos pelos quais, porventura (ou desventura), o mesmo fosse responsável, uma vez apurados e cuja apuração ele assistiria em liberdade” (BARBOSA, 2008 p. 187).

O coronel Horácio de Matos deveria ficar em Salvador, enquanto se encontrava na condicional, e sua segurança estava então ameaçada, pois o mesmo tinha muitos inimigos; e no dia 15 de maio de 1931, o mesmo fora assassinado aos 49 anos de idade, no Largo do Accioly, quando estava na companhia de sua filha Horacina, segurando-a pela mão, sendo alvejado pelas costas com três tiros (Anexo K).

Sua morte fora atribuída aos antigos adversários de Lençóis, sendo o assassino “Vicente Dias dos Santos, empregado por José Machado, tio da viúva Mota Coelho, preso na mesma hora, perto do local do crime, e sentenciado no 1º Júri a 21 anos de prisão celular. Dois anos entrava ele em novo julgamento, sendo absolvido pelo 2º Júri” (CHAGAS, 2012, p. 272).

Mas há controvérsias quanto à versão de seu assassinato. Segundo Sousa, L. (2017), o fato de Horácio de Matos não ter participado da Revolução de 1930, tendo ficado neutro, por buscar se manter dentro da legalidade, pode ter contribuído com sua morte.

Do jeito que, assim como ninguém assumiu a responsabilidade pela determinação da prisão de Horácio, também ninguém ficou responsável pela eliminação violenta de sua vida, a despeito de se tratar de um delito agravado pela traição e perpetrado publicamente, na cidade sede do governo estadual.

Fecha-se um ciclo na história do sertão baiano com a morte do coronel Horácio de Matos em 1931. A nível nacional configurou-se o governo provisório e constitucional de Vargas em 1930, com o Estado Novo a partir de 1937. Na Bahia, o interventor Juracy Magalhães da governadoria em 21 de setembro de 1931. O município de Barra do Mendes já havia sido suprimido há mais de uma década, voltando a integrar-se ao município de Brotas de Macaúbas.

O coronel Militão Coelho também já havia falecido em Pilão Arcado no dia 8 de dezembro de 1919. Outras lideranças, porém, foram surgindo, como os vereadores do município de Brotas de Macaúbas que moravam na localidade de Barra do Mendes: Rui Coelho e João farias. Além de Hélio Ramos, Nestor Coelho, Antônio de Odílio, Rui Rodrigues Coelho, Antônio Rodrigues Coelho, Dona Maria Romana e D. Laurinda Olímpia Sodré, já citados neste estudo (SOUSA, L. 2017)

Barra do Mendes volta a ser município no ano de 1958, ou seja, 38 anos após ter sido suprimido, acompanhado de um processo anterior de tentativas fracassadas de instauração de plebiscito. Mas ao se ter clareza de que o município já havia existido entre 1917 e 1920, e que seria possível a sua restauração, o processo foi relativamente rápido.

O agente Antônio Carlos Magalhães, figura emblemática da política na Bahia até a sua morte em 20 de julho de 2007, teve importante influência nesse processo, tendo relação com lideranças políticas locais. No período, o mesmo estava iniciando a sua carreira política; já formado em Medicina desde 1952 pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e tendo iniciado na política desde os tempos de estudante, atuando no grêmio estudantil do Ginásio da Bahia, e no diretório acadêmico da Faculdade de Medicina, é eleito deputado estadual em 1954 para o mandato de 1955 a 1959, e deputado federal para mandato entre 1959 a 1963, ambos os cargos pela UDN. Ainda no cargo de deputado estadual, o mesmo era vice-presidente da Comissão de Redação, Leis e Resoluções (1958), e membro titular da Comissão de Constituição e justiça (1955 – 1958).

Segundo Sousa, L., (2017), sua atuação parlamentar teve um papel facilitador no andamento da restauração no município de Barra do Mendes. O deputado Antônio Carlos Magalhães era votado no distrito de Fundão, atual município de Ipupiara, a partir de sua relação com o coronel da localidade Arthur Ribeiro.

Este, por sua vez, avisou ao deputado sobre o processo que estava na Câmara dos Deputados, e solicitou ao mesmo que fosse feita também a fragmentação de Ipupiara, já que pela lei original (Lei Estadual nº 1.203 de 21 de julho de 1917), este distrito integraria o município de Barra do Mendes (SOUSA, L., 2017).

O deputado Antônio Carlos Magalhães era votado pelo coronel Arthur Ribeiro, coronel só no título né, porque essa patente foi extinta nos anos 30 com o Estado Novo [...]. Então Arthur Ribeiro votava com a liderança política do distrito de Fundão, hoje cidade de Ipupiara. Ele votava no Antônio Carlos Magalhães. Então ele foi avisar via telegrama pelo deputado Antônio Carlos

Magalhães, que esse processo estava na Assembleia, para passar pela Comissão de Emancipação, na qual o deputado Antônio Carlos Magalhães era presidente, e querendo saber se havia interesse e qual seria o posicionamento do Arthur Ribeiro. Claro, foi consultar as suas lideranças políticas, no caso Arthur Ribeiro era uma forte liderança que apoiava Antônio Carlos Magalhães. Então, ciente do que tramitava na câmara, e o que já tinha lido desse projeto, o Arthur Ribeiro, ele propôs a Antônio Carlos Magalhães que chamasse o deputado Hélio Ramos e que impusesse que somente passaria na comissão se fosse feita a fragmentação, ou seja, se também emancipasse Jordão, elevando à categoria de cidade com o nome de Ipupiara.[...], Barra do Mendes seria restituída com o plebiscito como na lei original de 1917, com Ipupiara, Jordão e Morro Pará distrito; e o que não se verificou, mediante essa negociata entre Arthur Ribeiro e Antônio Carlos Magalhães; e acertada, pois não havia nenhuma outra saída, não tinha opção; ou os emancipadores aceitavam essa condição ou o processo seria travado na comissão. Então houve esse acordo, aceitou-se, e foram emancipados os distritos de Barra do Mendes e Jordão. Então, houve influência política? Sim. Houve negociação? Houve (SOUSA, L., 2017).

Como já mencionado, para compreender tanto o processo de emancipação em 1917, e de restauração em 1958 do município de Barra do Mendes, é preciso considerar os agentes das diversas escalas espaciais. No processo de restauração do município em 1958, além da influência dos deputados estaduais Hélio Ramos e Antônio Carlos Magalhães, e do governador interino Frederico Costa, houve também a influência do deputado federal Manoel Novais.

Esses agentes se relacionam entre si, tanto para a busca da consolidação de políticas públicas, quanto para se manterem no poder governamental. Nesse emaranhado da coisa pública, são percorridos vários meandros no sentido de pensar a criação de municípios e sua forma organizativa.

Ao se tratar de processos emancipatórios de municípios, as investidas por parte de lideranças locais para que seja criado o município, carrega o desejo de ocupação de cargos, sendo o de prefeito o mais cogitado. Segundo Sousa, L.,(2017), o deputado federal Manoel Novais teve forte influência para a escolha do primeiro candidato a prefeito de Barra do Mendes, o médico Aurelino Alves Barreto, mesmo com as expectativas de que o primeiro candidato a ocupar o cargo fosse Antônio Sodré Barreto, do partido PR. Outro nome cogitado foi o do Sr. Rui Coelho.

Então, quando houve o reestabelecimento, aí partiu-se para a formação de chapas. Antônio Sodré Barreto voltou de Salvador, Antônio de Odílio chamado, [...] crente e ciente que seria o escolhido para ser o candidato do PR para prefeito, mas as coisas não se deram assim. O Dr. Aurelino Alves Barreto, recém-formado em Medicina, filho de tradicional família barramendense - na época o adjetivo gentílico era barreense – filho de fazendeiro, o fazendeiro Antônio Alves Barreto (Totonho). Então, o pai do médico Aurelino, havia sido conselheiro na primeira câmara em 1917, então tinha certa influência, além da influência financeira que ele exercia na vila.

Era fazendeiro, era comerciante, era agiota. Então, ele tinha uma influência muito grande, e conseguiram com o deputado Manuel Novais, que o Dr. Aurelino, até por uma parte de capacidade, havia se formado em medicina, que ele fosse indicado para ser o candidato a primeiro prefeito após reestabelecido o município de Barra do Mendes (SOUSA, L., 2017).

A disputa interna pode ser uma questão crucial para entender as relações entre as lideranças locais e de outras escalas, pois ainda que no pleito houvesse apenas uma chapa, muitas negociações, conflitos e intrigas foram travadas até que a estrutura organizacional do município estivesse pronta; e mesmo durante o primeiro mandato e na sucessão da gestão municipal, mantinha ainda traços da velha política coronelista do início do século XX.

Neste sentido, não havia unanimidade na escolha do nome do recém-formado em medicina Aurelino Alves Barreto, que era filho de família tradicional de Barra do Mendes. Segundo Sousa, L. (2017), outros nomes foram cogitados, como o Sr. Rui Coelho, sendo este preterido; o já referido Antônio Sodré Barreto; e também uma oposição pelo PR que não se concretizou, sendo escolhido pelo partido o Sr. Auberic Campos; mas o nome vencedor internamente foi o do médico Aurelino Alves Barreto, sendo candidato pelo Partido Libertador (PL)⁶²; havendo um acordo, segundo Sousa, L. (2017), para que o vereador José Benício de Matos, que se reelegeu para o mesmo cargo em 1958, não mais por Brotas de macaúbas, mas pelo recém-criado município de Barra do Mendes, teria seu apoio nas próximas eleições para o cargo de prefeito.

Então, o Auberic Campos foi escolhido pelo PL na época, pelo Partido Liberal, para concorrer às eleições junto com o candidato do PR, que até então não estava decidido se seria o Dr. Aurelino ou não. E ele tinha esse apoio, embora fosse ligado à família Coelho, mas teria o apoio dos serranos, e de uma forma natural, seria consagrado o primeiro prefeito de Barra do Mendes. Mas o deputado Manuel Novaes interviu no processo, convocou uma reunião, segundo me foi relatado por várias pessoas, não só da região serrana, como também da sede do município. Inclusive, o dono da residência onde foi feita a reunião, conversei com ele, o ex-vereador, o ex-presidente da câmara Valdelito de Meireles, me salvando a memória, me colocou à par da reunião. Houve uma reunião, e nessa reunião ficou acordado entre o deputado Manuel Novais, Aurelino Alves Barreto, Antônio Sodré Barreto, e outras pessoas mais; e as lideranças serranas nas pessoas de José Benício de Matos, vereador, José Bispo, liderança serrana, Emílio de Matos, Silviano dos Santos, e uma série de pessoas né, que eles apoiariam a chapa Dr. Aurelino, e na próxima o Dr. Aurelino apresentaria o Sr. José Benício de Matos para o seu sucessor; e com isso deram um cheque mate no Sr. Auberic Campos e a eleição foi basicamente tranquila. Então, o Dr. Aurelino foi consagrado nas urnas como primeiro prefeito de Barra do Mendes mediante essa negociação,

⁶² O Partido Libertador (PL) foi fundado em 1945 e extinto em 27 de outubro de 1965, assim como outros partidos, pelo Ato institucional nº 2. O partido era denominado de novo PL, porque suas origens remontam o final do século XIX (LEAL, 1980).

que o vereador José Benício de Matos seria o seu sucessor (SOUSA, L., 2017).

A escolha do médico, no entanto, causou indignação por parte de moradores do distrito de Minas do Espírito Santo, região serrana do município de Barra do Mendes. Na ocasião, o distrito contava com o mandato de vereador de José Benício de Matos do então município de Brotas de Macaúbas, irmão do falecido Coronel Horácio de Matos.

Em entrevista ao Sr. Aurelino Alves Barreto não houve menção de nenhum acordo feito com José Benício de Matos, mas é certo que este almejava ser prefeito de Barra do Mendes. Além disso, parte da negociação foi que o Sr. José Benício de Matos seria o primeiro presidente da câmara de vereadores, e assim aconteceu.

Não tendo apoio da situação nas eleições seguintes, o mesmo migrou para a Chapada Diamantina, onde refez sua carreira política, restabelecendo em 1962, e sendo o primeiro prefeito do município de Wagner, e exercendo o cargo por mais dois mandatos.

A história do município de Barra do Mendes está intrinsecamente associada a um contexto político e espacial que vai muito além de seus limites físicos, considerando aspectos da vida política e as relações entre agentes das mais diversas escalas espaciais; indo desde o local, passando pelo regional e estadual, até o nacional, ou mesmo global, em alguns aspectos.

A partir desse emaranhado de relações de poder que se tecem no espaço entre os agentes, é possível vislumbrar os processos de criação de municípios enquanto potencializadores da busca e manutenção do poder político.

3.3.4. O conflito que perdura no tempo entre Barra do Mendes e Brotas de Macaúbas e outros litígios intermunicipais

Há uma rivalidade histórica entre os municípios Barra do Mendes e Brotas de macaúbas, que perdurou o tempo, desde a Guerra de 1896 entre os jagunços comandados por Clementino de Matos, chefe de Chapada Velha, e aqueles comandados por Militão Coelho, chefe de Barra do Mendes. Clementino de Matos deixou um “herdeiro”: seu sobrinho Horácio de Matos, que deu continuidade aos conflitos armados no sertão baiano, não somente em Barra do Mendes e proximidades, mas também em toda Chapada Diamantina.

Militão Coelho foi uma grande liderança no município de Brotas de Macaúbas, e em Barra do Mendes, quando este veio a se emancipar em 1917. Desempenhou várias funções, desde presidente do Conselho Municipal, e presidente do Diretório Municipal de dois partidos, o Republicano Federal (PRF) e o Republicano Democrático (PRD) de 1914 a 1919 em Brotas de Macaúbas.

Foi também intendente neste município de 03 de janeiro de 2015 a 18 de agosto de 2017, com uma pequena pausa entre 22 de fevereiro de 2016 a 14 de março do mesmo ano. Na condição de Coronel da Guarda Nacional, tomou posse do cargo de Comandante da 103ª Brigada da Cavalaria em Brotas de Macaúbas.

Segundo Mendonça (2003), o Coronel Militão Coelho tinha muito prestígio com o governador Antônio Muniz, conseguindo a criação do município de Barra do Mendes, a partir do desmembramento de Brotas de Macaúbas. Mas segundo Sousa, L., (2017), em entrevista, quem assumia no período a governadoria de forma interina era Frederico Augusto Rodrigues da Costa, forte aliado do Coronel Militão, facilitando assim, o processo de criação do município de Barra do Mendes.

No início do século XX ocorreram “o Cerco” e o “Barulho” de Barra do Mendes, já citados neste estudo. Mas parece estar havendo uma mudança na atualidade, em que só os mais velhos ainda guardam lembranças de um passado sangrento e violento. Pois ainda que a história seja contada e se mantenha viva, a cultura de um povo, os laços de parentesco e a ancestralidade daqueles que participaram ativamente dos combates envolvendo Barra do Mendes, a Chapada Velha de Brotas e Brotas de Macaúbas, vão ficando cada vez mais distante.

O atual Prefeito de Brotas de Macaúbas, pelo segundo mandato, mas não de forma consecutiva, argumenta que a rivalidade histórica a partir dos coronéis da República Velha tem dado lugar à busca por uma maior aproximação entre os municípios.

Quando nós assumimos a gestão em 2009, no primeiro mandato, não se tinha uma relação de identidade entre os dois municípios, não tinha nem diálogo; e continuou sem ter, porque não ficou bem resolvido essa questão de desmembramento, em relação a algumas comunidades, umas comunidades ficaram com sentimento de pertencimento de Brotas, e outras que estavam em Brotas com pertencimento para Barra do Mendes. Historicamente existe essa questão da época dos coronéis, de Militão e de Horácio, essa disputa de território; e no momento, com a mudança de gestão em Brotas e Ipujiara, a gente tá buscando essa aproximação entre os dois municípios. Eu tive uma reunião com Galego, e o pensamento de que são dois municípios vizinhos, filho e irmãos ao mesmo tempo; e a gente tá buscando fazer essa aproximação, de fazer um evento lá em Barra do Mendes para levar os brotenses para lá, e fazer um evento em Brotas para trazer os

barramendenses para aqui, para fazer essa integração (OLIVEIRA JÚNIOR, 2017).

A partir de entrevistas com os deputados integrantes da Comissão Especial de Divisão Territorial e Emancipação à época (2017), também de técnicos da SEI e do IBGE no setor de limites daquela instituição, e de agentes políticos tanto do município de Barra do Mendes quanto de Brotas de Macaúbas, foi possível constatar que ainda havia vários litígios intermunicipais envolvendo os limites de Barra do Mendes e seus municípios vizinhos.

Esses litígios são públicos e notórios e envolvem uma questão política, que mesmo após outra equipe da Superintendência voltar ao local, não houve acordo. Os casos mais emblemáticos são das localidades André e Boca das Palmeiras (Entrevista 06 – Rita Luquini, técnica do setor de limites da SEI, maio 2017).

Ainda segundo a técnica da SEI, Rita Luquini (2017), um limite só pode ser considerado consolidado quando não há contestação, ou seja, se há alguma espécie de contestação por qualquer uma das partes interessadas, não havendo assim um acordo, não é possível que haja uma mudança, devendo ser mantido o limite anterior até que seja resolvida a questão.

Argumenta ainda que a SEI desempenhou toda a função técnica na busca por dirimir os conflitos litigiosos envolvendo o município de Barra do Mendes, mas que isso não foi suficiente para que as lideranças políticas agissem a partir dos estudos técnicos.

A gente aqui busca de toda forma o acordo, busca de toda forma uma solução, mas não depende só da esfera técnica, não é? A questão passa pelo campo político. Com relação aos problemas que ainda persistem em Barra do Mendes tudo que era possível fazer na esfera técnica foi feito pela SEI, agora somente será no campo político (LUQUINI, 2007).

Embora os estudos técnicos comprovem que as duas localidades: Boca das Palmeiras e Santo André tenham uma melhor adequação ao município de Brotas de Macaúbas, os mesmos permanecem nos limites territoriais de Barra do Mendes (Figura 42). No início dos trabalhos recentes da SEI, havia litígio com quase todos os municípios vizinhos, mas em 2017, segundo Sousa, L., (2017) quase todos esses conflitos já haviam sido sanados, com exceção de Ibipeba – mas com esse prestes a serem resolvidos - e Brotas de Macaúbas, com ênfase nas comunidades de Santo André e Boca das Palmeiras.

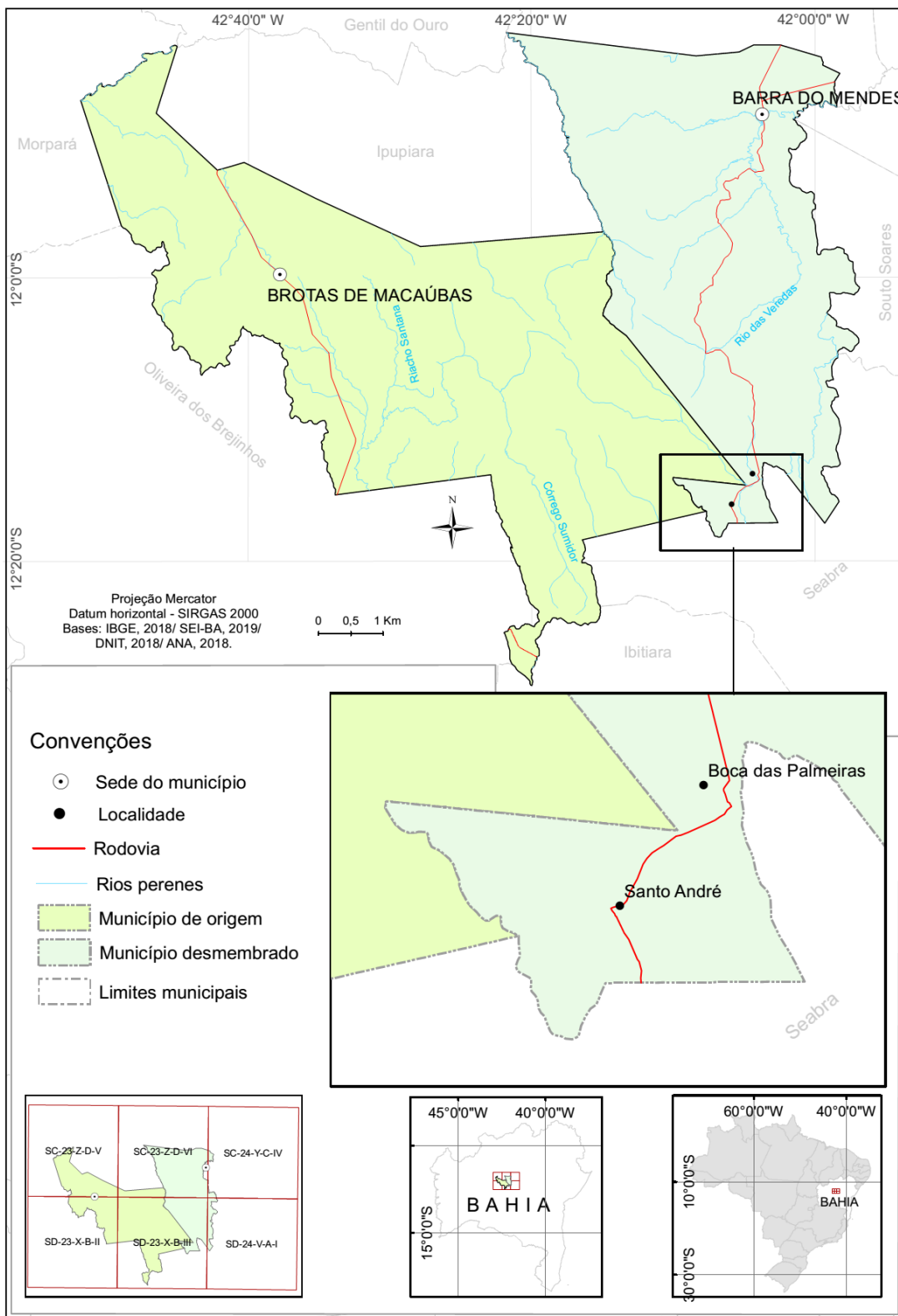


Figura 42 – Áreas de litígios intermunicipal entre Barra do Mendes e Brotas de Macaúbas, 2017

Fonte: Elaborado por K. R. Almeida, 2020.

A busca por uma definição dos limites com Ibipeba se arrasta desde o mês de julho de 1986, em que uma equipe do então Centro de Estatística e Informações

(CEI)⁶³ iniciou seus trabalhos de campo na localidade a pedido do Instituto de Terras da Bahia (Inter-BA), sendo utilizadas as documentações de criação de ambos municípios: a Lei Estadual nº 1482, de 19/09/1961, que criou o município de Ibipeba, desmembrado de Gentio do Ouro; e a Lei Estadual nº 1034, de 14/08/1958, que criou o município de Barra do Mendes, desmembrado de Brotas de Macaúbas; além de ser realizada reunião com os gestores municipais no ano de 1987, na qual o prefeito de Ibipeba não compareceu e nem justificou a ausência, arrancando posteriormente os marcos definidores dos limites, prejudicando sobremaneira o trabalho dos técnicos (ANEXO L) (CEI, 1988).

O ato foi denunciado pelo prefeito de Barra do Mendes, em carta ao Secretário do Planejamento de estado da Bahia, Jairo Simões, em 23 de dezembro de 1987 (PREFEITURA DE BARRA DO MENDES, 1987a); mesmo dia em que em outra carta, o prefeito de Barra do Mendes agradece o secretário de planejamento pelo apoio na delimitação do município de Barra do Mendes com os municípios de Brotas de Macaúbas, Seabra e Ibipeba (PREFEITURA DE BARRA DO MENDES, 1987b); ou seja, os trabalhos de delimitação estavam sendo realizados com vários municípios, mas o litígio permanecia com Ibipeba.

No início de 1989, o referido Prefeito de Ibipeba, o Sr. Nizan Malaquias de Souza, protestou junto ao CEI os limites demarcados, sendo que esta instituição respondeu em 04 de julho de 1989, que ao mapear o distrito de Lagoa Nova, que se encontrava em processo de emancipação, iria rever o problema (CEI, 1989).

A partir de toda essa situação, foi aberto um processo pela Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do estado da Bahia – SEPLANTEC-3205/87 (Anexo L), junto à Procuradoria Especializada Administrativa; cujo parecer nº 99 de 1988, aponta que a CEI desenvolveu seu trabalho a partir de um parecer técnico, a

⁶³ A CEI faz parte da história de formação da SEI, que se inicia com a criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) em 1955, e que passa a se denominar Fundação de Planejamento – CPE, em 1966. Mesmo ano em que é criado o Departamento Estadual de Estatística (DEE) mudando sua nomenclatura para Departamento de Geografia e Estatística (DGE) em 1973; e sendo extinto em 1975, com suas funções a partir de então, sendo desempenhadas pela Fundação Centro de Planejamento da Bahia (CEPLAB). A Fundação de Planejamento – CPE passa a denominar-se Fundação de Pesquisas – CPE nesse mesmo ano, mudando novamente em 1979 para Fundação Centro de Pesquisas e Estudos – CPE. Em 1980 são extintas tanto a CPE, quanto o CEPLAB; ocorrendo a criação, no mesmo ano, do Centro de Planejamento e Estudo – CPE, que passou a se chamar Centro de Estatísticas e Informações (CEI) em 1983; mesmo ano em que é criado o Centro de Projetos e Estudos (CENPES), que foi transformado em 1987 na Fundação Centro de Projetos e Estudos (CPE). A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) é fruto da fusão entre a Fundação Centro de Projetos e Estudos (CPE) e a autarquia Centro de Estatísticas e Informações (CEI), no ano de 1995. (SEI, S/D).

partir de suas atribuições legais, acreditando que poderia haver um acordo entre os municípios, mas já que isso não foi possível, a questão deveria ser levada para o campo judiciário, por haver litígio entre os municípios de Ibipeba e Barra do Mendes, pois a competência da autarquia CEI não poderia abranger a solução de litígio (ANEXO M). Ainda destaca que os fatos deveriam ser apurados, e que seria possível a intermediação do secretário de Planejamento, Ciência e Tecnologia junto aos Senhores Prefeitos (BAHIA, 1988).

Uma avaliação foi feita pela Subgerência de Limites em 7 de janeiro de 1990, a partir do Relatório da Gerente de Recursos Naturais (GRN), que traz informações e conclusões à respeito da avaliação dos trabalhos realizados nos limites intermunicipais entre Barra do Mendes, Ibipeba e Ipupiara, em que são colocadas as dificuldades com relação às definições prévias dos limites, e que foi realizado o alinhamento correto a partir dos pontos extremos, e considerando as informações de pessoas mais antigas e de documentação histórica na busca por reconstituir os territórios de origem: Brotas de Macaúbas e Gentil do Ouro.

Foi constatado que “a folha topográfica BARRA DO MENDES, 1:100.000 está com a reambulação incorreta” sendo “bom lembrar que os projetos de leis criados para emancipações, são feitos a partir de conchavos políticos pré-determinados” (BAHIA, 1990).

A origem de Barra do Mendes é sempre referida a partir do desmembramento de Brotas de Macaúbas, mas conta em seus registros históricos que uma pequena parcela do mesmo é advinda do território de Gentil do Ouro. As dificuldades em sua reconstituição são retratadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

No decorrer de uma reconstituição cartográfica, algumas incongruências foram constatadas. Uma diz respeito a municípios em cuja lei de criação consta que o desmembramento ocorreu com território de dois outros, embora a reconstituição sinalize apenas um. O contrário também aconteceu, isto é, a lei diz que o município foi criado com território de um município e tudo indica ter sido de dois. Para ambos os exemplos, permanecem as dúvidas, todavia o registro foi fiel ao documento legal. A outra incongruência tem ligação com a descontinuidade territorial. Este fato foi observado na reconstituição de 1827, com a criação o município de Campo Largo, atual Cotegipe, em 1820, desmembrado de Barra do Rio Grande (at. Barra) (SEI, 2001, 21).

A SEI (2001) acrescenta que ao que tudo indica esses problemas estão relacionados ao desconhecimento do território, sendo este respaldado em uma

descrição inconsistente dos limites no passado, e, também, no presente. Atualmente, segundo Sousa, L., (2017), o prefeito de Ibipeba reconhece que os povoados sempre pertenceram ao município de Barra do Mendes, já que é esse município que sempre deu assistência em tais localidades.

Houve alteração dos limites com a lei nº 7993, de 02 de janeiro de 2002, do município Barra do Mendes com seus municípios vizinhos: Ibipeba, Barro Alto, Souto Soares, Seabra, Brotas de Macaúbas e Ipupiara. O Projeto de Lei nº 12.374/2001, do deputado estadual Jurandy Oliveira, foi apresentado à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, em 19 de junho de 2001, o qual originou a referida lei.

A lei coloca em seu preâmbulo que se “corrige os limites do município de Barra do Mendes, restaurado em 1958, através da lei nº 1034, desmembrado do município Brotas de Macaúbas” (BAHIA, 2002). É preciso considerar, no entanto, que qualquer alteração de limite deve passar por consulta prévia à população.

Assim coloca a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 18, parágrafo 4º, que “A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios [...] dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas” (BRASIL, 1988, p. 9).

Foi com base nesse argumento que o atual prefeito de Brotas de Macaúbas entrou com uma ação de inconstitucionalidade por parte de Brotas de Macaúbas, na figura do seu atual prefeito, mas por meio do Partido dos Trabalhadores (PT). O gestor destaca que há uma perseguição política, já que outros municípios entraram com processo e conseguira resolver suas questões. A ação se refere ao quinto tópico do art. 1º da referida lei.

COM O MUNICÍPIO DE BROTAS DE MACAÚBAS - começa no riacho Tiririca, no ponto de cruzamento com a serra da Chapada (coord. UTM 0817818 E e 8634418 N) acompanha o divisor de águas desta Serra até o seu extremo norte, no ponto de coord. UTM 0808657 E e 8645507 N, daí em reta ao ponto de encontro do riacho Currealinho com o riacho da Mata, que em seu curso superior tem o nome de Tiririca (coord. UTM 0818151 E e 8644323 N) daí em reta ao ponto mais alto do Pico das Pombas (coord. UTM 0802799 E e 8664195 N) outra reta à nascente do rio Solidão (coord. UTM 0801405 E e 8665375 N) pelo qual desce até a confluência com o rio Guariba (coord. UTM 0801150 E e 8669400 N) pelo talvegue do qual desce até a foz do riacho Cantinho, no lugar Coqueiro (coord. UTM 0800250 E e 8677575 N) (BAHIA, 2002).

O prefeito de Brotas de Macaúbas argumenta que a partir da referida lei, Brotas de Macaúbas perdeu 5 povoados: Caboclo, São Pedro, Vereda, Santo André

e Boca das Palmeiras, sendo que nos dois últimos ainda permanece o conflito, sendo considerado pelo prefeito de Brotas de Macaúbas com o pertencimento da população a este município.

No caso de Santo André e Boca das Palmeiras, o pertencimento é Brotas. E as pessoas dizem claramente: se nós não formos para Brotas, preferimos ir para Seabra do que para Barra do Mendes. [...]. A região toda tem essa distância de Brotas [...]. Boca das Palmeiras e Santo André, a população é contada para Barra do Mendes, mas toda, de professor, de agente comunitário da saúde, de água, tudo é Brotas quem faz a gestão né. E inclusive em 2010 eles conseguiram transferir a sessão para Barra do Mendes [...] e a população desde as eleições de 2012, 2014 e 2016 que não vai às urnas [...]. Eles preferem não votar do que votar em Barra do Mendes porque não era da vontade deles transferir para lá [...]. Se Barra do Mendes perder esses dois povoados o Fundo de Participação dela diminui, perde receita, vai para 0.8; e no caso nosso essa população não consegue crescer o nosso, para ir para 1.0, porque aqui também é 0.8. Então assim, aí fica essa questão. Eu sempre coloco que, principalmente para o governo do estado, que tem que ser respeitada a vontade das pessoas. E eles sempre colocam isso: nós somos gente, não somos gado, a gente quer que a nossa vontade seja respeitada. Então, assim, a gente precisa de fato resolver essa situação. A gente fica indignado porque é o nosso conterrâneo Milton Santos que focou a questão do território (OLIVEIRA JÚNIOR, 2017)⁶⁴.

Enquanto o prefeito de Brotas de Macaúbas acredita que poderá haver diminuição do FPM de Barra do Mendes, Sousa, L. (2017), considera que não haveria mudanças com relação ao repasse de recurso, se tratando mais de uma questão política, considera ainda que acarretaria maiores gastos para o município, sem um aumento dos recursos.

A população de Barra do Mendes contabilizada no último censo demográfico foi de 13.987 habitantes. A população estimada de 2019 era de 13.865 (IBGE, 2010 e 2019), ou seja, acredita-se não haver muitas mudanças em seu quantitativo populacional. O coeficiente do FPM para os municípios do interior de 1,0, no qual se encontra o município de Barra do Mendes é na faixa de 13585 a 16980 habitantes (BRASIL, 2018).

Ou seja, há um risco eminente de perda do FPM caso o município perca uma área com contingente populacional. No caso de Brotas de Macaúbas, o FPM é de 0,8. A população do município era de 10.717 em 2010, com estimativa de 10.231 em 2019 (IBGE, 2010 e 2019). O coeficiente do FPM para os municípios do interior de 0,8 é

⁶⁴ O prefeito de Brotas de Macaúbas encerra sua fala falando de Milton Santos, porque o mesmo nasceu em Brotas de Macaúbas e em sua obra fala da questão espacial e territorial, e os litígios aqui colocados envolvem a questão territorial.

para aqueles com população entre 10.189 a 13.584. Ou seja, também há um risco eminente de perda do FPM para 0,6 nesse município.

A histórica rivalidade entre o município de Brotas de Macaúbas e Barra do Mendes tem início no final do século XIX⁶⁵, acentuando-se no início do século XX, com as brigas entre os coronéis da região, e ainda na gestão entre os anos 2012 e 2016 houve relatos de conflitos entre os gestores.

Segundo o morador e historiador de Barra do Mendes, o Sr. Liandro Manoel de Sousa, a localidade de Santo André tem maioria da população que se sente pertencente a Brotas de Macaúbas, mas que na localidade Boca das Palmeiras a população de modo geral se sente pertencente ao município Barra do Mendes (SOUSA, L., 2017); mas segundo o atual prefeito de Brotas de Macaúbas, o Sr. Litercílio Nunes de Oliveira Júnior, em ambas as comunidades há um sentimento de pertencimento a este município.

Até a atualidade nunca foi construída uma estrada que ligasse ambos os municípios, sendo que o acesso deve se dá pela cidade de Ipupiara. Algumas das justificativas para isso é ter pouca população vivendo no trecho entre Barra do Mendes e Brota de Macaúbas e a topografia do local, que é bastante acidentada; sendo segundo Mendonça (2003), cerca de 70% de seu território ocupado por cadeias e serras, sobressaindo-se a Serra da Chapada Velha e a Serra Pelada.

Com relação à hidrografia, esta não seria um fator limitante, considerando os rios que cortam o município. O rio Vereda do Jacaré, também chamado de Veredas do Romão Gramacho, sendo uma continuação dos rios Milagre e Marrão, é intermitente, nasce entre os municípios de Barra do Mendes e Seabra, e deságua no Rio São Francisco, na barragem de Sobradinho, no município de Sento Sé. Recebe o nome de Rio Veredas do Jacaré ao chegar na cidade de Barra do Mendes.

No mapa físico atualizado da SEI (2015), é possível observar que entre as duas cidades: Barra do Mendes e Brotas de Macaúbas, há regiões serranas que de fato dificultam a construção de uma estrada, como a Serra do Pinto, Serra do Gavião, a Serra da Estiva e a Serra Ponta do Morro, sendo que estas últimas chegam a ultrapassar 1.500 m de altitude (Figura 43). Mas surgem também outras questões relacionadas à rivalidade histórica entre esses municípios.

⁶⁵ No período Barra do Mendes não era município, mas uma localidade pertencente ao município de Brotas de Macaúbas.

Na verdade, estrada existe, estrada vicinal ligando Brotas via Vila Salgado, que é um povoado, um distrito do município; e outra estrada que sai próximo a Santo André. Mas como Brotas é cortado direto pela Serra da Mangabeira, então fica difícil um acesso direto de Barra do Mendes a Brotas. Mas tem uma estrada que liga Barra do Mendes a Ipujiara, que é um município vizinho, e foge dessa linha da Serra da Mangabeira. É uma estrada de cascalho, mas que tem muito movimento hoje. E nós estamos lutando aí, agora com essa nova gestão aí, de abrir uma estrada ligando essa região do Cocal, que é próximo a Barra do Mendes, para integrar essa região mais ao município de Brotas. Uma estrada vicinal, mas trafegável, que consiga facilitar esse acesso e encurtar a distância entre Barra do Mendes, a região do Cocal, até Brotas (OLIVEIRA JÚNIOR, 2017).

A construção da estrada teve início em 2010, mas mesmo com uma parceria com o estado da Bahia, na gestão entre 2009 e 2012 do atual Prefeito, o mesmo diz que só conseguiu executar 70% de área cascalhada. As justificativas são: a topografia da área e a não continuidade do projeto na gestão seguinte, entre 2013 e 2016 (OLIVEIRA JÚNIOR, 2017).

O atual prefeito de Barra do Mendes, o Sr. Armênio Sodré Nunes, considera que os gestores de ambos os municípios não podem alimentar o ódio entre as famílias, e que busca uma aproximação com Brotas de Macaúbas.

Nós não podemos, por exemplo, criar essa guerra, esse embate, eu e o Júnior; e até falei com a Cristina, que foi a ex-prefeita. Eu disse: - Nós não podemos Cristina alimentar esse embate, porque tanto nos limites têm aquelas pessoas que puxam para um lado, e aquelas que puxam para outro. E eles moram lá; e nós moramos distantes desse povoado. Ela mora 3 horas e meia de viagem; e eu mais ou menos 1 hora. Então, tudo que a gente tiver lá, que deslocar de lá, as famílias vão brigar. Quem é de Barra do Mendes vai brigar por Barra do Mendes; quem não é vai brigar por Brotas; e não é justo nós dois, prefeitos, alimentar esse tipo de coisa. Nós não podemos alimentar a desunião nas famílias, ainda mais nos povoados, porque os povoados são vizinhos, são parentes. Tem que ir negociando, conversando, com diálogo, para não chegar a um ponto de a gente alimentar..., ninguém sabe o que pode acontecer (NUNES, 2017).

O ex-prefeito, o Sr. Manoel Gabriel dos Santos, prefeito por três mandatos em Barra do Mendes, considera que em sua gestão houve várias tentativas de dirimir esses conflitos, sendo segundo ele o primeiro prefeito a buscar essa conciliação com Brotas de Macaúbas, e estar mais presente nos povoados de litígio durante os 8 anos dos seus 2 últimos mandatos, que foram consecutivos, de 2004 a 2012; e que o prefeito seguinte deixou “esfriar” essa relação (SANTOS, 2017).

Assim, podemos observar que tanto no início do século XX, quanto no início do século XXI, há diferentes áreas de conflitos. Em 1917 os conflitos se davam entre Chapada Velha, com a influência do Coronel Horácio de Matos; Barra do Mendes, até então também distrito de Brotas de Macaúbas, com a influência do Coronel Militão Coelho; e os maiores investimentos em Minas do Espírito Santo, sempre deixando de lado a localidade de Chapada Velha.

Em 2017 os conflitos ocorrem a partir de litígios intermunicipais entre Barra do Mendes e Brotas de macaúbas, em que as localidades de Santo André e Boca das palmeiras são alvos de disputas entre os dois municípios, mas já havendo a sinalização de um acordo (Figura 44).

Ainda que sejam realidades distintas, tanto no que se refere ao contexto espacial, quanto histórico, é preciso refletir sobre as relações de poder que se tecem no espaço em ambos os contextos históricos. Uma que se dá na República Velha, com forte atuação dos coronéis da região, deixando uma sociedade marcada pela disputa entre indivíduos e grupos, cuja maior preocupação era se sobressair no poder político, abrangendo a maior área territorial possível. Outra que se dá em um período democrático de direito, mas que carrega ainda o peso da história e das lutas sangrentas, da ausência do Estado, e da violência física e psíquica.

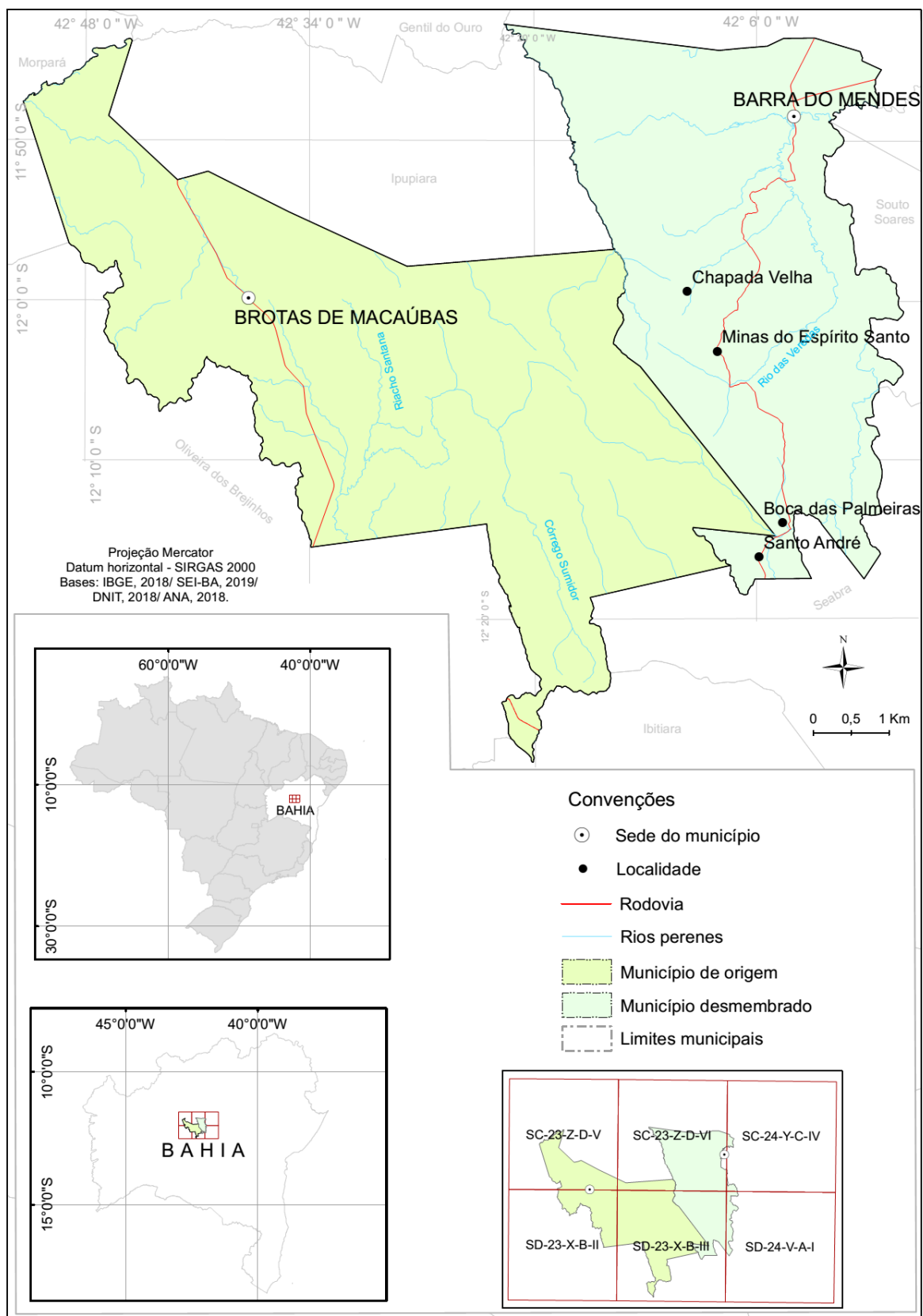


Figura 44 – Áreas de litígios e ou conflitos no município de Barra do Mendes em 1917 e 2017.

Fonte: Elaborado por K. R. Almeida, 2020.

3.3.5. As mudanças para a localidade

Uma das questões que se coloca ao tratarmos da criação de municípios na atualidade ou em um passado recente, são os pontos favoráveis e os malefícios de novas unidades político-administrativas. Este estudo não se coloca a favor e nem contra as emancipações, mas considera que é preciso discutir sobre o assunto.

Os argumentos daqueles que são a favor estão sempre baseados na melhoria das condições de vida dos munícipes, considerando a distância entre o distrito e a sede, e as políticas públicas que são alcançadas e acessadas com maior facilidade quando se é sede de um município.

As considerações daqueles que são contra estão mais baseadas na dimensão econômica, principalmente, no que diz respeito à questão fiscal, pois a instalação e manutenção da estrutura organizacional de um município acarreta gastos volumosos, em especial, quando se considera a proporção da despesa com a quantidade populacional.

Ainda podemos citar como argumento contrário à emancipação, os interesses políticos de uma pequena parcela da população, que se beneficia diretamente com a criação do novo município, ocupando cargos e prestígio na estrutura de poder político e econômico local; e ainda com forte relação com agentes de outras escalas espaciais.

Ainda que não se coloque aqui a visão dicotômica de ser a favor ou contra as emancipações, buscando compreender os processos e a atuação dos agentes nas mais variadas escalas do poder político, é preciso considerar as mudanças que ocorreram no município a partir de sua criação, pois o suposto desenvolvimento não é algo inerente somente da dimensão temporal, em que no decorrer dos anos haveria naturalmente a implementação de políticas públicas nas mais variadas áreas.

A emancipação de um distrito, tornando-se uma unidade político-administrativa traz maiores possibilidades de avanços sociais e econômicos, bem como político, no sentido da tomada de decisões, não se colocando aqui que estas sejam tomadas necessariamente a partir do bem comum, mas que as mesmas sejam inerentes às proposições dos próprios munícipes, ainda que de uma pequena parcela.

Em se tratando do processo emancipatório de Barra do Mendes, havia não somente uma distância geográfica com relação ao município de Brotas de Macaúbas, mas também afetiva, em que a história de lutas e intrigas ainda tinha um peso sobre o relacionamento entre as populações de ambos os municípios. Algo que como vimos

neste estudo, perdura até os dias atuais, mas com uma roupagem diferente, e na busca de uma aproximação por parte dos gestores.

Se pensarmos na realidade concreta de como era o distrito de Barra do Mendes, alguns serviços públicos já existiam, como: delegacia, agência dos correios, mas na categoria sub: subdelegacia e subagência (SOUSA, L., 2017). E mesmo após a sua restauração, em 1958, algumas políticas públicas que deveriam ter uma maior atenção, ainda não foram efetuadas, como em relação ao saneamento básico, que ainda se faz através de fossas individuais, não existindo rede de esgoto em nenhum ponto da cidade.

Ainda no que diz respeito ao saneamento básico, “a população da cidade de Barra do Mendes, é servida pela água doce de Mirorós da “Adutora do Feijão”, cujo serviço de abastecimento é mantido pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA). Na cidade existe ainda o Açude Municipal Landulfo Alves” (MENDONÇA, 2003).

No que diz respeito à economia do município, realiza-se semanalmente uma feira livre, criada em 1895, que já ocupou vários espaços na cidade, começando pela Praça do Comércio, atual Praça Deputado Nestor Coelho; depois foi transferida para a Praça Nova, atual Praça Senhor do Bonfim; novamente foi transferida, desta vez para a Praça Militão Coelho.

Em 1973, a feira volta a ser sediada na Praça Senhor do Bonfim, juntamente com a Rua Dr. Manoel Novaes. Em 1992 é novamente transferida para seis outras ruas da cidade. Além das diversas mudanças de espaço, também houve variações com relação aos dias da semana: segundas-feiras, sábados e domingos (MENDONÇA, 2003). Atualmente a feira livre funciona no Barracão do Feirão Municipal, localizado na Rua Francisco Alves aos Domingos, iniciado às 13 horas, e indo até a noite (Figuras 45 e 46).



Figura 45 – Feira livre do município de Barra do Mendes, 2017.

Fonte: K. R. Almeida, 30 de abril de 2017

*Fotografia tirada do 1º andar do Restaurante e pousada “Pôr do Sol”.

A dinâmica da feira é vivenciada pelos moradores de forma intensa. É o dia não somente em que se compra, se vende e se troca; é também o momento de encontros, da conversa, de “degustar o pastel com caldo e cana”. O Domingo é dia de trazer os produtos do campo para a cidade, de juntar pessoas de todos os cantos do município de Barra do Mendes. O espaço foi planejado para tal, mas extrapola seus limites internos e a feira acontece tanto na parte interna, quanto na parte externa.



Figura 46 – Feira livre na parte interna e externa do Barracão do Feirão Municipal de Barra do Mendes, 2017.

Fonte: K. R. Almeida, 30 de abril de 2017.

A população do município não teve um crescimento expressivo desde que foi restaurado. Em 1960 contava com 7.666 habitantes, e em 2020, 13.833 habitantes (Tabela 07). Em setenta anos, ou seja, de 1960 a 2020, o município teve um crescimento populacional de 44,6%.

Se compararmos com o município Luís Eduardo Magalhães, no ano 2000, o mesmo tinha 18.757 habitantes, 60.105 em 2010, e uma estimativa de 90.162 habitantes em 2020. O crescimento populacional desse município em 20 anos é de 380,7%. É preciso considerar, porém, que a dinâmica econômica dos dois municípios é bem diferente, com histórias também distintas.

Tabela 07 – Evolução populacional (total, urbana e rural) do município Barra do Mendes (1960 – 2020)

População	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2020*
População total	7.666	9.531	11.055	14.69	13.610	13.987	13.833

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1960 - 2010 e estimativa da população, 2020.

Elaborado por: K. R. Almeida, 2020.

*Estimativa populacional

A densidade demográfica do município é de 9,08 hab/km², bem menor que a média nacional, de 22,4 hab/km² (IBGE, 2010). Outra questão importante a ser observada é que, desde a restauração do município, em 1958, a população rural é maior que a população urbana, mas diminuindo as distâncias entre ambas no decorrer do tempo (Tabela 08). Fazendo um comparativo a nível nacional, foi justamente a partir desse período que o processo de urbanização avança no Brasil.

Tabela 08 – Evolução populacional (total, urbana e rural) do município Barra do Mendes (1970 – 2010)

População	1970	1980	1991	2000	2010
Total	9.531	11.055	14.69	13.610	13.987
Urbana	2.398	3.173	4.817	5.579	6.256
Rural	7.133	7.882	9.652	8.031	7.731

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1970 - 2010 e estimativa da população, 2020.
Elaborado por: K. R. Almeida, 2020.

A malha urbana também não sofreu muitas alterações no período de 2012 a 2020⁶⁶. A figura 47 mostra uma tímida evolução da área construída na cidade de Barra do Mendes, com certa dinâmica ao norte da cidade. Diferentemente da cidade de Luís Eduardo Magalhães, que cresce vertiginosamente.

⁶⁶ Não foi possível obter imagens de satélite de datas anteriores a 2012. Por isso, considere-se os limites da pesquisa com relação à análise temporal da malha urbana.

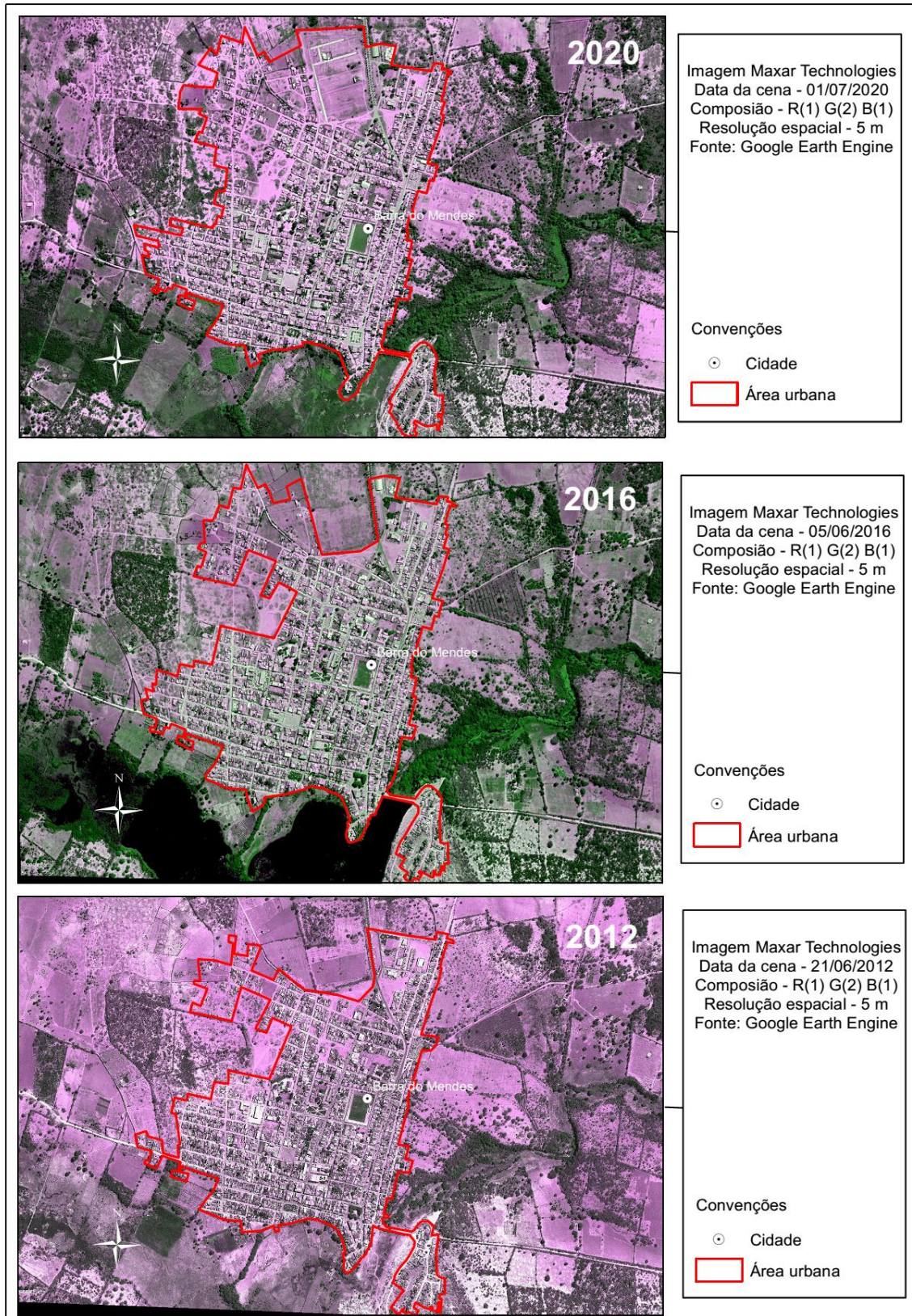


Figura 47 – Evolução do perímetro urbano de Barra do Mendes, 2012 - 2020.
Fonte: K. R. Almeida, 30 de abril de 2017.

Com relação aos recursos do município, a receita própria no ano de 2019 foi de apenas 5%, seguindo uma tendência dos municípios pequenos, e com uma economia menos pujante. É preciso considerar também que, no rateio de arrecadação de impostos entre municípios, estados, e união federal, o município fica com uma parcela menor, que é de certa forma reajustado com as transferências de recursos das demais esferas. Os gastos com a saúde nesse mesmo ano foram de 12,3% do valor total; e com a educação, 33,14%.

Quadro 04 - RECEITAS E DESPESAS DO MUNICÍPIO DE BARRA DO MENDES, 2019

Receitas e despesas	Valores (R\$)
Receita própria do município	R\$ 1.915.920,39
Transferência de recursos	R\$ 35.940.004,72
Receita total (própria + transferências)	R\$ 37.855.925,11
Gastos com a educação	R\$ 12.547.386,00
Gastos com a saúde	R\$ 4.663.754,99

Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), com dados informados pelo gestor para o exercício de 2019.

A gestão de 2017 a 2020, com o agrônomo Armênio Sodré Nunes, enfrentou denúncias de desvio de recursos, e foi cobrada pela população no que diz respeito ao enfrentamento da Covid-19, com um episódio de violência por parte do gestor, denunciada na delegacia do município de Irecê, próximo a Barra do Mendes. Esse também foi prefeito entre os anos de 2013 e 2016 nesse município.

Não é possível afirmar que os serviços públicos oferecidos no município de Barra do Mendes não seriam ofertados de igual forma se o mesmo ainda fosse distrito. Mas com vista a todo histórico de rivalidades com o município de origem: Brotas de Macaúbas, a distância e as dificuldades de acesso, bem como os recursos reduzidos em relação ao contingente populacional se não houvesse o desmembramento, considera-se que seria extremamente difícil uma adequação da realidade Barramendense os trâmites legais da gestão em Brotas de Macaúbas, no direcionamento dos recursos públicos.

3.4. A CULTURA POLÍTICA NOS PROCESSOS DE EMANCIPAÇÃO DE BARRA DO MENDES E LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

Os processos de criação de municípios podem ser compreendidos a partir da relação entre diversos fatores que caracterizam determinados contextos histórico-espaciais, como: sociais, econômicos, políticos, institucionais e culturais. Neste sentido, compreende-se que seja possível tecer algumas relações com as abordagens da “cultura política”; o que pode ser evidenciado a partir do comportamento dos agentes políticos nesses processos e das mudanças e permanências e as relações de poder.

O termo “cultura política” vem sendo empregado de diversas formas nas mais variadas áreas da ciência e contextos históricos e espaciais, na busca de se compreender o comportamento de agentes políticos, a partir de determinados interesses; muitas vezes utilizando-se do termo de forma “equivocada”.

Mas compreende-se neste trabalho, que o coronelismo enquanto um sistema que envolve a troca de favores entre os agentes das mais variadas escalas na busca pela manutenção no poder político (LEAL, 1949/2012), não só de um indivíduo, mas de um grupo ou família (RÊGO, 2008), em contextos históricos e espaciais distintos, pode ser considerado uma cultura política.

Não é possível, porém, transpor a realidade do voto de cabresto da República Velha, ou mesmo da Nova República para o contexto atual, já observado por Queiroz (1997), no qual concebe que mesmo na República Velha já havia a possibilidade de discernimento daqueles que podiam votar nas decisões que mais favoreciam seus próprios interesses. Ora, em um período em que o voto era extremamente restrito, os senhores de escravos e de terras já negociavam seus votos (MARTINS, 1999), evidenciando uma lógica de troca de favores.

A questão do voto é muito debatida entre os estudiosos que se debruçam sobre o coronelismo. A crítica mais ferrenha é feita por Cammack (1979), que considera inválido o conceito de “compromisso coronelista”. O renomado professor da Universidade de Manchester apresenta, a partir de um olhar de fora, aspectos da realidade brasileira, apontando contradições no estudo de Leal (1949/2012), tanto no que diz respeito ao compromisso do coronel para com o governo do Estado a partir da sua própria decadência, já que perde força com a abolição da escravatura e o início do período republicano; quanto no que diz respeito à força do voto na escolha dos supostos representantes políticos. Argumenta ainda que não são considerados os

posseiros, meeiros e trabalhadores como produtores que desempenham importante papel na economia local.

A crítica com relação ao voto se dá pelo uso de dados do Censo Demográfico de 1940 para explicar um fenômeno que teve sua expressão máxima na Primeira República. Em seu estudo, porém, Leal (1949/2012) apontou toda legislação eleitoral brasileira desde 1821, bem como a corrupção nos processos eleitorais.

Com o início da República em 1889 e a Constituição Federal em 1891, estava garantido o direito ao voto dos maiores de 21 anos, mas com várias exceções para as eleições federais e de estados, tais como: os mendigos, os analfabetos, os praças de pré (militar que pertence à categoria inferior na hierarquia militar), os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual (BRASIL, 1891).

Nós, mulheres, nem ao menos somos citadas na constituição, sendo o sufrágio feminino garantido apenas em 1932, quando foi promulgado o primeiro Código Eleitoral Brasileiro, que ainda extinguiu mendigos, analfabetos e os praças de pré, com exceção dos alunos das escolas militares de ensino superior (BRASIL, 1932). Mesmo pleiteando o direito ao voto desde a constituinte em 1891, essa vitória do voto sem distinção de sexo só veio depois de muita luta.

Algo também frequente no período eram as fraudes eleitorais. Mas mesmo havendo fraudes, e muitos não detendo o direito ao voto⁶⁷, o que traria dúvidas sobre o sistema coronelista, como aponta Carvalho (2010), ao tratar do conceito coronelismo, e fazer crítica àqueles que continuam se referindo ao termo no contexto atual, mais no sentido de mandonismo, em que “o coronelismo torna-se algo muito vago, amplo e indeterminado no tempo” (CARVALHO, 2010, p. 02).

O voto detinha uma importância, pois havia um controle por parte dos coronéis; e ainda que não possamos falar em voto enquanto mercadoria política, o compromisso coronelista ainda pode ser considerado. Outro questionamento é se realmente o voto poderia ser considerado enquanto mercadoria política, já que a

⁶⁷ A Constituição de 1989 garantia o direito ao voto dos maiores de 21 anos, mas com várias exceções para as eleições federais e de estados, tais como: os mendigos, os analfabetos, os praças de pré (militar que pertence à categoria inferior da hierarquia militar), os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual. (BRASIL, 1989). As mulheres nem ao menos são citadas

votação pouco valia naquele período, tanto por conta das fraldes eleitorais, quanto ao percentual reduzido de “cidadãos” que poderiam votar. O percentual baixo dos votantes não inviabilizava o valor do voto, já que dentro do universo dos votantes era preciso de qualquer forma, ter maioria de votos a favor.

E mesmo admitindo as fraldes eleitorais, tão típicas da República Velha, em que se podia controlar os votos e as urnas, mas ainda assim se dependia da decisão do congresso em acordo com o Presidente da República; o compromisso coronelista ainda é viável para analisar esse período, já que era preciso manter a estabilidade do sistema, e isso dependia de um bom relacionamento entre o governo estadual e a maioria dos coronéis.

Aqueles que tinham maior influência política e de controle social, com forte poder bélico e econômico, que de alguma forma poderiam abalar a estabilidade do sistema deviam ser vistos com ainda maior atenção pelo governo do estado.

Se os governadores podiam prescindir da colaboração dos coronéis tomados isoladamente, o mesmo não se dava quando considerados em conjunto. A estabilidade do sistema como um todo exigia que a maioria dos coronéis apoiasse o governo, embora essa maioria pudesse ser eventualmente trocada. As manipulações dos resultados eleitorais sempre beneficiavam um grupo em detrimento de outro e tinham um custo político. Se entravam em conflito com um número significativo de coronéis, os governadores se viam em posição difícil, se não insustentável. Basta mencionar os casos da Bahia, de Goiás, do Ceará e de Mato Grosso. Em todos eles, os governadores foram desafiados, humilhados e mesmo depostos. São também conhecidos os casos de duplicatas de assembleias estaduais, de bancadas federais e até mesmo de governadores. As duplicatas de assembleias eram no mínimo embaraçosas para os governadores e podiam preparar o caminho para a intervenção do governo federal, numa confirmação da natureza sistêmica do coronelismo. Muitas vezes, rebeliões de coronéis eram incentivadas pelo governo federal para favorecer oligarquias rivais nos estados (CARVALHO, 1997, p. 03).

O exemplo dado do Coronel Horácio de Matos, com a Reação Sertaneja com a marcha dos coronéis e seus homens em direção à capital Salvador, com o objetivo da deposição da chapa Muniz-Seabra, já que os coronéis tinham conhecimento de que teria ocorrido fraude eleitoral, e que a população estava insatisfeita.

Um interventor federal, porém, representando o senhor Epitácio Pessoa, no cargo de Presidente da República, garante a posse de J.J. Seabra. O que teria sido uma surpresa, já que os oposicionistas acreditavam que o Sr. Paulo Fontes é que seria fortalecido. O coronel Horácio de Matos mostrou força em vários momentos, desde a

Campanha de Campestre, o cerco de Barra do Mendes até a liderança da Reação Sertaneja.

Ainda assim, era a favor do desarmamento. E sendo orientado a tal feito, não hesitou em unir as armas sob sua responsabilidade e de seus homens, acreditando que receberiam em troca ferramentas para o trabalho agrícola, reinando a paz no sertão. Sendo preso logo em seguida, e assassinado assim que foi solto, mas com a condição de permanecer em Salvador.

Este seria, para Carvalho (1997; 2010), o coronelismo nasce com o advento do federalismo, em que há o fortalecimento do poder dos governadores, resultando em um compromisso destes com os coronéis, que começam a perder força econômica, sendo o declínio de suas atividades econômicas o que fez surgir o compromisso coronelista; e este se finda com a morte de Horácio de Matos e outros coronéis, restando apenas resquícios do mesmo, mas sendo superado com o tempo.

Em conclusão, o conceito de coronelismo parece mais útil se limitado àquela fase do processo político brasileiro em que a classe alta rural se viu puxada para dentro do sistema pela transformação das antigas províncias em estados federados. Foi no período compreendido entre 1889 e 1930 que se deu o equilíbrio precário gerado pelas tentativas do Estado, expandido na diástole federalista, de processar a incorporação num sistema nacional de poder, dos donos de terra que ainda tinham em sua força econômica e no controle social sobre a população rural os elementos capazes de afetar a estabilidade do regime. A Revolução de 1930 veio desequilibrar a situação em favor do Estado. O coronelismo teve sua morte simbólica com a prisão dos coronéis baianos em 1930 e com o assassinato de Horácio de Matos em 1931. Com a queda de Flores da Cunha e o advento do Estado Novo, ambos em 1937, pode-se dizer que o coronelismo como sistema estava morto, restando apenas sobrevivências isoladas, tornadas objetos mais de curiosidade histórica do que de relevância política (CARVALHO, 2010, p. 07 e 08).

Porém, as práticas de cunho coronelistas citadas neste estudo para compreender os processos de emancipação dos municípios de Barra do Mendes em 1917, e também a restauração em 1958; bem como a criação do município de Luís Eduardo Magalhães em 2000, vão muito além do mandonismo local ou do clientelismo, à medida que compõe como já foi colocado, uma intrincada relação entre agentes políticos das mais variadas escalas espaciais, na busca pela manutenção do poder ou mesmo de conquista de novos territórios, formando novos municípios.

A necessidade de compreensão dos conceitos é importante para que os estudos avancem, e encontrem a partir de uma construção empírica, algumas considerações importantes sobre fenômenos e processos em diferentes contextos

históricos. Assim, considera-se necessária a discussão entre os termos coronelismo, mandonismo e clientelismo, proposto por Carvalho (1997). Para o autor, mandonismo:

Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania (CARVALHO, 1997, p. 02).

O Clientelismo, assim como o mandonismo, perpassa, segundo Carvalho (1997), toda história política do Brasil, mas ao contrário do mandonismo, que tem uma trajetória decrescente, o clientelismo não segue essa lógica, sendo mais intenso em determinados contextos históricos e espaciais, sem seguir uma linearidade decrescente e, “de modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto [...] (CARVALHO, 1997, p. 02). Ainda segundo o autor, os pesquisadores que considerando a história recente do Brasil encontram no meio urbano o coronelismo, na verdade, estão falando de clientelismo. Considera então que:

O clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística (CARVALHO, 1997, p. 03)

Com base na discussão que faz Carvalho (1997; 2010), e sentindo a necessidade da precisão conceitual, ainda os conceitos: coronelismo, clientelismo e mandonismo sejam extremamente complexos; é que se considera neste trabalho, a partir das relações entre os agentes políticos, que se davam de diversas formas, evidenciando maior ou menor prestígio político, o que é claro, estava ligada ao poder econômico dos mesmos, mas principalmente, no reconhecimento de seus pares e também da população de modo geral, de sua capacidade em ordenar, lutar, dirimir conflitos e ser reconhecido como liderança; é que se coloca, ainda que sejam consideradas as limitações da pesquisa, tanto no que diz respeito ao recorte espaço-

temporal, quanto de sua profundidade teórico-metodológica; que as práticas de cunho coronelista permearam todos os processos aqui estudados.

As “virtudes” supracitadas podem ser observadas nos agentes mais ativos nos três momentos: O coronel Militão Coelho, em 1917, em Barra do Mendes; nas lideranças políticas dos deputados estaduais Hélio Ramos, Antônio Sodré Barreto; Rui Rodrigues Coelho e Antônio Rodrigues Coelho, dentre outros, na restauração deste município em 1958; e na criação do município Luís Eduardo Magalhães, no ano 2000, com a efetiva participação de Jusmari Oliveria.

Também é possível correlacionar os processos emancipatórios de municípios com as famílias políticas, no qual vários cargos políticos são ocupados por pessoas com grau de parentesco, evidenciando relações de poder hierárquicas com uma linha muito tênue entre o privado e o público. Rêgo (2008), ao considerar a família e o coronelismo como fenômenos decisivos para se compreender a formação da sociedade brasileira, tomando como estudo de caso a família Heráclio do Rêgo, da qual está inserido, faz a seguinte colocação:

É assim a partir dela que são percebidas as relações humanas e as formas fundamentais da vida e, entre nós, essas relações sempre foram familiares: entre pai e filho, entre marido e mulher, mas também entre senhor e escravo, entre chefe político e eleitores. A família ultrapassava a esfera da vida privada, invadindo a ‘república’, os assuntos públicos: representava dessa forma uma síntese, cujos princípios e características não somente influenciavam, mas também determinavam o comportamento da sociedade. As atividades econômicas, políticas e sociais desta família deram forma à história do Brasil, em razão de seu impacto sobre a formação e a reprodução de estruturas sociais, econômicas e políticas. O fundamento da sociedade era, nesses termos. A solidariedade parental, que ultrapassava os limites do sangue e incorporava também o parentesco espiritual e as relações de dominação sobre os dependentes (RÊGO, 2008, p. 14).

A família no Brasil tem forte relação com a estrutura de poder. É preciso, porém, pensar em uma multiplicidade de organizações familiares, no tempo, no espaço e em classes sociais distintas (RÊGO, 2008). Há então, um sentimento de pertencimento a determinado grupo, que se distingue dos demais, num emaranhado de relações de poder hierárquicas, que envolvem não somente a questão financeira, mas também cultural e afetiva.

Rego (2008) faz uma crítica aos estudos do coronelismo que não estabeleceram um necessário fundamento histórico e sociológico, transpondo e generalizando comportamentos para contextos distintos. Também questiona as análises voltadas apenas para questões políticas e econômicas, sem que seja dada a

devida atenção ao aspecto social e cultural que imprime a dominação do coronel.

Suas críticas são voltadas, principalmente, para as obras: “Os donos do poder” de Raimundo Faoro (FAORO, 1958/2012), e “Coronelismo, enxada e voto” de Vítor Nunes Leal (LEAL, 1949/2012). Faz referência à publicação *Coronel, coronéis*, também trabalhado neste estudo, que traz uma mudança na forma de análise, no qual Marcos Vinícios Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque traçam perfis distintos de quatro coronéis, incluindo Francisco Heráclio do Rêgo, tio avô do escritor e diplomata André Heráclio do Rêgo, autor do livro “Família e Coronelismo no Brasil uma história de poder” (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 1965/2006).

Outros estudos também podem ser considerados referências a partir de uma visão sociológica do fenômeno, como duas obras da socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz: “O mandonismo local na vida política brasileira”, com uma abordagem em três contextos históricos e institucionais do mandonismo local: Colônia, Império e República Velha.

Ao trabalhar o meio rural, a autora supracitada reflete não somente sobre a condição de alienação de grupos e indivíduos sujeitos à dominação e o poder de mando; mas também da capacidade de discernimento desses sujeitos, e até do conhecimento das estritas condições de suas escolhas, negando inclusive, que todo voto no meio rural seria de cabresto, podendo os eleitores medir as vantagens e desvantagens de suas escolhas; e analisa aquele contexto histórico a partir do mandonismo, considerando o coronelismo como algo específico e datado (QUEIROZ, 1969).

Em outra obra: “O coronelismo numa interpretação sociológica”, Queiroz (1997), relaciona o coronelismo com a parentela, ultrapassando o núcleo familiar e formando um certo grupo político, no qual a solidariedade interna levaria a uma lealdade ao chefe político, que é também o chefe da parentela.

A pirâmide dessa parentela pode ser considerada móvel, podendo haver ascensões e declínios, os quais envolvem: as qualidades pessoais para exercer a liderança, a fortuna, o casamento ou mesmo a instrução, além do carisma, tendo assim maior capacidade de fazer favores; não sendo, portanto, hereditário (QUEIROZ, 1997).

Considerando o contexto histórico do pós-revolução de 1930, o coronelismo para Leal (1949/2012) estaria vinculado à questão agrária, sendo o coronel um grande proprietário rural. Queiroz (1997), não usa o termo “grande proprietário” para definir o

coronel, citando inclusive, já no período da década de 1970, o coronel Delmiro Gouveia, que fez fortuna no comércio.

A ênfase para compreender o coronelismo, é então, a fortuna. Coloca que o coronelismo não teria uma data que representasse seu fim, pois cada região teria suas próprias experiências; e também não teria um único motivo para seu fim, mas aponta alguns fatores, como a urbanização, a industrialização e o crescimento demográfico. Nega a visão dicotômica da sociedade brasileira entre tradicional e moderna (QUEIROZ, 1997).

3.4.1. Cultura política: conceituações e formas de abordagem

Estudos relacionados ao comportamento político dos diferentes agentes apresentam proposições diferenciadas, muitas vezes evidenciando um aspecto dual entre os fatores econômicos e sociais e os políticos. As variações ocorrem com relação às diversas áreas da ciência, que se debruçam sobre esse tema; bem como em diferentes contextos históricos e espaciais, evidenciando distintos interesses e práticas sociais, que se modificam com o tempo, mas que também insistem em permanecer ou modificar-se de forma lenta e gradual. Também é preciso considerar as práticas dos usos deste termo, muitas vezes de forma equivocada.

Com relação aos variados campos de estudo, a ciência política coloca a importância dos aspectos políticos, e a autonomia dos governos e dos Estados-Nação e dos processos institucionais, como as eleições (RANCIÈRE, 2014), (ROSANVALLON, 2010).

A antropologia, com os estudos dos povos nativos, considerando do final do século XIX ao início do século XX as nações indígenas ou comunidades sem Estado, mas privilegiando as ações individuais e a permanência, passam a considerar os grupos sociais e os processos de mudança; buscando fugir da visão dual entre antropologia e sociologia, em que esta seria a ciência com uma visão mais geral de processos abrangentes, enquanto aquela, os estudos não realizados pela primeira, ou seja, de casos específicos, voltando assim a análise para uma relação entre os indivíduos e as questões sociais (KUSCHNIR, 2007; GLUCKMAN, 1987; FRY, 2011; WEBER, 2009).

A economia, bem como a sociologia são marcadas por visões mais abrangentes das estruturas socioeconômicas, que não trariam elementos da política para a análise (BRESSER-PEREIRA, 2015), (SANTOS; AVRITZER, 2002)⁶⁸.

Assim, cada área do conhecimento busca pretensamente fazer inferências acerca de seus estudos inerentes, muitas vezes sem as devidas correlações, tão caras aos estudos até mesmo os que se intitulam interdisciplinares. Considerar que os agentes são tanto políticos quanto sociais e econômicos, é também supor que as relações sociais implicam em comportamentos políticos, e que estes por sua vez, influenciam o caráter econômico e vice-versa.

Se considerarmos os diferentes contextos históricos e espaciais, nos Estados Unidos, o auge da cultura política foi na década de 1960 com os politicólogos. Já na historiografia francesa, a noção de cultura política foi trabalhada a primeira vez em 1990, mas os objetos e métodos da história política já vinham sendo tratados desde 1960, em que se buscou ir além dos movimentos extremistas de direita e esquerda, buscando compreendê-la a partir de “uma história portadora de sentido em que o político constituísse um elemento indissociável da evolução das sociedades humanas tomadas em seu conjunto” (BERSTEIN, 2009, p. 29) no campo das representações (estas por sua vez, não são as representações de cunho eleitoral).

As mudanças nas pesquisas de história a partir da década de 1970, mas, principalmente, a partir dos anos 1980, fizeram repensar as relações de dominação na sociedade brasileira, que “transforma o sentido de um conjunto de comportamentos individuais e coletivos, politizando uma série de ações e introduzindo novos atores como participantes da política” (GOMES, A., 2005, p. 21), em uma sociedade em que as relações de poder são extremamente desiguais. Seria a “renovação da História Política e sua articulação com uma História Cultural” (GOMES, A., 2005, p. 22).

Mas ao mesmo tempo, por volta da década de 1960 o Estado do bem-estar e a “imaginação política coletiva” pareciam cada vez mais distantes, principalmente na Europa, momento em que “os partidos socialistas perderam o controle do senso comum político” [...]. Assim, “1968” foi a crise da cultura política do pós-guerra em dois sentidos: evidenciou explosivamente a impaciência das gerações dissidentes e abriu espaço público para a reação da direita” (ELEY, 2005, p. 467 e 468).

A cultura política, em seus usos iniciais, no século XX, mas influenciado por

⁶⁸ Não se coloca aqui que esses autores não consideram outras áreas, mas que deram ênfase a determinado campo de estudo.

outros autores como Tocqueville, no livro “A Democracia na América” de 1835, concebia que algumas sociedades tinham cultura política e outras, atrasadas, deveriam passar por estágios até chegar à tão almejada cultura política (MOTTA, 2009). No Brasil, o termo usado também tinha esse interesse em cultivar a cultura política para um povo inculto.

O grupo francês fez críticas ao modelo norte americano por dois motivos: a consideração de que existem povos atrasados, e que estes devem seguir as etapas para chegarem ao ideal de cultura política; e a visão generalista e inadequação da perspectiva nacional ao atribuir a um povo uma única cultura política.

Mas se faz necessária a compreensão de que as diferentes culturas políticas não podem ser consideradas isoladamente, mas numa constante interação com as demais, além de acompanhar as mudanças no seio da sociedade, ou seja, há diferenças espaciais e temporais que precisam ser analisadas. Também, Berstein (2009) faz uma crítica à busca de um modelo a ser seguido, qual seja, o modelo ocidental, além de duvidar de culturas políticas homogêneas a nível nacional.

O conceito de cultura política tem sido muitas vezes empregado sem uma necessária preocupação de definição de seu significado, onde poderiam ser usados outros termos como: “ideias políticas, discursos políticos ou hábitos políticos. Em outros casos, igualmente inapropriadamente, fala-se em cultura política de épocas, às vezes até de períodos de tempo mais precisos, como décadas” (MOTTA, 2009, p. 14).

Mas na pesquisa ora posta, em que se discute a ação dos agentes políticos nos processos de criação de municípios, considera-se que o coronelismo⁶⁹, principalmente na sua forma governista, além de seus resquícios, trata-se de uma cultura política, que se deu no contexto da república velha, mas que se estendeu, ainda que contra a vontade do poder central a partir da era Vargas, durante pelo menos até meados do século XX, e que até hoje ainda se encontra viva, porém, sob outra roupagem, principalmente, em pequenos municípios de forte apelo rural. E essa cultura política tem sofrido modificações, mas ainda estão presentes nos processos emancipatórios de municípios, como, por exemplo, na criação do município Luís Eduardo Magalhães, no ano 2000.

⁶⁹ A patente de coronel, que correspondia a um comando municipal ou regional, vem desde a criação da guarda nacional em 1831 que substituiu as milícias e ordenanças do Brasil colônia. De início as patentes eram concedidas àqueles com certo prestígio econômico e social, depois passaram a ser vendidas, o que não mudou muita coisa, e que é claro, estava ligada ao latifúndio (LEAL, 1949/2012).

Para uma maior elucidação de uma análise a partir da permanência ou da mudança de forma lenta e gradual, considera-se o estudo de Motta (2009), que trata do papel que a cultura ocupa nos processos históricos relacionados à política. Busca assim um quadro conceitual, se referindo mais às mudanças lentas e permanências do que à dinâmica. Busca ainda analisar as culturas políticas a partir das instituições, não somente formais, mas também informais.

Necessário também se faz diferenciar alguns termos: imaginário político é diferente de cultura política, ou seja, “nem toda história cultural do político implica o uso da categoria cultura política” (MOTTA, 2009, p. 25); também política cultural é diferente de cultura política, embora esta possa influenciar naquela.

O autor coloca que há duas maneiras de se conceituar a cultura política: “[...] a versão no singular (cultura política nacional) e a versão do plural (culturas políticas disputando e tentando ocupar o mesmo espaço)” (MOTTA, 2009, p. 21), e que ambas são válidas, e muitas vezes, complementares. Assim, considerando a influência de outros autores citados neste texto, uma definição para cultura política seria:

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009, p. 21).

Com base na conceituação acima, considera-se o “coronelismo” enquanto uma cultura política, que se fez presente nos processos de criação de municípios na República Velha, como no processo de criação de Barra do Mendes em 1917, com posterior restauração em 1958, se perpetuando até os dias atuais, com outra roupagem; e no caso do município Luís Eduardo Magalhães, a partir de um mundo agrário que se modernizou com a expansão da fronteira agrícola e todo dinamismo consequente dessa expansão.

As relações entre os agentes a partir de um jogo político que pode ser caracterizado enquanto um sistema de troca de favores de forma institucional ou não, continuam após a criação do município, sendo mantidas ou criadas relações entre famílias políticas que insistem na tentativa de se manter no poder político.

3.4.2. Cultura política e emancipação municipal de Luís Eduardo Magalhães

Se considerarmos a análise da “cultura política” do modelo norte americano – muito criticado pelo grupo francês que se debruça sobre esse tema – com a consideração de que existem povos atrasados, e que estes devem seguir as etapas para chegarem ao ideal de cultura política; e a visão generalista e inadequação da perspectiva nacional ao atribuir a um povo uma única cultura política, podemos observar que a análise feita pelos migrantes do sul que se fixaram no oeste baiano é a de que os mesmos trouxeram a cultura para um povo inculto, e que sem a sua chegada e seu trabalho, não haveria desenvolvimento na região.

Esse argumento nos traz a possibilidade de análise da ocupação do Oeste Baiano a partir não de um hibridismo cultural, como propõe Haesbaert (1995) em seu estudo de tese sobre o agronegócio na região do Cerrado na Bahia, mas também de uma busca já consolidada de uma (re) territorialização, como argumenta o autor na mesma obra.

É possível ainda correlacionar a ideia deturpada de colonização da deputada estadual Jusmari Oliveira com a própria colonização do Brasil por Portugal, ou seja, pode-se inferir que a afirmação de que não havia população nativa na localidade, e que, portanto, se justificaria a sua ocupação, com a venda de terras com preços irrisórios ou mesmo práticas ilícitas como a “ocupação” indevida de áreas que chegavam a ter várias titulações, se mostra enquanto uma falácia.

Mas o termo é utilizado corriqueiramente, sendo os Cerrados chamados de polos de colonização. Seja de exploração ou de povoamento, colonizar sempre esteve relacionado à imposição de costumes, à desvalorização da cultura local. As “descobertas” de territórios nunca foram de lugares em que já não havia moradores.

Os arranjos entre poderes executivos, legislativo, judiciário e muitas das instituições sociais em uma convergência para o atendimento dos interesses das classes dominantes, os coronéis de hoje, lembra o sistema colonial dos primórdios da história nacional, o pacto coronelista da República Velha e nos dias de hoje, a convergência de interesses das elites locais, para alavancar o modelo de desenvolvimento em execução pelo Estado (SOBRINHO, 2012, p. 101 e 102).

O Estado não estava ausente segundo Sobrinho (2012), mas se apresentava carregado de contradições. O Oeste Baiano é *locus* privilegiado dessas contradições a partir daquilo que se considera moderno e das mazelas geradas a partir dos conflitos

e das relações de poder hierárquicas. A disseminação de culturas, principalmente a soja, no Oeste Baiano, esteve ligada a uma “ausência” proposital do Estado, em que as injustiças eram levadas ao conhecimento dos governantes estaduais, mas estes nada faziam para que a realidade mudasse.

O jogo de interesses entre os agentes locais, advindos do sul do país, e o governo estadual e as instituições, orquestraram verdadeiros genocídios da população originária. Segundo Almeida (2017), com base em sua experiência no Funrural, criado em 1972, órgão em que trabalhou enquanto empresa terceirizada a partir de 1995, havia sim população na localidade antes da chegada dos sulistas. E foi feito um verdadeiro massacre contra essa população de origem.

Foi feita contra essa população um genocídio. Ninguém sabe quantos foram mortos para serem tomadas suas terras e casas às quais elas tinham posses de 200 anos ou mais. O governo da Bahia fechou os olhos. Eu não acuso tanto os sulistas por matar gente, por fazer o que fizeram não. Acontece que eles foram atraídos para cá, vieram e eles queriam comprar e passar a escritura. O governo não veio aqui para fazer a divisão dessas terras que pertenciam ao Estado. Não veio. Não trouxe para cá um órgão de medição, de divisão de terras, nada, nada; deixou aí à vontade. Então para que lado a corda vai estourar? Para o lado mais fraco, ora, dos habitantes lá. Foi um verdadeiro genocídio da população que vivia no cerrado. E vivia população no Cerrado, não era muita, mas vivia. Se alimentava principalmente de peixe, mandioca que é nativa, eles faziam farinha, caça tinha muita (ALMEIDA, 2017).

E foi a partir da chegada dos sulistas que se iniciou o movimento emancipacionista municipal, mas já havia a busca pela criação de um novo estado a partir do desmembramento do Oeste Baiano do estado da Bahia bem antes que houvesse essa onda migratória.

Com relação à emancipação desses distritos, tornando-os municípios, compreende-se que a configuração político-administrativa e espacial do Brasil na atualidade, em que constam 26 estados, um distrito federal e 5.565 municípios, não se consolidou sem conflitos, pois as relações de poder sempre estiveram presentes nos processos de redefinições de limites políticos com a criação de novas unidades político-administrativas (estados e municípios).

Assim, a criação de municípios no Brasil não é um fato novo, já acontece desde a época do Império, acompanhando os momentos mais favoráveis ou menos favoráveis aos desmembramentos. Em certos momentos pode-se identificar maior facilidade em criar um município, já em outros, praticamente foi vedada a emancipação de distritos.

Somente na segunda metade do século XX foram criados 3.618 municípios. A Constituição Federal de 1988 trouxe maiores possibilidades para a criação de municípios, mas em 1996 foi promulgada uma Emenda Constitucional que dificultou sobremaneira a criação de novas unidades subnacionais. É nesse contexto que foi criado o município Luís Eduardo Magalhães na Bahia, a partir do distrito antes chamado Mimoso do Oeste, que já com o nome atual se desmembrou de Barreiras no ano 2000.

O Oeste baiano se apresentava a partir de um mundo agrário arcaico, mas que havia se modernizado com a chegada dos sulistas, que começaram o cultivo de soja e outros produtos para a exportação. Com esse impulso econômico a partir do avanço da fronteira agrícola, se mostrando viável economicamente, o novo município foi criado, mesmo à revelia das leis, como a não realização de um plebiscito em toda a área envolvida, e o não cumprimento da promulgação de uma Lei federal. Neste sentido, compreende-se que houve nesse processo, a influência do então Senador Antônio Carlos Magalhães, aliado a agentes políticos locais.

Mas qual seria então a relação entre a cultura política e os processos emancipatórios? Considera-se aqui que esses processos não são moldados apenas por interesses econômicos, mas também políticos e culturais. Outra consideração relaciona-se à importância dos direitos políticos, mas não em detrimento dos direitos sociais; compreendendo que emancipar um distrito, tornando-o município, não se trata de uma ruptura, algo abrupto, considerando apenas um marco; mas trata-se sim de um processo, na verdade, muitas vezes ainda em andamento, pois relaciona-se também com a autonomia local. A cultura política é considerada aqui a partir das práticas dos agentes políticos sócio-espaciais.

Na relação entre os agentes políticos, e de forma mais específica quando se consideram as esferas de governo, uma abordagem necessária é sobre o comportamento e intencionalidade dos agentes a partir da conceituação e uso da “cultura política”.

Motta (2009), Kuschnir (2007) e Berstein (2009) fazem uma crítica àqueles que colocam a primazia dos fatores econômicos em detrimento dos fatores políticos; e à teoria da escolha racional, por maximizar os interesses materiais com cálculos racionais de custos e benefícios, não dando espaço para questões culturais. Desse modo, a ação dos agentes nos processos de emancipação não se resume às questões econômicas; mas também políticas, sociais e culturais.

Assim, a partir do comportamento dos indivíduos na emancipação municipal, compreende-se o coronelismo enquanto uma forma de “cultura política”, considerando não apenas o seu declínio ou transição, mas as mudanças lentas do comportamento dos agentes políticos, sociais, econômicos e culturais; e como se manifestam nos processos de emancipação.

O declínio do coronelismo tradicional se dá em meados do século XX, mudando o voto de cabresto para o voto mercadoria (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 1965/2006), mas o coronelismo não foi superado porque suas práticas ainda estão vivas, sob outra roupagem.

Considera-se assim, que havia um jogo político entre as esferas de governo no período da emancipação, com uma disputa entre Jusmari Terezinha de Souza Oliveira, então deputada estadual pelo Partido da Frente Liberal (PFL), e agente importante na criação do novo município, e Antônio Henrique de Souza Moreira, então prefeito de Barreiras pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); o que poderia ser resolvido com a criação de um novo município (sic).

Antônio Carlos Magalhães, senador no período, para evitar desavenças e também para não perder o “curral eleitoral”, buscou acelerar o processo. Assim, Oziel Alves de Oliveira, marido de Jusmari Oliveira, foi eleito o primeiro prefeito de Luís Eduardo Magalhães, cargo que também ocupou na gestão de 2017 a 2020.

A partir desse cenário, considera-se de suma importância para este estudo análises a partir da “cultura política”. Segundo Berstein (2009), os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão além da noção reducionista de partido político” (BERSTEIN, 2009, p. 31).

Estão assim relacionadas a concepções e ideologias. No estudo da criação do município Luís Eduardo Magalhães podemos considerar duas grandes famílias políticas: uma mais a nível estadual/regional/nacional com Antônio Carlos Magalhães, seu filho já falecido Luís Eduardo Magalhães, e seu neto Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto (ACM Neto), ex-prefeito da capital Salvador; e outra a nível local, mas que transborda também em certa medida, para a estadual/regional, com a figura de Jusmari Oliveira, que ocupou vários cargos políticos, mas sempre com intencionalidades relacionadas ao município Luís Eduardo Magalhães, seu marido Oziel Oliveira, atual prefeito de Luís Eduardo Magalhães; além do ex-prefeito de

Barreiras Antônio Henrique de Souza Moreira e seu filho Antônio Henrique de Sousa Moreira Junior, atual deputado estadual pelo Partido Progressista (PP).

Essas grandes famílias políticas apresentam intencionalidades que condicionam suas ações. Além disso, a visão das pessoas que levam a determinados comportamentos políticos tem uma estreita relação com os sistemas de representações, a cultura global da sociedade, além dos comportamentos coletivos, normas e valores.

Ao longo do tempo ela vai se tornando complexa, em um processo por vezes lento; podendo transformar-se, adaptar-se às modificações da sociedade. Se houver inadequação com relação às perspectivas dos cidadãos, tendem a entrar em decadência. “Mas a história nos mostra que uma cultura política se marginaliza, mas não morre” (BERSTEIN, 2009, p. 40). É o que podemos considerar no coronelismo, pois mesmo entrando em decadência na sua forma tradicional, têm se mostrado em novas roupagens, o que ainda pode ser evidenciado nos processos de emancipação.

Por outro lado, a “cultura política” não pode ser vista como única, abarcando todo povo. Gomes, A. (2005) questiona o caráter generalista dos estudos anteriores, bem como a caracterização do dominante, que anularia o dominando; dando novo sentido e direcionamento às questões de história política; compreendendo que:

“[...] entre seres humanos não há controle absoluto e “coisificação” de pessoas, e que, nas relações de dominação, os dominantes não “anulam” os dominados, ainda que haja extremo desequilíbrio de forças entre os dois lados. [...] as relações de dominação implicam lutas entre idéias que “circulam”, sendo “apropriadas” incessantemente por dominantes e dominados. [...] No interior mesmo das relações entre os dominados, também existem hierarquias e relações de poder” (GOMES, A., 2005, p. 24 e 26).

Segundo Kuschnir (2007), nas análises antropológicas sobre a política, as relações de poder (ou a política) estariam presentes em todas as relações sociais em que há algum tipo de assimetria, o que pode ser evidenciado nos processos de emancipação de distritos.

O território constituíra-se a partir das relações de poder que se tecem no espaço-tempo. Assim, o avanço da fronteira agrícola não se deu por acaso, mas resultou de um conjunto de ações em determinado espaço-tempo; e as relações de poder assimétricas não se limitaram à criação do município, mas também na organização político-administrativa posterior.

Para analisarmos a afirmativa anterior na prática, podemos citar o caso do secretário municipal de planejamento, que ocupou a pasta até agosto de 2017. O mesmo tem também negócios no município, como hotéis e mercado imobiliário, cujo crescimento envolve o direcionamento dos serviços públicos e infraestrutura.

O ex-secretário declarou em entrevista que, no período da emancipação, tinha fazenda, imobiliária e hotéis, o que continua atualmente com o Hotel Premium Norte LTDA, Paraíso Hoteis e Turismo LTDA, Paraíso Madeiras Renováveis LTDA, e Jacob Lauck Imobiliárias (LAUCK, 2017).

A cidade de Luís Eduardo Magalhães cresce a partir das fazendas nos seus arredores. O valor da terra subiu muito e seus proprietários lucram mais a cada dia. Muitos loteamentos são criados e seguindo alguns direcionamentos cujas informações privilegiadas colaboram para que apenas uma pequena parcela da população usufrua do crescimento urbano e econômico da cidade. Aqueles em áreas destinadas à população mais abastada, costuma já ser vendido com certa infraestrutura (Figura 48).



Figura 48 - Loteamento em área nobre da cidade de Luís Eduardo Magalhães.

Fonte: K. R. ALMEIDA, 2017

Não se coloca aqui uma relação direta entre a ação do poder público e os investimentos privados, mas sabe-se que as informações privilegiadas denotam uma

série de possibilidades de direcionamento espacial dos investimentos privados. Também é preciso considerar a relação entre o poder público e os meios de comunicação. A rádio cidade em Luís Eduardo Magalhães pertence à família Oliveira (OLIVEIRA, J. 2017) (Figura 49), e tem uma programação voltada para a divulgação das ações do poder público municipal⁷⁰.



Figura 49 - Rádio Cidade, em Luís Eduardo Magalhães (BA), 2017.

Fonte: A. Cardoso, 2020b.

É notório o uso das redes de comunicação para legitimar e divulgar as ações governamentais, usando para isso volumosos recursos públicos. A propriedade desses meios de comunicação por parte de agentes públicos é que precisa ser avaliada. A nível estadual, toda a Rede Bahia, e, em especial, o jornal “Correio da Bahia” também cumpre essa função com a família política Magalhães, tendo Antônio Carlos Magalhães como fundador, em um período de transição democrática.

⁷⁰ A chamada de notícia no site em 28 de janeiro de 2019 é: Prefeitura apoia circuito de exibição audiovisual em feira livre do município. Em 29 de janeiro de 2019 são apresentadas as seguintes chamadas: “Programa Borboleta realiza treinamento com alunos do núcleo de soldados da 85ª CIPM para combater casos de violência contra a mulher” e “Prefeito de Luís Eduardo Magalhães busca empresas para a consolidação do polo têxtil no município”. No dia 30 de janeiro de 2019 é exibida a chamada: “Secretaria de Saúde de Luís Eduardo Magalhães apresenta bons resultados do combate ao mosquito transmissor da dengue”.

Jornal matutino, fundado em Salvador em janeiro de 1979. Parte integrante do grupo empresarial — que inclui ainda a TV Bahia, a Bahia Vídeo, a Gráfica Santa Helena, a Rádio Globo FM, a Bahia News, a Bahiasat e a Santa Helena S.A., abrangendo, assim, as principais áreas da comunicação e entretenimento —, o jornal tem como maior acionista Antônio Carlos Magalhães (ACM), governador da Bahia em três oportunidades e senador desde 1995. O diretor-superintendente do grupo é Antônio Carlos Magalhães Júnior, filho e suplente de ACM na Câmara Alta. A diretoria do jornal é presidida por Wilson Maron, cunhado do senador e tem cinco membros, entre os quais Marco Antônio Leal C. Sousa, diretor-executivo, e Demóstenes Lima Teixeira, diretor de redação. No final da década de 1990, o *Correio da Bahia* (CB) era o segundo jornal em tiragem no estado (SAMPAIO, 1984).

Antes de fundar o jornal *Correio da Bahia*, Antônio Carlos Magalhães tentou comprar o jornal da Bahia, com tendência esquerdista, e que lhe conferia forte oposição durante seu primeiro mandato (1971-1975), mas o proprietário João Falcão desistiu da venda por conta das pressões de seus companheiros, e também da oposição (SAMPAIO, 1984).

Esse fato evidencia o interesse do mesmo em monopolizar as informações a partir de seus interesses e de seu grupo político. Em ambos os casos é possível considerar a forte influência das famílias políticas nos meios de comunicação, embora haja oposição, como o *Jornal da Bahia*, em Salvador, no período mencionado, e o jornal “O expresso”, em Luís Eduardo Magalhães, que inclusive questiona na atualidade quem seria o proprietário da rádio Cidade e os desmandos em sua programação por parte do poder público municipal.

3.4.3. Cultura política e emancipação municipal de Barra do Mendes

A cultura política no município de Barra do Mendes está imbricada nas ações de coronéis do final de século XIX até o início da década de 1930. É preciso, porém, analisar práticas de cunho coronelista que continuaram a acontecer mesmo após o fim da patente de coronel e o advento do Estado Novo. As desavenças entre os coronéis da região no início do século XX deixaram suas marcas na localidade, e as rivalidades continuaram, pelo menos até o início do século XXI.

O termo cultura política envolve um conjunto de fatores que precisam ser analisados de maneira integrada, e de forma a não se deixar levar por juízo de valores e das condições ideais da política; mas compreendê-la a partir das condições concretas da sociedade em seus respectivos contextos históricos, sociais, culturais e espaciais; e da forma como se efetivam no mundo real.

A Cultura política no município de Barra do Mendes, que foi criado e extinto em um período de 3 anos (de 1917 a 1920), e que posteriormente volta a se tornar município, em 1958, com instalação em 1959, passou por diversas fases, não somente institucionais, mas também de conflitos e intrigas que iam para além das leis regidas pelo Estado.

Quando Valber Carvalho traz o documentário: “Horácio de Matos: um coronel entre os dois mundos, o mesmo denota uma característica peculiar desse coronel, que era de transitar entre os seus: subalternos e demais agentes políticos, sociais e econômicos locais, mas também entre os agentes de outras escalas de governo.

A família Matos já tinha certa influência desde o início do século XX na região de Chapada Velha. Os registros históricos não permitem saber com exatidão a sua ancestralidade, ou seja, “não se pode dizer seguramente, mas é provável que o alferes José de Mattos foi o ancestral ou parente dos Pereira de Mattos, que do último terço do século 19 para os primeiros anos do século 20, existiam em Chapada Velha” (BARBOSA, 2008, p. 26).

Era uma família com certas posses e iniciativas na sociedade, sendo clementino a pessoa mais “importante” do distrito, sendo “alvo de animosidade, defluente da emulação ou o interesse, e que, nas localidades do sertão e principalmente numa época em que a instrução popular era rara, degenerava por toda parte em ciúme, rixa e até inimizade fidagal” (BARBOSA, 2008, p. 26 e 27).

Clementino, já doente e debilitado, mostrou-se preocupado em deixar alguém que o substituísse, e não confiava isso a nenhum de seus filhos, vendo em Horácio, ainda que considerado muito novo, estando com cerca de 30 anos de idade, a única possibilidade de continuar seus efeitos após a sua morte.

No período, Horácio de Matos já se encontrava no município de Morro do Chapéu, atraído pelo misto da garimpagem e da pecuária. Lá começou a investir no comércio, instalando uma pequena casa de artigos de armarinho e de cerais. Foi assim que se aproximou do coronel Dias Coelho, que mais tarde lhe ofereceu o título de coronel da Guarda Nacional.

Segundo Mendonça (2003), Dias Coelho era portador de um caráter de justiça, e sofria preconceito por conta de sua cor. Acredita assim, que foi sob influência do Coronel Dias Coelho que Horácio de Matos formou seu caráter. Mesmo com o ambiente muito mais próspero para o comércio em Morro do Chapéu do que em

Chapada Velha, Horácio volta para esta localidade no ano de 1910. Clementino faleceu dois anos depois de sua chegada.

Horácio era temido, mas também muito amado, tinha carisma e muita sabedoria, mesmo com pouca instrução formal. Ao mesmo tempo que usava da violência, também tinha atitudes que evidenciavam não ser vingativo, e ser justo em algumas ocasiões.

Dois fatos são narrados em entrevista pelo neto de Horácio de Matos, o senhor Wanderley Rosa Matos, engenheiro agrônomo e pesquisador voluntário da história local, nascido em Brotas de Macaúbas, morando em outros locais, mas há dez anos retornou a sua terra natal. Um episódio está relacionado ao filho de Militão Coelho, em que na fuga deste de Barra do Mendes, depois de 5 meses e 1 dia de batalhas no chamado Cerco de Barra do Mendes, Horácio então prende o filho de Militão. Os jagunços queriam matá-lo, mas Horácio o leva até a mãe (MATOS, W., 2017).

O outro episódio ocorreu também durante o cerco de Barra do Mendes, com o senhor Antônio Domingos, em que os filhos relatam que o mesmo estava na trincheira da guerra de Militão, e havia uma trincheira dos jagunços de Horácio, dita por este como mal-assombrada, porque dois de seus jagunços já haviam morrido nela, e foram substituídos por outros dois, e os mesmos ficaram loucos.

Depois disso Horácio foi pessoalmente, com seu sobrinho nessa trincheira, e este levou um tiro e morreu. Ao tentar remover o corpo do sobrinho e pegar a munição, a sua arma deu defeito, e o mesmo teve que pular na trincheira de Militão, que contava com oito pessoas, “com um punhal na mão, e ele mata três no punhal, os outros cinco fogem apavorados, o outro quando ia fugir ele rasgou o paletó [...]. Horácio fala assim: se eu soubesse que tu escorregava tanto, eu tinha te segurado pelas calças”. (MATOS, W., 2017). E naquele momento, diante do pavor do jagunço, o Sr. Antônio Domingos, Horácio poderia mata-lo, mas não o fez, deixando-o ir embora, tendo este jagunço uma eterna gratidão por Horácio.

Além disso, Horácio de Matos deixou herdeiros, e mais uma vez vemos a influência da família na política, quando analisamos as famílias políticas que se apossam, de maneira muitas vezes “democrática”, ou seja, por meio do voto, de um determinado governo, seja ele local, regional, estadual ou nacional, quase que como uma manutenção do status quo; podendo até haver certas mudanças, mas sem mexer nas estruturas.

Horácio de Matos Júnior, filho do Coronel Horácio de Matos, foi deputado estadual e federal, e conselheiro do Tribunal de Contas, dentre outros cargos exercidos por ele. Quando Horácio foi morto, seu filho tinha apenas 4 anos de idade. Mas a sua visão e entendimento sobre a política era diferente, pois participou, posteriormente, do processo de modernização do Sertão Baiano, principalmente, no que diz respeito à Chapada.

Outro integrante da família a seguir a carreira política foi o neto de Horácio de Matos, Horácio Matos Neto, conhecido como Horacinho, falecido em 2008, que era um agropecuarista na região de Oliveira dos Brejinhos – BA; e completou quatro mandatos na Assembleia Legislativa da Bahia. Foi eleito para o mandato de 1987 a 1991 pelo Partido da Frente Liberal (PFL), e para os demais três mandatos entre 1991 e 2003 pelo Partido Liberal (PL).

O mesmo já era funcionário da ALBA desde 1966, foi assistente do prefeito de Salvador no ano de 1982, e diretor do Departamento das Municipalidades entre 1983 e 1985. Após os quatro mandatos de deputado estadual, foi diretor de gestão administrativa da CODEBA, entre agosto de 2006 e novembro de 2007 (BAHIA, 2020).

A terceira geração do clã dos Matos – a família é numerosa e apesar de progressiva redução de seu cabedal político, persiste admirada na região – teve como líder Horácio Matos Neto, Horacinho, recentemente falecido. Nada mais distante do ambiente de violência política, vendetas, injustiças e inimizades (algumas herdadas) vivenciadas por seu avô e seu pai, ainda que em menor grau, que seu universo de atuação (BARBOSA, 2008, p. 11).

As relações de poder que se tecem no espaço, e assim se constituem os territórios, vão sendo modificadas com o tempo, e também se mostram de forma diferente nos mais variados espaços. As formas tradicionais dessas relações, baseadas no mando, vão ganhando novas roupagens e acontece de forma gradual e diversa. Um termo dificilmente pode explicar contextos distintos, como o coronelismo, mas observa-se que muitas práticas ainda estão carregadas do que Leal (1949/2012) denominou de sistema coronelista.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os processos de emancipação de municípios guardam estreita relação com as práticas de agentes políticos das mais variadas escalas de poder. Os Comportamentos desses agentes ao longo de suas trajetórias políticas são também evidenciadas quando da criação de novos municípios, com negociações e conflitos que vão além dos limites municipais.

O recorte espaço-temporal a partir da criação do município de Barra do Mendes em 1917, com extinção em 1920 e restauração em 1958, bem como a criação recente, no ano 2000, do município Luís Eduardo Magalhães, busca auxiliar nas repostas, ainda que de forma limitada, a algumas questões, tais como: quais os agentes favoráveis e contrários à emancipação municipal e o porquê de certos posicionamentos? Quais as negociações feitas entre os dois grupos ou no interior de cada grupo, principalmente, do grupo vencedor, significando a divisão dos cargos e de poderes no novo município? Quais os embates e as heranças dos velhos coronéis da chapada e da região de Irecê ou do antigo sertão do Além São Francisco na criação dos municípios? Como as elites políticas de Salvador interferiram nesse processo? Quais as motivações políticas, sociais e econômicas? Qual o peso da questão regional, e mais especificamente dos sertões baianos? Qual o papel do município no federalismo brasileiro? Qual o contexto institucional dos processos de emancipação? Em que medida o novo município passa a ter uma justiça territorial distributiva a partir do exercício do poder político?

Os agentes políticos das mais variadas escalas, desde a local até a nacional, atuaram de forma decisiva na criação dos municípios Barra do Mendes e Luís Eduardo Magalhães. As relações de poder inerentes a esses processos se baseiam em motivações sociais, econômicas e de cunho político, com a busca pelo poder político, e/ou manutenção do poder, na medida em que se evidenciam trocas de favores, principalmente quando nos referimos aos agentes locais e estaduais.

Nesses processos há uma quantidade pequena de pessoas contrárias, pois divulgam-se as benesses a ser conquistadas com a instalação do novo município e todo aparato do governo municipal. Ainda que não participe de forma ativa, a população acredita nas mudanças a se efetivarem findado o processo. Entre os agentes políticos várias negociações são feitas, como a ocupação de cargos, e o apoio político nas eleições, tanto municipais, quanto do legislativo estadual.

A emancipação se concretiza com a criação do município, mas aí ela ainda não está completa, tratando-se de um processo inacabado. Da mesma forma, a cultura política do coronelismo não pode ser considerada superada, pois o sistema de troca de favores entre os agentes políticos locais e não-locais, bem como do setor privado, ainda se mantém vivo, mas sob outra roupagem, atendendo a interesses políticos e financeiros de grupos e indivíduos.

As análises sobre o coronelismo, e se este foi superado em 1930, com o fim da República Velha, ou mesmo depois, não guardando resquícios o período atual, passam pela discussão se em determinados contextos os fenômenos que se apresentam são: mandonismo, clientelismo ou coronelismo. Conceber um ou outro termo/conceito em determinados conceitos passa pela definição que se propõe, considerando é claro, os estudos anteriores sobre esses temas.

Buscando estabelecer uma diferenciação entre dos fenômenos supracitados, Rêgo (2008) analisa o coronelismo partindo da definição de Vítor Nunes Leal, para o qual o coronelismo, enquanto sistema, se fortalece a partir da decadência do poder do latifúndio, sendo assim, segundo Rêgo (2008, p. 65), um paradoxo, na medida em que “o coronelismo seria, portanto, uma consequência do papel político-eleitoral da grande propriedade”.

O coronelismo sendo caracterizado enquanto um sistema que envolve não somente o mandonismo local, mas as várias escalas do poder político. Analisa ainda, este fenômeno, a partir da concepção de Raimundo Faoro, para o qual o coronelismo seria apenas a delegação do poder público a partir de uma forma particular. Observa uma valorização desmedida do aspecto político, sem considerar a dimensão social do coronelismo.

De fato, há nos dois estudos uma maior ênfase no político, mas as relações sociais estão presentes, ainda que de forma subjacente, tanto na obra “Coronelismo, enxada e voto” Leal (1949/2012), quanto na obra “Os donos do poder” (FAORO, 1958/2012), além de uma bagagem jurídica para explicar os contextos institucionais.

Compreende-se que os contextos históricos da Primeira República, bem como do início da Nova República e o momento atual são extremamente diferentes nos mais variados aspectos, tanto econômico, quanto político, social e cultural; mas é possível tecer relações entre agentes políticos das mais variadas escalas que se apresentam a partir de práticas de cunho coronelista, no sentido de um sistema como aponta Leal

(1949/2012). É nessa perspectiva que se dão os estudos de processos emancipatórios de entes municipais.

A análise do coronelismo pode se dá nos diferentes contextos das emancipações, e, de forma mais específica, na criação do município de Barra do Mendes em 1917, e também na restauração ou reestabelecimento em 1958. Este conceito tem sido tema de várias pesquisas, muitas delas afirmam que o coronelismo acabou com o fim da República Velha como, por exemplo, Carvalho (1997; 2010), que busca diferenciar conceitos como mandonismo, clientelismo e coronelismo.

Nessa perspectiva, o coronelismo é visto como uma evolução do mandonismo, a partir da decadência do mando local, aquele passa a ser a história da própria formação da cidadania, não precisando as fases do processo e quando termina cada uma, considerando que “algum tipo de clientelismo, de controle eleitoral através da distribuição de bens públicos ou privados, dificilmente deixará de existir em país que se caracteriza pela pobreza da população e pela escassez de empregos” (CARVALHO, 2010, p. 02). E o clientelismo na sua relação entre o público e o privado, com a permissão ao coronel do controle patrimonial dos gastos públicos, estabelecendo-se assim, a faceta política do patrimonialismo.

Neste sentido, poderíamos colocar que o último coronel seria Horácio de Matos na Bahia, assassinado em 1931, ou ainda, se considerarmos que o coronelismo se finda a partir do último coronel que recebera o título da Guarda Nacional, podemos apontar Chico Heráclio Rego (Francisco Heráclito Rego) como o último Coronel, que viveu até o ano de 1974, falecendo aos 89 anos de idade; e sendo este o mais poderoso chefe da tão conhecida família Heráclio do Rego, que se tornou influente politicamente nos estados da Paraíba e de Pernambuco, além de exercer atividades econômicas nos dois estados supracitados, e também no Rio Grande do Norte, Goiás, São Paulo e Paraná (RÊGO, 2008)

Na esfera local, os membros da família assumiram vinte e oito mandatos de prefeito (dezoito em Pernambuco e sete na Paraíba), em sete diferentes municípios. A família também elegeu representantes das Câmaras Municipais do Recife (um), de Campina Grande (quatro) e de João Pessoa (dois), para não mencionar seus representantes nas câmaras municipais de Limoeiro, Surubim, Boqueirão e Queimadas (RÊGO, 2008, p. 17).

Outros estudiosos afirmam, porém, que mesmo com a “revolução de 1930” e ainda que as patentes de Coronel da Guarda Nacional, não mais eram distribuídas ou compradas pelos poderosos, o coronel bem como o coronelismo, não deixarão de

existir. Segundo Leal (1949/2012) a sua decadência o deixou ainda mais forte, no sentido de que o declínio do poder local influenciou numa relação entre agentes de diferentes escalas de poder. O coronel Chico Heráclio Rego é um bom exemplo desse poder, que se readaptou, e ganhou espaço no cenário político, se estendendo também no período da ditadura militar.

O golpe de 1964 não abalou, em sua essência, o poder dos coronéis; modificou isso sim, sua rede de compromissos, já que eles não elegiam mais os governadores, limitando-se a fazê-lo com os prefeitos, deputados e senadores [...]. Nesse sentido, a progressiva centralização política não era incompatível com o reforço do poder local, os dois níveis de poder se legitimando reciprocamente (RÊGO, 2008, p. 152).

Carvalho (2010) faz uma crítica a Leal (1980), quando este se refere ao coronelismo no período ditatorial, colocando que o termo correto seria “generalismo”. Mas outros exemplos podem ser dados de coronéis no período entre 1930 e 1964, como nos casos dos coronéis Chico Romão, José Abílio e Veremundo Soares, que juntamente com o coronel Chico Heráclio, formavam os quatro perfis sociológicos desses coronéis no Nordeste brasileiro, no alto sertão e agreste de Pernambuco, no estudo de Vilaça e Albuquerque (1965/2006).

Para além da República Velha e da patente de coronel da Guarda Nacional, o coronelismo se fortalece a partir de um sistema que envolve o poder local na figura do coronel e o poder estadual na figura do Governador, havendo assim uma troca de favores em que está em jogo tanto o voto quanto as benfeitorias locais. E se pensarmos no sistema coronelista ou mesmo as diversas facetas do coronel e das características peculiares a esse sistema, podemos compreender como algo ainda maior, que envolve tanto o latifúndio quanto o poder político.

No caso do coronel Horácio de Matos, falecido em 1931, que teve forte influência no município aqui estudado, qual seja, Barra do Mendes na Bahia, este se tornou senador, intendente de Lençóis, e delegado de uma vasta área da Chapada Diamantina; tendo forte influência enquanto líder na reação sertaneja, no combate à Coluna Prestes, e peça fundamental para o desarmamento do sertão no final do ano de 1930.

E antes disso, tendo sido um forte combatente no chamado Cerco de Barra do Mendes e de Campestre, e na Campanha de Brotas; tendo como seu maior adversário o coronel Militão Coelho; este sendo chefe do então distrito de Barra do Mendes enquanto ele, Horácio de Matos, chefe no distrito de Chapada velha;

formando estes dois distritos e mais o distrito de Minas do Espírito Santo e o distrito sede, o município de Brotas de Macaúbas.

Após longos combates e uma rixa interminável entre as duas localidades e os dois coronéis, Horácio de Matos expande o seu poder para além da área da Chapada Velha, e se direciona para a então Chapada Nova, composta por vários municípios, sendo o principal deles Lençóis, conquistando uma enorme força no que hoje conhecemos como Chapada Diamantina.

O mesmo tinha um forte apelo à legalidade, dizendo-se fiel às leis, e buscando apoiar os governantes de cada contexto. É possível ainda falar de seu carisma e de uma personalidade que o identificava enquanto um combatente. O coronel Horácio de Matos é uma figura extremamente conhecida não somente na Bahia como em todo o Brasil, tendo sido noticiado em vários jornais da época, tanto jornais locais de Salvador e também do Rio de Janeiro e São Paulo algumas de suas façanhas.

Considerando o Coronel Chico Heráclio do Rêgo, o mesmo teve forte influência na política dos dois estados: Paraíba e Pernambuco, elegendo candidatos a prefeito dos municípios em que tinha influência, principalmente, Limoeiro, tendo somente uma derrota no ano de 1968, mas posteriormente com vitória em outro município em 1969 e o retorno do poder local de Limoeiro em 1972.

Na eleição seguinte, conseguiu eleger deputados estaduais e federais, inclusive seus dois filhos, o que fez com que o mesmo fosse conhecido para muito além desses dois estados. Francisco Heráclio do Rego ficou assim conhecido como o último coronel, pelo fato de na ocasião de sua morte, não existir mais nenhum coronel com essa patente da Guarda Nacional.

Mas é preciso analisar com cautela essa suposição, já que não se considera neste trabalho, somente o coronel e sua patente, mas todo um sistema que envolve várias escalas de poder. Há uma habilidade de transformação ou de adaptação às novas realidades, como por exemplo o crescimento urbano, e o processo da Ditadura Militar, em que a família Heráclio do Rego tornou-se aliada, e todas as lideranças políticas passaram a fazer parte da Arena.

Santos, S. (2006) traz uma análise importante sobre as distinções conceituais entre clientelismo, mandonismo e coronelismo, a partir dos estudos de José Murilo de Carvalho, com as críticas que o mesmo faz de que não há avanços significativos nos estudos sobre o tema, justamente porque há confusões conceituais.

Ao tratar do sistema de comunicação e sua relação com o coronelismo, Santos, S. (2006) chama de coronelismo eletrônico a organização da recente estrutura de comunicações brasileira, tendo como matriz analítica para o fenômeno comunicacional, o coronelismo de Vítor Nunes Leal. As características dessa organização recente são:

a) o detalhamento das lógicas clientelistas que transformou as outorgas municipais de rádio e televisão em moeda política no jogo federal; b) o deslocamento, na regulação do setor, da centralidade do interesse privado, em detrimento do interesse público, para a centralidade do interesse político e/ou religioso, local ou regional, em detrimento do interesse econômico global ou nacional; c) a esdrúxula separação das velhas e novas tecnologias de comunicação em marcos regulatórios distintos (radiodifusão no âmbito do Ministério das Comunicações, e comunicações no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações); e, d) a ausência de transparência sobre a estrutura de propriedade e de afiliação da radiodifusão nacional (SANTOS, S. 2006, p. 7).

Assim como a busca pelo poder político e pelo poder da mídia fez com que o coronelismo se estendesse por muito mais tempo, podemos ousar dizer que o último Coronel foi Antônio Carlos Magalhães (BAIANO, 2007). Este iniciou a sua carreira política em 1958, quando foi eleito deputado estadual, período em que Barra do Mendes conseguiu seu reestabelecimento enquanto município.

Antônio Carlos Magalhães era o deputado estadual que deu a sua decisão final, estando ele como presidente da casa. O mesmo se reelegeu por inúmeras vezes, passando inclusive pelo processo da ditadura militar. Alguns anos após o falecimento do seu filho, Luís Eduardo Magalhães, que inclusive foi homenageado com o nome do mais recente município criado na Bahia juntamente com Barrocas⁷¹, Luís Eduardo Magalhães.

Antônio Carlos Magalhães teve uma vida política notável na Bahia, e nunca apostou ter outro cargo, como por exemplo o de Presidente da República. Saindo do poder direto com esse estado candidatou-se a senador e deputado federal, mas sempre levando como bandeira a Bahia. Líder extremamente carismático, o que muitos não defendem como característica de um coronel, e que também identificava o coronel Horácio de Matos, mas sendo esta mais um dos adjetivos que um coronel precisa ter para se perpetuar no poder; além dos processos de adaptação a realidades tanto no tempo quanto no espaço.

⁷¹ O município de Barrocas foi emancipado no mesmo ano: 2000.

Poderíamos dizer que as práticas coronelistas se perpetuaram durante todo o percurso da sua carreira, política inclusive quando consideramos as famílias políticas, a família Magalhães, dando continuidade ao poder familiar na política, com o seu filho Luís Eduardo Magalhães, e ACM Júnior, que assumiu a cadeira do pai no Senado, quando do falecimento daquele; e ACM Neto.

A relação com o espaço é algo ainda pouco debatida quando tratamos de coronelismo. Se compararmos, por exemplo, a forma como se deu a política e o latifúndio no sul e sudeste e no nordeste brasileiro, podemos observar que a relação entre os líderes políticos locais, a partir da figura do coronel e os governadores, bem como os deputados e em certo período os senadores estaduais, eram bastante diferenciadas.

Havia uma notória diferença inclusive com a política do café com leite entre São Paulo e Minas Gerais, de maneira que a busca do poder central em inibir as práticas de mando do poder local se deu de formas diferentes nos mais variados estados e regiões brasileiras com o fim da República Velha em 1930.

Mesmo com o processo de centralização do poder a partir desse ano e a suposta descentralização em 1937, ainda é possível afirmar que as diversas tentativas de inibir ou de pelo menos diminuir a força do líder local a partir do mando foram insuficientes.

Espaço e tempo se completam, e a geografia histórica, tão debatida e muito pouco utilizado entre os geógrafos, pode ser mais uma forma de se compreender o espaço para muito além do imediatismo. As formas que vemos hoje foram construídas no decorrer do tempo, e suas funções foram se modificando. As rugosidades assim trazidas por Santos, M. (1997) evidenciam as transformações por quais passam a sociedade e que levam à transformação do espaço.

As estruturas sólidas do sistema capitalista podem ser também notadas com o coronelismo e a força do poder local, relação muitas vezes não necessariamente hierarquizada, mas complexa, com uma constante troca entre as diversas escalas de poder. Essas escalas podem ser notadas de diferentes formas no decorrer do tempo a partir da estrutura do poder político que envolve outras vertentes, como a questão econômica, cultural e a comunicação.

Econômica porque a posição do indivíduo ou liderança tem como base a sua posição social e dos bens que possuiu. Cultural pois quando tratamos do coronelismo vemos que o poder também se baseava ou ainda se baseia em uma cultura criada do

dever do compromisso, em que o agregado, o afilhado, a parentela, o clã, e boa parte da sociedade civil, de modo geral, estão vinculados à troca de favores.

E esta não se dá somente entre os líderes políticos locais, colocando aqui a figura do coronel, e entre estes e os governadores, deputados e senadores. A troca de favores que envolve não somente a eleição, mas todas as relações políticas estão carregadas de uma cultura que determina, ou pelo menos orienta que devemos ser gratos e dar o retorno esperado àquela pessoa. A comunicação se dá pelo controle ou busca deste para o uso da mídia a favor da exaltação das boas práticas e da omissão daquilo que pode ser julgado injusto ou ruim.

O compromisso coronelista, o qual relata Leal (1949/2012), continua a existir se considerarmos este fenômeno social e político da forma como o autor tratou, mesmo estando ausente o coronel e a sua patente. Neste sentido, poderíamos dizer que o ex-governador, senador, deputado estadual e federal pela Bahia, Antônio Carlos Magalhães, durante toda sua carreira política, evidenciou as características desse sistema, inclusive com o controle da mídia e perpetuando seu poder político e deixando inclusive o herdeiro Antônio Carlos Magalhães Neto.

Ao analisar os processos de criação dos dois municípios, com contextos históricos, econômicos, sociais e culturais distintos, é possível estabelecer relações entre os trâmites legais ou extra-legais para que o processo seja concretizado, e as práticas entre agentes políticos desde a escala municipal até a federal. Na escala local podem ser citados no município de Barra do Mendes o coronel Militão Coelho enquanto defensor da criação do município de Barra do Mendes em 1917, e o coronel Horácio de Matos contrário à emancipação.

Aquele manteve relação com Frederico Costa, votado na localidade para o Senado Federal, que assumiu a governadoria enquanto o governador Fernando Muniz de Aragão estava em viagem. Horácio de Matos além de ser contrário à emancipação, foi o principal articulador para a extinção do município em 1920, a partir do Convênio de Lençóis, após acordo com o interventor federal para suspender a marcha para a capital baiana, que tinha como objetivo a deposição de José Joaquim Seabra do cargo de governador.

No processo de restauração do município de Barra do Mendes, no ano de 1958, podemos citar Dona Laurinda Olímpia Sodré, mulher que trouxe à tona o histórico de criação do município, para que não fossem necessários os trâmites legais, como o plebiscito e a aprovação da Câmara de Vereadores; além de Hélio Ramos,

Nestor Coelho, Antônio Sodré Barreto, Rui Rodrigues Coelho e Antônio Rodrigues Coelho.

Com base em entrevistas na localidade no ano 2017, é possível afirmar que não havia pessoas contrárias à restauração, mas a disputa política pelos cargos ocorreu de forma intensa. Primeiro no pleito eleitoral, com duas chapas: o senhor Aurelino Alves Barreto pelo PR, e o senhor Auberic Campos de Oliveira, representando o PL.

Com a vitória do senhor Aurelino, havia um acordo dentro do partido para que o próximo a se candidatar, com grandes chances de ser eleito, seria o senhor José Benício de Matos, irmão do coronel Horácio de Matos, sendo assim seu sucessor; mas o acordo foi rompido. Outro acordo foi que José Benício de Matos fosse o primeiro presidente da Câmara de Vereadores, o que se verificou. O apoio do irmão de Horácio de Matos era importante para somar, principalmente, os votos de Chapada Velha no período.

Não se defende nessa tese que o coronelismo viva até os dias atuais enquanto sistema de compromisso da mesma forma que se mostrava na Primeira República. Seria uma incongruência tal pensamento. O que se coloca são as práticas de cunho coronelista a partir da troca de favores entre agentes das mais variadas escalas para que sejam criados novos municípios.

Compreender o coronelismo no processo de criação do município de Barra do Mendes, em 1917, com as disputas entre os coronéis Horácio de Matos e Militão Coelho, bem como as articulações políticas para a sua restauração em 1958; e ainda a influência de Antônio Carlos Magalhães desde a restauração de Barra do Mendes, bem como em toda a história da Bahia, e de forma decisiva na criação do município de Luís Eduardo Magalhães no ano 2000, nos leva à compreensão das relações de poder entre agentes das mais variadas escalas para um determinado fim, estando muitas vezes, à revelia da lei, com as tomadas de decisões centralizadas das mãos de poucos.

O processo de emancipação do município Luís Eduardo Magalhães, ocorrido em 2000, se deu de forma verticalizada, sob forte influência de interesses econômicos e, principalmente, políticos, ainda que tenham ocorrido avanços relacionados aos serviços prestados na localidade. As leis não foram consideradas em sua completude, caracterizando-se em tentativa bem-sucedida de imposição das vontades individuais, ou de grupos, mesmo à revelia das leis.

As “famílias políticas”, analisadas a partir de suas práticas e da perpetuação do poder, têm forte inclinação coronelista; compreendendo o coronelismo a partir de um sistema, que se dá pelo mandonismo local, mas que se relaciona com agentes não-locais, com interesses financeiros e a busca e manutenção do poder político.

Assim, há uma relação entre esses processos e a “cultura política”, não somente na criação do município, mas também após a instalação do mesmo, no sentido de que essas práticas sistêmicas que envolvem relações de poder hierárquicas e desiguais continuam sendo uma realidade. Considera-se assim, a partir do estudo sobre a emancipação do município Luís Eduardo Magalhães, e sobre o coronelismo, que este ainda se manifesta em sua versão moderna.

Como agentes locais/regionais no processo de emancipação, houve forte influência da família Oliveira, principalmente, com Jusmari Oliveria e seu cônjuge Oziel Oliveira, sendo este o primeiro prefeito de Luís Eduardo Magalhães, e exercendo o cargo também entre os anos 2017 e 2020, período em que foram feitas as entrevistas e observações de campo da presente pesquisa.

A disputa do poder a partir do pleito eleitoral ocorria, principalmente, antes da emancipação, com as famílias: Moreira, nas figuras de Antônio Henrique de Souza Moreira e seu filho Antônio Henrique Júnior e sua cônjuge Antônia Pedrosa Pina, além de Saulo Pedrosa de Almeida, todos com forte influência no município de Barreiras, que deu origem ao município Luís Eduardo Magalhães; e a família Oliveira, nas figuras de Jusmari Oliveira e seu cônjuge Oziel Oliveira, com influência em ambos os municípios mas, principalmente, em Luís Eduardo Magalhães.

No processo de emancipação havia uma comissão formada por várias pessoas, mas podemos citar aqui: Teófilo Jerônimo, vereador de Barreiras na ocasião, sendo reeleito vereador, mas pelo novo município; Jacob Lauck, que assumiu diversos cargos públicos desde a emancipação, incluindo o cargo de secretário de planejamento; e a advogada Valdete Strech, que cuidou de toda parte burocrática. A nível estadual, o principal articular foi o então senador Antônio Carlos Magalhães.

Dessa forma, as relações de poder são evidenciadas a partir das famílias políticas e de sua influência local, ou mesmo regional e nacional, a partir de um sistema que envolve agentes das três esferas de governo: municipal, estadual e nacional, abrangendo os poderes legislativo e executivo.

O controle dos meios de comunicação cumpre o papel de divulgação das políticas públicas, mas apresentando somente a versão de quem governa, e não de

quem é governado, sendo assim um instrumento de poder e de controle. Busca inclusive, influenciar o comportamento dos municípios, incluindo-se as eleições municipais e também estaduais, já que há um jogo político entre essas esferas de governo, com a troca de favores para beneficiamento próprio, a partir de determinados interesses políticos e econômicos.

A questão regional é evidenciada a partir do jogo político entre as instâncias governamentais e os agentes das mais variadas escalas de poder, principalmente, local/regional e o estadual, ocorrendo ambos os processos aqui analisados, no sertão baiano, mas com dinâmicas bem diferentes no que diz respeito à economia e questões sociais; e em contextos distintos do federalismo brasileiro. A criação desses municípios, e as gestões públicas a partir daí, ainda estão longe de alcançar, a partir do exercício do poder político, uma justiça territorial distributiva.

Tempo e espaço se completam no percurso que não podemos deixar de falar quando tratamos da história política dos municípios aqui estudados, quais sejam, Luís Eduardo Magalhães, emancipado no ano 2000, e Barra do Mendes, criado em 1917 e restituído em 1958.

Ao analisar essas circunscrições administrativas, foi possível estabelecer uma relação entre esses e a história política do Brasil, com a influência ainda maior da história política da Bahia. As escalas espaciais e temporais são analisadas a partir de seus agentes locais: coronéis, intendentes, prefeitos... e entre os agentes políticos das mais variadas escalas que determinaram, ou pelo menos influenciaram, os rumos da política, e porque não dizer, da sociedade brasileira, a partir não somente da conotação política, mas de diversas vertentes, sem as quais o fato político não existiria, como as culturais e econômicas.

Em apenas um estudo não seria possível tratar de todas essas vertentes, e desde já se coloca aqui as lacunas deste trabalho, mas também a consideração de que somente o fato político não consegue explicar as relações que se teciam e ainda se tecem no interior das localidades e entre essas e as escolas estaduais e nacional; mas em se tratando de processos emancipatórios de municípios e da busca pela autonomia local a questão política foi colocada uma posição privilegiada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. Dossiê Nordeste Seco. Revista Estudos Avançados (USP), v. 13, n. 36, 1999, p. 6-59. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9474/11043>>. Acesso em: 09 fev. 2020.

ALENTEJANO, P. R. e ROCHA-LEÃO, O. O trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, nº 84, p. 51-67, jul. 2006.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. Mobilidade do Trabalho e reprodução do capital nos Cerrados Piauienses. Boletim Goiano de Geografia: Goiânia. V. 24, n. 1-2, jan./dez. 2004, p. 43-53.

_____. Mobilidade e Modernização nos Cerrados Piauienses: Formação Territorial no Império do Agronegócio. Tese (doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, 2006.

ANDERSON, George. Federalismo: uma introdução. Tradução: Ewandro Magalhães Jr., Fátima Guerreiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

ANDRADE, Manoel Correia de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2011 [publicação original em 1963].

ARAS, Lina Maria Brandão. As províncias do Norte: administração, unidade nacional e estabilidade política (1824 – 1850). In.: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja Cordeiro. Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos. João Pessoa – PB: Editora Universitária da UFPB. 2009. PP. 175 – 191.

ARENDT, Hannah. Sobre a violência. Tradução: André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARRETCHE, Marta T. S. Federalismo e Democracia no Brasil: a visão da ciência política norte-americana. São Paulo: em Perspectiva, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10369.pdf>>. Acesso em 08 jul. 2011.

ASSIS, Luiz Gustavo Bambini de. Criação de novos municípios: Alternativa ou erro? Revista Jurídica virtual, Presidência da República, Brasília, v. 8, n. 81, p. 01-13, out./nov. 2006. Disponível em: <encurtador.com.br/isBFX>. Acesso em: 31 jan. 2020.

AZEVEDO, Daniel Abreu de. Divisão municipal e o exercício da cidadania em espaços desiguais: os casos do Piauí e Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, P. 23-79.

BALTAR, Cláudia; BALTAR, Ronaldo. Debatendo a criação de municípios na contemporaneidade: considerações a partir da urbanização e da participação dos pequenos municípios no Brasil e no Paraná. GOT, Porto – Portugal, n.º 14, set. 2018, p. 71-107.

BARBOSA, Olympio. Horácio de Mattos: sua vida e suas lutas. 2ª ed. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2008.

BECKER, Bertha K. A crise do Estado e a Região – a estratégia da descentralização em questão. Revista Brasileira de Geografia (RBG). Rio de Janeiro, vol. 48, nº 1, jan./mar. 1986, p. 43-62.

_____. Questões sobre tecnologia e gestão do território nacional. In: _____ et al. Tecnologia e Gestão do Território. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: Avezedo, Cecília et alii. Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009, p.29-46.

BEZERRA, Marco Otávio. Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. 275 p.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do Oeste Baiano (1501-1827). Boletim Goiano de Geografia: Goiânia, v. 29, n. 1, p. 47-56, 2009.

_____. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). Geotextos: Salvador, vol. 6, n. 1, jul. 2010, p. 35-50. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1484/1/3163.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

_____. Um estado para o Oeste Baiano? Reflexões para o debate sobre discurso identitário e mitos fundadores do pretenso estado do (Rio) São Francisco. ACTA Geográfica: Boa Vista, vol. 08, nº 16, jan./mar. 2014, p. 10-21. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/actageo/article/view/1341/1478>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

_____. Questões emergentes para um (novo) temário da geografia política do Oeste Baiano. Redes. Revista do Desenvolvimento Regional: Santa Cruz do Sul, vol. 20, nº 3, set./dez. 2015, p. 382-407

BRASILEIRO, Ana Maria. O município como sistema político. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973. 124 p.

BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: História e ciências sociais. Lisboa: Editorial Presença, 1990 [Edição original em 1958], p. 7 – 39. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/artihcle/view/123422/119736>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BREMAEKER, François E. J. de. Despesas dos Municípios do Estado da Bahia com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2011 (Estudo Técnico Nº 241) – Associação Transparência Municipal (ATM–TEC). Salvador, fev. 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “A democracia brasileira” e “O Pacto que não houve”. In: _____. A construção política do Brasil. São Paulo: Editora 34, 2015, p. 279-294 e 343-370.

BRITO, Cristóvão de Cássio da Trindade. A Petrobrás e a gestão do território no recôncavo baiano. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2004.

_____. Algumas observações sobre o conceito de território. Revista *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n. 2, p. 115-131, jul./dez. 2005.

_____. A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo Baiano. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2008. 236 p.

_____. Do Espaço ao Território: A grande fábrica de calçados e o sindicato dos trabalhadores calçadistas em Ipirá (BA). In: FONSECA, Antônio Ângelo Martins da; BRITO, Cristóvão; LÉDA, Renato Leone Miranda (org.). Dinâmica da Reestruturação do Espaço Local e Regional no Estado da Bahia. Salvador-BA: JM Gráfica e Editora Ltda, 2010.

CAMMACK, Paul. O “coronelismo” e o “compromisso coronelista”: uma crítica. In: Cadernos do Departamento de Ciência Política. Minas Gerais: UFMG, n. 5, mar. 1979, p. 1 – 20. Disponível em: <ppgcp.fafich.ufmg.br/caderno/00026.PDF>. Acesso em: 24 jan. 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (Re)Produção do Espaço urbano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARNEIRO, Constança Sales Varela de Oliveira Martins. Limites do poder constituinte derivado reformador e a Emenda Constitucional nº 57/2008. Teresina: Jus Navigandi, 2010. Disponível em: <encurtador.com.br/gixX7>. Acesso em: 31 jan. 2020.

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de. Modelo para a Avaliação da Capacidade 161 de Gestão Municipal no Atual Contexto de Descentralização. In: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Salvador, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Scielo: Rio de Janeiro, 1997. Vol. 40, nº 2.

_____. Coronelismo. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/coronelismo>>. Acesso em 04 abr. 2020.

CASTRO, Iná Elias de. O mito da necessidade: Discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1992.

_____. O problema da escala. In: Geografia: conceitos e temas. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [Publicação original em 1995]. p. 117-140.

CEZAR, Temístocles. Tempo presente e usos do passado. In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; DA MATA, Sérgio (Org.). Tempo presente e uso do passado. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CHAGAS, Américo. O chefe Horácio de Matos. Salvador: Assembleia Legislativa do estado da Bahia, 2012.

CIGOLINI, Adilar Antônio. A fragmentação do território em unidades político-administrativas: análise da criação de municípios no estado do Paraná. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1999.

CINTRA FILHO, Darci de Farias. O caso Luís Eduardo Magalhães e o risco da admissão de uma constitucionalidade superveniente. Revista da Faculdade de Direito de Caruaru / Ascens – Vol.42, nº 1, Jan – Jun / 2010 – ISSN 2178-986X. Disponível em: <encurtador.com.br/horH4>. Acesso em: 16 fev. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. Rio de Janeiro: Ática, 1989.

_____. Espaço e tempo – um tributo a Maurício Abreu. Revista Cidades, v. 8, n. 14, 2011.

_____. Processos, formas e interações espaciais. Revista Brasileira de Geografia (RBG), Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 131 – 138, jan/jun. 2016.

_____. Tempo, Espaço e Geografia – um ensaio. Revista Brasileira de Geografia (RBG), Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 285 – 294, jan/jun. 2019.

COSTA, Fábio. O arsenal dos Coronéis Parte II. In: Seminário Cariri Cangaço. Ceará, 2014. Disponível em: < <http://cariricangaco.blogspot.com/2014/02/o-arsenal-dos-coroneis-parte-ii.htm>>. Acesso em: 10 maio 2021.

COSTA, Frederico – *gov. BA 1929 e 1930. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2010. Disponível em: <encurtador.com.br/yzlMS>. Acesso em: 16 out. 2020.

COSTA, Wanderley Messias da. Centralização e Gestão Democrática do Território: Uma oposição? In: BECKER, Bertha et al. Tecnologia e Gestão do Território. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. Pg.: 99-120.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil. Encontros da Civilização Brasileira. Vol. 9, 1979, p. 33 – 47.

CUNHA, Euclides. Os sertões. São Paulo, 1901. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000091.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2020.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O Estado Federal. São Paulo: Ática S. A., 1986.

DUTRA, Nivaldo Osvaldo. História: do Rio das Rãs ao Mangal - Comunidades Quilombolas do Baixo Médio São Francisco-Bahia. In: Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SP-UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Disponível em: <encurtador.com.br/degtA>. Acesso em: 21 fev. 2020.

EGLER, Claudio. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: Geografia: conceitos e temas. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [1995]. p. 207–238.

EGLER, C. A. G.; MATTOS, Margarida M. C. L.. Federalismo e gestão do território: as regiões integradas de desenvolvimento. In: V Encontro Nacional da ANPEGE - 2003, Florianópolis. ANPEGE - Contribuições Científicas. São Paulo: ANPEGE, 2003. p. 426-434.

ELEY, Geoff. “Nova política: novos tempos: a reconstrução da socialismo e da democracia”. In: _____. Forjando a democracia. A história da esquerda na Europa (1850-2000). São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 465-490.

FAGUNDES, Luciana. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Participação brasileira na Primeira Guerra Mundial. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <encurtador.com.br/cyRX9> Acesso em: 22 dez. 2020

FAORO, Raymundo. Os Donos Do Poder: Formação Do Patronato Político Brasileiro. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2012 [Publicação original em 1958] (Cap. V, Pg. 163-193 / Cap. VIII, Pg. 319-358 / Cap. IX, P. 361-386).

FIORI, José Luís. O Federalismo diante do desafio da globalização. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (org). A Federação em perspectiva: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995, p. 19-38.

FONSECA, Antônio Ângelo M. Instituição e desenvolvimento territorial: o desempenho municipal após a descentralização. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2005.

_____. Gestão do território em municípios da Bahia: um estudo comparativo. Salvador: GeoTextos, v. 7, nº 1, p. 59-81, jul. 2011.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaía. Usos e abusos da história oral. 8ª ed. Reimpressão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006 [Publicação original em 1996], p. 3-13.

FREIRE, Américo. Ensaio democráticos no Brasil contemporâneo: notas historiográficas. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, t. XLV, 2014, p. 439-455 – ISSN: 0870.4147. Disponível em: <encurtador.com.br/cmV04>. Acesso em: 30 jan. 2020.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Oeste da Bahia: formação histórico-cultural (primeira parte). In.: *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 181, maio/jun.1999.

FREITAS, Mario Teixeira de. A redivisão política do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948.

FRY, Peter. Nas redes antropológicas da escola de Manchester: reminiscência de um trajeto intelectual. V. 12, n. 27. *Revista Iluminuras*, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/20854/11987>

FUINI, Lucas Labigalini. Território e poder em Michel Foucault: propondo um diálogo com a Geografia. *Geografares, Vitória (ES)*, v. 27, p. 63-84. Out-Dez. 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/view/19128/14510>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas – Métodos*. São Paulo: Global, 1987.

GOLDMAN, Marcio; SANT'ANNA, Ronaldo dos Santos. Elementos para uma análise antropológica do voto. In: Moacir Palmeira e Marcio Goldman (org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996, p. 13 – 40.

GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil”. In: Rachel Soihet et alii. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Maud, 2005.

GOMES, Gustavo Maia & DOWELL, Maria Cristina Mac. *Descentralização Política, Federalismo Fiscal e Criação de Municípios: O que É Mau para o Econômico nem sempre é Bom para o Social*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA. Brasília, ISSN 1415-4765. Texto para discussão N° 706, p. 1 – 27, fev. 2000.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: *Geografia: conceitos e temas*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [1995]. p. 49 – 76.

GREGOLIN, Maria d Rosario Valencise. A análise do discurso: conceitos e plicções. *Revista Alfa*, São Paulo, 1995, p. 13-21. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3967/3642>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

GUERRA, Antônio Teixeira e GUERRA, Ignez Amélia L. Teixeira. Subsídios para uma nova divisão política do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 2, p. 169-208, 1960.

HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos” no Nordeste: Modernidade, desterritorialização e identidade. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, 1995.

HARVEY, David. A cidade e a justiça social. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. Tempo e espaço como fontes de poder social. In: *Condição pós-moderna*. 21ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011 [Edição original em 1989], p. 207 – 218.

_____. Desenvolvimentos Geográficos desiguais e direitos universais. In: *Espaços de esperança*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006 [Edição original: Edinburgh University press 2000], p. 105 – 131.

_____. O espaço como palavra-chave. Rio de Janeiro: *Revista em Pauta*. V. 13, n. 35, 2015, p. 126-152. Disponível em: <encurtador.com.br/vJLM6>2015. Acesso em: 09 fev. 2020.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. BRASIL/JAPÃO: Cooperação para o desenvolvimento dos Cerrados ou estratégia capitalista de ocupação capitalista das savanas? XVIII Encontro Nacional de Geógrafos: São Luís – MA, 2016, 13 p.

IZECKSOHN, Vítor. Escravidão, federalismo e democracia: a luta pelo controle do Estado nacional norte-americano antes da Secessão. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2003, p. 47-81. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi06/topoi6a2.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2017.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Reimpressão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006 [Publicação original em 1996], p. 42 – 62.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LACOSTE, Yves. Braudel geógrafo. In: _____ (org.). *Ler Braudel*. Campinas (SP): Papyrus, 1989, p. 175 – 219.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [publicação original em 1949].

_____. O Coronelismo e o coronelismo de cada um. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, v. 23, n. 1, 11-14, 1980.

LINS, Wilson. *O Médio São Francisco. Uma Sociedade de Pastores Guerreiros*. 3º ed. São Paulo: Nacional, 1983.

MAGALHÃES, P. I.; SILVA, R. S. C. da.; SILVA, V. M. Oeste baiano: Uma perspectiva histórica. In: UFOB. *Projeto Político-Pedagógico Institucional*. Barreiras:

2016, pp. 7-29. Disponível em: <encurtador.com.br/oxCD0>. Acesso: 27 de fevereiro de 2020.

MANN, Michael. O poder Autônomo do Estado: Suas origens, Mecanismos e Resultados. In: HALL, John A (org.). Os Estados na História. Tradução de: Paulo Vaz, Almir Nascimento e Roberto Brandão. Rio de Janeiro: Imago, 1992 (Introdução p. 163-204).

MARTIN, André Roberto. Dilemas do federalismo: entre o “estadualismo oligárquico” e o “regionalismo burocrático”. Perspectivas, São Paulo, v. 27, p. 55-68, 2005. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/21/14>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

_____. Como se constitui no Brasil a rede de “fronteiras internas”? Revista do Departamento de Geografia, v. 5, 2011. p. 73-83. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47106/50827>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

MARTINS, José De Souza. O Poder Do Atraso: Ensaios De Sociologia Da História Lenta. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Excurso: as temporalidades da História na dialética de Henri Lefebvre. In: _____. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Contexto, 2015, p. 97-108.

MARTINS, Mário Ribeiro. Coronelismo no antigo fundão de Brotas. 2ª ed. Goiânia-GO: KELPS, 2004.

MATTA, Paulo Magno da. O garimpo na Chapada Diamantina e seus impactos ambientais: uma visão histórica e suas perspectivas futuras. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <encurtador.com.br/bkr04>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MENDONÇA, Edizio. BARRA DO MENDES: Uma história de lutas. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2003.

MOREIRA, Ruy. A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOREIRA J., Orlando. A produção do espaço urbano em cidades pequenas de regiões não-metropolitanas: uma reflexão a partir de um estudo de caso. Belo Horizonte: XII Simpurb, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: _____. Culturas políticas na História: novos estudos (org.). Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-37.

MUNIZ, Antônio (Antônio Ferrão Muniz de Aragão) *dep. fed. BA 1912-1915; gov. BA 1916-1919; sen. BA 1921-1930. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2010. Disponível em: <encurtador.com.br/bceC0>, acesso em: 22 dez. 2020.

NASCIMENTO, Wagner Cipriano do.; HAYAKAWA, Ericson Hideki.; CURY, Mauro José Ferreira. Interferências Territoriais e Socioambientais na construção da hidrelétrica de Itaipu para os municípios de Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai). In: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor. Caderno PDE, volume 1, 2013. Disponível em: <encurtador.com.br/qDJ78>. Acesso em: 13 mar. 2020.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Permanência e mudança: para a reinvenção da política como prática e projeto. In: As possibilidades da política: idéias para a reforma do Estado. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1998.

NORONHA, Rudolf de. Emancipação Municipal: Transformações Espaciais da Divisão Político-Administrativa do Território Fluminense. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

NUNES, Edson. Gramática da Política o Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed; Brasília, DF: ENAP, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. A crise da Federação: da oligarquia à globalização. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (org). A Federação em perspectiva: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995.

OLIVEIRA, Maria Dalva Carneiro de. Transformações espaciais do processo de emancipação política no município de Riachão do Jacuípe – BA. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

OLIVEIRA, Arthur. A outra história de Itaipu. In: Interesse Nacional. Ano 5, n. 17, abr./jun., 2012. Disponível em: <file:///A:/Trabalho%20de%20tese/A%20outra%20história%20de%20Itaipu.pdf>. Acesso em: 13 mar., 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso. 8ª ed. São Paulo: Pontes, 2009.

PASSOS, A.L.O., ROCHA, S.S., HADLICH, G.M. Evolução do uso do solo e agronegócio na região oeste do Estado da Bahia. Revista: Caderno de Geociências, nº 7, maio 2010. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgeoc/article/viewFile/4083/2997>. Acesso em: 09 fev. 2020.

PEREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; DA MATA, Sérgio (Org.). Tempo presente e uso do passado. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. INOCÊNIO, Maria Erlan. O PRODECER (RE)VISITADO: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, jun. 2014, p. 1-22.

PINHO, José Ricardo Moreno. Escravos, quilombolas ou meeiros? Escravidão e cultura política no médio São Francisco (1830 – 1888). 2001. 119 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós – Graduação em História, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, 2001.

PINHO, José Antônio Gomes De. Reforma do Aparelho do Estado: Limites do Gerencialismo Frente Ao Patrimonialismo. Organizações E Sociedade. Nº 12. V. 5. Maio/Agosto 1998.

PINHO, José Antônio Gomes de.; SACRAMENTO, Ana Rita. Accountability: já podemos traduzi-la pra o português? Revista de Administração Pública (RAP). Rio de Janeiro 43(6):1343-1368, nov./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n6/06.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

PINTO, Georges José. Município, descentralização e democratização do governo. Caminhos de geografia. 3 (6), p. 01 a 21, jun. 2002.

PIRES DO RIO, Gisela Aquino; PEIXOTO, Maria Naíse de Oliveira. Superfície de regulação e conflitos de atribuições na gestão de recursos hídricos. Território, Laget-UFRJ, v. 10, p. 51-65, 2001.

PIRES DO RIO, Gisela Aquino. Trabalho de campo na (re) construção da pesquisa geográfica: reflexões sobre um tradicional instrumento de investigação. GEOgraphia (UFF), v. 13, p. 42-56, 2011.

_____. Gestão de Águas: um desafio geo-institucional. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 13, n. 1, págs. 3-23, jan-jun. 2017.

PORTO, M.F.; PACHECO, T.; LEROY, J.P. (Orgs). Injustiça ambiental e social no Brasil: o Mapa de Conflitos [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013, 306 p. Disponível em: <<https://corta.ai/1YI3>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1969.

_____. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano – Estrutura de Poder e Economia (1889/1930). Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RANCIÈRE, Jacques. Ódio à democracia. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 7-46 e 91-122.

RATZEL, Friedrich. “Geografia do homem (Antropogeografia)”. Organizado por Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Ática, 1990, p. 32-107. [publicação original em 1897].

RÊGO, André Heráclio do. Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder.

São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

ROCHA, Geraldo. O Rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil. 4ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

RODRIGUES, Juliana Nunes. Participação e cooperação nas escalas locais em dois modelos de estados: França e Brasil. In: CASTRO, Iná Elias; RODRIGUES, Juliana Nunes; RIBEIRO, Rafael Winter (org). Espaços da Democracia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Faperj, 2013.

_____. Políticas públicas e geografia: retomada de um debate. GEOUSP – Espaço e Tempo (online), São Paulo, v. 18, n. 1, 2014. Pg. 152-164.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história do político. São Paulo: Alameda, 2010.

SANTOS, Ana Rocha dos. A descentralização e (des)envolvimento local: o município na centralidade da gestão do território. In: SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos Santos (Org.). Leituras sobre a relação estado-capital-trabalho e as políticas de reordenamentos territoriais. Vitória da Conquista - BA: Edições UESB, 2010. Pg. 129-137

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: Santos, Boaventura de Souza (Org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2002.

SANTOS FILHO, Milton (Coord.). O processo de urbanização no oeste baiano. Recife (PE): SUDENE-DPG.PSU-URB, 1989.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. Metamorfose do espaço habitado. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Pablo Santana; SOUZA, Ueliton Basílio; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Agronegócio e mudanças espaciais: um estudo de caso do espaço barreirense. Caminhos de Geografia: Uberlândia, v. 16, n. 56, dez. 2015, p. 95-109. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/29549/17451>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

SANTOS. Suzy dos. E-Sucupira: o coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras. Ecompós, 2006. Disponível e: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/104>>. Acesso em: 09 maio 2021.

SCUSSEL, Maria Conceição Barletta. Emancipações no Rio Grande do Sul: o processo de criação de novos municípios e seu impacto em aspectos de qualificação do espaço urbano. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) -

Faculdade de arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

SERPA, Ângelo. O trabalho de Campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº 84, p. 7-24, jul. 2006.

_____. Territórios da Bahia: regionalização, cultura e identidade. Salvador: Edufba, 2015.

SILVA, Silvana Cristina da. A família de municípios do agronegócio: expressão da especialização produtiva no *front* agrícola. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

_____. A família de municípios do agronegócio como expressão da especialização das áreas de modernização agrícola do território brasileiro. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.32, v.2, p.305-336, ago./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.agbpp.dominiotemporario.com/doc/CPG32B-7.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

SILVEIRA, Caio. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In: DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio (orgs.). Políticas para o desenvolvimento local. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 41-65.

SOBRINHO, Joé de Sousa. O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, 2012. Disponível em: <encurtador.com.br/kBDT7>. Acesso em: 24 fev. 2020.

SOUZA, Alexis Sales de Paula e. A origem do Federalismo brasileiro. JusNavigandi, Teresina, ano 15, n. 2642, set. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/17486>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

SOUZA, Augusto Fausto de. Estudo sobre a Divisão Territorial do Brasil. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1988.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas públicas, In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

_____. Federalismo. In: MARTINS, Carlos Benedito & LESSA, Renato. Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política. ANPOCS: São Paulo, 2010.

SOUZA, Liandro Manoel de et al. Barra do Mendes: uma nova versão para sua fundação. Barra do Mendes: UNOPAR, 2014.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Geografia: conceitos e temas. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [Publicação original em 1995]. p. 77 - 116.

_____. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em Geografia. Revista Geographia, Niterói - RJ, vol. 4, n. 7, 2002, p. 1-5. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13423/8623>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

TAUIL, Roberto A. O ISS, a autonomia municipal e a lei complementar. Consultor Municipal, 2013.

TEIXEIRA, Luciana; DOWELL, Maria Cristina Mac & BUGARIN, Maurício. Consórcios intermunicipais de saúde: uma análise à luz da teoria dos jogos. Revista brasileira de economia, Rio de Janeiro, vol. 57, nº 1, jan./mar. 2003. Disponível em: <encurtador.com.br/hquB7>. Acesso em: 30 jan. 2020.

TOLEDO, Carlos de Almeida. A região das lavras baianas. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, 2008. Disponível em: <encurtador.com.br/cBGKW>. Acesso em: 21 nov. 2020.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. Federalismo, municípios e decisões legislativas: a criação de municípios no Rio Grande do Sul. Revista Sociologia e Política. Curitiba, vol. 24, pp. 123-148, 2005. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3720/2968>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

TOTH, Elba Moraes Rêgo. Chapada Diamantina – Rochas pré-cambrianas e pinturas rupestres do homem pleistocênico. Revista Clio Arqueológica, nº 12, 1997.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. 8ª ed. Reimpressão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006 [Publicação original em 1996], p. 233-245.

VALVERDE, Fellippe. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 15, p. 119-126, 2004.

VILLA, Marco Antônio. A história das Constituições brasileiras. São Paulo: Editores LTDA (grupo Leya), 2011. 116 p.

VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUEQUE, Roberto Cavalcante de. Coronel, coronéis: Apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 [publicação original em 1965].

WEBER, Florence. Princípios de métodos. In: Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções. Rio de Janeiro: GaramondLtda, 2009 (Tradução: Roberta Ceva) p. 13-36.

5.1. REFERÊNCIAS DIGITAIS / DOCUMENTAIS

Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA). Serviços, Barreira – BA, 2021. Disponível em: <<http://aiba.org.br/servicos/>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

_____. Bahia Farm Show 2020 é lançada na Fenagro, em Salvador. AIBA. Barreiras – BA, 27 nov. 2019. Disponível em: <<http://aiba.org.br/noticias/bahia-farm-show-2020-e-lancada-na-fenagro-em-salvador/#.XnpVP4hKjIU>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

_____. Comunicado importante. AIBA. Barreiras – BA, 01 abr. 2020. Disponível em: <<http://aiba.org.br/noticias/comunicado-importante/#.XnpWh4hKjIU>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

BAIANO era o último dos coronéis. O tempo, Belo Horizonte – MG, 20 jul. 2007. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/baiano-era-o-ultimo-dos-coroneis-1.281553>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

BAHIA. Programa de Desenvolvimento dos Cerrados. PRODECER. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), 1985.

_____. Procuradoria Especializada Administrativa. Processo nº SEPLANTEC-205/87. Salvador, 06 jun. 1988.

_____. Subgerência de Limites. Avaliação do relatório da GRN. Salvador, 17 jan. 1990.

_____. Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA). Lei Estadual nº 7.619 de 30 de março de 2000, cria o município Luís Eduardo Magalhães. Salvador (BA), 2000.

_____. Lei nº 7.993 de 02 de janeiro de 2002. Salvador (BA), 2002. Disponível em: <<encurtador.com.br/kFJQ8>>. Acesso em: 08 maio 2021.

_____. Ação direta de inconstitucionalidade 2.240-7 da Lei nº 7.619/2000, do Estado da Bahia, que criou o município de Luís Eduardo Magalhães. Salvador (BA), 09 maio 2007. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=474616>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

_____. Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA). Deputados Estaduais e ex-deputados. Salvador (BA), 2020. Disponível em: <<https://www.al.ba.gov.br/deputados/deputados-estaduais>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

BONFIM, Lula; ARRAZ, Lucas. Esquema em Barra do Mendes desviou mais de R\$ mil em contratações fantasmas. Bahia Notícias (BN) Municípios, 2020. Disponível em: <<encurtador.com.br/krAEQ>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BITTENCOURT, Mário. Sonhando em ser grande: distritos baianos querem aprovação de lei para virar municípios. Jornal Correio. 05 jul. 2018. Disponível em:

<encurtador.com.br/cgW08>. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRAGA, Teodomiro. A fortuna de ACM. O tempo, Belo Horizonte, 15 mar. 2008. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/opiniaio/teodomiro-braga/a-fortuna-de-acm-1.220501>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brazil de 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Lei de 1º de outubro de 1828. Disponível em: <encurtador.com.br/mBCHJ>. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm> Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Emenda constitucional de 3 de setembro de 1926. Disponível em: <encurtador.com.br/grIT4>. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932 (Código Eleitoral). Disponível em: <encurtador.com.br/bkzW3>. Acesso em: 05 ago. 2020.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1934. (1934a). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm> Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Decreto nº 24.497, de 29 de junho de 1934. (1934b). Disponível em: <encurtador.com.br/tzBF2>. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1967. (1967a). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm> Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967. (1967b). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp01.htm>. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Emenda Constitucional Nº 15 de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc15.htm>. Acesso em: 09 fev. 2020.

_____. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Projeto de Lei do Senado Nº 98 de 2002. (2002a). Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/50089>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Agência de Cooperação Internacional do Japão. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados. Estudo de Avaliação Conjunta – Relatório Geral, Nº 48. Brasília, janeiro de 2002. (2002b). Disponível em: <http://open_jicareport.jica.go.jp/pdf/11685989_01.PDF>. Acesso em: 25 fev. 2020.

_____. Supremo Tribunal Federal - STF. Ação direta de inconstitucionalidade: ADI 2702 PR. 2003. Disponível em: <encurtador.com.br/fjtG8>. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm>. Acesso em: 22 nov. 2012.

_____. Ação direta de inconstitucionalidade: ADI 3682 MT. 2007. (2007a). Disponível em: <encurtador.com.br/kwEF7>. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007. (2007b). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6017.htm>. Acesso em: 09 fev. 2020.

_____. Parecer nº 1.052, de 2008. (2008a). Redação final do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 – Complementar. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/14104.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Emenda Constitucional nº 57, de 18 de dezembro de 2008. (2008b). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc57.htm>. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014. 393 p. Disponível em: <encurtador.com.br/ewxMV>. Acesso em: 19 mar. 2020.

_____. Projeto de Lei do Senado Nº 104 de 2014. Disponível em: <<http://encurtador.com.br/ckEHO>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Projeto de Lei do Senado Nº 199, de 2015 (Complementar). Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120554>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Câmara dos Deputados. Relatório da Comissão Externa do Endividamento do Setor Agrícola. Coordenador: Jerônimo Goergen. Relator: Evandro Roman. 2018. Disponível em: <<file:///A:/Trabalho%20de%20tese/REL-1-2018-CEXAGRIC.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

_____. Lei Complementar nº 195 de 17 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/138196>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

Centro de Estatísticas e Informações (CEI). Informação para o processo Nº 3205/87. Parecer Nº 14/87. Assunto: Limites intermunicipais: Ibipeba/Barra do Mendes. Salvador, 15 mar. 1988.

_____. Centro de Estatísticas e Informações (CEI). Limites intermunicipais: Ibipeba/Barra do Mendes. Salvador, 04 jul. 1989.

COURA, Kalleo. Luís Eduardo Magalhães: terra em alta. Revista VEJA. 20 maio 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/luis-eduardo-magalhaes-terra-em-alta/>> Acesso em: 19 out. 2019.

PELEGI, Alexandre. ANTT aprova estudos para subconcessão de parte da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL). DIÁRIO DO TRANSPORTE. 31 out. 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/ahQ57>. Acesso em: 22 fev. 2020.

DINIZ, Jose Alexandre Felizola. A área centro-ocidental do Nordeste. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 1982.

DINIZ, Mariana. Colniza: um retrato do desmatamento. Empresa Brasil de Comunicação (EBC), 2020. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/especiais/colniza-0>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

DO VALE, Franciele. Área plantada de soja tem crescimento de mais de 500% no vale do Jamari, RO. G1 RO, 21 mar. 2015. Disponível em: <encurtador.com.br/tFLSY>. Acesso em: 01 abr. 2020.

CPDOC. Era Vargas 1º tempo – dos anos 20 a 1945. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2010. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

G1BAHIA. Seis anos após início, obras de construção da FIOL no oeste da BA não chegam a 30% do previsto. Publicado em: 09 out. 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/aizl1>. Acesso em: 22 fev. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 1960. VII Recenseamento Geral do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t8_ba.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Censo Demográfico 1970. Bahia. VIII Recenseamento Geral, 1970. Série Regional, V. 1. Tomo XIII. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t13_ba.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Censo Demográfico. Dados Distritais - Bahia. IX Recenseamento Geral do Brasil 1980. v1 - T3 - N°13 - Bahia. Rio de Janeiro, 1980. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/71/cd_1980_v1_t3_n3_am.pdf>. Acesso em 14 set. 2012.

_____. Censo Demográfico 1991: Características da população e dos domicílios. Bahia. N°17. p.:1-600. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/78/cd_1991_n22_familias_domicilios_pr.pdf>. Acesso em: 25 maio 2011.

_____. Censo Demográfico 2000: Características da população e dos domicílios. p.1-520. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 05 out. 2011.

_____. Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Cidades. Município de Barra do Mendes (BA), 2019a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barra-do-mendes/panorama>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

_____. Cidades. Município de Luís Eduardo Magalhães (BA), 2019b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/luis-eduardo-magalhaes/panorama>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

_____. Cidades. Município de Barreiras (BA), 2019c. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>>. Acesso em 29 jan. 2020

_____. Cidades. Município de Ipiranga do Norte (MT), 2019d. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/ipiranga-do-norte/panorama>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

_____. Cidades. Armação dos Búzios (RJ), 2019e. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/armacao-dos-buzios/panorama>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

_____. Cidades. Município de Colniza (MT), 2019f. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/colniza/panorama>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Chapada Diamantina – Lençóis (BA). Programa Monumenta, 2008, 80 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Chapada_Diamantina.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2020.

LOBATO, Elvira. Família de ACM controla 5 emissoras. Folha de São Paulo, São Paulo, 5 set. 1995. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/05/brasil/28.html>>, Acesso em: 22 mar. 2020.

MENDONÇA, Eduardo Teixeira; SOUSA, Liandro Manoel de. Barra do Mendes... Rua Juracy Magalhães, contada e recontada! Fatos históricos. Fotografias. 2012. Disponível em: <<http://historiadebarradomendes.blogspot.com/2012/03/fatos-historicos.html>> Acesso em: 22 abr. 2021.

PREFEITURA DE BARRA DO MENDES. Carta ao Secretário de Planejamento, Ciência e Cultura, Salvador, em 23 de dezembro de 1987, Barra do Mendes, 1987a.

PREFEITURA DE BARRA DO MENDES. Carta ao Secretário de Planejamento, Ciência e Cultura, Salvador, em 16 de julho de 1987, Barra do Mendes, 1987b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS (BA). Lei nº 422/98, de 17 de novembro de 1998 (Modifica a denominação do Distrito de Mimoso do Oeste e dá outras providências). Barreiras, 1998. Disponível em: <<http://camara.barreiras.mtransparente.com.br/admin/data/LEI251016090125.pdf>>. Acesso em 16 fev. 2020.

ROSANI, Jaqueline. Araquari é a cidade que mais cresce no estado. Governo de Araquari, em 29 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.araquari.sc.gov.br/noticia/3338/araquari-e-a-cidade-que-mais-cresce-no-estado>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

SAMPAIO, Consuelo Novais. Correio da Bahia. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1984. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-bahia>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

SCHNEIDER, Alan. Instalação de penitenciárias aumenta população de Balbinos, SP, em 237%. G1 Bauru e Marília, 19 abr. 2014. Disponível em: <encurtador.com.br/jAFSY>. Acesso em: 01 abr. 2020.

SILVA, Cleide. Nordeste enfrenta maior seca em 100 anos. Jornal “A tarde”, 09 jan. 2017. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1829380-nordeste-enfrenta-maior-seca-em-100-anos>>. Acesso em: 09 fev. 2020.

Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia – SEI. Evolução

Territorial e Administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico. Salvador, 2001.

_____. Mapa da Bahia. Mapa físico do município Barra do Mendes. Salvador: 2015.

_____. Mapa: Regiões Econômicas – Estado da Bahia, Salvador (BA), 2021a.

_____. Mapa: Territórios de Identidade – Estado da Bahia, Salvador (BA), 2021b.

_____. Mapa descritivo do município Luís Eduardo Magalhães (BA), 2016.

Disponível em:

<http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/municipal/mapa_descritivo_2919553_1.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

TRE-BA - Tribunal Regional Eleitoral – BA, 2020. Disponível em: <<https://www.tre-ba.jus.br/>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

TV Bahia e G1 BA. Prefeito de Barra do Mendes usa cinto para agredir moradores que protestavam na frente da casa dele na Bahia. G1 Bahia, 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/vET78>. Acesso em: 10 dez. 2020.

5.2. CAMPO / ENTREVITAS:

ALMEIDA, Ignez Pitta. Entrevista nº 08 - concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de campo, abr. de 2017.

CARDOSO, Altemar. Fotógrafo, 2020. Figura 12 – Centro de Tradições Gaúchas (CTD), Luís Eduardo Magalhães, 2020.

CARDOSO, Altemar. Fotógrafo, 2020. Figura 50 - Rádio Cidade, Luís Eduardo Magalhães (BA), 2020.

BARRETO, Hildete Miranda Lima. Entrevista nº 25 – Concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de Campo, Irecê, 03 de maio de 2017.

BOSA, Cleidinei Roseli. Entrevista nº 14 - concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de campo, abr. de 2017.

CAPIBERIBE, João Alberto Rodrigues. Entrevista nº 31 – concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de campo, maio de 2017.

CARVALHO, Valber. Entrevista nº 07 - concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de campo, abr. de 2017.

COROA, Bira. Entrevista nº 01 - concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de campo, abr. de 2017.

LAUCK, Jacob. Entrevista nº 29 - concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de campo, maio de 2017.

LENA, Eduardo Vencato. Entrevista nº 13 – concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de campo, abr. de 2017.

LUQUINI, Rita. Entrevista nº 06 - concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de campo, abr. de 2017.

MENDONÇA, Eduardo Teixeira. Entrevista nº 18 - concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de campo, 1º de maio de 2017.

MATOS, Wanderley Rosa Matos. Entrevista nº 28 – Concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de Campo, Brotas de Macaúbas, 04 de maio de 2017.

MOTTA, Teófilo Jerônimo Penno da Silva. Entrevista nº 15 - concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de campo, abr. de 2017.

NUNES, Armênio Sodré. Entrevista nº 23 – Concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de Campo, Barra do Mendes, 05 de maio de 2017.

OLIVEIRA JÚNIOR, Litecílio Nunes de. Entrevista nº 27 – Concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de Campo, Brotas de Macaúbas, 04 de maio de 2017.

OLIVEIRA, Jusmari Terezinha de Souza. Entrevista nº 32 - concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de campo, maio de 2017.

OLIVEIRA, Oziel Alves. Entrevista nº 30 - concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de campo, maio de 2017.

STAHLKE, Luís. Entrevista nº 12 - concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de campo, abr. de 2017.

SANTOS, Manoel Gabriel dos. Entrevista nº 24 – Concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de Campo, Barra do Mendes, 02 de maio de 2017.

SOUZA, Gilmar Almeida. Entrevista nº 09 - concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de campo, abr. de 2017.

SOUSA, Liandro Manoel de. Entrevista nº 16 - concedida a Kátia Rocha Almeida. Trabalho de campo, 30 de abril de 2017.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Entrevista com os agentes locais, regionais e nacionais dos processos de emancipação dos municípios pesquisados



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG



Pesquisa de doutorado: **O PODER LOCAL NO FEDERALISMO BRASILEIRO: os processos de emancipação dos municípios Luís Eduardo Magalhães e Barra do Mendes (Bahia)**

Discente: Kátia Rocha Almeida

Orientador: Claudio Antônio Gonçalves Egler

Entrevista com os agentes locais, regionais e nacionais dos processos de emancipação dos municípios pesquisados

Entrevista nº ____ Entrevistadora: Kátia Rocha Almeida Município: _____

Data: ____/____/____. Dia da semana: _____ Hora: _____

I - PERFIL DOS AGENTES POLÍTICOS, SOCIAIS E/OU ECONÔMICOS E PARTICIPAÇÃO NA EMANCIPAÇÃO

Nome: _____ Idade: _____

Fone: (77) _____ - _____ ou () _____ - _____ E-mail: _____

A) Local de nascimento (distrito/município)

B) Local de moradia:

C) Grau de escolaridade:

D) O que fazia profissionalmente e politicamente no período em que se dá processo de emancipação do município, e qual o seu papel nesse processo?

E) Qual a sua profissão / atuação atualmente? Onde?

F) O que mudou para o(a) senhor(a) pessoalmente e profissionalmente com a emancipação do distrito, e como isso contribuiu para a melhoria do novo município?

APÊNDICE A (Cont.) – Entrevista com os agentes locais, regionais e nacionais dos processos de emancipação dos municípios pesquisados

II - PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

1) Quais as pessoas mais envolvidas no processo de emancipação? Dentre essas, quais eram a favor e quais eram contra? Qual era o papel dessas pessoas na localidade? (Incluindo pessoas / agentes do município de origem, e também a nível estadual, regional e nacional).

2) Quais os argumentos daqueles que eram a favor da emancipação?

3) Quais os argumentos dos que eram contra a emancipação?

4) O Senhor(a) era a favor ou contra o processo de emancipação? Por quê?

5) Se era a favor, conhecia e/ou buscava se articular com agentes das demais esferas de governo para alcançar a emancipação? Quais eram esses agentes? Como se dava essa articulação? (Esta pergunta pode ser relacionada a terceiros, contra ou a favor dos processos).

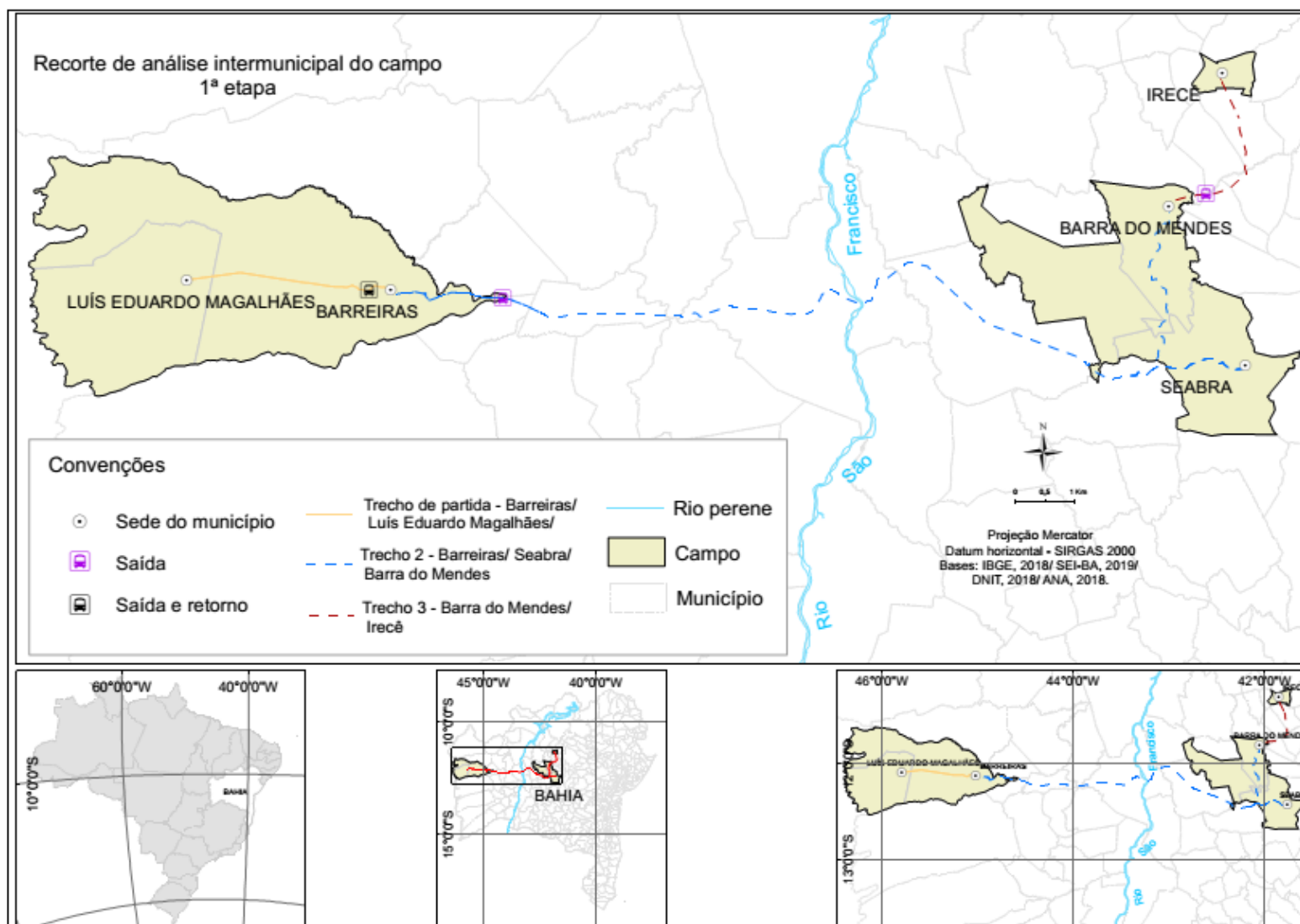
6) Houve negociação com relação aos cargos públicos a serem exercidos no novo município? Como se deu essa negociação? Quais foram os mais beneficiados? Por quê?

7) Como era a localidade antes da criação do município? Em sua opinião, a emancipação foi favorável para a localidade? Houve mudanças com a emancipação? Quais? Justifique.

8) Em sua opinião, houve uma relação entre o coronelismo e a emancipação do município de Barra do Mendes? De que forma? (Pergunta somente para o município de Barra do Mendes).

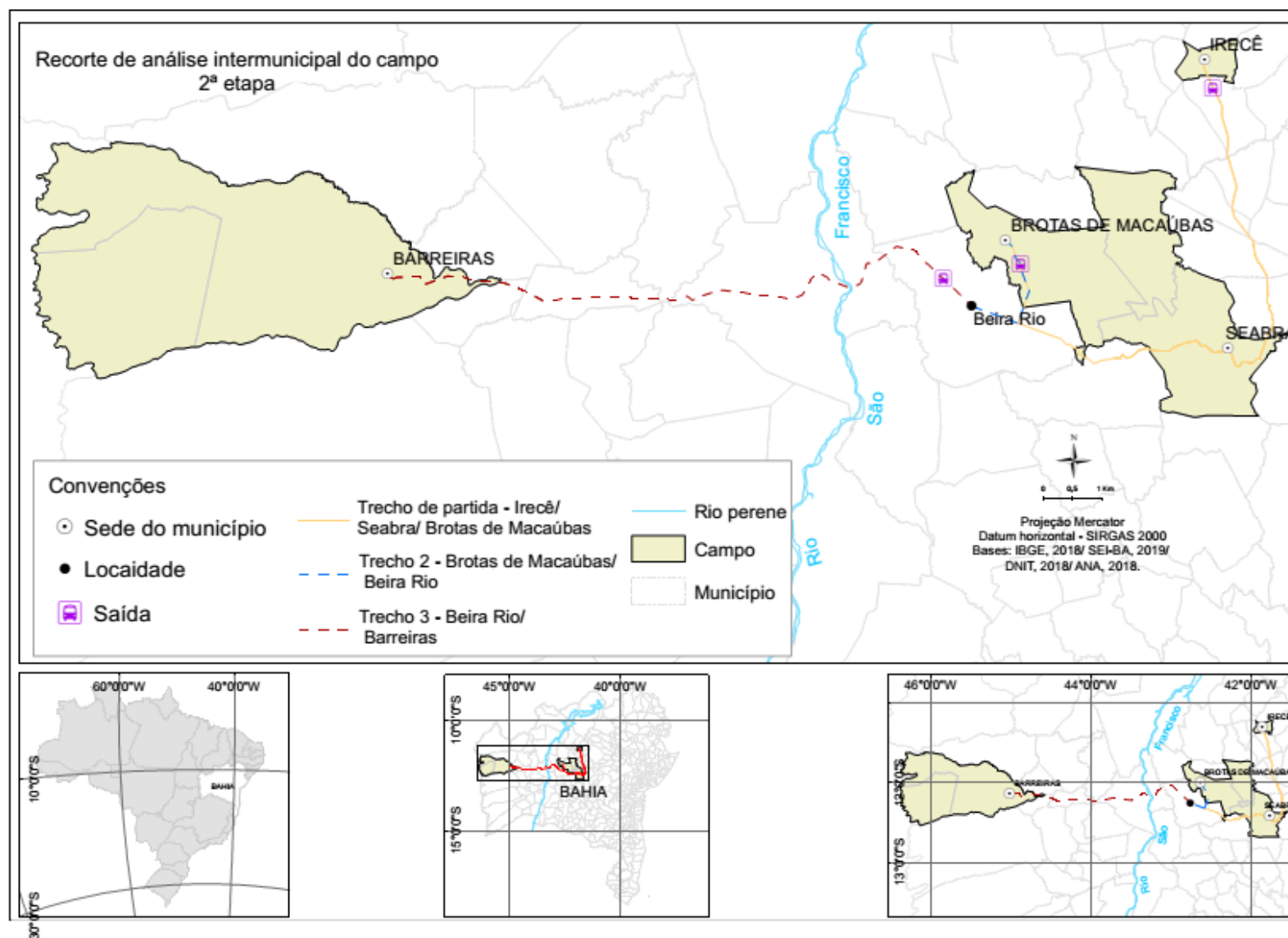
ANEXOS – TRABALHO DE/NO CAMPO

Anexo A - Recorte de análise Intermunicipal do campo – 1ª etapa



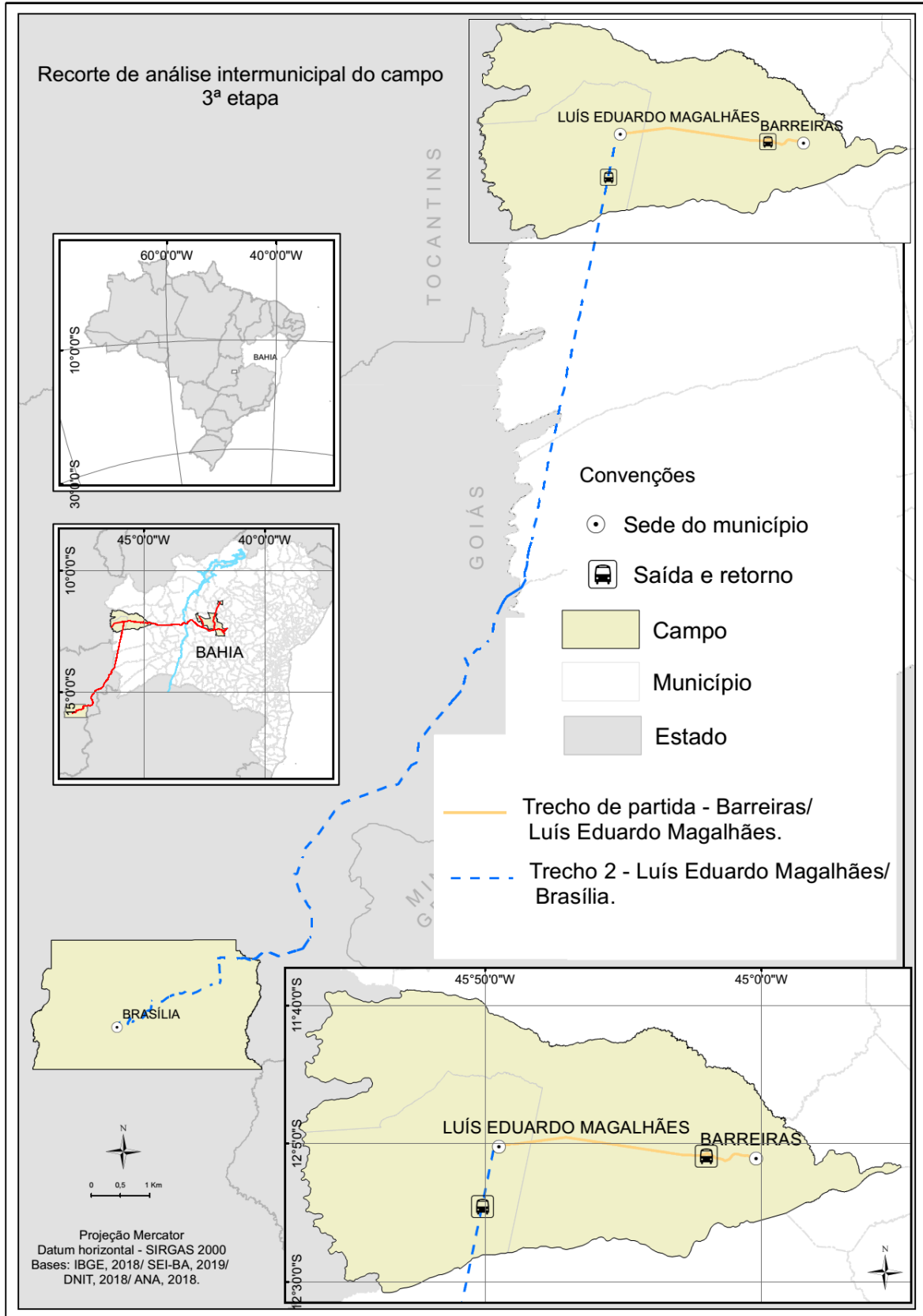
Fonte: Fonte: Organizado por Kátia R. Almeida, com base no trabalho de campo, 2017.

Anexo B - Recorte de análise Intermunicipal do campo – 2ª etapa



Fonte: Fonte: Organizado por Kátia R. Almeida, com base no trabalho de campo, 2017.

Anexo C - Recorte de análise Intermunicipal do campo – 3ª etapa



Fonte: Fonte: Organizado por Kátia R. Almeida, com base no trabalho de campo, 2017.

Anexo D – Projeto de criação do município de Mimoso do Oeste

Salvador ● Quinta-feira
1º de dezembro de 1994
Ano LXXIX ● Nº 15.797

19

REQUERIMENTO Nº 3.361/94

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Legislativa da Bahia

Projeto de Criação do Município de Mimoso do Oeste, desmembrado do de Barreiras.

Com fundamento no artigo 208 do Regimento Interno, requero a Vossa Excelência que seja iniciada a tramitação da presente proposta de criação do Município de Mimoso do Oeste, a ser desmembrado do de Barreiras.

Para fins de requisição de informações ao IBGE, aCERCA DA população atualizada, integram a área desmembrada os setores números 050, 051, 052, 054, 055, 056, 057, 058, 059, 060, 061, 064, cuja população em 1993, expressava 8.636 pessoas. Adicionando-se o percentual de crescimento, a população da área já ultrapassa os 9.000 habitantes, população suficiente para emancipação do Distrito de Mimoso do Oeste.

Em anexo:

- A. Representação de 603 (seiscentos e três) eleitores da área proposta para desmembramento, com as firmas reconhecidas;
- B. Perfil do Mimoso do Oeste;
- C. Mapa do futuro Município;
- D. Memorial Descritivo dos limites do município
- E. Certidão da Justiça Eleitoral;
- F. Certidão da FIBGE;
- G. Declarações de empresas e xerox de parte dos impostos recolhidos nos anos de 1992 e 1993 por algumas empresas.

A Sede do município será em MIMOSO DO OESTE, que corresponde ao nome do município.

PROPOSTA DE LIMITES:

- I - AO NORTE com o município de RIACHÃO DAS NEVES, na divisa municipal ora existente, iniciando do ponto "00" na Serra Geral, divisa com o Estado de TOCANTINS, seguindo pelo Rio Branco no seu leito natural até o ponto "01", distante em linha reta do ponto "00" 65km (sessenta e cinco) quilômetros.

Anexo E – Lei nº 7.619 de 30 de março de 2000, que cria o município de Luís Eduardo Magalhães, desmembrado de Barreiras.

10 Salvador • Sexta-feira
31 de março de 2000
Ano LXXXIV • Nº 17.360

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEIS

LEI Nº 7.619 DE 30 DE MARÇO DE 2000

Cria o município de Luís Eduardo Magalhães, desmembrado do município de Barreiras.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o município de Luís Eduardo Magalhães, decorrente do desmembramento do atual distrito de Luís Eduardo Magalhães e parte do distrito Sede, do município de Barreiras.

Art. 2º - O Município ora criado é constituído de um único distrito e será sediado na localidade do mesmo nome.

Art. 3º - O município de Luís Eduardo Magalhães terá os seguintes limites:

COM O MUNICÍPIO DE BARREIRAS – começa no divisor de águas entre as bacias dos rios Tocantins e São Francisco (coord. UTM 0350000 E e 8667700 N); daí em reta à nascente do córrego denominado Sanguessuga (coord. UTM 0374900 E e 8669800 N), pelo talvegue deste abaixo até a sua foz no rio denominado Rio de Janeiro (coord. UTM 0397100 E e 8688250 N), pelo qual desce até a confluência com o rio denominado Rio das Balsas (coord. UTM 0428000 E e 8682900 N); daí em reta à confluência do rio denominado Rio do Borá, com o rio denominado Rio de Ondas (coord. UTM 0419050 E e 8637500 N), de onde se dirige em reta ao ponto situado no divisor de águas entre as bacias dos rios denominados Rio de Ondas e Rio das Fêmeas, nas coord. UTM 0416900 E e 8627850 N, nos limites com o município de São Desidério.

COM O MUNICÍPIO DE SÃO DESIDÉRIO – começa no ponto de coord. UTM 0416900 E e 8627850 N, situado no divisor de águas entre as bacias dos rios denominados Rio de Ondas e Rio das Fêmeas; segue por este até o ponto de encontro com o divisor de águas da Serra Geral, entre as bacias dos rios São Francisco e Tocantins (coord. UTM 0374600 E e 8617400 N), nos limites com o estado do Tocantins.

COM O ESTADO DO TOCANTINS – começa no ponto situado no encontro dos divisores de águas das bacias dos rios denominados Rio de Ondas e Rio das Fêmeas (coord. UTM 0374600 E e 8617400 N) com o divisor das bacias dos rios São Francisco e Tocantins, segue por este (sentido norte) até o ponto situado nas coord. UTM 0350000 E e 8667700 N, nos limites com o município de Barreiras.

Art. 4º - Enquanto não instalada Comarca no novo município, integrará este a Comarca de Barreiras.

Art. 5º - A instalação do município de Luís Eduardo Magalhães dar-se-á em 1º de janeiro do ano subsequente ao das eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

Art. 6º - Os Vereadores eleitos para a primeira legislatura elaborarão, no prazo de seis meses, a Lei Orgânica do Município.

Art. 7º - Instalado o Município, o Prefeito encaminhará à Câmara Municipal, no prazo de sessenta dias, projeto de lei orçamentária, que será votado no prazo máximo de 40 (quarenta dias).

Art. 8º - O Município de origem administrará o novo Município até a sua instalação, obrigando-se a manter, integralmente, todos os serviços existentes até à data da consulta plebiscitária, caracterizando infração político-administrativa a inobservância do disposto neste artigo.

Parágrafo único - Os próprios municipais situados no território desmembrado passarão ao domínio do novo município, na data de sua instalação, independentemente de indenização ao município de origem.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 30 de março de 2000.

CÉSAR BORGES
Governador

Sérgio Ferreira
Secretário de Governo

Luiz Antonio Vasconcellos Carreira
Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia

Anexo F – Limites intermunicipais do município Luís Eduardo Magalhães
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA-SEI
GERÊNCIA DE RECURSOS NATURAIS - GERN

ARQUIVO LIMITES INTERMUNICIPAIS

MUNICÍPIO: LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

CÓDIGO: XXXX

1 LEGISLAÇÃO

1.1 LEI DE CRIAÇÃO: nº 7.619 de 30/03/2000. D.O. de 31/03/2000.

1.2 LEI VIGENTE: nº 7.619 de 30/03/2000. D.O. de 31/03/2000.

1.2.1 TEXTO DA LEI VIGENTE:

LIMITES

COM O MUNICÍPIO DE BARREIRAS: começa no divisor de águas entre as bacias dos rios Tocantins e São Francisco (coord. UTM 0350000 E e 8667700 N); daí em reta à nascente do córrego denominado sanguessuga (coord. UTM 03749000 E e 8669800 N), pelo talvegue deste abaixo até a sua foz no rio denominado Rio de Janeiro (coord. UTM 0397100E e 8688250 N), pelo qual desce até a confluência com o rio denominado Rio das Balsas (coord. UTM 0428000 E e 86829000 N); daí em reta à confluência do rio denominado Rio do Borá, com o rio denominado Rio de Ondas (coord. UTM 0419050 E e 8637500 N), de onde se dirige em reta ao ponto situado no divisor de águas entre as bacias dos rios denominados Rio de Ondas e Rio das Fêmeas, nas coord. UTM 0416900 E e 8627850 N, nos limites com o município de São Desidério.

COM O MUNICÍPIO DE SÃO DESIDÉRIO: começa no ponto de coord. UTM 0416900 E e 8627850 N, situado no divisor de águas entre as bacias dos rios denominados Rio de Ondas e Rio das Fêmeas; segue por este até o ponto de encontro com o divisor de águas da Serra Geral, entre as bacias dos rios São Francisco e Tocantins (coord. UTM 0374600 E e 8617400N), nos limites com o estado de Tocantins.

COM O ESTADO DO TOCANTINS: começa no ponto situado no encontro dos divisores de águas das bacias dos rios denominados Rio de Ondas e Rio das Fêmeas (coord. UTM 0374600 E e 8617400N) com o divisor das bacias dos rios São Francisco e Tocantins, segue por este (sentido norte) até o ponto situado nas coord. UTM 0350000 E e 8667700 N, nos limites com o município de Barreiras.

Anexo G – Lei nº 1203, de 21 de julho de 1917, que eleva à categoria de vila e município a povoação e Barra do Mendes, desmembrada de Brotas de macaúbas.

LEI N. 1203, DE 21 DE JULHO DE 1917

Eleva á cathegoria de villa e municipio a povoação da Barra do Mendes, do municipio de Brotas de Macahúbas.

Eu, Coronel Frederico Augusto Rodrigues da Costa, Presidente do Senado do Estado da Bahia:

Faço saber que a Assembléa Geral decretou e eu promulgo a seguinte lei:

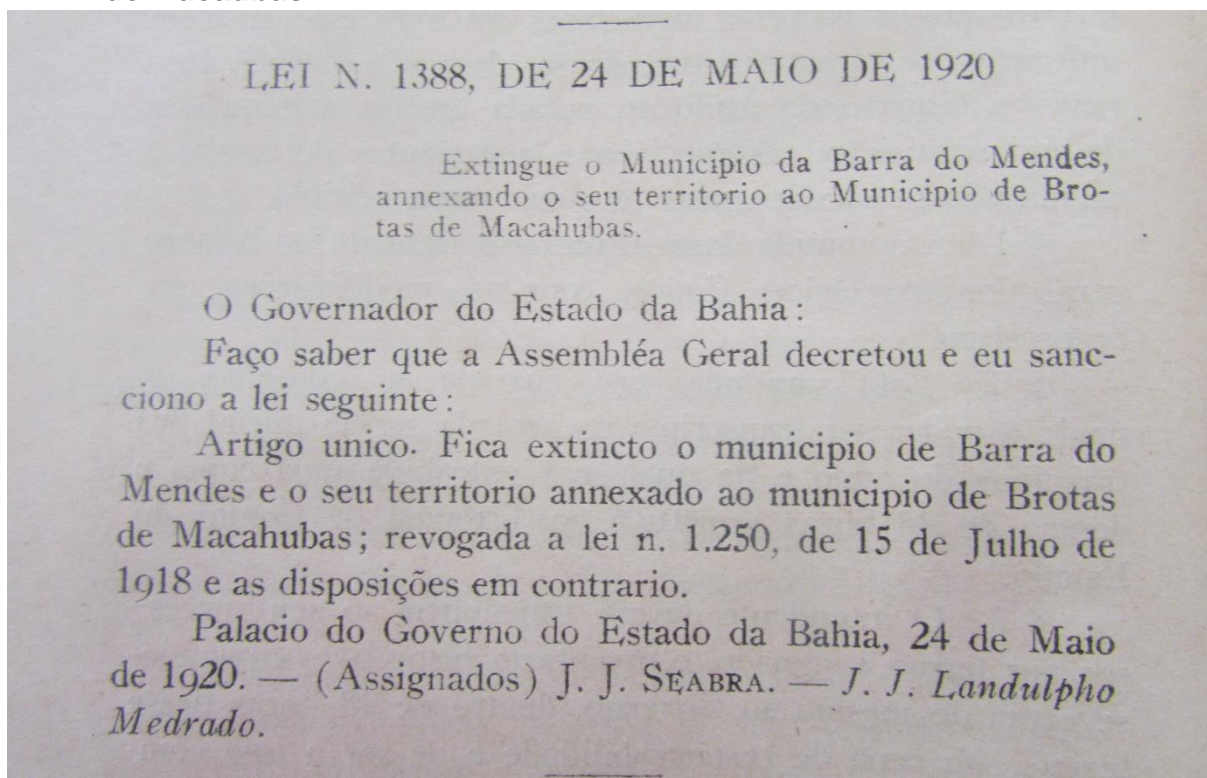
Art. 1º. Fica elevada á cathegoria de villa e municipio a povoação da Barra do Mendes, do Municipio de Brotas de Macahúbas.

Art. 2º. Os limites do municipio serão os dos districtos das subdelegacias da Barra do Mendes, Jordão e Morpará.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução desta lei pertencerem que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente, como nella se contem.

Senado do Estado da Bahia, em 21 de Julho de 1917.—(Assignado) FREDERICO AUGUSTO RODRIGUES DA COSTA.

Anexo H – Lei nº 1388, de 24 de maio de 1920, que extingue o município de Barra do Mendes, anexando o seu território ao município de Brotas de Macaúbas.



Anexo I – Jornal A TARDE, de 28 de maio de 1920, nº 2.785 - Relaciona a extinção do município de Barra do Mendes à nomeação do Coronel Horário de matos ao cargo de delegado regional ao município de Dr. Seabra, antigo Campestre.



Anexo J – Limites intermunicipais de acordo a Lei nº 1.034 de 14 de agosto de 1958, que restabelece/restaura o município de Barra do Mendes, desmembrado do de Brotas de Macaúbas.

3 – MRH-135 – CHAPADA DIAMANTINA SETENTRIONAL

3.1 – MUNICÍPIO DE BARRA DO MENDES

Lei Estadual n. 1.203, de 21.07.1917 (Lei de Criação)

Limites de acordo com a Lei Estadual de Restauração n. 1.034, de 14.08.1958; D.O. 17.08.58; restabelece o município de BARRA DO MENDES, desmembrado do de Brotas de Macaúbas.

■ **Municipais:**

Com o município de Gentio do Ouro: começa na foz do rio Guariba, no rio Verde; daí em reta até o marco no lugar Muriçoca; prosseguindo ainda em reta até a foz do riacho Catuaba, na vereda de Romão Gramacho ou rio Jacaré.

Com o município de Seabra: começa na vereda de Romão Gramacho ou rio Jacaré, na foz do riacho Catuaba, pelo qual sobe até sua nascente, na serra do mesmo nome; continua pelo divisor de águas desta serra até alcançar a cachoeira dos Milagres; prossegue pelos divisores conhecidos com os nomes de serra do Morro do Fogo ou Chapada, até o marco que defronta a ponta sul da serra das Velhas.

Com o município de Brotas de Macaúbas: começa no marco do divisor de águas da serra da Chapada, que defronta a ponta sul da serra das Velhas; daí em reta à ponta sul da serra das Velhas, prosseguindo pelo seu divisor de águas até a ponta sul da serra da Vereda; daí em reta até a foz do riacho do Cantinho, no rio Guariba.

Com o município de Ipupiara: começa na foz do riacho do Cantinho, no rio Guariba; daí em reta até a ponta sul da serra da Cruz, no marco denominado Areia; daí pelo divisor de águas desta serra até a sua ponta norte, prosseguindo ainda em reta até a foz do rio Guariba, no rio Verde.

■ **Distritais:**

Entre os distritos de Barra do Mendes e Minas do Espírito Santo: começa na ponta sul da serra da Cruz, no lugar denominado Areia; daí em reta à cachoeira dos Milagres.

Anexo J (cont.) – Limites intermunicipais de acordo a Lei nº 1.034 de 14 de agosto de 1958, que restabelece/restaura o município de Barra do Mendes, desmembrado do de Brotas de Macaúbas.

Limites de acordo com a Divisão Territorial Administrativa 1964/1968

■ Municipais:

Com o município de Ibipêba: começa na foz do rio Guariba, no rio Verde, seguindo em reta até o marco no lugar Muriçoca; daí em reta até a foz do riacho Catuaba, na vereda de Romão Gramacho ou rio Jacaré.

Com o município de Souto Soares: começa na vereda de Romão Gramacho ou rio Jacaré, na foz do riacho Catuaba, pelo qual sobe até sua nascente na serra do mesmo nome; continua pelo divisor de águas desta serra até seu extremo sul, de onde alcança a cachoeira dos Milagres, no Riachão.

Com o município de Seabra: começa na cachoeira dos Milagres, no Riachão, e daí segue pelos divisores de águas conhecidos pelos nomes de serra do Morro do Fogo e da Chapada, até o marco do extremo da reta de direção norte-sul, tirada da ponta sul da serra das Velhas.

Com o município de Brotas de Macaúbas: começa no alto da serra da Chapada, no marco do extremo da reta de direção norte-sul, tirada da ponta sul da serra das Velhas; segue por esta reta até a ponta sul da referida serra, cujo divisor de águas acompanha até alcançar a ponta sul da serra da Vereda, de onde se dirige, em reta, até a foz do riacho do Cantinho, no rio Guariba.

Com o município de Ipupiara: começa na foz do riacho do Cantinho, no rio Guariba, seguindo em reta até a ponta sul da serra da Cruz, nas proximidades do lugar Areia; continua pelo divisor de águas desta serra até sua ponta norte, de onde prossegue em reta até a foz do rio Guariba, no rio Verde.

■ Distritais:

Entre os distritos de Barra do Mendes e Minas do Espírito Santo: começa na ponta sul da serra da Cruz, seguindo em reta até a cachoeira dos Milagres, no Riachão.

Anexo K – Morte de Horácio de Mattos – Jorna A TARDE, de 16 de maio de 1931

SUBCURSAL NA CAPITAL FEDERAL
Director — DR. LOUIZ MENDES
Praça Floriano 19—(2º andar)

ATA

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PAGINAS

BAHIA — Sab

Numa explosão de odio, um guarda civil mata a tiros o cel. Horacio de Mattos, tradicional chefe sertanejo!

Declarações attribuidas ao criminoso que não se arrepende do que fez



Coronel HORACIO DE MATTOS

Não se apagara ainda da emoção das ruas o crime da Praça de Palácio, em que foi morto o infeliz Hamilton Pompeu de Oliveira e outro brutal atentado, eliminando uma vida, se consummava em pleno centro da cidade, num terrível epilogo de othos que o tempo não fez esquecer.

No Largo 2 de Julho fora um homem assassinado! E correu gente para o local. Phisionomias assustadas indagavam o nome da victima.

A reportagem policial d' "A TARDE" movimentou-se chegando ao local do crime minutos após. O facto se deu, precisamente ás 7 horas e 20 minutos da noite. Uma onda enorme de curiosos, fechava em circulo o cadáver do coronel Horacio de Mattos, tradicional chefe politico sertanejo. Estava deitado debruços sobre e feito da linha de bondes, que vae para a rua Democrata, antiga do Hospício, no local entre o Armazem Novo Elegante e a rua do Areal de Baixo, tinha o pescoço rodeado, vendo-se com segurança um filete de sangue que escorreria de sua bocca semi-aberta, onde brilhava uma fila de dentes de ouro. Caído ao lado estava o seu chapéu de feltro, preto. A ele comprido, junto a sua mão direita, encontrava-se a sua inseparavel bengala d' castanho de ouro.

Vestia um ternó preto, tendo preso entre os botões do collete o seu relógio que marcava 7 horas e 46 minutos.

Destituído embora, na crispação da morte, reconheçamos a figura do

Braga levado á presença da autoridade, explicou:

— Vi o assassino.

Era um homem alto, chefe de corpo, todo de escuro e chapéu de palha. Atirou contra o cel. Horacio de Mattos de frente, fugindo em seguida, deixando abaxo, de arma em punho.

Com esta declaração do rapazinho, mil conjecturas foram feitas pelos presentes.

O prof. Estacio de Lima, neste momento, providenciava a remoção do corpo para o Instituto Nina Rodrigues.

Do cadáver fora retirado um revolver "schmidt", com 6 balas intactas e a importância total de 5:020\$200.

COMO SE DEU O CRIME

A reportagem d' "A TARDE" avida por colher notas para o noticiário de hoje, interrogava os presentes.

Ninguém sabia ao certo como se deu o crime, mas affirmavam que o criminoso atirava de frente, com segurança, guardo o cel. Horacio de Mattos passava em frente ao Areal de Baixo.

Ao longe, ficaram vendo-o tres moças e uma menor.

As moças eram as suas cunhadas Amerina Ayda e Maria e, a menor, a sua filha Horacina.

Ao verem os disparos, aquellas moças entraram com a menor, apenas indo até junto ao corpo a de nome Amerina, a quem o guarda civil ali presente pediu que se retirasse.

O cel. Horacio de Mattos morava actualmente com a sua familia na re-

tavel com todos e tinha bom comportamento.

Como explicar-se o caso? Elle, em-tretanto, mostrava-se de uma calma apparente. De quando em quando esboçando um leve sorriso, sorriso amarello, dizia:

— Foi um bandido que desapareceu...

O delegado Tancredo Teixeira a esta sua primeira phrase, deixou-o incommunicavel.

— Era preciso — disse a autoridade — la ouvir-o sob sigillo.

A CAUSA DO CRIME

Aquella determinação do delegado Tancredo Teixeira foi o bastante para augmentar a curiosidade de todos.

— Porque teria o guarda morto o cel. Horacio de Mattos?

No entanto, a reportagem da A TARDE assim que teve conhecimento do nome do accusado, desvendou todo o mysterio.

O guarda nº 17, pelo que parecia tinha um odio de morte do cel. Horacio.

A ninguém elle negava a sua mar- çua.

Conta o criminoso que a sua familia, que era do Morro do Chapéo, de onde é filho, foi bastante perseguida pelo cel. Horacio. Que o que elle fizera fora apenas "tirar uma fera do sertão".

O cel Horacio de Mattos, prosequido de uma feita mandara espancar o seu irmão de nome Pedro Dias dos Santos, garimpeiro do cel. Aurelio Gondim. Que o povo de Horacio de Mattos fuzendas da sua, pae, denominadas "Alacoinhas" e "Duas Barras", que fica no Morro do Chapes. Que elle proprio fôra jurado pela gente da sua victima, não podendo ir áquelle municipio.

O crime não premeditara. Encontrava-se no local, accidentalmente, quando viu o seu inimico passar.

Teve logo uma repulsa medonha,



O assassino do cel. HORACIO

cometendo o crime e fugido. Indo esbarrar numa casa á rua da Gamcielra, onde se entregou a Cicero Mulu- lulo e o seu collega de n. 27. A sua arma comprara por 40\$ em mão de um soldado revolucionario.

As
Archivado o
RIO, 16 (A
criminal mand
contra o Insp
Souza Vargas,
governo passa
doso.
O sr. Atal
pela
RIO, 16 (A
dral de S. E
te o cel. At
mortes em G
bayer nenhum
tra o accusa
o café oom
S PAULO
co do Estad
hão de sac
60.000:0000
governo em
tendimentos.
S. PAUL
hontem que

Devido
Agentes

Alu
salas p
tratar c
Edi

Beila r
oux e br
oleo. Can

**Anexo L – Informações para o processo N° 3205/87, parecer n° 17/87
sobre os limites Prefeitura de Barra do Mendes e Ibipeba - CEI**



Informação para o processo N.º 3205/87	Folha N.º
PARECER Nº 14/87	
ASSUNTO: Limites Prefeitura de Barra do Mendes e Ibipeba	
De acordo com o disposto na Lei Delegada 29/81 de 03 de março, que criou o Centro de Estatística e Informações-CEI, compete a esta Autarquia entre outras atribuições, a de:	
"manter atualizados os dados sobre limites intermunicipais e interestaduais do Estado"	
Nestas condições, e, no uso pleno de sua competência legal, o CEI atendendo solicitação formulada pelo Município de Barra do Mendes, designou equipe técnica para realizar o trabalho de campo para a definição dos limites entre municípios Barra do Mendes e Ibipeba que foi auxiliado no levantamento topográfico pelo INTERDA.	
Consta em Relatório de fls. 04, que a equipe técnica designada, consciente da natureza do trabalho a ser realizado, reuniu os Prefeitos dos Municípios limítrofes envolvidos para esclarecer dúvidas por acaso existentes quanto a definição dos limites. Ocorre que, a esta reunião não compareceu o Prefeito de Ibipeba, e, posteriormente, este mesmo Prefeito não permitiu a conclusão do trabalho de demarcação de limites, pois, danificou e arrancou os marcos implantados.	
Nestas condições, e tendo o Estado realizado um trabalho de sua atribuição legal, dentro dos princípios da ordem e da legalidade no Município, não cabe a este se rebelar com suas próprias mãos, numa atitude de desordem e desrespeito a lei.	
Assim, sugerimos, de início, seja o assunto levado ao conhecimento de S. Exa. Governador do Estado, para em seguida, se tomar as providências legais cabíveis junto ao Poder Judiciário, se for o caso.	
Assim entendemos, s.m.j.	
Salvador, 15 de março de 1988	
<i>Wladimir de A. Silva</i>	

**ANEXO M – Limites intermunicipais do município Barra do Mendes –
Processo nº SEPLANTEC – 3205/87 – Parecer: PEA-H-99/1988**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA

PROCESSO Nº SEPLANTEC-3205/87

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO MENDES

Parecer: PEA-H-99/88

LIMITES INTERMUNICIPAIS. Competência do Centro de Estatística e Informações. Definição de responsabilidades. Apurações que se impõem.

1. O Senhor Prefeito do Município de Barra do Mendes comunicou ao Senhor Secretário do Planejamento, solicitando as providências pertinentes, que o Senhor Prefeito do Município vizinho de Ibipoba "mandou arrancar os marcos definidores dos limites" entre os dois municípios que haviam sido colocados pelo Centro de Estatística e Informações-CEI - órgão vinculado à referida Secretaria.

2. Consta do processo informações prestadas por técnica do CEI, assinalando inclusive que "... os trabalhos de campo para a definição dos limites dos Municípios em questão tiveram início no mês de novembro de 1987", ocasião em que "foram identificados os pontos de limites citados nas legislações vigentes, o que permitiu iniciar os levantamentos topográficos necessários à materialização da linha divisória" (fls. 4).

3. A Procuradoria Jurídica do órgão referido emitiu

ANEXO M (cont.) – Limites intermunicipais do município Barra do Mendes –
Processo nº SEPLANTEC – 3205/87 – Parecer: PEA-H-99/1988

lar contra o trabalho, porque realizado pelo Estado dentro da sua atribuição legal, sugerindo, afinal, fosse o assunto levado ao conhecimento do Senhor Governador do Estado, "para em seguida se tomar as providências legais cabíveis junto ao Poder Judiciário se for o caso" (fls. 11).

4. Afetado o problema ao Senhor Secretário do Planejamento, foi ouvida a Representação da Procuradoria, resultando parecer no sentido de que, no caso, descabe "... intervenção de iniciativa do Poder Executivo" e, ainda, que "... somente a via judicial, poderá dirimir o questionamento..." (fls. 18/20). Em outro pronunciamento, a que denominou de despacho, o ilustre Procurador que exarou o referido parecer, afirmou que os atos do Prefeito de Ibiapaba poderão ser enquadrados como crime (art. 163, parágrafo único, do Código Penal), sem prejuízo de sua responsabilidade civil pelos danos causados ao Estado.

5. Sob dois aspectos básicos o Processo deve ser examinado. O primeiro, envolvendo a competência do Centro de Estatística e Informações-CEI -, autarquia estadual criada pela Lei Delegada nº 29, de 03 de março de 1983. E o segundo, relacionado com os atos praticados pelo Prefeito do Município de Ibiapaba danificando os serviços realizados, "arrancando os marcos implantados" (fls. 04).

6. Com efeito. Prescreve o art. 29 da Lei citada, item 06, que compete à referida autarquia "manter atualizados os dados sobre limites intermunicipais e interestaduais do Estado". No seu Regimento, aprovado pelo Decreto nº 30.480, de 09 de maio de 1984, essa regra é repetida em seu art. 19, inciso VI, e, ao definir a competência da Gerência de Recursos Naturais - art. 12, inciso III,

ANEXO M (cont.) – Limites intermunicipais do município Barra do Mendes –
 Processo nº SEPLANTEC – 3205/87 – Parecer: PEA-H-99/1988

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

-3-

- 27 -

determina que lhe cabe, também, "coordenar, supervisionar e executar trabalhos de demarcação de limites interdistritais, intermunicipais e interestaduais", assim como "emitir parecer técnico sobre assuntos referentes à emancipação de localidades e demarcação de pontos e limites em litígio" (cf. inciso VI, do dispositivo citado).

7. No pressuposto de que estava no exercício de suas atribuições legais, o Centro de Estatística e Informações-CEI – iniciou a realização de serviços consistentes na fixação topográfica dos marcos limítrofes entre os Municípios de Barra do Mendes e Ibipêba, encontrando por parte do Prefeito deste último resistências invencíveis à conclusão da tarefa.

8. Em verdade, o problema se apresenta com todas as características de litígio entre os dois Municípios referidos sobre limites territoriais. De fato, o expediente de fls. 02, encaminhado pelo Prefeito de Barra do Mendes, ao Senhor Secretário do Planejamento, esclarece que foi solicitada a realização de "serviços de delimitação intermunicipais entre o novo município e os limítrofes de ... Seabra e Ibipêba".

9. Pois bem. A competência da referida autarquia não pode abranger a solução de litígio, seja de que ordem for, entre Municípios. E se havia dúvida sobre a linha divisória entre os aqui mencionados, não era dado ao órgão estadual, a título de "manter atualizados os dados" sobre o assunto, colocar-se a campo para a realização dos serviços de topografia, tirando coordenadas

ANEXO M (cont.) – Limites intermunicipais do município Barra do Mendes –
 Processo nº SEPLANTEC – 3205/87 – Parecer: PEA-H-99/1988

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

-4-

28

10. Dir-se-á que a regra da lei foi ampliada pelo Regimento da Autarquia, para lhe permitir, também, a execução de "trabalhos de demarcação de limites intermunicipais...". Entretanto, esse tipo de ação somente é cabível se os Municípios interessados estiverem de pleno acordo, o que não ocorreu na hipótese versada neste Processo em que um deles, através de seu representante legal, colocou-se frontalmente contrário a execução desses serviços. Alias, o próprio Regimento, como a tirar dúvidas, esclarece que, havendo litígio sobre pontos e limites para fins de demarcação, a competência da Autarquia não vai além da emissão de "parecer técnico" (cf. inciso VII, do art. 12).

11. Por outro lado, os dados que devem ser mantidos devidamente atualizados sobre os limites entre os Municípios mencionados devem ter sido levantados para instrução do processo de criação do Município de Barra do Mendes e consignados na lei correspondente. (cf. art. 90 da Constituição do Estado da Bahia). A partir daí, pois, qualquer dúvida que surja, salvo acordo entre os interessados, descomporta a ingerência do órgão estadual, sob pena de ficar comprometida inclusive a autonomia municipal, tanto mais que o Centro de Estatística e Informações não é árbitro para a solução desse tipo de pendência que é reservada ao Poder Judiciário e por provocação do interessado que não é o Estado.

12. Quanto aos atos praticados pelo Prefeito de Ibipêba, arrancando e danificando os marcos limítrofes que teriam sido enfiçados pela equipe técnica da autarquia estadual, inicialmente é de se assinalar que não se encontram devidamente apurados. Não há nem mesmo um levantamento dos marcos que teriam sido arrancados e danificados, muito menos quando os serviços teriam sido realizados. De qualquer sorte, no

ANEXO M (cont.) – Limites intermunicipais do município Barra do Mendes –
Processo nº SEPLANTEC – 3205/87 – Parecer: PEA-H-99/1988

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

-5-

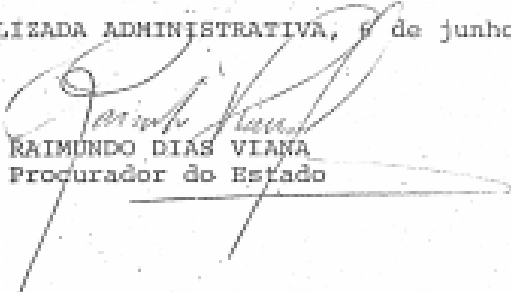
-26-

empolga a idéia de que tais marcos deveriam permanecer, embora outra devesse ser a atitude do referido Prefeito para reestabelecer a situação anterior, até o pronunciamento final do Poder Judiciário sobre a questão.

13. Diante da situação é recomendável que seja procedida a adequada apuração dos fatos, com o levantamento dos prejuízos sofridos pela Autarquia, inclusive através do competente inquérito policial, cuja instauração deverá ser solicitada para a definição da autoria dos atos referidos.

É o parecer, s.c.

PROCURADORIA ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA, 6 de junho de 1988.


RAIMUNDO DIAS VIANA
Procurador do Estado